

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

PROGRAMA DE MESTRADO EM HOSPITALIDADE

**AS POUSADAS E OS IMPACTOS SÓCIO AMBIENTAIS:
UM ESTUDO SOBRE MORRO DE SÃO PAULO E BOIPEBA
- BAHIA**

CAROLINE ALONSO DE AZEVÊDO

SÃO PAULO

2006

UNIVERSIDADE ANHEMBI MORUMBI

PROGRAMA DE MESTRADO EM HOSPITALIDADE

**AS POUSADAS E OS IMPACTOS SÓCIO AMBIENTAIS:
UM ESTUDO SOBRE MORRO DE SÃO PAULO E BOIPEBA
- BAHIA**

CAROLINE ALONSO DE AZEVÊDO

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, sob orientação do Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo.

SÃO PAULO

2006

MESTRADO EM HOSPITALIDADE
CAROLINE ALONSO DE AZEVÊDO

Aprovado em 13 / 02 / 2006

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Davis Gruber Sansolo

Profa. Dra. Celia Maria de Moraes Dias

Profa.Dra. Suely Angelo Furlan

Dedico essa dissertação a todos aqueles que acreditaram no meu potencial e estabeleceram laços de energia fundamentais para que ele pudesse ser concluído da melhor forma possível.

“O maior desafio para a sustentabilidade
da espécie humana é ser ético em todas
as suas decisões e relações.”

Genebaldo Freire Dias

AGRADECIMENTOS

Essa é mais uma importante etapa que completo, um sonho realizado e cabe a mim, nesse momento, reverenciar aqueles que direta e indiretamente contribuíram para essa importante conquista – Ser Mestre.

A Deus pelo dom da vida e proteção constante

Aos meus pais, Marcone e Inocência, verdadeiros exemplos de vida, pelo incentivo, dedicação e presença constante.

Ao “Padrasto” Fernando e “Madrasta” Karyne, pela fabulosa torcida.

Aos meus irmãos, Erika e Alonso, minha avó Joselita e familiares pela ajuda, compreensão e apoio.

Ao meu noivo, Fabio, pelo grande amor demonstrado, ajudando-me a enfrentar e superar esse grande desafio.

Ao meu sogro, Antônio e minha sogra, Jane pelo carinho.

Aos amigos, com destaque para minha “família” paulistana nas figuras de Beth, Val, Regina, Henrique, Jorge, Duda, Rejane, entre tantos, pela força e gestos de solidariedade;

Ao meu orientador e amigo, Davis, que soube, com sua sabedoria ímpar transmitir os conhecimentos necessários para minha aprendizagem, orientando-me com competência e paciência, tornando viável a realização desse trabalho.

À minha querida professora baiana Mariely Santana que conseguiu estimular meu potencial e promover a realização desse mestrado.

À professora Valma que, com entusiasmo, cumpriu uma tarefa de mãe para filha, de professora e amiga.

Aos colegas do Mestrado por toda atenção e a sincera amizade, motivando-me a cada instante.

A todos os professores do Mestrado pelos grandes ensinamentos e pela hospitalidade recebida que permitiram sentir-me “em casa”.

E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela possibilidade de realização desse mestrado, pois compreenderam e apoiaram essa pesquisa que acabou por materializar um sonho.

RESUMO

O trabalho que objetiva caracterizar o meio de hospedagem – pousada - e identificar os diferentes impactos sociais e ambientais causados por esse tipo de empreendimento, cresce em números bastante expressivos no Brasil, principalmente em pequenas localidades turísticas. A escolha de uma área específica – o distrito insular de Morro de São Paulo na Bahia, para a realização da pesquisa deve-se a seu destaque dentro do cenário nacional e internacional como importante destino turístico da Costa do Dendê e relevante interponto da Área de Proteção Ambiental - APA Tinharé - Boipeba. Essa área vem passando por grandes transformações em função dos impactos ocasionados pela inserção da atividade turística, principalmente e graças à construção de pousadas. Nessa região está também inserida a ilha de Boipeba que, além de ser uma importante localidade turística, foi abrangida por possibilitar a realização de comparações dos dados obtidos em visitas técnicas, já que as ilhas são próximas e localizadas em uma região de grande diversidade paisagística e sensibilidade ambiental. Apesar da proximidade, apresentam resultados diferentes quando à preservação do meio ambiente e à responsabilidade social. O presente trabalho procura, também, a partir de um estudo mais específico, desenvolver uma discussão sobre a relação das pousadas com o território turístico. Procura, inclusive, mostrar como ocorreu o processo de urbanização turística e a responsabilidade das pousadas dentro de um contexto geral e específico na aceleração da turistificação das localidades turísticas expostas.

Palavras Chave: Turismo. Pousada. Meio Ambiente. Comunidade. Território.

ABSTRACT

This research aims to characterize the way of lodging - Inn - and to identify the different social and environmental impacts caused by this kind of enterprise that grows in quite expressive numbers in Brazil, mainly in small tourist places. The choice of a specific area – Hill of São Paulo island, in Bahia for this research - it is due to the prominence of the national and international scenery as important tourist destiny of Coast of Dendê and important axis of the Environmental Protection Area - APA Tinharé / Boipeba. That area has suffered great transformations in function of the impacts caused by the insert of the tourist activity and because of the construction of lodgings. In that area it is also inserted the island of Boipeba that, besides to be an important tourist place and to possess a selective tourism, it is a strategic destiny to take place comparisons of the data obtained in the technical visits, since both are close and located in an area of great diversity in this scenery and environmental sensibility. In spite of the proximity, they present different results in relation to the preservation of the environment and the social responsibility. The dissertation has also the purpose of, starting from a more specific study, develop a discussion about relationship of the lodgings with the tourist territory. It tries to show how the process of tourist urbanization happened and the responsibility of lodgings in a general and specific context in the acceleration of tourist places in subject.

Keywords: Tourism. Lodging. Environment. Community. Place.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	20
CAPÍTULO I.....	27
METODOLOGIA: MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADAS	
1.1 MORRO DE SÃO PAULO.....	27
1.2 BOIPEBA.....	34
CAPÍTULO II.....	36
URBANIZAÇÃO TURÍSTICA	
2.1 PROCESSO DE TURISTIFICAÇÃO DA BAHIA.....	45
2.1.1 Bahia: Destaque turístico em cenário nacional.....	50
2.1.2 A APA como elemento catalisador do turismo.....	59
2.2 URBANIZAÇÃO TURÍSTICA DA COSTA DO DENDÊ.....	63
2.2.1 Distribuição Setorial.....	67
2.3 URBANIZAÇÃO TURÍSTICA DE MORRO DE SÃO PAULO.....	69
CAPÍTULO III.....	71
POUSADAS: DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	
3.1 HISTÓRICO DAS POUSADAS.....	72
3.1.1 Pousadas no Brasil.....	76
3.1.2 Pousadas em Portugal.....	79
3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS POUSADAS NO BRASIL.....	83
3.2.1 Definição.....	83
3.2.2 Natureza da Edificação.....	86
3.2.3 Similaridades e Diferenças.....	88
3.2.4 Perfil do Pousadeiro.....	90
3.2.5 Depoimentos.....	92
CAPÍTULO IV.....	95
CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO - MORRO DE SÃO PAULO	
4.1 LOCALIZAÇÃO E ACESSO.....	95
4.2 CARACTERIZAÇÃO FÍSICA E AMBIENTAL.....	101
4.3 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA.....	108
4.3.1 Desafios para a implementação de um Turismo Sustentável.....	116
4.4 DEMANDA TURÍSTICA.....	118
CAPÍTULO V.....	122
ANÁLISE DESCRITIVA REALIZADA APÓS A TABULAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS EM PESQUISA DE CAMPO EM MORRO DE SÃO PAULO	
CAPÍTULO VI.....	182

**ANALISE DESCRITIVA E COMPARATIVA REALIZADA APÓS A TABULAÇÃO
DE DADOS OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO EM BOIPEBA**

6.1	BOIPEBA - ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS.....	194
6.2	INFERÊNCIAS E APONTAMENTO DE DADOS COMPARATIVOS ENTRE AS ILHAS DE BOIPEBA E MORRO DE SÃO PAULO.....	208
6.3	ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DOS DADOS COMPARATIVOS ENTRE AS ILHAS DE BOIPEBA E MORRO DE SÃO PAULO.....	211

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	216
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS.....	220
-------------------------	------------

APÊNDICE.....	228
----------------------	------------

ANEXOS.....	243
--------------------	------------

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOGRAFIAS

01. Dendê.....	64
02. Decoração – Dendê.....	64
03. Decoração – Dendê.....	64
04. Aeródromo localizado na terceira praia em Morro de São Paulo.....	65
05. As quatro praias (chamadas atualmente como 1º, 2º, 3º e 4º) – o maior atrativo de Morro de São Paulo.....	70
06. Pousada no Brasil.....	78
07. Pousada no Brasil.....	78
08. Pousada no Brasil – Quarto.....	79
09. Pousada no Brasil – Restaurante.....	79
10. Pousada Portuguesa – Restaurante.....	80
11. Pousada Portuguesa – Restaurante.....	80
12. Pousada do Crato – Estilo Históricas Design.....	81
13. Pousada Sagres – Estilo Natureza.....	81
14. Pousada Guimarães – Estilo Histórica.....	81
15. Pousada Elvas – Estilo Charme.....	81
16. Pousada Portuguesa – Quarto.....	82
17. Pousada Portuguesa – Recepção.....	82
18. Pousada em Campos de Jordão.....	86
19. Pousada em Pantanal.....	86
20. Vista Aérea de Morro de São Paulo.....	102
21. Mangue.....	103
22. Mangue com raízes aéreas.....	104
23. Palmeira Attalea Martius.....	105
24. Piaçava.....	105
25. Pousada com cobertura de Piaçava.....	106
26. Quiosque de Piaçava.....	106
27. Dendezeiro.....	107
28. Dendê.....	107
29. Ambulante vendendo óleo de dendê em Morro de São Paulo.....	107
30. Restaurante na vila.....	113
31. Loja se souvenir na vila.....	113
32. Acesso ao Campo da Mangaba.....	113
33. Escada de acesso ao Campo da Mangaba.....	113
34. Patachoca Resort.....	114
35. Barracas de Praia.....	115
36. Pousada Central.....	127
37. Pousada Praia.....	127
38. Pousada “Melhor Vista”.....	127
39. Vista panorâmica da Pousada “Melhor Vista”.....	128
40. Pousada Histórica.....	128
41. Pousada Luxuosa.....	128
42. Pousada Puxadinho.....	129
43. Pousada Estrangeiro.....	129
44. Pousada Estrangeiro.....	129

45. Burros transportando material de construção.....	132
46. Carrinho de mão levando mercadorias.....	132
47. Arrecifes da ilha.....	133
48. Antiga contensão para evitar erosão.....	135
49. Antigo acesso dos turistas – praia.....	135
50. Construção da nova ponte.....	136
51. Pousadas multadas e que tiveram que realizar o recuo legal.....	136
52. Pousadas multadas que realizaram, posteriormente, o recuo.....	136
53. Pousadas que fizeram o recuo exigido pelos órgãos fiscalizadores – Antes.....	137
54. Pousadas que fizeram o recuo exigido pelos órgãos fiscalizadores – Depois.....	137
55. Nova passarela de acesso às praias.....	137
56. Construção embargada.....	138
57. Lanchas próximas ao cais.....	139
58. “Broadway”.....	139
59. Estreitamento das ruas pelas pousadas, restaurantes, e comércios, em geral.....	140
60. Barracas, cadeiras e mesas na segunda praia.....	140
61. Vista aérea da entrada de Morro de São Paulo.....	142
62. Trator de lixo na rua.....	153
63. Trator de lixo na praia.....	154
64. Igreja Nossa Senhora da Luz.....	169
65. Posto Médico da Ilha.....	173
66. Cachorros de rua.....	175
67. Bares na Praia.....	175
68. Forte de Morro de São Paulo.....	175
69. Patrimônio em ruína.....	175
70. Retirada ilegal de madeira para fazer lenha.....	175
71. Pescador.....	178
72. Barco de pesca – hoje, transporta mercadorias.....	178
73. Vista aérea da Praia de Boipeba.....	183
74. Vista aérea de Boipeba.....	184
75. Barcos de Pesca.....	184
76. Pousada Central em Boipeba.....	185
77. Pousada Central em Boipeba.....	185
78. Pousada Praia em Boipeba.....	186
79. Coco Verde.....	186
80. Mangaba.....	186
81. Dendê.....	186
82. Piscinas Naturais.....	189
83. Corais.....	189
84. Colocação de Bóias.....	191
85. Bóias de sinalização.....	191
86. Moradores locais conversando.....	192
87. Pescadores concertando redes.....	192
88. Praia Coeira.....	196
89. Praia dos Castelhanos.....	196
90. Derramamento de Parafina.....	197
91. Plataforma da Petrobrás.....	200
92. Mortandade de Peixes.....	200
93. Criatório de Camarão.....	206
94. Morro de São Paulo, construções no entorno da praia.....	209

95. Boipeba – poucas construções na praia.....	210
96. Boipeba, praias praticamente desertas.....	210

MAPAS

01. As Sete Zonas Turísticas da Bahia.....	55
02. As Nove Zonas Turísticas da Bahia.....	57
03. As Onze Zonas Turísticas da Bahia.....	58
04. Áreas de Proteção Ambiental.....	63
05. Costa do Dendê.....	68
06. Arquipélago Tinharé Boipeba.....	96
07. Área Tinharé Boipeba.....	97
08. Aeroportos da Bahia.....	99
09. Desenho da ilha de Morro de São Paulo.....	100
10. Arquipélago Tinharé Boipeba.....	182

GRÁFICOS

01. Mídia Turística da Bahia.....	49
02. Estimativa da Receita Global.....	51
03. Os Maiores Emissores Internacionais de Turistas para a Bahia.....	51
04. Estado Civil dos Pousadeiros.....	123
05. Idade aproximada dos Pousadeiros.....	124
06. Formas de construção das pousadas.....	131
07. De que forma os Pousadeiros tomaram conhecimento de Morro de São Paulo.....	141
08. Atividade anteriormente exercida pelos Pousadeiros.....	144
09. Outras atividades exercidas pelos Pousadeiros.....	145
10. Dificuldades enfrentadas pelos Pousadeiros durante a construção.....	146
11. Motivos apresentados pelos órgãos de fiscalização para visitar as obras.....	147
12. Relação da Prefeitura com as pousadas.....	148
13. Quantidade de visitas realizadas pela Bahiatursa nas pousadas.....	148
14. Preocupação com o Meio Ambiente.....	149
15. Ações dos Pousadeiros em relação ao meio ambiente.....	150
16. Importância da APA para Morro de São Paulo sob o ponto de vista dos pousadeiros.....	151
17. Possibilidade de desenvolvimento do turismo aliado à conservação ambiental.....	151
18. Destino do lixo produzido em Morro de São Paulo.....	154
19. Método utilizado para economizar água, energia e diminuir o lixo.....	155
20. Ações dos Pousadeiros para economizar água.....	156
21. Formas de Captação da água.....	157
22. Qualidade da Água.....	158
23. Motivos apontados pelos Pousadeiros para a má qualidade de água.....	158
24. Como são lavadas as roupas de cama e as toalhas.....	159
25. Participação na Associação de Pousadas.....	160
26. Justificativa para os que não participam da Associação de Pousadas.....	161
27. Perfil da mão de obra utilizada nas Pousadas.....	163

28. Percentual de participantes das reuniões com a comunidade.....	164
29. Assuntos mais discutidos nas reuniões com a comunidade.....	164
30. Pousadas que empregam funcionários temporários.....	166
31. Número de funcionários que são contratados na alta temporada.....	167
32. Percentual de funcionários fixos com carteira assinada.....	167
33. Quantas famílias são beneficiadas devido ao emprego nas pousadas.....	168
34. Pousadeiros que participam de algum Projeto Social.....	169
35. Projetos Sociais dos quais os Pousadeiros participam.....	169
36. Nível de aceitação para a quantidade de pousadas existentes na ilha.....	171
37. Os maiores problemas de Morro de São Paulo.....	174
38. Os quatro problemas mais citados.....	176
39. Motivos que justificam a afirmativa de existência de infra-estrutura.....	176
40. Quem mais se beneficiou com o turismo em Morro de São Paulo.....	177
41. Atividades exercidas pelos Pousadeiros na ilha.....	179
42. Situação do turismo em Morro de São Paulo.....	179
43. Pousadeiros que sentem-se realizados dentro da atividade exercida.....	180
44. Atividade que os Pousadeiros insatisfeitos gostariam de exercer.....	180

TABELAS

01. Os Dez Principais Mercados Nacionais Emissores de Turistas para a Bahia.....	52
02. Definição antiga e atual de Pousada.....	84
03. Definições de Pousada, segundo autores especializados.....	84
04. Descrições de outros Meios de Hospedagem.....	89
05. Demanda Turística de Morro de São Paulo realizado pela BAHIATURSA em 2002.....	119
06. Duração do Lixo no Mar.....	190
07. Dados comparativos entre Morro de São Paulo e Boipeba.....	212

LISTA DE SIGLAS

ABIH - Associação Brasileira da Indústria de Hotéis.

AMABO - Associação dos Moradores e Amigos de Boipeba.

APA - Área de Preservação Ambiental.

APP - Área de Proteção Permanente.

BAHIA QUALITUR - Certificação de Qualidade no Setor de Turismo do estado da Bahia.

BAHIATURSA - Empresa de Turismo da Bahia S/A

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica.

CEMAR - Centro de Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

CEPLAC - Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira.

CETUR - Conselho Estadual de Turismo.

CIA - Centro Industrial de Aratu.

CIMM - Centro de Informação Metal Mecânica.

CNM - Confederação Nacional de Municípios.

CODETUR - Conselho de Desenvolvimento de Turismo.

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente.

CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia.

COPEC - Complexo Petroquímico de Camaçari.

CRA - Centro de Recursos Ambientais.

DESIBO - Desenvolvimento Sustentável da Ilha de Boipeba.

ELPN - Escritório de Licenciamento de Petróleo e Nuclear.

EMBASA - Empresa Baiana de Águas e Saneamento.

EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo.

ENATUR - Empresa Nacional de Turismo.

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste.

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MAC - Monitoramento e Acompanhamento Comunitário.

ONG - Organização Não Governamental.

PEGN - Pequenas Empresas Grandes Negócios.

PIB - Produto Interno Bruto.

PLANDEB - Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia.

PLANTUR - Plano Nacional de Turismo.

PROATUR - Programa de Apoio ao Turismo Regional do Nordeste.

PRODETUR - Programa de Desenvolvimento Turístico.

PRODETUR/BA - Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia.

PRODETUR/NE - Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste.

SCT - Secretaria da Cultura e Turismo.

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SEIA - Sistema Estadual de Informações Ambientais.

SEMARH - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado.

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

SUINVEST - Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos.

UH - Unidades Habitacionais.

ZT - Zona Turística.

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação foi desenvolvida junto ao Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, em São Paulo, e tem como Linha de Pesquisa a área de Planejamento e Gestão da Hospitalidade. Foi escrita sob orientação do professor Dr. Davis Gruber Sansolo.

O trabalho busca compreender as causas e mostrar evidências da degradação ambiental em Morro de São Paulo decorrentes de diversas construções de pousadas nessa localidade.

Morro de São Paulo é um distrito¹ insular, ou seja, é uma ilha pertencente ao município de Cairu, situada na Ilha de Tinharé. Está localizado no extremo sul do estado baiano em uma Área de Proteção Ambiental, inserida em uma Zona Turística² definida pelo poder público como Costa do Dendê.

É importante ressaltar que nessa região, em algumas áreas pré-determinadas, é permitido uso e ocupações dos seus recursos, desde que seja fiscalizada por órgãos públicos. Por ser uma APA é passível de sofrer maiores impactos pelo homem e isso é muito importante porque, segundo dados da própria BAHIATURSA (2002), 98% dos turistas buscam, na região, atrativos naturais.

O tema do trabalho ora apresentado busca relacionar o meio de hospedagem pousada e destacar sua importância junto aos pequenos centros turísticos e, principalmente, analisar os impactos sócio-ambientais causados, já que é nessas pequenas localidades que se encontra a maioria desses equipamentos.

O interesse em fazer um recorte específico destes equipamentos em Morro de São Paulo deve-se à relação pessoal que a autora tem com a ilha devido às constantes viagens feitas ao local desde 1990 até 2005. Assim, ela pôde perceber algumas mudanças resultantes do turismo de massa e a ocorrência de inúmeras construções de pousadas que, conseqüentemente, promoveram alterações sociais e ambientais.

¹ Divisão administrativa de município ou cidade.

² A Zona Turística segundo a Bahiatursa (2000), é uma área definida geográfica e turisticamente pelo órgão a fim de originar ações promotoras importantes para o desenvolvimento da atividade turística.

O presente trabalho está estruturado em quatro capítulos. O primeiro, intitulado “Urbanização Turística”, faz uma alusão às mudanças de uma localidade por conta do turismo que, em sua maioria, ocorre posteriormente à descoberta pelos turistas e da leitura do poder público para a inserção desse local como um destino turístico em potencial.

O segundo capítulo – Pousadas: descrição do objeto de estudo – mostra uma caracterização detalhada do meio de hospedagem pousada e suas mais variadas analogias e conceitos. O objetivo é o entendimento da sua relação com o território turístico e os impactos ocasionados.

Para a melhor compreensão sobre a pousada, suas similaridades e diferenças com outros meios de hospedagem, realizaram-se três passos importantes: primeiramente foi feita uma leitura histórica, seguida por uma comparação com o termo pousada em Portugal e, por fim, uma análise sobre o mesmo termo no Brasil, ou seja, o que são as pousadas pesquisadas no estudo de caso e suas características peculiares, estritamente brasileiras.

O terceiro capítulo caracteriza o espaço escolhido para o estudo de caso – Morro de São Paulo. Nesse texto é possível entender, tendo como base relatos históricos, caracterização geográfico-física e aspectos sócio-culturais, sua composição e importância, hoje, como centro turístico regional, nacional e internacional³.

No quarto e último capítulo é apresentado um estudo de caso em Morro de São Paulo, com informações sobre a ilha e a relação das pousadas com o turista, a comunidade e o meio ambiente e, em seguida, são descritos os dados qualitativos que mostram uma análise pessoal coletada durante a pesquisa. Também foram quantificados dados que mostram números e porcentagens de tabulação obtida através das respostas dos proprietários das pousadas.

A ilha vizinha de Boipeba foi escolhida para a realização de exemplos técnicos e estudos comparativos uma vez que pertence ao mesmo pólo, Costa do Dendê, e também está inserida na mesma Área de proteção Ambiental - APA

³ Segundo informações de pousadeiros locais, agentes de viagens, estrangeiros e BAHIAUTURSA (2002).

Tinharé Boipeba. Esse cotejo possibilitou analisar e compreender que destinos próximos podem obter resultados diferenciados por conta das gestões realizadas. É necessário afirmar que foi aplicada a mesma metodologia para que os resultados se apresentassem dentro de uma mesma configuração.

Nesse capítulo também foram inseridos mapas e fotos dos destinos com suas características físicas, ambientais e sociais, mostrando, inclusive, os impactos ocasionados pelas pousadas e pelas atividades turísticas implementadas.

No mesmo capítulo, é apresentada uma análise crítica de toda a pesquisa de campo. É nessa análise que a autora expõe seus pontos de vista, desde a configuração da pousada como equipamento turístico para o destino âncora da Costa do Dendê - Morro de São Paulo até os impactos resultantes da atividade turística e sua sustentabilidade. Realizando, por fim, uma análise comparativa com Boipeba e a relação de todo esse conjunto com o turismo sustentável.

INTRODUÇÃO

Hoje, o turismo é o setor de maior crescimento na economia e o maior gerador de emprego e renda para as comunidades e nações. Tem uma importância não somente cultural, social e ambiental, mas também econômica.

Necessário se torna, assim, reforçar o conceito de turismo que, segundo Oliveira², (2002, p.36) afirma:

“Denomina-se turismo o conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural produzidos numa localidade, decorrente do relacionamento entre os visitantes com os locais visitados durante a presença temporária de pessoas que se deslocam de seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos”.

O mercado internacional do turismo evoluiu de 25 milhões de visitantes, em 1950, para 500 milhões em 1990. (Oliveira², 2002). E vem crescendo a cada ano, com a possibilidade de chegar a 1 bilhão em 2010 e para 2020, as estimativas da OMT - Organização Mundial de Turismo apontam para mais de 1,6 bilhões de viagens internacionais. (Petrocchi, 2001).

No Brasil, em 1980, esse setor empregava 2,62% do PIB – Produto Interno Bruto, global brasileiro. Em 1987, essa participação subiu para 6,62% do PIB, aumentando para 9,10% em 1990. (Oliveira², 2002).

Em relação à geração de emprego, o turismo tem um dado bastante favorável. Um emprego em montadoras de automóveis exige investimentos da ordem de 250 mil dólares. Na indústria em geral, cada emprego custa cerca de 150 mil dólares. Na hotelaria, o investimento por posto de trabalho cai para 60 mil dólares, em valores aproximados. Entre os investimentos do turismo, é a hotelaria que ocupa o melhor lugar. (Petrocchi, 2001).

As viagens de lazer crescem a cada ano e, tornaram-se uma atividade principal, geradora de emprego para diversas localidades, já que turistas, além de utilizarem os serviços de transporte, hospedagem e alimentação, fazem uso de outros equipamentos como bares, cinemas, lojas de souvenir e o comércio em geral.

Para a realização e desenvolvimento dessa atividade foram crescendo postos de trabalho que geraram empregos diretos e indiretos, inclusive postos públicos para aplicação de infra-estrutura em algumas cidades.

Esses lugares foram surgindo a partir de descobertas dos próprios turistas que, ao desbravarem o local, perceberam o seu potencial para o turismo. Com um fluxo crescente, o poder público resolveu investir em processos de urbanização e

instalação de infra-estrutura turística, como a construção de meios de hospedagem, comércio, meios de transporte e todo o mais necessário à atividade turística em si.

Os meios de hospedagem são um dos fatores principais dentro de um processo de urbanização voltado para fins turísticos e responsáveis pelo desencadeamento do fluxo turístico em uma determinada região. Esses equipamentos atendem as necessidades turísticas e em até em alguns casos são a própria atração da localidade.

No estado baiano existe uma grande quantidade de meios de hospedagem e muitos ainda sendo instalados. Das mais variadas tipologias e tamanhos vêm crescendo para atender a demanda turística do estado não para de aumentar.

Na Bahia, existe uma grande variedade de pólos turísticos com incentivos, principalmente do PRODETUR-NE e PRODETUR-BA, num trabalho conjunto com o órgão federal do turismo - EMBRATUR e o órgão estadual de turismo - BAHIATURSA, além de incentivos financeiros através da SUINVEST - Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos. (BAHIATURSA, 2000).

Em decorrência de uma série de fatores e injunções de políticas públicas e sociais, diversas regiões tiveram seu perfil econômico modificado. Assim, a região sul da Bahia, conhecida tipicamente como produtora de cacau e dendê passou a aferir maior renda através do turismo. As atividades turísticas acabaram por fazer com que o estado ficasse dividido em pólos ou zonas turísticas com potencial diferenciado a depender da região geográfica em que estivessem inseridas. Como exemplo, pode-se citar as diferenças existentes entre a Chapada Diamantina, com seu relevo todo especial e as belezas da extensa costa baiana. A princípio algumas localidades tinham o turismo como atividade secundária que acabou por tornar-se atividade principal.

Essas localidades foram crescendo e tornando-se áreas prioritárias de investimentos tão necessárias para o atendimento aos turistas, conforme o entendimento do que a BAHIATURSA define como destino âncora⁴. Nelas foram instalados equipamentos hoteleiros fundamentais, de pequeno porte, como as

⁴ Principal destino de uma região

pousadas que representam o tipo de hospedagem mais utilizado em pequenos lugares turísticos. (BAHIA, 2005).

Essas pousadas foram sendo construídas aos poucos e hoje são o meio de hospedagem que mais cresce no estado, segundo a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH, 2004). Esse crescimento não é analisado em proporções e números de UHs - Unidades Habitacionais -, mas de equipamentos construídos e que atraem cada vez mais turistas. Pelo seu porte (a maioria deles é pequena e com UHs em torno de quinze e que têm estrutura física de uma casa) é facilmente adaptável e por isso se tornou um sonho de muitos brasileiros que pertencem à classe média e que estão em busca da tão desejada qualidade de vida.

Já existe, inclusive, um crescente segmento de mercado que voltou seus olhos para a atividade turística e lança, freqüentemente, livros, cursos e afins que ensinam a arte de montar uma pousada, o investimento, o lucro, as características, tipos, a burocracia, aspectos legais e tantos outros.

A pousada brasileira apresenta características *sui generis em relação a outros países* uma vez que as condições de relevo e clima, situação histórica, social e política fazem grande diferença e não permitem que se estabeleça relações de similaridade. (Em capítulo posterior a definição da pousada brasileira se fará de maneira mais ampla).

Segundo a EMBRATUR, (2005), as pousadas no Brasil, até o final dos anos 90, tinham sua classificação pautada nas pousadas portuguesas, ou seja, eram equipamentos de hospedagem instalados em edificações históricas. Porém, percebendo que esses padrões não eram seguidos no país, recentemente a EMBRATUR alterou a classificação com características atuais e mais próximas à realidade desse tipo de equipamento.

Para entender melhor o equipamento pousada, com características próprias, tipicamente brasileiras, procurou-se analisar a sua estrutura física, administrativa e a sua relação com a localidade onde está inserida.

A relação entre o equipamento e o destino é muito importante, pois a partir dessa análise é possível entender os desdobramentos decorrentes do turismo e

inclusive perceber se há um entrosamento com a meio ambiente e a população local.

Em meados do século XX, o meio ambiente e a ecologia passaram a ser temas de preocupação mundial, mas só no final desse mesmo século que teve o grande marco (com a Conferência de Estocolmo em 1972 e em 1992 com a Agenda 21 no Rio-92) que chamou atenção do mundo para a gravidade da situação do meio ambiente. (Semana do Meio Ambiente, 2004).

Desde o final do século XX os problemas ambientais têm ocupado as mentes dos estudiosos dos assuntos relativos ao meio ambiente, pois o descaso do homem pelas essas questões relativas a natureza podem trazer as mais diversas conseqüências para a humanidade e vale lembrar que grande parte delas é decorrente da ação do próprio homem.

Por conta dos acontecimentos relativos ao meio ambiente e a relação dele com o território turístico, que escolheu-se como foco de estudo o distrito de Morro de São Paulo, na Bahia, pois durante determinado período, desde a primeira visita da autora ao local em 1990 até o ano de 2005, foram percebidas inúmeras alterações, principalmente em sua paisagem. Desmatamentos, lixo, aumento do número de insetos, poluição dos córregos e do mar, pesca predatória, ocupação indiscriminada do solo, falta de infra-estrutura básica adequada para atender à demanda crescente, são os principais problemas observados em Morro de São Paulo, mas o que mais chamou atenção da autora foi o grande número de pousadas que foram sendo construídas, ocupando toda extensão da praia, do morro e da vila, sem que para isso houvesse um controle por parte dos órgãos responsáveis. É imprescindível assinalar que a pousada é de suma importância para Morro de São Paulo, pois segundo a BAHIATURSA, (2002), esse equipamento representa aproximadamente 90% dos meios de hospedagem existentes na localidade.

O que se pretende nessa pesquisa é analisar as mudanças ocorridas na localidade e verificar possíveis impactos que a construção das pousadas em Morro de São Paulo pode causar ao meio ambiente, os danos permanentes ou não e a responsabilidade daqueles que deveriam ser “vigias” da preservação já

que podem, de alguma forma, influenciar o futuro da comunidade e da atividade turística.

Para obter uma melhor compreensão da relação dos impactos, o meio ambiente e as pousadas é importante entender o conceito do mesmo. Já que os impactos ambientais são ocasionados por confrontos diretos ou indiretos entre o homem e a natureza. Segundo a Resolução CONAMA nº001, 23 de janeiro e 1986 apud CIMM, 2006), considera-se Impacto Ambiental:

(...) qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e; a qualidade dos recursos ambientais (...).

Judicialmente, o conceito de Impacto Ambiental refere-se exclusivamente aos efeitos da ação humana sobre o meio ambiente. Portanto, fenômenos naturais como tempestades, enchentes, incêndios florestais por causa natural, terremotos e outros, apesar de provocarem as alterações ressaltadas, não caracterizam um impacto ambiental. (CIMM, 2006).

Os impactos ambientais podem ser notados em diversas localidades turísticas e vale, portanto, destacar a relação direta que possui com o território e o homem.

Essa pesquisa poderá servir, então, como alerta para uma avaliação criteriosa dos possíveis impactos que as pousadas podem causar ao meio ambiente para assim se notabilizar um envolvimento maior da comunidade, empresários e o poder público no processo de mitigação dos problemas apresentados. Há de se notar, também, que não houve um planejamento anterior ao processo de turistificação que tornou a localidade de Morro de São Paulo o destino principal do pólo turístico baiano conhecido como Costa do Dendê. (BAHIATURSA, 2000).

Para entender a importância de um planejamento em uma localidade turística, Ruschmann, (2002), descreve: que a finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada

evitando, dessa forma, os efeitos negativos nos recursos, que destroem ou reduzem sua atratividade.

Com o intuito de obter maiores informações acerca do assunto proposto na dissertação, foi também realizado um estudo comparativo com a Ilha de Boipeba, pois além de pertencer ao mesmo município, pólo turístico e a APA Tinharé Boipeba, são ilhas vizinhas e possuem aspectos naturais e culturais muito semelhantes. Boipeba, por ter difícil acesso e ainda estar em processo de descoberta pelos visitantes, conta com apenas vinte e cinco pousadas cadastradas e, dessa maneira, não apresenta ainda, grandes avanços nos meios de hospedagem, mantendo ainda o aspecto de uma vila de pescadores.

Não se pode deixar de notar que existem moradores e empresários preocupados com a preservação do meio ambiente e a especulação imobiliária. Esse movimento é simbolizado pela presença de duas, entre outras, importantes associações. A primeira e de maior destaque é a AMABO – Associação de Moradores e Amigos de Boipeba que realiza ações preventivas de proteção à natureza e à cultura local, envolvendo tanto pousadeiros como a população, em ações conjuntas. A segunda é a Associação de Pescadores da ilha que busca seus direitos junto à Prefeitura e ao Governo para trazer melhorias não só relacionadas à pesca, mas à ilha em geral, para atrair mais turistas, mas sempre com uma visão sustentável.

Pensando nas questões relativas a importância do desenvolvimento turístico sustentável⁵ juntamente pela identidade da pesquisadora com as pousadas e a sua relação com a cultura, o meio ambiente e a população local que esse trabalho foi estimulado. Especificamente, essa afinidade e predisposição surgiram quando se verificou que, por se tratar de pequenos empreendimentos, geralmente situados em núcleos de pouca extensão e ser um tema pouco pesquisado, essas

⁵ Aquele que atende às necessidades dos turistas atuais, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras; e como meio ambiente entende-se a biosfera, isto é as rochas, as águas e o ar que envolvem a Terra, juntamente com seus ecossistemas, constituídos de comunidades – integradas por indivíduos e todos os tipos de vida animal e vegetal. Essa definição também inclui todos os tipos de construções feitas pela mão do homem: as cidades, os monumentos históricos, os sítios arqueológicos e ainda, os padrões de comportamento das populações – o folclore, o vestuário, a gastronomia e o modo de vida das comunidades. (Ruschmann, 2002).

pousadas podem gerar sérios impactos. Um dos principais se refere à construção e administração criteriosa e cuidadosa dos equipamentos para que, posteriormente, não sejam prejudicados o fluxo turístico na Ilha e todos aqueles que dele dependem para sua sobrevivência.

Finalmente, para concluir esse intróito, é necessário mostrar que a importância desse estudo baseia-se na definição e caracterização do meio de hospedagem pousada que é tão comum nas localidades turísticas. Foi feita também uma análise dos impactos que ele causa, principalmente quando não há planejamento e controle sobre o destino escolhido, quantidade e a maneira como é instalada.

Capítulo I

1. METODOLOGIA: MÉTODOS E TÉCNICAS UTILIZADAS

1.1 MORRO DE SÃO PAULO

A metodologia utilizada neste estudo está baseada principalmente em fontes primárias⁶ provenientes de um levantamento de campo que envolve as pousadas em Morro de São Paulo e Boipeba. Foram realizadas entrevistas com os proprietários de pousadas e representantes das associações, além de colher depoimentos não só de habitantes locais como de um fiscal do meio ambiente. Obteve-se, assim, dados quantitativos e qualitativos importantes para o desenvolvimento da pesquisa. Há de se destacar ainda as visitas feitas a órgãos públicos que ajudaram a compreender o funcionamento e a aplicação de leis inerentes à atividade turística da área de estudo.

A pesquisa passou por todas as etapas necessárias e importantes, desde a realização de um projeto de pesquisa até a coleta e análise dos dados, conseqüente tabulação e apresentação dos resultados.

O estudo foi realizado em bases empíricas⁷ e tem entre seus objetivos a pesquisa exploratória, ou seja, utilizou-se de grande quantidade de fontes secundárias⁸ e descritivas, que exigem um conhecimento profundo do problema estudado por parte do pesquisador. Foi também realizado um estudo descritivo estatístico que levantou em trabalho de campo resultados que permitem uma generalização. O tipo de pesquisa foi bibliográfica e documental e foram aplicados questionários e técnica de registro fotográfica.

Pode-se resumir que a pesquisa foi desenvolvida sob varias formas, sendo elas:

⁶É constituída pelo material mais recente e original que não possua distribuição por esquemas predeterminados e que possa ser encontrado em revistas, informes de investigação, atas, produção acadêmicas e livros. (Dencker, 1998).

⁷ Pesquisa com experiência concreta, do confronto com a realidade. (Dencker, 1998).

⁸ Material conhecido e organizado segundo um esquema determinado. Informam sobre o que se publica. (Dencker, 1998).

- Pesquisa Bibliográfica e Documental⁹;
- Pesquisa Experimental¹⁰;
- Coleta de Dados¹¹;
- Estudo de Caso¹².

Considerando-se que Morro de São Paulo possui uma população estimada em 1.634 habitantes, 738 domicílios cadastrados (IBGE, 2000) e 102 pousadas cadastradas pela BAHIATURSA, a aplicação de 61 questionários nessas pousadas e entrevistas entre os proprietários de pousadas ou responsáveis das mais variadas naturalidades e nacionalidades significa que houve representatividade metodológica, já que 60% dos pousadeiros responderam os questionários. (Dencker, 1998).

Segundo ainda a mesma autora, nem todas as pesquisas são realizadas por amostragem, pois elas são indicadas quando a análise de alguns casos é suficiente para permitir estimativas referentes ao universo. A mesma autora ainda propõe que, no caso de existirem variáveis que envolvam formas de avaliação ou opinião de segmentos específicos, não é necessária a investigação de todos os indivíduos que compõem a população. Os dados podem ser levantados por meio de amostragem definida pelo pesquisador, por critérios estatísticos ou de forma intencional, sem que isso comprometa sua veracidade.

A pesquisa baseou-se em informações qualitativas e quantitativas para obtenção de conhecimentos específicos, probabilísticos e representativos. Durante a realização e aplicação dos questionários foram obedecidos os critérios estabelecidos por Dencker (1998), como dados estatísticos confiáveis. A escolha

⁹É desenvolvida a partir de material já elaborado: livros e artigos científicos. Já a pesquisa documental difere-se da bibliográfica por utilizar material que ainda não recebeu tratamento analítico ou pode ser reelaborado. (Dencker, 1998).

¹⁰Busca estabelecer relações de causa e efeito nas pesquisas de mercado. (Dencker, 1998).

¹¹É a fase do método de pesquisa que tem por objetivo obter informações sobre a realidade. E na pesquisa de campo foram realizadas por e métodos: entrevista e questionário. (Dencker, 1998).

¹²Estudo profundo e exaustivo de determinados objetos ou situações. Permite o conhecimento em profundidade dos processos e relações sociais. (Dencker, 1998).

das pousadas deu-se dentro das mais variadas tipologias e localizações, a fim de entender toda a complexidade e extensão da problemática levantada.

Na aplicação dos questionários às 61 pousadas cadastradas em Morro de São Paulo, foram realizadas, em média, 70 perguntas para cada proprietário ou responsável pelos empreendimentos selecionados. Nos questionários foram também descritas algumas observações realizadas *in loco* e alguns relatos extras dos próprios pousadeiros que resultaram em informações importantes para a pesquisa. Nesses relatos, inclusive, os entrevistados realizaram críticas positivas e negativas sobre a localidade, a população, os turistas, o governo e até mesmo as ações das próprias pousadas.

Foi utilizado o mesmo questionário para todas as pousadas visitadas, para que se pudesse manter uma uniformidade e assim uma tabulação de todos os dados. Durante toda a pesquisa de campo buscou-se realizar visitas técnicas em épocas distintas para que se observasse toda a movimentação turística e de moradores sem que se focasse um único período.

Foram realizadas quatro visitas técnicas a Morro de São Paulo; duas no ano de 2004 nos meses de abril e julho e duas nos meses de fevereiro e março de 2005.

Em abril, a visita técnica ocorreu durante o feriado de Semana Santa, época de grande fluxo de turistas na localidade o que tornou interessante a coleta de dados.

Julho é uma época de visitação de muitos turistas oriundos do sul e sudeste e, principalmente, estrangeiros, já que esse é um período de férias para muitos deles.

Fevereiro também foi escolhido como mês para visitação por ser verão, e é considerado um mês de alta estação da ilha sendo constante a presença de muitos turistas de todas as regiões.

Março é considerado um período de baixa estação, em que se encontram poucos turistas e os preços tendem a baixar muito, em média 40%.

Todas essas quatro visitas tiveram importância para as atividades desenvolvidas e buscaram dentro do tempo permitido analisar todo o necessário para desenvolver a pesquisa proposta. Para obter um melhor entendimento de todas as visitas realizadas, seguem abaixo as descrições em detalhe:

Nos dias 10, 11 e 12 do mês de abril de 2004, foi realizada, uma pesquisa de campo de caráter exploratório em busca de possíveis alterações ambientais ocorridas desde a última visita da autora à ilha. Nesse ínterim foi possível estabelecer-se um maior contato com os turistas e a comunidade local. Assim, foram também identificadas pessoas que exerceram influência considerável para o processo de turistificação da ilha. Na oportunidade foram realizados registros fotográficos importantes.

Nos dias 20, 21, 22 e 23 de julho de 2004, a autora realizou contatos com os pousadeiros, aplicou um total de 15 questionários¹³ e produziu uma entrevista com a presidente da Associação de Pousadas. Equipamentos e paisagens em seu entorno foram devidamente registrados através de fotografias.

Nos dias 22, 23, 24 e 25 de fevereiro de 2005, foram aplicados 21 questionários e uma entrevista com o responsável pelo CIT - Centro de Informações Turísticas - da ilha. Vários registros fotográficos também foram feitos na ocasião.

E, por último, nos dias 15, 16, 17 e 18 de março de 2005 foram aplicados 25 questionários e produzida uma entrevista com o gerente técnico da Embasa - Empresa Baiana de Águas e Saneamento na ilha. Para complementar o trabalho, foram registradas 150 exposições fotográficas.

No total, foram realizados aproximadamente 500 registros fotográficos das mais diversas paisagens e ângulos e neles são mostrados impactos, alterações na natureza e ocupações nos mais diversos níveis.

As 61 pessoas entrevistadas são as responsáveis por pousadas cadastradas dos mais diversos tipos e localizações. Não foi pré-estabelecido um ordenamento cronológico, ou seja, tempo de construção das pousadas, mas buscou-se escolher aqueles empreendimentos que pudessem remeter a um entendimento global

¹³ O questionário aplicado aos pousadeiros de Morro de São Paulo encontra-se em apêndice.

sobre os impactos e as potencialidades do território turístico em estudo nas mais diversas localizações: praia, vila, morro e no interior próximo às zonas de favelização. Deve se destacar que a pesquisa procurou relacionar pousadas das mais variadas características físicas, pequenas, grandes, com diferentes tarifas, das mais simples às mais sofisticadas. Estabeleceu-se uma meta a ser cumprida em cada visita técnica realizada, que variava entre 15 a 25 questionários por vez, essa variação ocorria, pois dependia do poder de síntese de cada pousadeiro e das informações adicionais que ele fornecia.

Os pousadeiros foram abordados em suas próprias pousadas, de preferência no momento em que acontecia o primeiro contato. Quando não era possível, marcava-se um horário para a aplicação do questionário, de acordo com a disponibilidade, pois não se pretendia correr o risco de comprometer o resultado devido ao inoportuno do horário para os entrevistados. Os questionamentos duravam em média uma hora e meia, e foram realizadas aproximadamente 70 perguntas (objetivas e subjetivas) para cada pousadeiro. As respostas dos questionários eram, em sua maioria, objetivas. Todas as respostas eram transcritas no próprio questionário para depois serem tabuladas. A depender do pousadeiro e das suas respostas, eram realizadas outras perguntas que pudessem esclarecer dúvidas e enriquecer o trabalho. Houve algumas limitações, como a inibição dos entrevistados em responder a algumas perguntas, que foram corrigidas pelos próprios questionados durante a entrevista e até pelas observações *in loco* do pesquisador.

Por meio da pesquisa de campo foi possível analisar a importância do meio de hospedagem – **pousada** - e a sua relação com a comunidade e com os turistas, os impactos sociais e principalmente ambientais, ocorridos em Morro de São Paulo a partir da inserção da atividade turística no local.

Partindo da problemática de que as percepções sobre os impactos não ocorrem de forma isolada do contexto de uma atividade globalizada, como é o turismo, as pousadas representam um dos principais equipamentos a serem avaliados, principalmente por significar 86% dos meios de hospedagem da ilha,

ficando os hotéis em segundo lugar, com 11%, resorts com 2%, e campings com apenas 1%.

Para demonstrar o exposto, buscou-se informações das mais variadas possíveis e uma síntese analítica para que a interpretação dos dados obtidos, *a priori*, na aplicação dos questionários, fosse objeto do estudo após tabulação das respostas e observação durante a pesquisa de campo.

Para embasar e desenvolver com maior rigor a excelência do que ora se apresenta, foram realizadas pesquisas em livros, revistas, jornais, documentos antigos e atuais, folders e sites. De posse desse material foi possível confirmar as idéias descritas e justificar os possíveis questionamentos. A bibliografia posteriormente descrita foi responsável pelo implemento de raciocínio lógico que capacitou o entendimento e a análise de todos os processos decorrentes da atividade turística que vão desde o processo de turistificação da ilha, passando pelas pousadas até chegar ao estágio final dos impactos ocasionados.

Para uma fundamentação teórica sobre a relação entre turismo e território foi importante a análise de dois autores: Luchiari (1998) e Knafo (2001), que apresentam, em seus textos, discursos embaixadores para a análise dos territórios estudados – Morro de São Paulo e Boipeba e entender como ocorreu o processo da urbanização turística nessas duas ilhas.

Para uma melhor fundamentação teórica sobre as definições do que seja uma pousada, foi importante a base do autor Oliveira² (2002), pois em seu livro considera-se a pousada como forma de estabelecimento hoteleiro que utiliza edifícios com valor histórico ou construções novas seguindo estilos arquitetônicos regionais. Normalmente, as pousadas estão em locais que oferecem paisagem e comida típica da região. Oferecem também um local de desfrute onde o visitante preserva sua identidade e não se sente nunca submetido a um serviço padronizado. A pousada deve estar em consonância e trabalhar dentro do ritmo e expectativas do hóspede, respeitando sua tranquilidade e respondendo às suas solicitações.

Para obter maiores embasamentos acerca da hospitalidade, foram lidos diversos conceitos dos mais variados autores, no entanto, vale destacar o livro de

Dias (2002) composto por artigos de diversos estudiosos da hospitalidade. Nesse livro abrangeram mais do que aspectos ligados à hotelaria, pois trabalharam assuntos relacionados à receptividade turística e a relação direta que possui como a maneira de receber e acolher o visitante. O livro engloba, também, análises desde a satisfação de necessidade de ordem psicológica, passando pelas trocas culturais, até as relações socioeconômicas, chegando à discussão sobre os aspectos atuais da hospitalidade.

Já para uma análise do que é a hospitalidade e o que representa para a sociedade, o autor Cooper (2001), em seu livro ele afirma que a Hospitalidade pode ser lucrativa ou não e que envolve a interação satisfatória entre serviço e prestador, consumidor e hóspede devendo todas as partes relacionadas estar sempre atentas para a comunidade onde está inserido o meio de hospedagem.

Para obter um melhor embasamento sobre Meio Ambiente e Turismo Sustentável, estudou-se o autor Swarbrooke (2000), principalmente em seu livro Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental. Ele define que uma das peças fundamentais do turismo sustentável é a idéia da interação e equilíbrio entre a eficiência econômica, igualdade social e conservação ambiental.

Em relação aos estudos sobre os impactos sócio-ambientais, buscou-se órgão estaduais, como CRA - Centro de Recursos Ambientais e CONDER - Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - que são órgãos responsáveis pelo meio ambiente e possuem material importante que descreve e caracteriza os impactos. Os estudos mostram que, em alguns momentos, a paisagem se deteriora com o exercício da atividade turística das mais diversas formas possíveis, evidentes ou não. A transformação dos espaços naturais para implementação de pousadas é uma delas, pois, além de modificar a paisagem de modo negativo, degradam a natureza e até geram, em alguns casos, problemas sociais.

Para o esclarecimento de algumas definições, utilizou-se, ainda, o material feito pela BAHIATURSA - Empresa de Turismo da Bahia S/A -, como um referencial de destaque, principalmente os ligados atividade turística, pois possui não só pesquisas relevantes na região, mas também detém referências

importantes como jornais, revistas e livros que dão um embasamento necessário para o desenvolvimento da pesquisa.

➤ **Técnicas de Pesquisa**

Contextualização

- Visita à vila de Morro de São Paulo e caracterização empírica do lugar;
- Levantamento bibliográfico, cartográfico e documental e seleção de material através da aquisição de documentação básica, revisão da literatura disponível em bibliotecas, arquivos e documentação específica sobre o tema e área de estudo como: mapas, fotos aéreas e cartas temáticas a fim de identificar, delimitar e comparar os dados obtidos da área de abrangência estudada.

Investigação dos agentes socioespaciais

- A estrutura ou configuração territorial do turismo na vila de Morro de São Paulo;
- Meios de Hospedagem – pousadas;
- Serviços de transporte aéreo, terrestre e marítimo.

1.2 BOIPEBA

Uma vez que um dos objetos de estudo da pesquisa que ora é apresentada inclui uma comparação da Ilha de Boipeba como território turístico, foi utilizada a mesma metodologia que foi empregada em Morro de São Paulo.

Vale ressaltar que a autora teve o primeiro contato com a ilha de Boipeba no final da década de 90 e a partir daí pode perceber as alterações que ocorrem na ilha com o tempo até os dias atuais.

Para realização da pesquisa, foi feita uma visita técnica na ilha nos dias 4, 5, 6 e 7 de outubro de 2005. A aplicação de questionários¹⁴ entre os pousadeiros deu-se de forma sistemática e procurou alcançar os mesmos objetivos quando da realização destes em Morro de São Paulo.

Acrescidas a essa ação foram feitas entrevistas¹⁵ com os responsáveis pela Associação de Moradores e Amigos de Boipeba – AMABO e a Associação de Pescadores. Dessas entrevistas foram retiradas informações muito importantes no que concerne às potencialidades, estrutura e impactos que o turismo pode causar em territórios turísticos.

Existem em Boipeba somente 25 pousadas cadastradas na BAHIATURSA, número inferior à quantidade registrada em Morro de São Paulo, porém bastante significativo por Boipeba ter uma vila de menor dimensão, com uma população de 699 habitantes. O percentual de 40% de questionários aplicados foi considerado suficientemente representativo para a tabulação e análise de dados, fundamentais para a realização de ações comparativas com a ilha de Morro de São Paulo, que é o verdadeiro foco da pesquisa. (Dencker, 1998).

¹⁴ O questionário aplicado aos pousadeiros de Boipeba encontra-se em apêndice.

¹⁵ Os questionários com as perguntas realizadas durante as entrevistas com o Fiscal do Meio Ambiente, a Associação de Pescadores e com a AMABO, encontram-se em apêndice.

Capítulo II

2. URBANIZAÇÃO TURÍSTICA

No Brasil, apesar de ter cerca de 80% da população vivendo em cidades (CNM, 2003), é sabido que apenas uma pequena porção dos 8,5 milhões de km² do território nacional é urbanizada. Dados do último censo demográfico, realizado em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE mostram que o Brasil é 81,2% urbanizado. (ECON, 2001).

Esses $\frac{3}{4}$ da população brasileira estão concentrados em uma estreita faixa, próxima ao mar, além de algumas porções do território em que tais aglomerações foram historicamente favorecidas, e é aí que ocorrem as maiores transformações urbanísticas e também a predominância do turismo. (Cruz, 2000, p. 33).

Para tanto é importante conhecer o conceito de urbanização turística, na forma como foi aplicado por Mullins ("tourism urbanisations", 1991 apud Mascarenhas, 2004), corresponde basicamente à constatação da existência de formas específicas de produção do espaço urbano engendradas a partir da atividade turística, sobretudo quando esta se impõe como dominante na economia local. Para o autor, as cidades turísticas "representam uma nova e extraordinária forma e urbanização¹⁶". Tradicionalmente, sabe-se que as aglomerações urbanas surgiram e cresceram em torno da acumulação do excedente agrícola do comércio e mais tarde, da produção de bens manufaturados. Por seu turno, as cidades turísticas dedicam-se quase exclusivamente ao consumo, e mais precisamente ao consumo de artigos e serviços de diversão, prazer, relaxamento e recreação, e não ao consumo de necessidades básicas como moradia, serviços de saúde, abastecimento alimentar, educação etc. Tal especificidade irá se verificar nitidamente no uso do solo e se espacializar na morfologia urbana.

A modalidade de turismo predominante no país é litorânea e, portanto, coincide com a porção mais urbanizada do território brasileiro. Segundo Cruz

¹⁶Mullins, 1991:336 apud Mascarenhas, 2004.

(2000), esse fato não constitui, na verdade, uma mera coincidência, já que o turismo requer infra-estrutura turística e infra-estrutura de suporte, isto é, urbana. Ainda que precária, essa infra-estrutura de suporte está, no caso brasileiro, espacialmente concentrada na faixa litorânea.

Segundo alguns autores que estudam o processo de urbanização do turismo, dentre eles Luchiari (1998), Luchiari (2000), Cruz (2000), Cruz (2001), Knafo (2001) e Petrocchi (2001), é possível notar a existência de diversas linhas de pesquisa que destacam, principalmente, a relação entre turismo e território, geradora, inclusive, de um processo de turistificação importante para a solidificação e implementação de uma determinada localidade como fonte de recurso para a comunidade.

É importante ressaltar que, para a implantação de uma determinada localidade como uma incipiente fonte de renda gerada pelo turismo, é necessária infra-estrutura que se traduza em serviços condizentes com a atividade. Só assim se poderá atender à demanda e criar-se a composição de um quadro crescente de cidades que passaram pela chamada urbanização turística.

As cidades turísticas representam uma nova forma de urbanização porque elas são organizadas não para a produção, como o foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens. (Mullins, 1991 apud Luchiari, 1998). É válido destacar que em algumas localidades turísticas é possível encontrar artesanato que não é visto como uma produção em cadeia, mas como uma forma extra de geração de renda e mostragem da cultura local.

Após a Revolução Urbana, as cidades foram construídas para a produção e para as necessidades básicas, enquanto que as cidades ditas turísticas ergueram-se unicamente voltadas para o consumo e para o lazer. Este é um dos motivos que levou alguns autores a considerarem as cidades turísticas como um exemplo expressivo de cidade pós-moderna. (Mullins, 1991 apud Luchiari, 1998).

A urbanização turística pode ocorrer em localidades com diversidade paisagística, ou seja, tanto naturais como artificiais. Assim é possível notar que algumas cidades chegam a redefinir toda sua vida econômica em função do

desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens atrativas para o consumo e para o lazer. (Luchiari, 1998).

Para se obter um melhor entendimento do processo acima descrito, escolheu-se Morro de São Paulo, na Bahia, pois se trata de uma localidade que, além de apresentar fatores relevantes para a compreensão da urbanização turística está localizado na Bahia, estado de grande destaque turístico, já que representa, hoje, o segundo destino mais procurado pelos turistas de lazer no país. (BAHIA, 2005).

Até meados de 1950, a Bahia apresentava uma economia basicamente agrícola sustentada pelo cacau e outras culturas de exportação. Nas três décadas seguintes, experimentou intenso processo de crescimento e transformação estrutural ocasionado pela implantação, em meados de 1960, da Refinaria Landolfo Alves, em Mataripe, Centro Industrial de Aratu – CIA, e do Complexo Petroquímico de Camaçari – COPEC, na década de 70, o que consolidou o processo de industrialização do Estado. (BAHIATURSA, 2000).

Pode-se dizer que o *boom* industrial, econômico e o comercial foram potentes influenciadores para o surgimento de um significativo e substancial aumento da rede hoteleira no estado. Além disso, não se pode deixar de ressaltar as belezas naturais e o rico folclore e cultura que cercam a região reconhecidos em fotos, livros, revistas, jornais, músicas, poemas, e entre tantos outros meios de comunicação.

A ampliação e modernização da infra-estrutura hoteleira em Salvador, a partir dos anos 70, e a descoberta de cidades do litoral como Porto Seguro e a ilha de Itaparica, com um grande afluxo de visitantes, são resultado de uma política pública de incentivo ao desenvolvimento do turismo como importante atividade econômica do estado.

Este fato ocorreu não só na não só na Bahia, mas em grande parte das cidades turísticas, como afirma Cruz (2001, p.16):

(...) A maior parte das localidades turísticas consolidadas no mundo, existiam como cidades, antes do aparecimento do turismo em seu território. Isso se explica pelo fato de o fenômeno urbano ser muito anterior ao advento do turismo, como atividade econômica organizada, o que acontece somente no século XIX(...).

Deve-se lembrar, porém, que existem casos em que a urbanização é posterior à incorporação do lugar pelo turismo.

Exemplos típicos desse caso são alguns pequenos povoados litorâneos, como Itacaré e Morro de São Paulo, na Bahia. Esses povoados surgiram, a princípio, como destino turístico incipiente, visitados por hippies¹⁷ e mochileiros¹⁸. Com o aumento da demanda, esses povoados foram submetidos a um processo de urbanização devido a uma necessidade de infra-estrutura que atendesse ao crescimento turístico.

Segundo Luchiari (1998, p.25 e 26), algumas características mais marcantes definem a urbanização turística distinguindo-a do processo tradicional de urbanização e de produção das cidades industriais. Pelas particularidades das cidades onde a atividade turística é preponderante, os autores estudados destacam aspectos significativos a serem consolidados para análise urbanística e de desenvolvimento. Entre eles se destacam:

(...)

1) O consumo é mais importante que a produção, o que não significa que não haja produção, mas que esta é orientada para o consumo turístico;

2) A Mão-de-obra concentra-se na construção civil e no setor de serviços: do próprio setor turístico, dos transportes, comunicação etc.

3) *Há uma valorização estética da paisagem da cidade (natural e/ou construída), e utilização de estratégias de marketing na produção de cartões postais.*

4) Há uma revalorização no uso do solo urbano, intensificando a especulação imobiliária e o processo de segregação residencial;

Há um crescimento acelerado da população e da força de trabalho impulsionado por fluxos migratórios;

¹⁷Membro de um grupo não conformista caracterizado pelo rompimento com a sociedade tradicional, especialmente no que respeita à aparência pessoal e aos hábitos e vida e por um enfático ideal de paz e amor universais. (Novo Dicionário Aurélio, 2004).

¹⁸Pessoas que viajam com mochila nas costas que abdicam de confortos e hábitos instituídos, adquiridos. Sem grande aparato ou luxo, se contentam com pouco ou nada no que se refere à acomodação. Tanto faz dormir em uma barraca, num albergue ou de favor na casa de algum morador local. O que se pretende é conhecer lugares e aproveitar ao máximo dessa descoberta. (Mochileiro.com, 2006).

- 5) No caso de cidades com “vocação natural” para o turismo (litorâneas, serranas, etc.) os postos de trabalho possuem ofertas sazonais;
- 6) A atividade turística promove empregos, mas, na maioria dos casos, para uma mão-de-obra qualificada vinda de fora, e sazonal, com contratos de trabalho precários (tempo parcial, mão de obra infantil, feminina, etc.)
- 7) A urbanização turística promove a ascensão de pequenos capitais (comerciantes, construtores...), favorecendo a formação de uma nova elite local;
- 8) Este novo segmento social constrói efetivamente as cidades turísticas, e consegue muito poder na política local.
- 9) A organização de moradores (sociedades de amigos de bairros, associações de moradores, etc) é um traço forte nestas cidades, geralmente refletindo as expectativas e necessidades locais em relação aos turistas e às necessidades do setor;
- 10) Embora a cidade turística possa ter como característica a produção específica de determinados bens de consumo (confeção, artigos de couro, madeira, produtos alimentícios etc.), o custo de vida para a população local é geralmente mais alto nas temporadas. (...)

Podem ser levantadas, ainda, outras características da urbanização turística, mas este procedimento classificatório só se justifica por meio de uma reflexão sobre a urbanização, as estratégias políticas e a importância do turismo como elemento transformador. (Luchiari, 1998).

Há situações em que a urbanização é o processo posterior decorrente da incorporação do lugar pelo turismo. Caso de povoados que surgem como destinos turísticos primários e que, com o aumento dos fluxos turísticos, são submetidos a um acelerado processo de urbanização para o turismo, em geral, confuso, porque não é planejado. (Cruz, 2000).

Segundo ainda Luchiari (1998, p.27), não se pode deixar de citar três fundamentos importantes no que diz respeito ao desenvolvimento turístico:

(...) O primeiro, é sobre a importância da participação dos vários segmentos da sociedade na promoção e implementação de diretrizes para o desenvolvimento turístico local ou regional. (...)

(...) A segunda consideração é sobre a importância do papel do Estado na estruturação dos planos de desenvolvimento turístico local/regional. É fundamental a atuação do Estado e dos poderes locais na regulamentação das

diretrizes básicas para a conciliação dos interesses da população local. (...)

(...) E o terceiro ponto refere-se ao uso, esvaziado de sentido social, do conceito de sustentabilidade na expansão de uma atividade econômica. O desenvolvimento regional pode ser planejado, equacionando da melhor maneira as relações entre interesses econômicos, sociais, políticos e daqueles que lutam pela preservação de ecossistemas naturais. (...)

Quando a relação turismo-território está junto à produção e ao consumo de espaços existem especificidades. É essa ligação o principal fator diferenciador do turismo entre outras atividades produtivas. Pode-se inferir, assim, que é por meio do processo de consumo de espaços que surgem os territórios turísticos.

(...) O processo de transformação de um determinado espaço em território turístico requer a re-adequação desse espaço à sua nova funcionalização, ou seja, à nova especialização que lhe é outorgada (...) Essa re-adequação significa, do ponto de vista de uma análise espacial, a criação de um sistema de objetos que dê familiaridade ao novo sistema de ações trazido pela demanda social do turismo (Luchiari, 1998 apud Cruz, 2000, p.17-18 et passim) (...)

Morro de São Paulo e Boipeba, na Bahia, como outras localidades turísticas tiveram sua urbanização vinculada a três importantes fatores que a seguir, serão expostos e que estão em consonância com a argumentação estabelecida por Knafou, (1996, apud Cruz, 2000).

A turistificação de Morro de São Paulo teve início na década de 70 pelos mochileiros e hippies que, ao conhecerem a ilha, se identificaram e passaram freqüentá-la com intensidade e uns passaram até nela residir. Tal fato gerou a ida de outros visitantes que ficaram encantados com a beleza do lugar e suas paradisíacas paisagens. No entanto, tornou-se necessária a construção de uma infra-estrutura capaz de atender à crescente demanda.

Knafou, (1996, apud Cruz, 2000), considera os turistas como a primeira fonte de turistificação, já que as diversas localidades do planeta estão recebendo cada

vez mais pessoas interessadas em não só conhecer tais locais como também interagir com os habitantes.

Em Morro de São Paulo, nos primórdios do turismo, 1970, e de acordo com o relato dos pousadeiros, os mochileiros e hippies se alojavam em acampamentos, praias e casas de moradores locais. Porém, com o passar do tempo, houve uma diversidade de visitantes e assim fizeram-se necessários alojamentos compatíveis com a nova classe de visitantes da ilha. Dessa forma, por serem economicamente mais viáveis, surgiram as pousadas como os primeiros meios de hospedagem no início de 1980. Elas foram a base para o desenvolvimento da localidade como destino turístico, pois em uma acomodação mais “confortável” os turistas podiam se sentir mais seguros contra as intempéries da natureza (chuva, vento, calor) e a própria violência que dia a dia se incorpora à vida dos homens. A consequência imediata é uma maior permanência e a geração de uma maior renda para a comunidade local. Todo esse processo pode ser entendido como um fator capitalista e não de forma espontânea.

Para tanto, o PRODETUR - Programa de Desenvolvimento Turístico (ver anexo pág 244), em 1995, inserido no plano governamental “Brasil em Ação”, permitiu a expansão da atividade turística de forma planejada e sistêmica, a partir da definição de macro estratégias de atuação previamente definidas. Outro objetivo desse plano é a integração da mão de obra local no processo de desenvolvimento turístico e a divisão em Zonas Turísticas proposta por órgãos públicos que defendiam uma política de apoio ao desenvolvimento do turismo em determinadas áreas. Assim, chegou-se ao entendimento da sua importância para a localidade e para a geração de postos de trabalho. Houve, inclusive, um investimento de capital estrangeiro que foi aplicado em meios de hospedagem, as chamadas pousadas. (BNDES, 2005).

As pousadas assim, pode-se dizer, foram o elo que faltava para o processo de turistificação tão necessário para o desenvolvimento de uma localidade, tanto no sentido econômico como social.

Quando se aborda a turistificação dos lugares e dos espaços não se pode deixar de citar o ponto de vista de Knafou (2001), pois é dele a lógica que mais se

enquadra nos territórios turísticos, principalmente em Morro de São Paulo e Boipeba que são as localidades turísticas em questão.

De acordo com o referido autor, três fontes geram a turistificação:

- A primeira fonte propõe que são os **turistas** os responsáveis pela origem do turismo - ele descreve que o turismo nasceu da vinda de cidadãos que mais tarde se chamaram de “turistas”; reafirmando que não são produtos que estão na origem deste processo, mas, sim, práticas.
- O **mercado** é a segunda fonte de criação de lugares turísticos e sua origem reside na concepção e na colocação de produtos turísticos, e não mais, diretamente, nas práticas turísticas, entre si.
- E a terceira fonte é **planejadores e promotores “territoriais”**. – em que estão inseridas as políticas públicas e privadas. A pública refere-se ao planejamento de desenvolvimento turístico por conta do governo e órgãos competentes e as políticas privadas são responsáveis pela implantação de equipamentos de lazer, alimentação e hospedagem, onde estão incluídas as pousadas.

Quando Knafo (2001), reafirma que os territórios turísticos são inventados e produzidos pelos turistas, objetiva chamar a atenção para a importância do turista no entendimento das práticas territoriais turísticas, pois sem ele, o lugar turístico não tem razão de ser.

Segundo diversos autores, dentre eles, Knafo (2001) e Cruz (2000), inúmeras definições já foram criadas para delimitar o que se entende por lugar turístico. Muitas dessas definições baseiam-se nas chamadas potencialidades turísticas, que ora são recursos naturais, ora recursos culturais ou ambos, ignorando o principal fator confirmador desses lugares como tal, ou seja, a presença do turista, pois é a presença dele que define a existência de um lugar turístico. Por outro lado, não se pode negar que destinos como Disneyworld, Cancun e até mesmo a Costa do Sauípe possam ser considerados espaços criados especificamente para atender ao turista e têm como sua fonte primária o

próprio turista. - “Os turistas estão na origem do turismo” (Knafou, 1996 apud Cruz, 2000). Para confirmar esse raciocínio, Cruz (2000, p.21) estabelece que:

(...) A apropriação primitiva de lugares por turistas pode ou não desdobrar-se em uma apropriação organizada, ou seja, na inserção dessa localidades, entre os destinos turísticos oficiais. O modo como se dá a passagem de uma para outra condição é que vai determinar a qualidade e a intensidade das transformações passíveis de ocorrer nesses territórios devido a seu uso pelo turismo (...).

A segunda fonte de turistificação de lugares a que se refere Knafou (2001), é o mercado, pois, para ele, a origem de uma localidade turística estaria na concepção e na produção de produtos turísticos, e não mais nas práticas turísticas em si.

Segundo Cruz (2000), a permanente necessidade de criação de novos produtos e, conseqüentemente, da expansão do mercado de consumo faz do mercado um agente importante da apropriação de territórios para uso do turismo, ou seja, de sua transformação em produto turístico. Portanto, o mercado, também bastante representado pela iniciativa privada e empresários do ramo turístico é, hoje, a principal fonte de turistificação dos lugares.

As transformações espaciais decorrem da apropriação de espaços naturais pelo turismo relacionadas, principalmente, aos fatores de acessibilidade, ou seja, para que o consumidor-turista possa alcançar determinado destino - seja uma área natural ou uma cidade -, faz-se necessária a existência de alguma infraestrutura de acesso. (Cruz, 2001).

Mesmo quando o turista está viajando somente para descansar ou em busca de calor ou frio, o conjunto da infra-estrutura turística - pousadas, bares, restaurantes etc. - e da infra-estrutura - acesso, água encanada, energia elétrica, saneamento básico, etc. - desempenha papel fundamental na sua decisão. Os turistas, por mais que estejam imbuídos do espírito aventureiro, não estariam sempre dispostos a dormir em barracas, tomar banho em córregos, ler à luz de candeeiro e preparar sua própria refeição. O que significa que a infra-estrutura, onde se incluem os meios de hospedagem, é de extrema importância para o desenvolvimento do turismo e que esse equipamento não é só requerido por aqueles que desejam um maior conforto, mas também pelos amantes da natureza.

Não se pode afirmar que turistas não gostem de utilizar banheiros coletivos ou dormir em redes, mas o que fica claro, principalmente nas localidades turísticas, é que a inserção de estruturas, principalmente de meios de hospedagem, favorece o crescimento do lugar e facilita a permanência dos turistas na localidade. O pernoite com segurança e condições higiênicas razoáveis pode até servir de um meio de divulgação da região e fazer com que haja uma demanda maior de visitantes.

O mercado, como fonte de criação do turismo e descrito por Knafou (2001), pode ter o conceito aplicado numa localidade como Morro de São Paulo, que tem o mercado bem representado pelas pousadas. Elas, além de serem um equipamento possuidor das mais variadas características e proporções, são bastante utilizadas pelos turistas, já que mais de 80% deles se acomodam nesse meio de hospedagem e as consideram como o equipamento mais adequado para a região. Justificam, essa afirmativa, descrevendo que, por representarem proporções pequenas fisicamente, causam menos impacto (visual e ambiental) e podem ser construídas ou adequadas com mais facilidade. Além do mais elas necessitam de um menor investimento se comparado a um hotel ou resort. Essa idéia tem reflexo inclusive em relação ao quesito hospitalidade, já que muitos turistas consideram o equipamento pousada como hospitaleiro¹⁹.

Segundo Cruz (2001, p.25) o turismo é o grande vetor capaz de organizar uma comunidade, pois:

(...) Indubitavelmente, é sobre os núcleos receptores de turistas que o turismo vai impor a maior gama de transformações socioespaciais. Infra-estrutura montadas e/ou apropriadas em função da acessibilidade dos turistas, como aeroportos e rodoviárias; infra-estruturas de hospedagem, restauração, lazer e serviços em geral, tudo passível de ser criado e/ou apropriado para o uso turístico (...)

Como terceira possibilidade de relação entre turismo e território, Knafou (1996, apud Cruz, 2000), indica a existência de territórios turísticos que

¹⁹ É o ato de hospedar, abrigar, alojar e interagir com outros seres humanos em locais planejados para tal e num determinado espaço de tempo. (Camargo, 2004). E segundo Cooper (2001) a hospitalidade pode ser lucrativa ou não e envolve a interação satisfatória entre serviço e prestador, consumidor e hospede, devendo estar sempre atenta para a comunidade onde está inserido.

correspondem aos territórios inventados e produzidos pelos turistas, mais ou menos retomados pelos operadores turísticos e pelos planejadores.

2.1 PROCESSO DE TURISTIFICAÇÃO DA BAHIA

Ao se fazer uma análise histórica do turismo, com base em estudos geográfico-econômicos que se reflete em ações e em determinados marcos, sobretudo, institucionais, Silva (2001), subdividiu a atividade turística na Bahia em quatro principais fases:

1) Implantação do turismo na Bahia – 1951-1962. Embora tenham ocorrido exemplos de ações típicas ligadas ao turismo em períodos anteriores como, por exemplo, a arrojada construção, no final nos anos 30, do hotel-cassino Palace Hotel²⁰, ou a chegada de navios em Salvador com turistas, a atividade turística só começa a ser realmente reconhecida como importante para a Bahia em 1951, quando a Prefeitura Municipal de Salvador criou um setor de divulgação e turismo na sua diretoria de arquivo, divulgação e estatística, transformada, em 1953, em diretoria Municipal de Turismo, órgão municipal pioneiro no Brasil, ao lado de Belo Horizonte e Recife. (Bonald, 1978 apud Silva, 2001).

O Governo do Estado da Bahia, por sua vez, construiu, em 1952, um hotel de grande porte, no bairro do Campo Grande, denominado Hotel da Bahia. O empreendimento custou caro aos cofres públicos, pois sua suntuosidade não se comparava ao que já existia em termos hotelaria no estado. Mais tarde, o turismo passa a fazer parte, pela primeira vez, do planejamento público ao ser incluído no conhecido, mas não aplicado, PLANDEB – Plano de Desenvolvimento do Estado da Bahia (1959-1962). Por outro lado, o transporte aéreo, na década de 50, assume uma crescente importância. (Silva, 2001):

2) A expansão do turismo baiano no cenário nacional – 1963-1972. A partir de 1963 observa-se um crescimento do turismo no estado graças, sobretudo, ao asfaltamento completo da rodovia Rio-Bahia que integrava a Bahia ao Sudeste.

²⁰ Empreendimento particular, localizado na rua Chile, centro da cidade do Salvador.

Em 1968, o Governo do Estado criou uma sociedade por ações, a BAHIATURSA – Hotéis de Turismo do Estado da Bahia S/A, (como era antigamente denominada), visando o desenvolvimento da hotelaria. (Silva, 2001).

3) O terceiro período (1971-1990) começa com uma ação institucional e política bem mais vigorosa do Governo do Estado que criou o CETUR - Conselho Estadual de Turismo e alterou a razão da Bahiatursa que passa a denominar-se Empresa de Turismo da Bahia S/A. Nesse período houve um crescimento nacional favorável ao turismo e assim foi ampliado o aeroporto de Salvador que adquiriu status internacional e foram implantados novos e grandes empreendimentos hoteleiros²¹. A partir do início dos anos 80 o turismo começa a crescer acentuadamente em Porto Seguro e em Ilhéus, o que marca a descentralização de destino dos turistas. (Silva, 2001).

4) Turismo como estratégia de desenvolvimento do Estado – 1991 – até os dias atuais. É o início de uma busca incessante de novas alternativas que possam sustentar o crescimento da Bahia como um grande pólo turístico. Inclusive para a entrada de turistas que visitem não só a região litorânea como também o interior do estado. (Silva, 2001).

Para tanto, o PRODETUR está promovendo, por meio de seus agentes de (re)ordenamento de territórios para uso do turismo, transformações que visam um crescimento significativo das atividades turísticas. Essas transformações estão sendo empreendidas por meio de vias políticas do PRODETUR-NE - Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste e PRODETUR-BA²² - Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado da Bahia. (PRODETUR, 2005).

Para reforçar e agilizar a implementação do PRODETUR-BA, o governo do Estado integrou-se ao PRODETUR-NE, que conta com recursos do governo federal e do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, liberados por intermédio do Banco do Nordeste. (BAHIA, 2005).

²¹ Como o Salvador Praia Hotel, Bahia Othon, o Club Mediterrané, o Méridian (hoje Hotel Pestana) e o Quatro Rodas (hoje Softel).

²² O PRODETUR-BA contém as bases da estratégia para o desenvolvimento do turismo no Estado, podendo ser descrito como um instrumento de intervenção governamental de caráter multissetorial que busca convergir ações nas áreas de infra-estrutura pública, promoção e educação para o turismo nas regiões prioritárias. (BAHIA, 2005).

O modelo de urbanização para o turismo adotado pelas políticas regionais de turismo na Bahia tem como principal objetivo a criação de pólos turísticos. Esse modelo está no PLANTUR - Plano Nacional de Turismo -, criado em 1922 e que tem em seu corpo um plano detalhado de ações a serem deflagradas pelo poder público federal para efetivar a política nacional de turismo.

Outro ponto de apoio para as políticas do turismo é o PROATUR - Programa de Apoio ao Turismo Regional do Nordeste -, criado pelo Banco do Nordeste. Esse programa insere-se no contexto do FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste -, já que utiliza-se dos recursos provenientes desse fundo. O PROATUR tem por objetivo o financiamento para a implantação, ampliação e a modernização de micro e pequenos empreendimentos do setor turístico. Neles estão incluídos, hotéis, pousadas, campings, trilhas ecológicas, agências de turismo, empresas dedicadas ao apoio turístico e empreendimentos que promovam atividades de animação, alimentação e transporte turístico. (Cruz, 2000).

Se não bastasse o PROATUR, existe também o PRODETUR/NE 1 e 2 -, que é o mais ousado programa de financiamento já realizado no setor turístico e tem como objetivo desenvolver e consolidar a atividade turística no Nordeste brasileiro. Ele é mais completo porque tenta garantir alternativas de sustentabilidade por meio de uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo. O programa é desenvolvido pelos governos dos estados do Nordeste com apoio do Governo Federal e financiado pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. (PRODETUR, 2002).

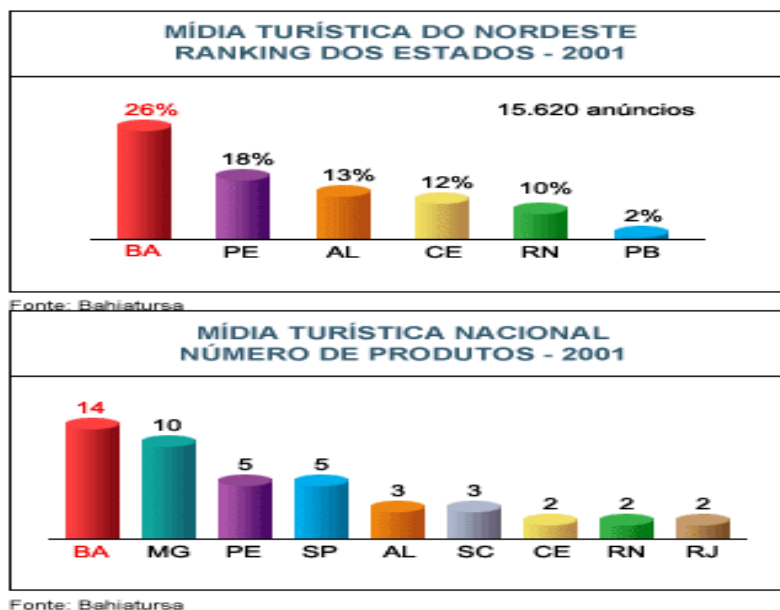
Na primeira fase do Programa, foram investidos aproximadamente US\$ 670 milhões com recursos do Governo Federal, dos Estados e do BID. Os recursos foram aplicados em aeroportos, implantação e melhoria de estradas, estruturação das redes de saneamento básico em áreas turísticas, ações voltadas para a preservação do meio ambiente, além da recuperação de patrimônio histórico e cultural de municípios turísticos da região. (PRODETUR, 2002).

O PRODETUR/NE foi de extrema importância para o crescimento do turismo na Bahia já que conseguiu consolidar sua posição como o terceiro estado mais

visitado do país. Esse fato possibilitou, inclusive, a criação de uma vertente estadual, a PRODETUR/BA e que pôde mais diretamente, apoiado pelo governo estadual, criar medidas facilitadoras para o processo de desenvolvimento de políticas públicas que alavancaram e transformaram o turismo em uma das trinta e duas principais atividades geradoras de renda para o estado. Foram assim criadas medidas incentivadoras de cunho privadas e fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística.

Outro ponto de apoio importante é a SUINVEST - Superintendência de Investimentos de Pólos Turísticos da Secretaria de Cultura e Turismo -, que é a Unidade Executora Estadual do PRODETUR e que desempenha papel importante na articulação entre entidades governamentais e não governamentais. Procura a integração de políticas e estratégias para o desenvolvimento do turismo sustentável no estado da Bahia. Estabelece ainda negociações com o Banco do Nordeste e outros organismos financiadores, visando captar recursos que viabilizem o PRODETUR/BA. (PRODETUR, 2002).

A SUINVEST desenvolve, também, ações junto ao segmento empresarial com objetivo de promover a captação de investimentos privados para o turismo na Bahia e ampliar a estrutura do setor e, conseqüentemente, abrir novos postos de trabalho para a população local. É visto que a Bahia possui um potencial histórico, ambiental e cultural que é o grande responsável por todas as medidas empreendidas pelos diversos órgãos que auxiliam o desenvolvimento do turismo. Além disso, o estado lidera o Ranking da Mídia Turística no Nordeste (VER GRÁFICO 01) e destaca-se nacionalmente, o que comprova sua força política no tocante ao incentivo à atividade turística. (BAHIAINVEST, 2005).



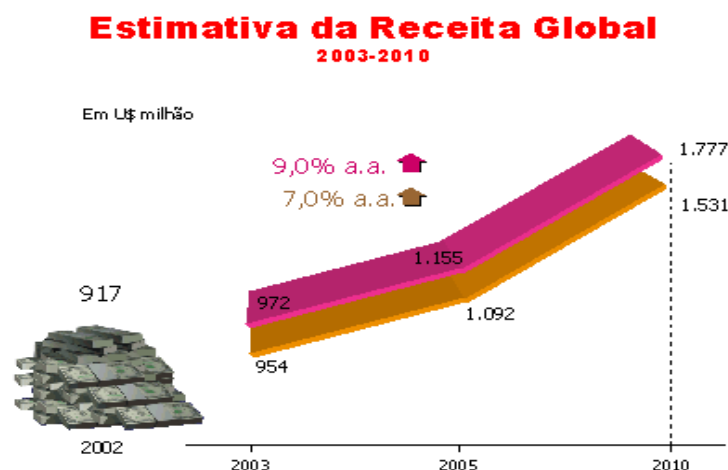
2.1.1 Bahia: Destaque turístico em cenário nacional

A Bahia é o maior estado do Nordeste brasileiro, abrigando mais de 13 milhões de habitantes. Considerando-se a grande dimensão territorial - 567 mil Km², seu extenso litoral de 1100 km e sua notória vocação para o turismo, foram criadas pelo PRODETUR-BA sete Zonas Turísticas – ZTs prioritárias no Estado, cada uma recebendo a denominação característica de sua principal identidade física e temática.

A participação da renda gerada pelo turismo no PIB – Produto Interno Bruto, do estado evoluiu de 40% em 1991 para 79% em 2004, segundo estimativas elaboradas pela SCT - Secretaria da Cultura e Turismo. Esses bons resultados permitiram ao Estado manter-se na segunda posição no ranking do turismo de lazer no país e na terceira quando considerado o resultado global da atividade. (BAHIA, 2005).

O exame de indicadores nos anos 1991-2004 mostra que, nesse período, o turismo na Bahia cresceu de modo praticamente ininterrupto, seja devido ao número de chegadas às destinações turísticas baianas, seja pelo volume de gastos gerados por esses visitantes. Foram 4.897.000 pessoas que fizeram opção

pela Bahia em 2004, o que representa mais do dobro do fluxo registrado em 1991. Ainda há outro dado relevante que aponta que o turismo na Bahia cresce 9% ao ano, ou seja, três vezes mais do que a média mundial. Em termos de receita, o montante gerado pela atividade no ano de 2002 totalizou US\$ 917 milhões. Até 2010 já foi realizada pelo estado a seguinte projeção: (VER GRÁFICO 02) (BAHIA, 2005).



Fonte: Bahiainvest, 2005.

Gráfico 02: Estimativa da Receita Global.

A Bahia também aponta um crescimento no fluxo de turistas estrangeiros. Só em 2003 recebeu em média 535.000 turistas dos mais diversos países, como pode ser apontado no gráfico abaixo:

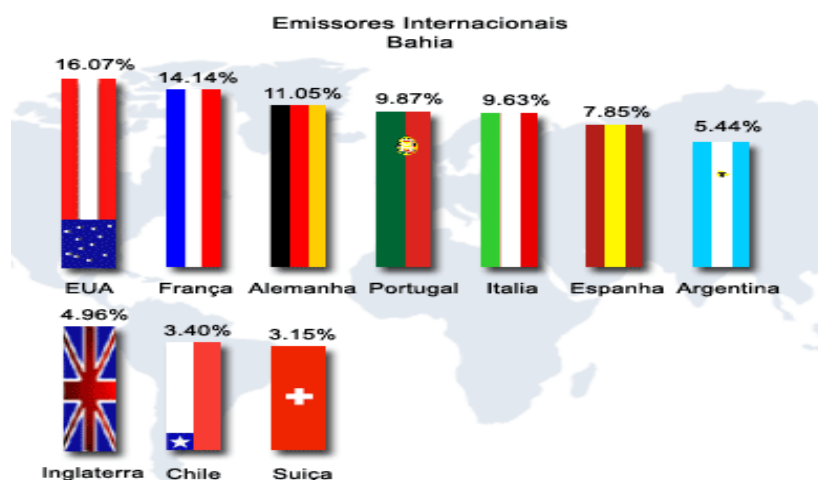


Gráfico 03: Os maiores Emissores internacionais de turistas para a Bahia.

Mesmo recebendo uma grande quantidade de turistas de várias nacionalidades, ainda é o recebimento de turistas nacionais que a Bahia mantém esse fluxo de mais de 4 milhões por ano. Como pode ser verificado na tabela abaixo que aponta os dez principais mercados nacionais emissores:

10 PRINCIPAIS MERCADOS NACIONAIS EMISSORES DE TURISTAS PARA O ESTADO
Bahia - 35,50%
São Paulo - 21,31%
Rio de Janeiro - 11,57%
Sergipe - 5,50%
Minas Gerais - 4,79%
Distrito Federal - 3,90%
Pernambuco - 3,75%
Rio Grande do Sul - 2,11%
Paraná - 1,90%
Ceará - 1,66%

Fonte: Bahiatursa, 2005.

Tabela 01: Os Dez Principais Mercados Nacionais Emissores de Turistas para a Bahia.

Para receber 4 milhões de turistas por ano a Bahia tem, cada vez mais, se preparado para atender melhor essa demanda. Vem investindo de diversas formas nesse setor para que a atividade turística se consolide e atinja receitas cada vez maiores.

A ampliação e modernização da infra-estrutura hoteleira em Salvador e a incorporação de cidades do litoral como pólos turísticos, a exemplo de Porto Seguro, refletem a importância do estado como centro de turismo e motivo para a ampliação das políticas públicas. Claro está que nada poderia ser implementado se não existissem as belezas históricas, naturais, paisagísticas e culturais.

Considerando que a Bahia dispõe ainda de algumas áreas preservadas de grande beleza paisagística e de atrativos para o turismo nacional e internacional, a BAHIATURSA elaborou um Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia. O objetivo é dotar o estado das condições necessárias para o aproveitamento de suas potencialidades naturais, históricas e culturais, e promover o ordenamento do espaço territorial e a definição de ações necessárias ao desenvolvimento do turismo. (CODETUR, 1995).

Para dar maior embasamento às suas ações, a BAHIATURSA realizou uma pesquisa nos principais mercados emissores nacionais e internacionais, com o fim de identificar tendências e preferências dos consumidores. De acordo com os resultados desse levantamento, a maioria dos operadores turísticos entrevistados considerou os produtos com características próprias – países exóticos, culturas diferenciadas, ambientes ecologicamente preservados e áreas com predominância de praia e sol – os mais demandados pelo mercado. (BAHIA, 2005).

A BAHIATURSA, para atender a uma demanda de marketing e promover a consecução dos objetivos acima discriminados, decidiu estrategicamente dividir o estado em regiões geográficas sob ponto de vista turístico, tais como: Litoral Norte, Baía de Todos os Santos, Litoral Baixo Sul, Litoral Sul e Chapada Diamantina. Os critérios básicos para a seleção das áreas objetivo de intervenção nessas regiões foram os seguintes (CODETUR, 1995):

- Qualidade dos atrativos turísticos;
- Proximidade ao pólo turístico já consagrado;
- Disponibilidade de extensas áreas;
- Possibilidade de implantação de equipamentos sem agressão ao meio ambiente para não prejudicar a qualidade dos atrativos turísticos.

Para viabilizar o Programa de Desenvolvimento Turístico, o Governo da Bahia investiu na época de 1991 a 1993, 272 milhões de dólares na infra-estrutura necessária para a implantação de transportes, telecomunicações, energia elétrica, saneamento, abastecimento, segurança, preservação ambiental, capacitação profissional e promoção nos grandes mercados emissores de fluxos turístico, nacionais e internacionais. (CODETUR, 1995).

Com cinco zonas definidas, geográfica e turisticamente, o Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia – PRODETUR-BA estabeleceu sete pólos²³, regiões ou zonas turísticas.

²³ Uma região que tem como objetivo promover e potencializar o desenvolvimento econômico local a partir da cooperação entre os diversos agentes econômicos, institucionais e sociais, que se responsabilizarão pela harmonia, otimização e gerenciamento das ações e projetos (econômicos, sociais, ambientais e de informação/conhecimento) em um espaço regional definido. (Petrocchi, 2001).

As Zonas Turísticas estabelecidas pelo PRODETUR-BA não esgotam as oportunidades de investimento na Bahia diante da riqueza e diversidade de recursos disponíveis. Foi elaborado, então, um projeto de zoneamento para cada uma das Sete Zonas Turísticas abaixo discriminadas (VER MAPA 01):

1) **Costa dos Coqueiros** – (Litoral Norte) – municípios de Jandaira, Conde, Esplanada, Entre Rios, Mata de São João, Camaçari e Lauro de Freitas.

2) **Bahia de Todos os Santos** – (Bahia de Todos os Santos) – municípios de Jaguaripe, Itaparica, Vera Cruz, Salinas das Margaridas, Maragogipe, São Felix, Cachoeira, Saubara, Santo Amaro, São Francisco do Conde, Madre de Deus e Salvador.

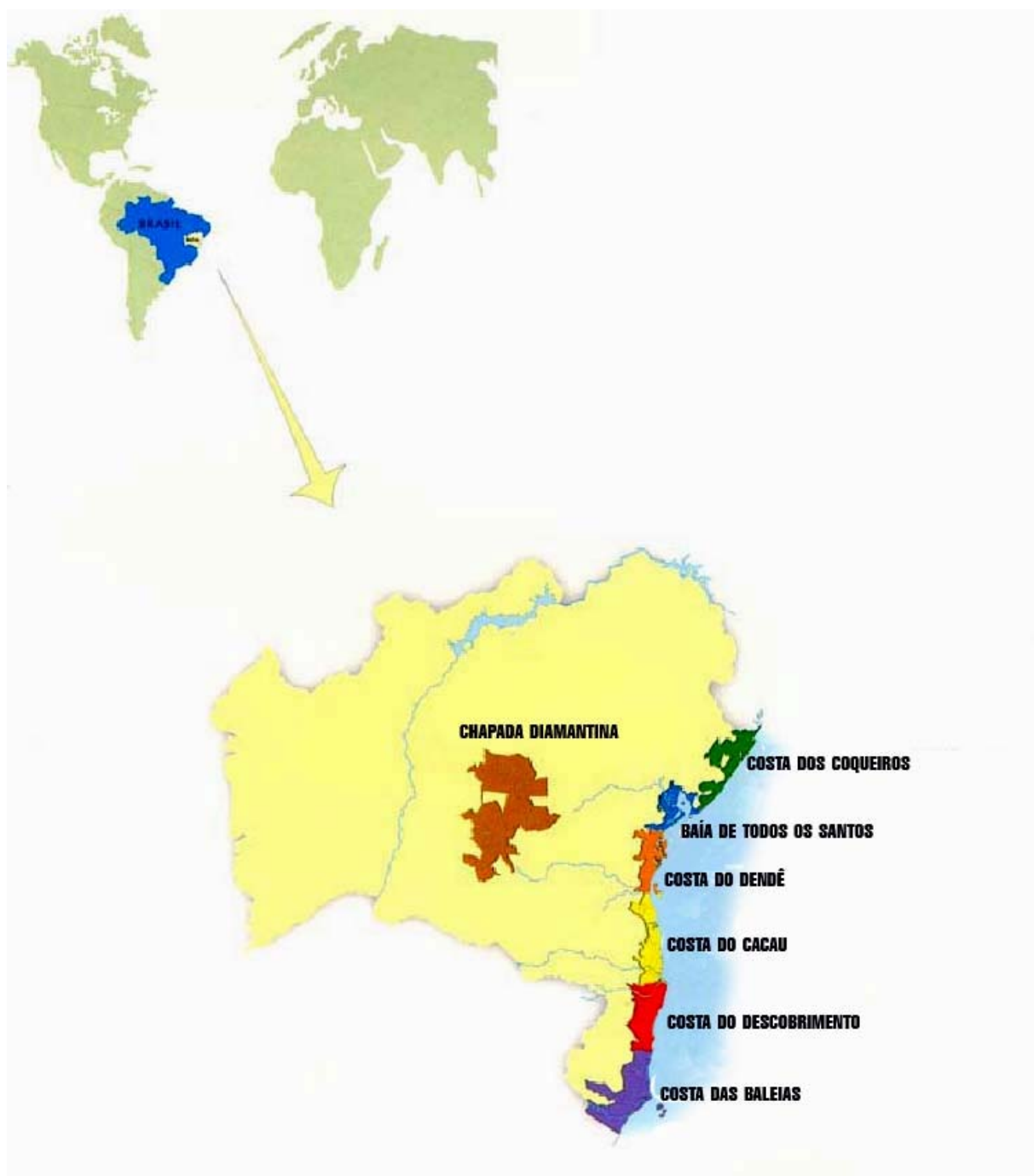
3) **Costa do Dendê** – (Litoral Baixo Sul) – municípios de Valença, Taperoá, Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú.

4) **Costa do Cacau** – (Litoral Sul) – municípios de Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una e Canavieiras.

5) **Costa do Descobrimento** – (Litoral Sul) – municípios de Belmonte, Santa Cruz, Cabralia e Porto Seguro.

6) **Costa das Baleias** – (Litoral Extremo Sul) – municípios de Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri.

7) **Chapada Diamantina** – (Chapada Diamantina) – Mucugê, Itaeté, Andaraí, Lençóis, Iraquara, Palmeiras, Seara, Rio de Contas, Piatã, Rio do Pires, Érico Cardoso, Livramento de Nossa Senhora e Abaíra.



Escala aproximada: 1:11.100.000²⁴

Fonte: Bahiatursa, 2002.

Mapa 01: As Sete Zonas Turísticas da Bahia.

²⁴ Já que não foi possível ter acesso as escalas exatas dos mapas inseridos no corpo do trabalho, foi calculado um valor aproximado em todas as escalas presentes.

Para cada uma dessas regiões foi eleito um destino âncora²⁵ que é o centro-base da zona turística. Assim, Praia do Forte é o destino âncora para a Costa dos Coqueiros, Salvador para a Baía de todos os Santos, **Morro de São Paulo para Costa do Dendê**, Ilhéus para Costa do Cacau, Porto Seguro para Costa do Descobrimento, Parque Nacional Marinho de Abrolhos para a Costa das Baleias e Lençóis para a Chapada Diamantina.

É importante assinalar que o desenvolvimento do turismo nessas ZTs ainda não ocorre de modo homogêneo, observando-se em todas elas a presença de municípios já consolidados como destinos turísticos maduros como Morro de São Paulo e de outros que ainda se encontram nas primeiras etapas desse processo como Boipeba. Levando-se em conta essas características que as diferenciam, os municípios das ZTs da Bahia foram agrupados em duas categorias: âncoras e mini-âncoras²⁶.

O processo de divisão em pólos demonstra que, devido às características de dinamicidade, ajuste e circunstâncias especiais, existe a possibilidade de agregar novos produtos à atual oferta o que fez surgir recentemente mais duas zonas turísticas, sendo elas: Lagos do São Francisco e Caminhos do Oeste, conforme figura discriminada a seguir. Existem, ainda, mais duas zonas sendo implantadas que são o Chapada Velha e Vale do Jiquiriçá, como pode ser vista no mapa 03 na pág. 58).

²⁵ Municípios, em função de sua maior disponibilidade de infra-estrutura turística e atratividade de seus produtos turísticos, são considerados áreas prioritárias de investimento, uma vez que recebem a maior parte do fluxo turístico que se destina à região e/ou fornecem serviços de apoio que são essenciais ao turismo. Parte-se do princípio de que o investimento direcionado para essa âncora tem maior probabilidade de fomentar o desenvolvimento da atividade na região como um todo, impactando, assim, outros municípios que revelem potencial turístico ou que forneçam produtos e serviços para a cadeia de valor do turismo. (BAHIA, 2005).

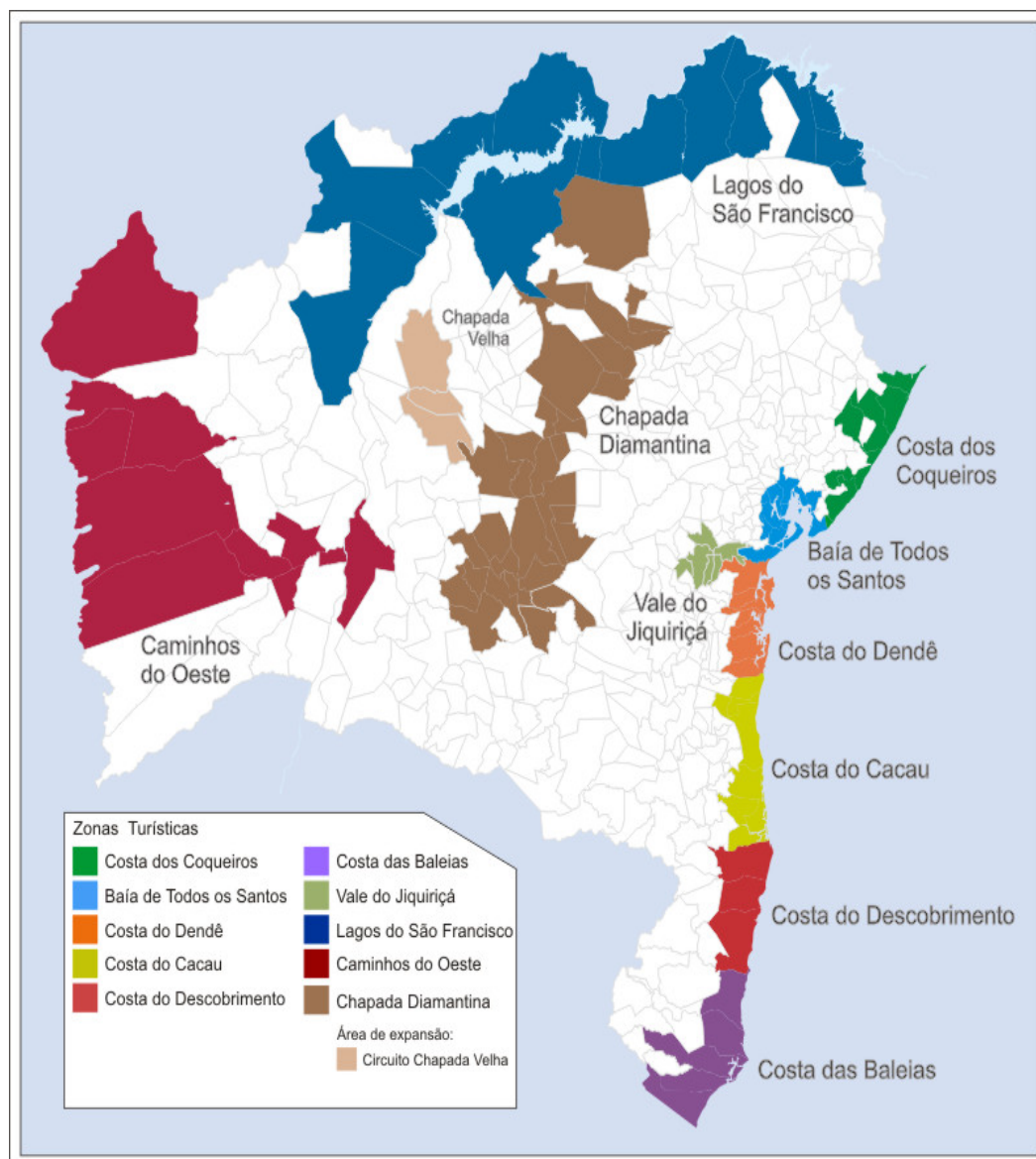
²⁶ Mini-âncoras: Municípios com estrutura turística e/ou atratividade relativamente menor, ou ainda pouco estruturados, mas que são capazes de gerar um fluxo turístico, mesmo que o visitante utilize grande parte dos serviços de apoio dos municípios-âncora. Fornecendo produtos e/ou serviços aos turistas e à cadeia de valor do turismo na região, esses destinos serão claramente beneficiados. Os municípios mini-âncoras ampliam o leque de valor do turismo na região, assim esses destinos serão claramente beneficiados. Os municípios mini-âncoras proporcionam ações de passeios oferecidos ao turista, concorrendo para que a permanência deste na região não se restrinja apenas ao núcleo receptor principal. Os municípios considerados atualmente mini-âncoras poderão, com o decorrer do tempo e a evolução e consolidação das ZTs, aprimorar sua estrutura de receptivo, tornarem-se âncoras. (BAHIA, 2005).



Escala: 1: 8.800.000

Fonte: Bahiatursa, 2004.

Mapa 02: As Nove Zonas Turísticas da Bahia.



Escala: 1: 8.800.000

Fonte: Bahiatursa, 2004.

Mapa 03: As Onze Zonas Turísticas da Bahia

Na expectativa de posicionar a Bahia como o principal destino turístico de lazer do país, o Governo do Estado tem realizado investimentos expressivos na ampliação e no aprimoramento da qualidade da oferta turística do Estado. Esse processo fica evidente na distribuição espacial dos produtos/destinos turísticos da Bahia. (BAHIA, 2005).

Em decorrência desse conjunto de ações, a Bahia já dispõe de uma linha diversificada de 23 destinos/produtos, todos incluídos na programação e na mídia veiculada pelos operadores turísticos brasileiros, já figurando também em canais internacionais de venda. Dentre os destinos pode ser notada, inclusive, a presença de Morro de São Paulo. Os 23 destinos consagrados são: Mangue Seco, Imbassaí, Costa do Sauípe, Praia do Forte, Cachoeira, Salvador, Itaparica, Valença, **Morro de São Paulo**, Barra Grande, Itacaré, Ilhéus, Comandatuba, Canavieiras, Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Arraial D'Ajuda, Trancoso, Prado, Abrolhos, Paulo Afonso, Mucugê e Lençóis. (BAHIA, 2005).

O programa de Certificação de Qualidade no Setor de Turismo do estado da Bahia - Bahia QUALITUR – concebido e implementado pela BAHIATURSA como parte da estratégia turística desenhada pela SCT, o Bahia QUALITUR²⁷ é uma iniciativa pioneira do governo estadual que visa a aumentar a competitividade do setor por intermédio da gestão de qualidade. Ao incentivar o aumento do padrão de qualidade dos serviços oferecidos aos turistas que visitam o estado, o programa contribui para agregar maior valor à oferta turística da Bahia, elevando, como consequência, o patamar da receita turística gerada na Bahia. (BAHIA, 2005).

2.1.2 - A APA como elemento catalisador do turismo

O Meio ambiente é considerado um elemento de maior importância para o processo de desenvolvimento turístico da Bahia, cabendo ao poder público estimular o seu aproveitamento em bases sustentáveis, o que se traduz em preservar a diversidade biológica e promover, como consequência, a melhoria da qualidade de vida da população no presente e no futuro.

Considerada a base futura de sustentação do desenvolvimento turístico no Estado, a atual política de proteção dos recursos naturais implementada na Bahia

²⁷ Esse programa foi desenvolvido em parceria pela SCT/BAHIATURSA, SEBRAE, Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), Associação Baiana para Gestão Competitiva (ABGC), Instituto da Hospitalidade (IH) e o Bureau Veritas Quality Internacional (BVQI).

está assentada em três vertentes distintas e complementares: criação de Unidades de Conservação (APAs, Parques, Monumentos Naturais, etc.), educação ambiental das comunidades e adoção de medidas de proteção e recuperação ambiental em todos os projetos e obras de infra-estrutura pública. (BAHIA, 2005).

A Área de Proteção Ambiental – APA é uma área em geral, extensa com certo grau de ocupação humana, dotada de seres bióticos²⁸ e abióticos²⁹ e atributos estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e bem estar das populações humanas e foi criada, fundamentalmente, para atender à necessidade de proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais no estado com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – Lei 9.985/2000, o que vem sendo feito sob a orientação de Planos de Manejo. (SEIA, 2005).

Indispensáveis para orientar o uso racional dos recursos naturais dentro de uma Unidade de Conservação, os Planos de Manejo elaborados para as regiões turísticas estabelecem normas e regras para o uso sustentável desses recursos, de forma a garantir o monitoramento dos impactos sociais e ambientais dos empreendimentos turísticos nos núcleos receptores. Sua formulação inicial esteve a cargo da SCT e do CRA, com a participação de outros organismos estaduais e municipais. Tal parceria foi ampliada, a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado – SEMARH -, que passou a assumir a gestão de todas as Unidades de Conservação da Bahia. (BAHIA, 2005).

A APA pode ser definida como área de preservação ambiental e que estabelece suas ramificações por toda a região que denote uma valoração dos seus ecossistemas³⁰, necessários para a preservação do meio ambiente e a sua relação com o ser humano.

²⁸ Seres vivos

²⁹ Seres não vivos

³⁰ Ecossistemas são conjuntos de seres vivos habitantes de um local – a flora, a fauna e os microrganismos, juntamente com os fatores físicos que compõe o ambiente – a atmosfera, o solo e a água. Esses ecossistemas estão relacionados em um ciclo vital, a chamada cadeia alimentar, responsável pelo equilíbrio do ambiente. (Ambiente Brasil, 2006).

As APAs confirmam a importância da natureza e suas atribuições físicas e biológicas que justificam atenção especial dos governantes comprometidos com o futuro das pessoas, futuro esse indubitavelmente ligado ao correto uso e conservação da biodiversidade da Mata Atlântica. Divulgar esse patrimônio é uma das formas de valorizá-lo, de mostrar o porquê de ter um bioma reconhecido pela Unesco como Reserva da Biosfera, categoria mundial que reúne as áreas do planeta de maior significado ecológico. A Mata Atlântica é mundialmente reconhecida como um conjunto de ecossistemas especial que ocupa 1,4% da superfície da terra e abriga 60% das espécies vivas. (CRA, 2003).

A criação de uma APA envolve decisões que reconheçam atributos especiais suficientes para tornar o local alvo da união de esforços do poder público e da sociedade civil. Só assim se poderá garantir que a ocupação das terras e uso de seus recursos naturais ocorram de forma sustentável, preservada e com melhoria de qualidade de vida e equilíbrio ecológico.

Para garantir que as áreas designadas pela APA sejam preservadas e sofram um padrão de ocupação, foram definidas pelo CRA - Centro de Recursos Ambientais, sob proteção do IBAMA, áreas de importância ambiental para a revalidação do ecossistema e sua conseqüente salvaguarda em relação ao ser humano enquanto ser consciente de suas responsabilidades junto ao planeta em que vive.

Ao encontro dessa afirmativa pode-se dizer que o desenvolvimento do turismo depende diretamente da conservação dos atrativos naturais e culturais, matérias-primas fundamentais para a existência de um ciclo econômico ligado ao turismo. Assim a atividade turística deve ser regulamentada para garantir a preservação desse patrimônio.

Essa regulamentação deve ser feita não só a nível jurídico, mas também a partir de critérios técnicos que possam compartilhar formas e locais necessários de intervenção com a indicação daqueles de maior potencial para o desenvolvimento do turismo. (CODETUR, 1995).

A participação direta da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia é importante porque refere-se à política de proteção ambiental desenvolvida pelo

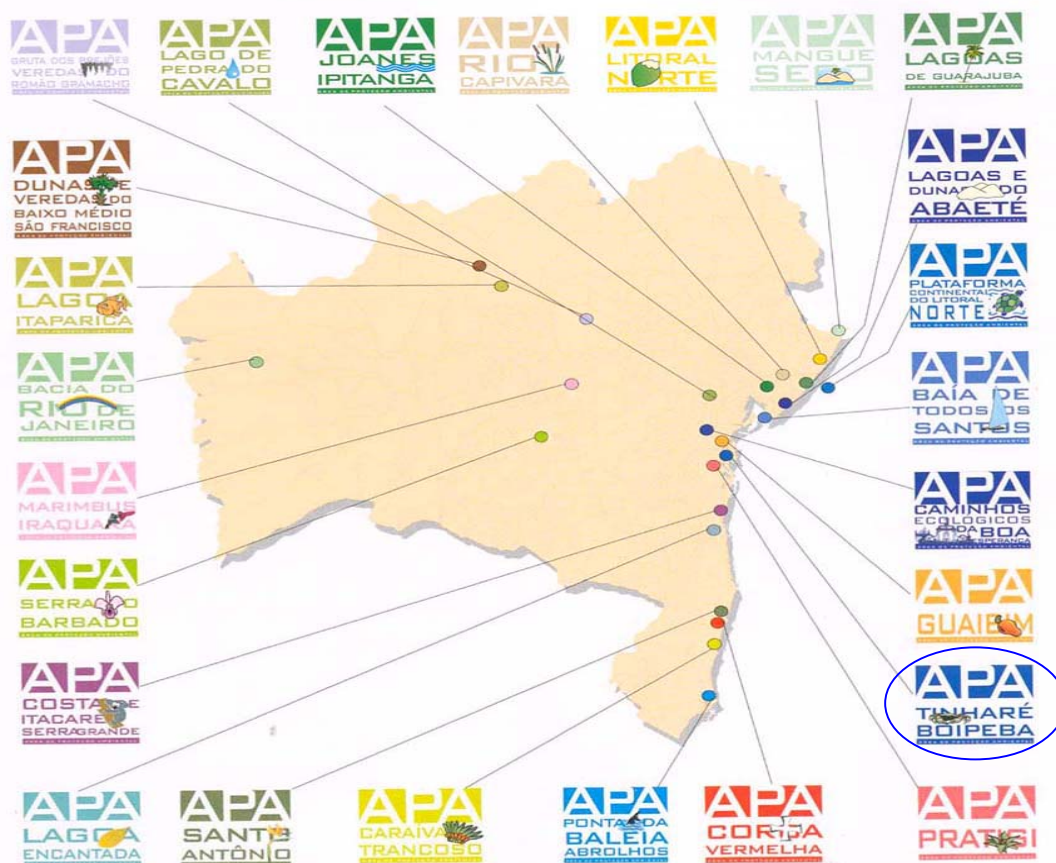
Governo e é considerada a base futura de sustentação para qualquer política de desenvolvimento turístico.

Com esse objetivo foram criadas Áreas de Preservação Ambiental para cada zona turística. Vale dizer que existem várias APAs em cada pólo turístico, mas em destaque estão discriminadas as que abaixo se seguem:

- 1) Costa dos Coqueiros – APA Litoral Norte
- 2) Baía de Todos os Santos – APA Baía de Todos os Santos
- 3) Costa do Dendê – APA Tinharé Boipeba
- 4) Costa do Cacau – APAs Costa de Itacaré/Serra Grande e Lagoa Encantada
- 5) Costa do Descobrimento – APAs Coroa Vermelha e Caraíva/Trancoso
- 6) Costa das Baleias – APA Ponta da Baleia/Abrolhos
- 7) Chapada Diamantina – APAs Serra do Barbados e Marimbus/Iraquara.

A seguir serão mostradas as várias APAs existentes no Estado num total de 25 e das quais 22 foram criadas por decretos estaduais e três por decretos municipais, somando 19.031km², como mostra o próximo mapa:

Áreas de Proteção Ambiental da Bahia Environmental Protection Areas of Bahia



Fonte: CRA, 2003.

Mapa 04: Áreas de Proteção Ambiental.

2.2 URBANIZAÇÃO TURÍSTICA DA COSTA DO DENDÊ

A Zona Turística Costa do Dendê tem esse nome pois a região, em quase toda sua extensão, possui como elemento integrante da paisagem plantações de dendê, fruto bastante utilizado na culinária local e de grande teor nutricional (VER FOTO 01). Após a extração do óleo para a confecção do azeite de dendê, o

chamado coquinho serve como elemento de decoração para as pousadas e restaurantes locais (VER FOTO 02 E 03).



Fonte: Bahia, 2001.
Fotografia 01: Dendê.



Fotografia 02: Decoração-Dendê.
Fonte: Azevêdo, 2005.



Fotografia 03: Decoração-Dendê.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Explicada a origem da nomenclatura, que obteve como criadora a própria BAHIATURSA, pode-se dizer que o Município de Cairu, onde estão inseridos Morro de São Paulo e Boipeba, não possui destaque entre os viajantes-turistas. Porém é de suma importância dentro do esquema estabelecido pela Bahiatursa quando da divisão em zonas turísticas de interesse. Isso porque Morro de São Paulo e Boipeba passaram a representar uma convergência de turistas que modificou substancialmente a vida dos moradores locais.

Há pouco tempo desconhecidas e restritas às suas realidades regionais, essas pequenas localidades começaram a viver um intenso processo de transformação e urbanização que atendessem às novas necessidades oriundas do processo de turistificação.

Para se concretizar a transformação de um local como centro turístico são necessárias reformas de base que se evidenciam através da ampliação e construção de novos aeroportos e rodovias, já que estes são condicionantes materiais da fluidez de pessoas e mercadorias. Por conta do grande fluxo turístico de Morro de São Paulo, foi construído em 1999 um Aeródromo (VER FOTO 04) com capacidade para receber aviões monomotores e bimotores, com capacidade de vinte passageiros cada um. Esse aeródromo foi construído pela própria empresa

Aero Star responsável pela realização de seis vôos diários (três de ida e três de volta)³¹ entre Salvador e Morro de São Paulo, com duração de 25 minutos. Em 2000 a implantação do Aeroporto de Valença facilitou bastante o acesso de turistas à Costa do Dendê, pois reduziu o tempo de viagem dos turistas que vem de outros estados.



Fotografia 04: Aeródromo localizado na terceira praia em Morro de São Paulo.
Fonte: Azevêdo, 2004.

Outra forma de acesso são as rodovias implementadas com a intenção de promover o turismo em determinada região. Muitas foram instaladas, porém a maior parte requer reparos urgentes e manutenção que ainda não foram feitos. Mesmo assim surge no entorno um comércio incipiente, além de serviços locais que se ampliam ou se aperfeiçoam para atender à demanda turística e, em muitos casos, é absorvido pelo uso habitual dos residentes.

O mais importante núcleo turístico do estado é a Baía de todos os Santos, que está inserida a capital Salvador, porém há de se destacar a Costa do Dendê que possui dois núcleos importantes que são Morro de São Paulo e Boipeba. Não se pode deixar de notar que a apropriação e o consumo, pelo turismo, desse trecho do litoral baiano deu-se de forma desordenada, sem pensar, por vezes, nas

³¹ Vôos de Salvador para Morro de São Paulo nos horários: 8:00, 12:30 e 15:30 e de retorno nos horários: 8:40, 13:10 e 16:10. O preço dos 2 trechos (ida e volta) sai em média por 400 reais.

consequências que poderiam advir um crescimento, sem planejamento. Não se pode levar em conta, porém, somente as questões relativas ao espaço em si.

É importante salientar a relação existente entre o turismo e a empregabilidade nas regiões citadas como zonas turísticas. É um assunto que não pode ser negligenciado por nenhuma das partes que compõem essa atividade econômica.

A hotelaria gera empregos, diretos e indiretos, mas essa capacidade de geração de empregos de uma unidade hoteleira varia de acordo com a categoria do meio de hospedagem e com a capacitação da mão-de-obra empregada e oscila na alta e baixa temporada. (Rodrigues, 1997 apud Cruz, 2000).

Nas altas temporadas turísticas, multiplicam-se tanto empregos diretos como indiretos, formais e informais. Segundo Nicolas, (1989 apud Cruz, 2000), os empregos temporários, gerados nas altas temporadas, podem chegar a mais da metade do número de empregos permanentes. Isso pode configurar um problema para o poder público local, já que a mão-de-obra temporariamente empregada durante esses períodos pode não encontrar outras alternativas de trabalho no lugar turístico – onde está, em geral, sua residência fixa – nos períodos de baixa estação.

Os empregos criados durante a alta estação podem gerar conflitos, o que já vêm ocorrendo, inclusive, em Morro de São Paulo, onde é possível verificar um processo da favelização já que muitos, com o passar da alta temporada, vêm-se desprotegidos, sem meios de sustento e obrigados a viver em guetos ou dependentes da boa vontade de alguns moradores, tendo que por vezes realizar alguns trabalhos extras em outras localidades como forma de sustento. Por outro lado, existem aqueles trabalhadores que poupam grande parte do dinheiro arrecadado no verão para que possam se sustentar durante os demais meses do ano. Há relatos também de muitos trabalhadores que saem, na alta estação, de localidades próximas, em busca de trabalho temporário e retornam as suas casas na baixa estação porque trabalham em outras zonas setoriais.

Segundo Cruz (2000), a sazonalidade do emprego em turismo decorre da estação do uso turístico dos territórios e que, para superar a limitação do mercado

de trabalho, somente pode ser alcançada com a eliminação da sazonalidade dos fluxos. E esta é uma conquista a que poucas localidades turísticas no mundo conseguiram chegar, em virtude de inúmeros fatores, como a capacidade de competir com outros destinos, não somente em termos de atrativos e de campanhas de marketing, mas também devido ao preço do produto oferecido.

Em virtude da sazonalidade, o governo da Bahia, como uma forma de atrair mais turistas e gerar novos postos de trabalho e melhorias na qualidade de vida da população local, realizou uma previsão de investimentos no estado para o turismo, entre 1991 e 2005 de US\$ 2,1 bilhões. Deve-se deixar claro que esses recursos destinados a investimentos em áreas específicas são encaminhados pelo estado para as sete primeiras Costas Turísticas existentes. Além dos orçamentos das Secretarias Estaduais e da BAHIATURSA, as fontes desses recursos são de empresários de instituições financeiras nacionais e internacionais. (BAHIATURSA, 2000). Esses investimentos contribuem para o formato do produto final Bahia, ou seja, aquilo que a mídia vende e será complementar dos investimentos privados nessas mesmas regiões, onde os recursos naturais e patrimônio histórico, artístico e cultural tem intensivo uso turístico. (BAHIATURSA, 2000).

2.2.1 Distribuição Setorial

A BAHIATURSA (2000), realizou um estudo e levantamento de dados para identificar as demandas nos municípios que integram as zonas turísticas. A partir desse estudo conseguiu-se chegar a uma distribuição dos investimentos necessários para o pleno funcionamento em bases turísticas de cada região:

- Chapada – US\$ 191 milhões;
- Costa dos Coqueiros – US\$ 171 milhões;
- Baía de Todos os Santos – US\$ 979 milhões;
- **Costa do Dendê – US\$ 110 milhões;**
- Costa do Cacau – US\$ 201 milhões;
- Costa do Descobrimento- US\$ 203 milhões;

- Costa das Baleias – US\$ 91 milhões;
- OUTRAS – US\$ 209 milhões.

A Costa do Dendê, no Sul da Bahia, é composta por 8 municípios, e se estende de Valença a Maraú, estando inclusos os municípios de Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna e Camamu. Vale ressaltar que é no município de Cairu que estão localizadas as ilhas de Morro de São Paulo e Boipeba (VER MAPA 05). Uma costa tão extensa merece, significativamente, a liberação de investimentos na ordem de US\$110 milhões que correspondem a 5,1% dos investimentos globais. (BAHIATURSA, 2000).



Escala: 1: 1.200.000.

Fonte: Bahia, 2001.

Mapa 05: Costa do Dendê.

2.3. URBANIZAÇÃO TURÍSTICA DE MORRO DE SÃO PAULO

Morro de São Paulo, atualmente, representa o principal pólo turístico da Costa do Dendê pois recebe, anualmente, segundo dados da BAHIATURSA (2000), mais de 120 mil turistas, ficando em segundo lugar a ilha de Boipeba com um fluxo anual ainda não analisado pelo órgão.

Morro de São Paulo, em seus primórdios, era apenas uma pacata vila cuja atividade centrava-se na mariscagem e demais atividades pesqueiras. Hoje, sua principal atividade econômica é o turismo. Assim, a ilha, após um determinado período, teve sua urbanização voltada para atender a uma demanda crescente de turistas. Foi de extrema importância o auxílio recebido dos poderes públicos que contribuíram, sobremaneira, para levar à ilha a infra-estrutura necessária à consecução de um processo de turistificação. No entanto, não se pode deixar de refletir sobre a importância que o mercado possui como o responsável pelo crescimento da atividade turística da localidade. É a partir dele e da conseqüente instalação de meios de hospedagem, com destaque para pousadas, que se obteve um maior desenvolvimento turístico.

Esse povoado mostrou-se, de fato, um importante ponto de estudo para a urbanização de um pólo turístico e sua conseqüente turistificação dentro dos parâmetros propostos pela EMBRATUR, podendo-se notar na foto seguinte as diversas praias que banham a ilha e que se tornaram o principal atrativo de Morro de São Paulo.



Fonte: Risério, 2003.

Fotografia 05: As quatro praias (chamadas atualmente como 1º, 2º, 3º e 4º) - o maior atrativo de Morro de São Paulo.

Capítulo III

3. POUSADAS: DESCRIÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Não se podem dissociar os meios de hospedagem do processo de desenvolvimento dos territórios turísticos. Já que é possível verificar que algumas localidades tiveram seu desenvolvimento turístico por conta de equipamentos hoteleiros instalados e que impulsionaram o fluxo de visitantes e o crescimento da região. A pousada, dentre dessa análise, possui um relevante destaque, principalmente nas pequenas localidades turísticas, onde se encontram muitos exemplares dessa estrutura.

A etimologia da palavra pousada significa pousos, lugar de parada. Lugar onde se pode parar, descansar, pernoitar; hospedagem, permissão para passar a noite, para dormir. (Bueno, 1998). É também conhecida por ser a extensão de casa devido ao ambiente familiar e normalmente aconchegante que faz os hóspedes se sentirem mais relaxados e participantes de uma vida mais simples e rústica. Essa palavra chegou ao Brasil como uma classificação hoteleira por meio de Portugal, que possuía entre os seus meios de hospedagem a mesma denominação.

Durante uma coleta de dados na EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo, tal assertiva foi confirmada por um funcionário da área de meios de hospedagem mas que, no Brasil, tem seu próprio significado, bastante diferente das pousadas portuguesas.

Ao longo do tempo, algumas classificações de pousada foram adotadas por estudiosos de turismo e algumas ratificadas oficialmente pela EMBRATUR e assim chegou-se a um modelo mais definido, que condiz com a realidade da estrutura brasileira. As chamadas pousadas em Portugal são totalmente diferentes, tanto física como estruturalmente em relação aos serviços prestados aqui. Um pré-requisito essencial, na Europa, é serem as pousadas alocadas em edificações de valor histórico e cultural, com serviços prestados voltados ao requinte e luxo, que não ocorre no Brasil, que segue um padrão mais simples, por vezes rústico, com serviços básicos, não tendo relação com a pousada portuguesa, seja na sua arquitetura ou nos seus serviços.

Existem no Brasil aproximadamente 20.000 hotéis e pousadas de acordo com os dados da Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH (PEGN, 2005, apud ABIH, 2005). Segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE (2003), existem 12.000 pousadas e, conforme a própria ABIH, são elas as detentoras do maior crescimento do setor de meios de hospedagem no país. Apesar dessa posição privilegiada, ainda é um assunto pouco discutido no meio acadêmico. Daí a importância e o interesse de conhecer como surgiu essa atividade hoteleira. Para isso é necessário desvendar, por meio da história, “os caminhos”, desse importante meio de hospedagem.

3.1 HISTÓRICO DAS POUSADAS

Não se sabe ao certo quando e como começou a atividade hoteleira no mundo. No entanto supõe-se que essa atividade tenha se originado da necessidade que os viajantes tinham em procurar abrigo, alimentação e apoio durante as viagens que realizavam. (Oliveira₂, 2002).

A partir da pesquisa de Campos (1998), foi possível descrever como foram surgindo os meios de hospedagem, principalmente as pousadas e quais alterações ocorridas ao longo do tempo.

A evolução dos meios de hospedagem sofreu grande influência dos gregos e romanos, especialmente dos romanos que, por terem sido bons construtores de estradas, propiciaram a expansão das viagens e, conseqüentemente, o surgimento de abrigos para os viajantes durante o Império Romano. A Bretanha, por exemplo, durante muitos séculos dominada por Roma, incorporou à sua cultura a arte de hospedar e, ao longo de suas estradas, multiplicaram-se as pousadas.

A queda do Império Romano trouxe a falta de segurança nas estradas e elas vieram a ser menos usadas. O número de viajantes diminuiu e, conseqüentemente, o número de hóspedes, prejudicando dessa forma, as pousadas. Foi nessa época, que a hospedagem passou a ser oferecida pelos

monastérios (mosteiros, convento de monges) e outras instituições religiosas, que eram naquela época, mais seguras e confiáveis. (Campos, 1998).

No parágrafo abaixo, o mesmo autor define onde e como surgiram as pousadas, o que comprova, resumidamente, o processo:

“De início um serviço informal, essa hospitalidade dispensada pelos religiosos tornou-se mais tarde, uma atividade organizada, com a construção de quartos e refeitórios separados, e monges dedicados ao atendimento dos viajantes. Posteriormente, foram construídos prédios próximos aos monastérios, destinados exclusivamente aos hóspedes, dando origem às pousadas”. (Campos, 1998, p.74).

Nessas pousadas, os hóspedes eram obrigados a cuidar da própria alimentação, da iluminação (por meio de velas, lampiões e até pequenas fogueiras) e das roupas de dormir. Além disso, os viajantes dependiam da boa vontade e da acolhida dos responsáveis pelas pousadas. (Campos, 1998).

Com a evolução dos meios de transporte, as exigências se tornaram maiores e foram surgindo outros meios de hospedagem, como os hotéis que possuíam maior conforto e luxo. E as pousadas, na Europa, ressurgiram na Espanha sob o nome de Paradores, na França como Châteaux e em Portugal com Pousadas. Esses empreendimentos se instalaram em edificações históricas, como igrejas, conventos, castelos que pudessem contar um pouco da história do local. Na França existem, ainda, os Gîtes de France, que são meios de hospedagem semelhantes às pousadas brasileiras, mas que nada se parecem com os Châteaux franceses, que seguem a mesma linha das pousadas portuguesas.

Ao se abordar assuntos direcionados à história das pousadas, é de extrema importância relacioná-la com o território e buscar a partir desse íterim, entender como ocorreu a relação entre hospedeiro e hóspede, e até citar atos de hospitalidade e cordialidade que aconteceram no Brasil.

Pires (2001), mostra a relação entre hospedagem e a hospitalidade dentro da história no Brasil, ao se referir a um negociante da Filadélfia que ficou surpreso ao constatar que para se conquistar um freguês brasileiro tinha primeiro que conquistar sua amizade. O próprio autor continua a análise, acrescentando que o desejo de estabelecer intimidade seria, na visão de Buarque de Holanda (1978

apud Pires, 2001) uma das formas como se expressaria a chamada cordialidade brasileira.

No que se refere à relação entre hospedagem, hospitalidade e hospedeiro, diz o autor que:

(...) o desejo de intimidade ia muito além daquilo que pode-se chamar de “cordialidade”, pois a aceitação do convite quase sempre pressupunha a concessão de favores pessoais, ou na pior das hipóteses representava o prestígio do hospedeiro perante seus pares. (...) Não se pode dizer, porém, que toda hospitalidade baseava-se exclusivamente em interesses materiais, políticos ou mesmo no desejo de ver aumentando seu prestígio. No caso dos viajantes estrangeiros parece que havia um certo orgulho em recebê-los, ou por serem homens de ciência, ou talvez por simplesmente estrangeiros, todos em grande consideração por terem vindo de famosas e prestigiadas nações do globo (...). (Buarque de Holanda, 1978 apud Pires, 2001, pág. 129).

Segundo o mesmo autor, a literatura pode ajudar a ilustrar o fenômeno citado acima, por meio do romance *Inocência*, de Visconde de Taunay (1990 apud Pires, 2001), em que o personagem Pereira, dono de uma propriedade rural, hospeda o prático de farmácia Cirino – que se auto promoveu a médico – para curar sua filha Inocência e um zoólogo alemão que aparecera certa madrugada pedindo pousada (pouso, descanso). Sendo geralmente bem recebidos por onde quer que passassem, teceram os viajantes estrangeiros fartos elogios à hospitalidade brasileira. De fato, não encontraram viajante que não louvasse as qualidades e o bem querer com que foram recebidos; alguns chegavam mesmo a estranhar a existência de tal hábito em um país tão distante e considerado atrasado e inculto.

Todas essas descrições fazem refletir, inclusive, se essa hospitalidade dispensada pelos hospedeiros não seria um diferencial das pousadas brasileiras, ligadas diretamente a uma cultura do bem receber e que, passada de geração a geração, continua sendo um modelo peculiar de hospedagem que tem como característica muito forte o ambiente familiar que remete à sensação de acolhimento, de se “*sentir em casa*”.

Mas vale lembrar que a hospitalidade não acontecia de uma maneira generalizada, pois, durante vários relatos históricos desse meio de hospedagem, encontram-se também registros de mudanças de comportamentos. É possível

percebê-la, inclusive, o por meio dessa passagem do texto onde Pires, (2001, p.146), coloca que:

(...) Como resultado de uma improvisação, as hospedarias, por vezes, não tinham um funcionamento regular: fechavam quando simplesmente esgotava a comida; se, por algum motivo chegassem parentes do dono, os poucos leitos eram então requisitados e se algum viajante procurasse pouso nessas ocasiões, alguém saía à porta para dizer secamente que não havia lugar para ele(...). Outro aspecto que se repetia com bastante frequência é a total improvisação para receber os hóspedes, pois, no que concerne à comida, a pouquíssima variedade de alimentos e a inabilidade no seu preparo saltavam à vista (...).

Não são abundantes as fontes que podiam revelar o tratamento dispensado aos viajantes pelas pousadas pertencentes a estrangeiros. Mas sabe-se, por exemplo, que, freqüentemente, apresentavam um serviço de melhor qualidade se comparadas com as outras cujos proprietários eram brasileiros. Essa comparação acabou gerando uma reflexão no sentido de se perceber se essa diferenciação (entre o serviço de brasileiros e estrangeiros) resultou de alguma forma para a grande incidência de estrangeiros que atualmente vêm morar no Brasil com o desejo de montar uma pousada, principalmente, nas pequenas localidades turísticas com potencial de crescimento e comodidade, além de beleza e tranquilidade tão almejada por aqueles que querem afastar-se do cotidiano estressante das grandes metrópoles.

A partir da história sobre a evolução dos meios de hospedagem, pôde-se notar que eles tomaram caminhos distintos no mundo que levam às seguintes conclusões:

Em Portugal, na Espanha e França as pousadas são instaladas em edificações com características históricas - castelos, mosteiros, conventos etc. - e regionais que buscam sempre uma identidade com a localidade e a cultura local. Outro diferencial que se pode notar está no requinte e luxo de um hotel padrão alto. Diferentemente do que ocorre no Brasil que realiza esse meio de hospedagem através de uma edificação mais simples - em sua quase maioria não são edificações históricas - seguindo padrões locais com administração familiar.

Vale ressaltar que não se pode generalizar, afirmando de que todos as pousadas no Brasil têm edificações simples com estrutura de uma casa, pois é vista, principalmente em localidades históricas, a presença de pousadas que são

instaladas em edificações com valor histórico, como em Parati, Tiradentes e em Salvador, no Pelourinho. E também há registro de pousadas com estruturas e serviços de verdadeiros hotéis de luxo. O que não se pode deixar de observar é que essas “pousadas” não representam a maioria, e que no Brasil, principalmente nas pequenas localidades, destacam-se as pequenas construções, com serviços simples e administração familiar, denominada pousada.

Para se entender melhor essas estruturas, foram criados tópicos que descrevem de maneira mais detalhada essas estruturas e suas similaridades e diferenças.

3.1.1 Pousadas no Brasil

Em razão de sua enorme dimensão geográfica e de sua localização, o Brasil possui uma grande variedade de climas, a isso se soma o relevo que favorece uma exploração turística variada. Dessa forma, pode-se dizer que também existe uma variação dos meios de hospedagem. São diferenciadas as instalações que se encontram no Norte e Nordeste brasileiro em relação ao que é visto no Sul e Sudeste e Centro-oeste, pois cada região mantém suas características e costumes próprios, o que pode significar uma vantagem do país em termos de exploração do potencial turístico. (Campos, 1998).

Descoberto há cerca de 500 anos e tendo sua colonização se iniciado há pouco mais de cinco séculos, o Brasil é considerado um país jovem, e a tradição nesse tipo de hospedagem foi baseada no modelo europeu e posteriormente, norte-americano. (Campos, 1998).

Os primeiros meios de hospedagem brasileiros foram erguidos por imigrantes que viam na nova terra boas possibilidades de sucesso. No começo, quase toda estrutura desses empreendimentos era importada, pois o Brasil, por ser um país ainda não industrializado, tinha de importar do exterior os materiais que não fabricava: telhas, azulejos, cerâmicas, móveis e roupas de cama e mesa, etc. (Campos, 1998).

As pousadas começaram a surgir aos poucos no século XIX, mas foi no início dos anos de 1970 que esse meio de hospedagem tornou-se bastante difundido, sendo construídas, principalmente, nas pequenas localidades turísticas. E agora, nos tempos atuais, viraram o sonho de muitas pessoas, em sua maioria da classe média, que buscam uma alternativa econômica de vida.

Até algum tempo atrás, o sonho da independência financeira passava pela aventura de abrir um bar ou restaurante, hoje é a pousada, um fenômeno relativamente recente, que passou a ser o objeto do desejo de profissionais liberais, aposentados, entre outros, que sonham ser donos do próprio negócio.

Muitas vezes é possível verificar que as pessoas, ao montarem uma pousada, não têm somente a vontade real de exercer a atividade dentro de uma filosofia de vida, mas em ter um empreendimento que está em voga e que é lucrativo. Em função dessa demanda são encontrados alguns livros e até cursos que ensinam as pessoas como montar sua própria pousada. É o exemplo de autores como Miranda (2004) e cursos oferecidos pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

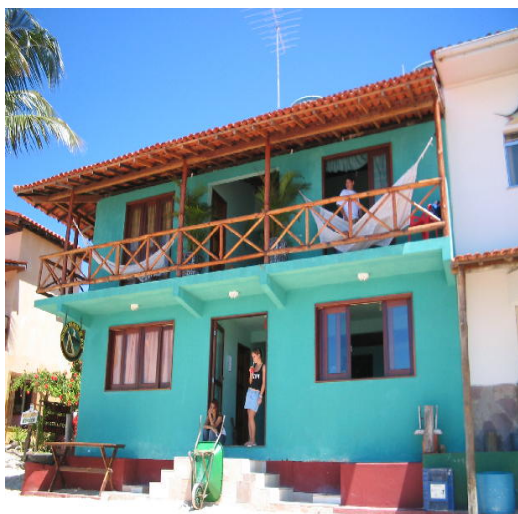
Não é intuito da pesquisa realizar comentários ou críticas a essa prática, mas, sim, uma reflexão sobre o empreendedorismo que surgiu em volta desse meio de hospedagem – **pousada** – que possui características aparentemente simples, porém requer diversos cuidados, inclusive, e principalmente, os ambientais em locais como Morro de São Paulo e Boipeba.

No Brasil, as pousadas começaram aparecer aos poucos e com o passar dos anos foram crescendo e aprimorando seus serviços. Muitos moradores locais e turistas com visão empresarial, percebendo a necessidade de se ter uma estrutura mais adequada para receber um contingente de pessoas ansiosas por uma nova vida, resolveram investir e montar sua própria pousada a fim de satisfazer não só as necessidades da demanda local e receber cada vez mais turistas, mas também ter uma moradia onde pudessem viver e trabalhar com melhor qualidade de vida.

A grande maioria das pousadas é instalada em pequenas localidades, com poucas UHs e com características em sua estrutura de uma casa local. Esse foi o perfil de hospedagem que mais se adaptou a essas comunidades.

As pousadas são empreendimentos de arquitetura simples que seguem o estilo local e a decoração e administração do próprio dono. Economicamente são viáveis pelo baixo custo de sua construção e a boa rentabilidade que geram, além de ser um importante equipamento no auxílio do desenvolvimento da estrutura turística de uma pequena localidade. As pousadas se destacam, também, por serem equipamentos de incentivo para empresários que querem mudar de vida e morar na praia, no campo ou na serra, mas também são importantes no sentido que oferecem oportunidades de crescimento para a população local, já que existem maiores oportunidades no tocante à geração de empregos ou até mesmo uma possibilidade de transformar a sua própria casa em uma fonte de renda.

Para entender melhor a estrutura física de uma pousada típica brasileira, principalmente das localidades com seguimento do turismo de “sol e praia”³² seguem abaixo algumas fotos desse meio de hospedagem que é bem freqüente na ilha de Morro de São Paulo, na Bahia - local escolhido para pesquisa de campo.



Fotografia 06: Pousada no Brasil.
Fonte: Azevêdo, 2005.



Fotografia 07: Pousada no Brasil.
Fonte: Azevêdo, 2005.

³² Seguimento turístico denominado para aquelas localidades que tem como maior atrativo o sol e a praia.



Fotografia 08: Pousada no Brasil – Quarto
Fonte: Azevêdo, 2005



Fotografia 09: Pousada no Brasil - Restaurante
Fonte: Azevêdo, 2005

3.1.2 Pousadas em Portugal

As pousadas de Portugal, que existem desde 1942, foram criadas e destinadas a alojar os visitantes e fornecer-lhes alimentação, respeitando o estilo e as tradições de cada região. As pousadas são geridas pela ENATUR - Empresa Nacional de Turismo e integram uma cadeia que foi instalada ou em antigos monumentos nacionais, devidamente restaurada e adaptada, entre os quais se destacam conventos, mosteiros, castelos, fortalezas, e aí se classificavam como Pousadas Históricas ou em áreas tidas como de excepcional beleza paisagística, e nesse caso são chamadas de Pousadas Regionais. (Oliveira¹, 2002).

Atualmente, receberam uma nova divisão quando se classificarem em quatro estilos: Pousadas Históricas, Histórica Design, Natureza e Charme. Cada uma com características peculiares ao nome sugerido pela própria ENATUR. (Pousadas Portugal, 2005). Segundo o órgão, isso ocorreu para uma melhor identificação da oferta existente, introduzindo, a partir de novos conceitos temáticos, apelos para os sentidos que diferenciem experiências e personalizem a oferta.

Um dos objetivos da rede ENATUR foi o de promover a recuperação do patrimônio arquitetônico nacional e assim garantir a conservação de monumentos,

além de, paralelamente, aumentar a oferta de um produto turístico original e de qualidade.

As pousadas se destacam também como centros gastronômicos por excelência, tanto que são consideradas como mantenedoras da melhor rede de restaurantes de Portugal. Em muitas delas são oferecidos pratos em que se identifica a herança de velhas e novas culturas. (Oliveira₂, 2002).



Fonte: www.pousadas.pt, 2005.

Fotografia 10: Pousada Portuguesa - Restaurante.



Fonte: www.pousadas.pt, 2005.

Fotografia 11: Pousada Portuguesa - Restaurante.

De certa maneira, o conceito que presidiu a formação desse produto original da hotelaria foi inspirado nos estabelecimentos que apoiavam os viajantes em seus deslocamentos. Esses estabelecimentos deviam retratar fielmente a arquitetura, a decoração, a gastronomia e as características das regiões onde se encontravam, fugindo assim da mera cópia dos hotéis internacionais.

No dia 19 de Abril de 1942, foi inaugurada a primeira pousada de Portugal e atualmente existe, em todo o país um total de 46 pousadas situadas em regiões de grande interesse histórico e paisagístico e onde, normalmente, a oferta turística não está, ou não esteve, grandemente implantada. (Oliveira₁, 2002).

O projeto da ENATUR em Portugal deu tão certo que programaram a sua expansão por toda a Europa, o que levou à criação da Federação Européia de Alojamento Histórico e de quem as Pousadas de Portugal são um membro fundador, desde novembro de 1997.

O objetivo da Federação foi juntar no mesmo projeto europeu as cadeias de estabelecimentos de hospedagem turística que, por meio dos seus membros, evocassem o patrimônio histórico, cultural e arquitetônico de cada país. Estas opções de alojamento, desde hospedarias de aldeia ao esplendor de castelos ingleses refletem, segundo eles, à sua maneira, uma adoração pela autenticidade e um respeito comum pela sua herança cultural. (Pousadas Portugal, 2005).

O estilo adotado pelas pousadas portuguesas e suas diversas estruturas físicas podem ser vistos nessas fotos abaixo que retratam o seu interior e o exterior .



Fonte: www.pousadas.pt, 2005.

Fotografia 12: Pousada do Crato.
Estilo – Históricas Design.



Fonte: www.pousadas.pt, 2005.

Fotografia 13: Pousada de Sagres.
Estilo – Natureza.



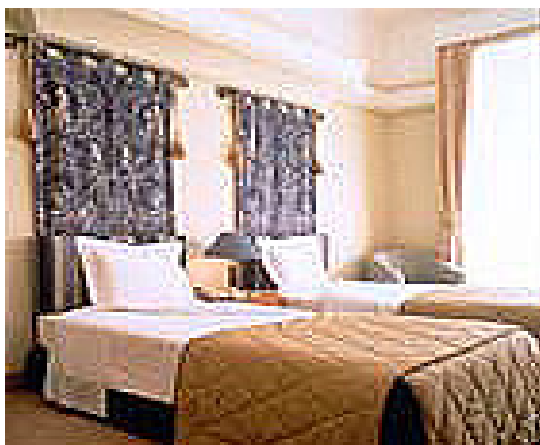
Fonte: www.pousadas.pt, 2005

Fotografia 14: Pousada de Guimarães
Estilo - Histórica



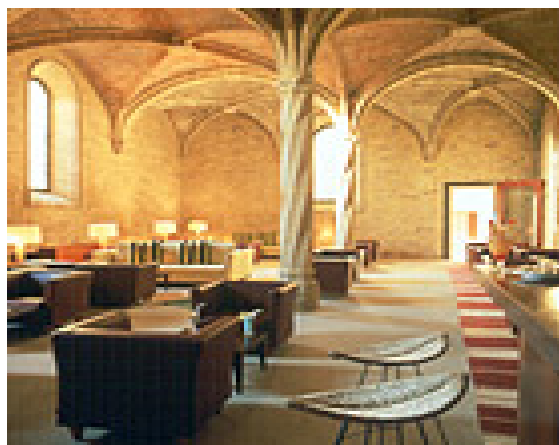
Fonte: www.pousadas.pt, 2005

Fotografia 15: Pousada de Elvas
Estilo - Charme



Fonte: www.pousadas.pt, 2005.

Fotografia 16: Pousada Portuguesa – Quarto.



Fonte: www.pousadas.pt, 2005.

Fotografia 17: Pousada Portuguesa – Recepção.

Para se obter noção da grandiosidade desse tipo de hospedagem que em Portugal é conhecido como pousada, existem em algumas delas estruturas que, no Brasil, só são encontradas em hotéis de luxo, como o campo de golfe, onde, inclusive, são realizados torneios. E um outro destaque das pousadas portuguesas são as Pousadas Business – direcionadas para os empresários. No Brasil não existe essa referência uma vez que as pousadas aqui instaladas têm, em quase total maioria, seu perfil de público voltado estritamente para o lazer.

Como curiosidade, não se deve deixar de registrar que foi inaugurada, recentemente, em Salvador, pela Rede Portuguesa Pestana, uma pousada em estilo português, a primeira no Brasil, em pleno centro histórico - Pelourinho, mais precisamente no Convento do Carmo.

Para corroborar a disparidade entre as pousadas portuguesas, européias de modo geral e as brasileiras, é coerente notar não somente diferenças físicas, mas também características peculiares da localidade e uma valorização histórica e cultural na escolha do sítio. Essas diferenças permitem, mais à frente, a realização de comparações, não de cunho crítico, mas de identificação.

O que é também importante destacar é que o estilo de hospedagem que existe no Brasil designado como pousada é um meio de hospedagem contemporâneo, administrado por famílias e que não tem nenhuma relação com as portuguesas que são geridas por uma cadeia hoteleira.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DAS POUSADAS NO BRASIL

Quando se fala em empreendimento hoteleiro, a primeira idéia que surge é a dos grandes complexos de hospedagem, das construções arrojadas, com diversos apartamentos e comodidades de todo tipo. Mas, pelo Brasil afora, principalmente nas pequenas localidades, muito mais do que grandes hotéis, o que cresce e se moderniza de forma muito intensa é um negócio com um perfil mais tímido, mas não menos interessante e desafiador, que atende pelo nome de pousada. (SENAC, 2002).

Ao longo do tempo foram surgindo diversas definições sobre a pousada enquanto equipamento de hospedagem, até se perceber que dentre os diversos modelos existentes, (que passaram por um grande período de mudanças e evoluções por longo da história) chegou-se a uma estrutura atual que é estritamente brasileira. Isso se deve às diferentes características físicas e aos serviços prestados, pois a maioria segue um padrão que remete quase sempre à pequenez, simplicidade, ambiência familiar e aconchego.

3.2.1 Definição

Para entender melhor o processo evolutivo da classificação das pousadas é importante citar as definições dos órgãos federais como Embratur e ABIH e de alguns autores, especialistas da área hoteleira. Somente assim se poderá perceber as mudanças que ocorreram ao longo do tempo e se essa classificação, hoje existente, define realmente o que é uma pousada típica brasileira.

Vale ressaltar que entre 1978 a 2005, a Embratur alterou a classificação dos Meios de Hospedagem e isso trouxe significativas mudanças para o sistema hoteleiro, já que somente agora a descrição correta e atual, condiz com a realidade da estrutura da pousada brasileira. Para entender melhor essa alteração, foi realizado uma tabela comparativa com a definição antiga e a mais recente. (VER TABELA 02).

Tabela 02: Definição Antiga e Atual de Pousada

ÓRGÃO	DEFINIÇÃO – POUSADA
EMBRATUR 1978 Fonte: Castelli, 1992, p.38	Pousada - Estabelecimento comercial de hospedagem, <u>instalado total ou parcialmente em edifício de valor histórico ou de significação regional, ou local reconhecido pelo poder público, e que alugue, para ocupação temporária, aposentos mobiliados com serviços de alimentação parciais, oferecendo ainda outros serviços complementares da indústria hoteleira.</u>
EMBRATUR Dado atual Fonte: Castelli, 2003, p.656 /Nieto 2001, p.109	Pousada - Meio de Hospedagem de aspectos arquitetônicos e construtivos, <u>instalações, equipamentos e serviços mais simplificados, normalmente limitados, apenas, ao necessário à hospedagem do turista para aproveitamento do atrativo turístico junto ao qual o estabelecimento se situa.</u>

Organizada por: Azevêdo, 2006.

Nas frases em grifo é possível perceber as principais diferenças que ocorreram na classificação do meio de hospedagem – pousada - e notar que a definição antiga se refere às pousadas portuguesas e não às encontradas no Brasil. Já a classificação atual segue o padrão brasileiro, principalmente no que se refere às instalações e serviços.

Para realizar uma reflexão dos termos descritos por diversos autores sobre o tema, foi realizado uma tabela abaixo com descrição de alguns especialistas sobre as pousadas e suas definições.

Tabela 03: Definições de Pousada, segundo autores especializados

AUTOR	DEFINIÇÃO – POUSADA
Oliveira², 2002, p.146	Pousada é uma forma de estabelecimento hoteleiro que <u>utiliza edifícios com valor histórico (casas antigas, antigos conventos, palácios, castelos) ou construções novas seguindo estilos arquitetônicos e serviços de acordo com as tradições regionais.</u> Normalmente, as pousadas estão em locais que oferecem paisagem e comida típica da região. Podem-se resumir as idéias básicas que definem e tornam original esse tipo de alojamento da seguinte forma: - Instala-se em edifícios históricos ou situados em regiões de interesse histórico ou paisagístico; - Possui arquitetura, decoração, de acordo com a região onde se localiza, ou com a natureza histórica do imóvel; - Oferece hospitalidade; - Tem dimensão pequena ou média; - Apresenta serviço personalizado; - Segue a gastronomia e bebidas regionais. O autor expõe também que a pousada deve ser um lugar de prazer onde o visitante preserva sua identidade e não se sente nunca submetido a um

	serviço padronizado. Cada momento de sua estadia deve ganhar especial relevo numa pousada, graças à beleza dos espaços e à presença de um pessoal atento e zeloso. A pousada deve viver ao ritmo do hóspede, respeitando sua tranquilidade e respondendo às suas solicitações.
Andrade, 2001, p.45	As Pousadas tem as seguintes características: g) Localização - <u>locais turísticos normalmente fora do centro urbano.</u> h) Natureza da edificação - predominantemente, partido arquitetônico horizontal. i) Clientela preferencial - Turistas em viagens de recreação e lazer. j) Infra- estrutura - restrita à hospedagem. O autor descreve que as pousadas são <u>basicamente de lazer, quase sempre com instalações bem modestas e tem menor diversidade de serviços.</u> As áreas para reuniões, quando existem, são de pequeno porte. A administração é basicamente familiar e por essa razão e pelo porte reduzido da pousada, o tratamento concedido aos hóspedes é mais pessoal.
Beni, 2001, p.328	Pousada - Estabelecimento comercial de hospedagem, sem parâmetros predefinidos de classificação, <u>situa-se em edificações de valor histórico, ou em construções novas com predominância do estilo do proprietário na decoração interna, paisagismo do entorno, serviços com atendimento personalizado e cozinha regional ou internacional refinada.</u>

Organizada por: Azevêdo, 2006.

As descrições acima, de alguns autores que escrevem sobre a área hoteleira, são extremamente importantes uma vez que só assim é possível analisar e verificar as diferenças e similaridades desses conceitos para chegar-se a uma conclusão sobre o modelo atual das pousadas.

Na análise das definições dos autores citados no quadro acima é visto que tanto Oliveira₂ (2002) quanto Beni (2001) posicionaram-se junto à classificação antiga da Embratur, em que as estruturas das pousadas são voltadas para edificações históricas ou regionais, diferente da definida por Andrade (2001) que, em sua descrição, defende a estrutura da Pousada como um equipamento exclusivamente de lazer, com partido arquitetônico horizontal, serviços restritos e de administração familiar com atendimento personalizado - características essas que definem de maneira singular a pousada no Brasil.

3.2.2 Natureza da Edificação

A pousada, mesmo sendo um equipamento tipicamente brasileiro, tem características que vão variar de região para região onde foram instaladas. São as chamadas diferenças externas e internas. As diferenças externas dizem respeito ao clima (quente ou frio), solo (arenoso, pedra e aquoso), relevo (montanha e praia), ambiente fluvial (próximo a um rio), ambiente lacustre (próximo a um lago), e também vai estar relacionada ao próprio atrativo paisagístico e cultural, pois a estrutura física estará diretamente ligada a esses fatores. No tocante às diferenças internas pode-se relacionar a nacionalidade do empreendedor e o desejo genuíno de atrair o maior número possível de turistas para o empreendimento e, assim, promover um dos objetivos propostos que é o lucro.

Essas diferenciações podem ser notadas na estrutura física, na decoração e até na prestação de serviço da pousada. Uma pousada localizada em Morro de São Paulo - BA, por exemplo, segue padrões diferentes daquelas localizadas em Campos de Jordão – SP (VER FOTO18) que, por sua vez, são diferentes das instaladas no Pantanal – MT (VER FOTO 19).



Fonte: www.alpenrose.com.br, 2005.

Fotografia 18: Pousada em Campos de Jordão.



Fonte: www.pousadacurupira.com.br, 2005.

Fotografia 19: Pousada no Pantanal.

Uma pousada localizada no litoral, obrigatoriamente, deverá ter em sua estrutura a ventilação necessária para suportar o calor, com instalações de

janelas, ventiladores ou ar-condicionado. Sua cozinha deve fornecer comidas leves, bebidas geladas, condizentes com o clima. Já as localizadas em serras têm como característica estrutural a construção em madeira (um importante isolante térmico), calefação nos quartos, telhado típico, além de comidas e bebidas quentes.

A decoração varia também em função da nacionalidade, experiência e filosofia de vida do pousadeiro que, normalmente, segue um estilo próprio já que a pousada é uma extensão de sua própria casa. É muito comum um proprietário de pousada de origem nipônica reproduzir em seu meio de hospedagem a decoração tipicamente oriental.

A localização da pousada vai girar em torno dos maiores atrativos de uma localidade que possuam uma bela paisagem, sejam eles: parques ecológicos, praias, rios, dunas, montanhas ou mesmo áreas de valoração paisagística.

Isso demonstra a importância das pousadas como elemento agregador para a família e o lazer. Elas são construídas para atender o perfil das pessoas que vão viajar de férias e geralmente são instaladas em locais privilegiados como montanhas, praias, campo, com atrativos físicos e, por vezes, históricos. Logo, pode-se chegar à conclusão que a pousada é um equipamento estritamente turístico, com grande potencial de crescimento. Esse crescimento está ligado a duas vertentes: a primeira por ser um equipamento acessível para muitos turistas que não tem condições financeiras de se hospedar em um hotel ou resort de luxo ou até preferem se hospedar em uma pousada por parecer mais intimista e hospitaleiro. E a segunda porque é um dos empreendimentos hoteleiros que demanda menos custo na construção ou na adaptação a partir de uma casa; daí o resultado de crescimento desse tipo de hospedagem em pequenas localidades no Brasil.

Por meio de pesquisas bibliográficas e de campo, analisando todas as estruturas físicas e serviços prestados por esse tipo de empreendimento, chegou-se a uma classificação própria que subdivide a pousada em três estilos: Básico, Médio e Luxo.

- a) O básico apresenta, como estrutura, uma portaria, com café da manhã simples e quartos com cama e banheiro privativo;
- b) O médio apresenta como diferencial a piscina, restaurante, lobby, telefone, varanda, TV, .frigobar e Ar-condicionado e/ou ventilador.
- c) Já o luxo apresenta como elementos diferenciais estacionamento, lavanderia, guias turísticos, salão de Jogos, acesso na Internet, TV a cabo, além das comodidades descritas dentro da estrutura média.

Uma outra informação importante em relação à estrutura é um diferencial que eleva o padrão e as exigências de cobrança de diárias, ou seja, uma visão privilegiada. É muito mais interessante recolher-se em uma pousada com vista para uma belíssima paisagem do que naquela em que o olhar se perde no meio de uma parede de concreto ou um lago ou rio infestado de mosquitos e muriçocas.

3.2.3 Similaridades e diferenças

Segundo Beni (2001), observa-se no Brasil uma tendência de confundir pousada com hospedaria. É fato que pousada evoluiu para a categoria de equipamento hoteleiro convencional, porém ainda existem dúvidas no tocante à sua definição e à relação entre pensões, pensionatos, albergues e até hotéis e resorts.

Percebe-se que o modelo atual de pousada, mesmo seguindo um padrão de equipamento simples, com poucas UHs, decoração pessoal, serviço restrito, administração familiar e atendimento personalizado que remete à questão da hospitalidade e do aconchego, possui características diferentes que vão sofrer variações a depender do local em que está inserido o meio de hospedagem e das pretensões do proprietário. Vale dizer que as pousadas podem sofrer variações que vão do tamanho às características arquitetônicas e físicas e até aos serviços prestados. Tudo isso pode intensificar o problema já existente de se utilizar o

nome pousada para identificar outros equipamentos que nada tem em comum com a pousada e sua real descrição.

Há também casos de empreendimentos brasileiros que utilizam o nome pousada por ser uma expressão usual que denota hospitalidade e acolhimento ao mesmo tempo que é uma forma de marketing capaz de atrair clientes.

Há exemplos de resorts que viram pousadas, como é o caso da Pousada do Rio Quente Resorts, em Goiás; Campings que são também pousadas, como o ocorrido na Pousada Village Natureza, em Minas Gerais; Pousadas que têm estrutura de um hotel de luxo, como a Pousada Maravilha em Fernando de Noronha e até as seis pousadas temáticas localizadas no Resort Costa do Sauípe na Bahia.

Para organizar as várias definições e deixar claras as suas peculiaridades, foi realizado abaixo uma tabela com a classificação de cada meio de hospedagem que pode ser eventualmente confundido com a pousada. Essa é uma forma de esclarecer o leigo e levá-lo a conhecer e entender essas definições para assim perceber diferenças e similaridades entre as pousadas.

Tabela 04: Descrições de outros Meios de Hospedagem

MEIO DE HOSPEDAGEM	DESCRIÇÃO
HOSPEDARIAS	Hospedarias são estabelecimentos de hospedagem, com serviços parciais de alimentação, nos quais se <u>alugam quartos ou vagas com banheiros privativos ou coletivos</u> , asseguradas as condições mínimas de higiene e conforto. (Beni, 2001, p.328).
PENSÃO	Pensão é como um estabelecimento comercial de hospedagem, geralmente de caráter familiar, <u>com serviços característicos de alojamento, representados pela locação de quartos individuais ou compartilhados, com instalações sanitárias coletivas</u> proporcionais à quantidade de leitos, e pelo fornecimento de refeições incluídas nas diárias. (Beni, 2001, p.328).
PENSIONATO	O Pensionato tem as mesmas características de alojamento e serviços da pensão, <u>diferenciando-se desta pelo tipo de clientela segmentada atendida como: estudantes universitários, profissionais, idosos e outros grupos</u> , podendo classificar-se por sexo, faixa etária e etnia. (Beni, 2001, p.327).
ALBERGUE DE TURISMO	Forma econômica de hospedagem, dirigida, normalmente para estudantes e pessoas de baixa renda, dispondo de cômodos individuais ou coletivos. Muito utilizada nos Estados Unidos e Europa. (Oliveira ² , 2001, p.147).

HOTEL	Hotel é classificado como um estabelecimento comercial de hospedagem que <u>oferece aposentos mobiliados, com banheiro privativo, para ocupação eminentemente temporária, incluindo serviço completo de alimentação e outros.</u> (Beni, 2001, p.326).
RESORTS	São equipamentos localizados em zonas com forte atração turística, situados em balneários, parques nacionais ou regiões exóticas, em que dispõe de áreas de lazer em maior quantidade que os demais meios de hospedagem. (Oliveira ² , 2001, p.143).
PARADOR	Parador é um estabelecimento comercial de hospedagem, com <u>características semelhantes às da pousada, diferenciando-se desta por situar-se apenas em locais ou em edificações de estrito valor histórico-arquitetônico como castelos, mansões, antigas estalagens e fortalezas, estradas reais e outros.</u> O termo parador muda conforme países e culturas. Na França, por exemplo, é conhecido como um hotel <i>château</i> . (Beni, 2001, p.328).

Organizada por: Azevêdo, 2006.

Dentre essas tipologias de meios de hospedagem é fundamental destacar os paradores, pois é a partir desse conceito que ocorrem as maiores diversidades no tocante às características físicas e funcionais. Paradores, na verdade, são o nome dado às pousadas no exterior. No Brasil não existem paradores porque é uma classificação específica, encontrada somente na Espanha. Lá são de meios de hospedagem instalados em edificações históricas, em sua maioria luxuosas, com classificação de três a cinco estrelas, classificação esta que ainda permanece em vários países, mas não no Brasil.

3.2.4 Perfil do Pousadeiro

Ao se conceituar uma pousada, caracterizar sua edificação e entender as similaridades e diferenças com outros meios de hospedagem é fundamental entender melhor os o perfil desse empreendedor – **pousadeiro**, pois eles são os verdadeiros responsáveis pelo ambiente, decoração e administração.

A maioria dos proprietários não estudou hotelaria nem turismo, são profissionais ou não das mais diversas áreas e acabaram estabelecendo-se no setor turístico por perceber a possibilidade de ascensão profissional e uma grande oportunidade de melhoria de qualidade de vida e conseqüente estabilização financeira.

Muitos escolhem o local para instalar a pousada após muito estudo e procura, pois acreditam que precisam gostar e ter afinidade com o ambiente para poder se adaptar. Características essenciais uma vez que servirá de moradia para si e sua família.

Durante toda a pesquisa foram analisados muitos dados colhidos e percebeu-se que em relação à questão financeira, os futuros pousadeiros consideram que o empreendimento desse porte leva em média cinco anos para se consolidar e dez anos para aferir lucro. Para diminuir os efeitos da sazonalidade ou baixa estação, costumam realizar eventos-chama-mídia³³ para atrair turistas e visitantes. Existem, por exemplo, Festivais gastronômicos, de vinho (Rio Grande do Sul), festas como o Sauípe Folia, na Costa do Sauípe e Piu-Piu Verão em Morro de São Paulo, festivais de inverno na Chapada Diamantina, entre outros.

Já em relação ao marketing, os empreendedores consideram como principal chamariz o chamamento feito por indicação de hóspedes, amigos e parentes. Além desse recurso, os empresários do ramo hoteleiro fazem outras investidas, seja por meio de folders, revistas e até Internet. A Internet, inclusive, inseriu-se perfeitamente dentro da logística “marqueteira” devido à sua abrangência mundial. Sites especializados estão cada vez mais bem produzidos e é possível visualizar não só as instalações das referidas pousadas como as paisagens do entorno.

Um fato interessante a ser observado é a relação existente entre a nacionalidade do dono das pousadas e seus clientes. Na maioria das vezes os clientes são do mesmo país de origem do pousadeiro. A explicação reside na segurança de ter alguém próximo que fale a mesma língua, possui a mesma cultura e hábitos. Não se pode esquecer também de que é fato a ocorrência de uma maior interatividade entre as pessoas da mesma terra natal e isso poderá propiciar uma boa divulgação, entre amigos, parentes e até em agências de viagem do exterior. O Pelourinho, na Bahia, é bom exemplo. Há uma grande concentração de pousadas, em que a maioria dos proprietários é estrangeira e

³³ Eventos realizados, com o intuito de atrair turistas, sob o patrocínio de órgãos públicos ou de empresas direta ou indiretamente relacionadas ao turismo.

sua clientela é composta, primordialmente, de conterrâneos, além do fluxo usual de turistas nacionais.

3.2.5 Depoimentos

Para obter um entendimento mais generalizado sobre as pousadas e o que pensam esses proprietários procurou-se obter informações não somente relacionados a Morro de São Paulo e Boipeba (áreas escolhida para pesquisa), mas de varias localidades que possuem muitos empreendimentos desse porte.

Os depoimentos abaixo relacionados foram retirados do livro do SENAC (2002) e tem como objetivo enfatizar, embasado nas experiências vividas pelos empresários do ramo hoteleiro, as dificuldades enfrentadas no dia a dia, as características estruturais físicas, marketing, relacionamento com os hóspedes e tudo o mais que se relaciona ao quesito administração de uma pousada.

- *“Um elemento de venda fundamental para nós é essa coisa de ser pequeno. Pequeno e charmoso. Esse slogan serve para todo mundo: é pequeno, charmoso, aconchegante, simpático, familiar. Coisas desse tipo. Porque as pessoas estão saindo das grandes cidades também para fugir daqueles clichês, daquela pasteurização no atendimento. Aqui o sujeito liga e fala com o dono. Ele sabe com quem está lidando. E isso é um fator de marketing inegavelmente arrasador.”*

Luis Alves, Olho D'água, Maringá, Visconde de Mauá, RJ apud SENAC, 2002.

- *“Hotel é uma coisa que deve ser descontraída, mas tem que funcionar. Tem gente que acha que um hotel, uma pousada é como se fosse uma casa. E pensa que quem cuida de uma casa cuida de um hotel. Mentira. Não é nada disso. A partir do momento em que você fez uma pousada, aquilo não é mais seu, é do cliente. Tem que funcionar – e bem – para atendê-lo.”*

Wisley Marciel, Capim Santo, Itaipava, Petrópolis, RJ apud SENAC, 2002.

- *“A idéia de montar uma pousada surgiu como uma proposta de mudança pessoal em favor da qualidade de vida. Aproveitamos um imóvel da família, onde costumávamos veranejar, para começar tudo.”*

Renato Sehn, Ilha do Papagaio, Palhoça, SC apud SENAC, 2002.

- *“Essa história de pousada se contrapõe a uma tendência geral de nossa sociedade, que a coisa de massificação, onde as pessoas se “despessoalizam”. Na pousada, a pessoa está lidando diretamente com os donos, recebe uma atenção especial. As pessoas estão em busca disso.”*

Marco Antônio, Casa Bonita, Alto da Maromba, Visconde de Mauá, RJ apud SENAC, 2002.

- *“Foi uma opção minha vida. Na verdade, queria uma vida melhor, num lugar mais tranquilo, viver aqui mesmo. Eu adoro isso aqui.”*

Wisley Marciel, Capim Santo, Itaipava, Petrópolis, RJ apud SENAC, 2002.

Após a leitura desses depoimentos é possível entender melhor o perfil desses pousadeiros e que é realmente posto em prática e como adquiriram conhecimentos importantes para o desenvolvimento da atividade hoteleira. Nota-se, também, que perceberam que ter uma pousada não representa realizar somente um sonho do proprietário, mas atender e até realizar sonhos alheios - como os dos turistas que estão em busca do lazer, do ócio, da tranquilidade, enfim, da paz que, a cada dia está tão distante dos grandes centros urbanos.

Os depoimentos mostram ainda como a estrutura física, os serviços e demais elementos essenciais às pousadas são de importantes, principalmente quando se quer avaliar o desempenho desse empreendimento não só para o mercado turístico, mas como elemento de apoio à população local e o entorno onde está ou estará inserido. Só é possível fazer uma análise crítica dos impactos e potencialidades das pousadas em relação ao meio ambiente após a verificação das verdades e inverdades contidas nos depoimentos. Não se pode esquecer

ainda que existe uma relação intrínseca entre a construção de pousadas em pequenas localidades e a sua inclusão como territórios turísticos.

Para constatar a relação das pousadas com as pequenas localidades turísticas e analisar os prováveis impactos sociais e principalmente ambientais causados por esse tipo de empreendimento, escolheu-se Morro de São Paulo e Boipeba como destinos para realização dessa pesquisa. Até porque foi constatada grande incidência de pousadas nos dois povoados, representando no primeiro aproximadamente 80% dos meios de hospedagem e na segunda quase 90%. E é a partir de dados colhidos em pesquisa de campo que poderá se obter informações diretamente relacionadas com a população local, o meio ambiente, a atividade turística e os territórios escolhidos.

Capítulo IV

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO – MORRO DE SÃO PAULO

4.1. LOCALIZAÇÃO E ACESSO

A Bahia é um estado conhecido internacionalmente e se destaca no âmbito turístico visto que é o segundo destino mais procurado no Brasil. Possui 1100 km de praias, dispõe de vinte e cinco Áreas de Proteção Ambiental com reservas de mata atlântica, variedade de flora e fauna, diversidade cultural e um clima que oscila entre vinte a trinta graus durante todas as estações do ano. Em outras palavras vale dizer que na Bahia é verão o ano inteiro. Ressalvas, porém, devem ser feitas no tocante ao clima serrano que encobre a Chapada Diamantina e a região centro-oeste do estado. Para corroborar tal assertiva, durante uma visita, a CVC, maior operadora turística brasileira, confirmou que 70% dos pacotes de férias (2005/2006) vendidos para turistas, tiveram como destino a Bahia. E, de acordo com a BAHIATURSA, em 2004, 4.897.000 visitantes estiveram na Bahia, sendo que 4.232.780 são turistas nacionais. (BAHIA, 2005).

Dentre os atrativos naturais, históricos e culturais o que mais se destaca é o turismo de sol e praia, justamente pela grande quantidade de praias com águas claras, temperatura amena e tranquilas. A variedade de praias diz respeito ao tipo de banho de mar que se deseja tomar. Existem praias específicas para aqueles que gostam de surfar, para aqueles que apreciam a pesca submarina, para os que apenas desejam tomar banho entre os arrecifes e para todos os demais esportes aquáticos.

A Bahia é um estado com variadas políticas, algumas delas direcionadas ao desenvolvimento da atividade turística, o que gera, principalmente, incentivos na criação de pólos turísticos e valorização não só das localidades âncoras com forte potencial, como também daquelas que possuem uma expressa capacidade de se tornar uma localidade turística.

O estudo ora em destaque refere-se, especificamente ao distrito de Morro de São Paulo que localiza-se no extremo sul baiano (VER MAPA 06) e, segundo o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2000), possui 1634 habitantes, com 738 domicílios. O distrito insular faz parte do Arquipélago de Tinharé, que possui uma área de 43.300 hectares³⁴, está circunscrito ao município de Cairu. A localização se dá a 1328' de latitude sul e 3902' de longitude oeste. Segundo dados do IBGE em 1996 a população local era estimada em 1435 habitantes.

Constatou-se um crescimento demográfico de 13,77% entre o período de 1991, quando a população era de 653 e o ano de 1996 quando o número de habitantes subiu para 1.435. Não é possível computar a população flutuante visto que existem períodos de maior ou menor concentração a depender da situação climática e outros fatores de injeção turística.



Fonte: www.amabo.gov.br, 2005.

Mapa 06: Arquipélago Tinharé Boipeba.

Escala: 1: 750.000.

O distrito de Morro de São Paulo foi escolhido como território para estudo de caso devido a diversos fatores dentre os quais pode-se destacar o fato de ser uma

³⁴ Um hectare equivale a 10.000 m².

APA (Área de Proteção Ambiental) proposta pelo Decreto Estadual nº 1240, de 5 de junho de 1992.

Por estar contida em uma APA, possui algumas características peculiares e de grande importância para sua valorização ambiental. A APA das ilhas de Tinharé e Boipeba (VER MAPA 06) abrange uma área de cerca de 433 km², uma região estuarina, localizada entre a desembocadura do Rio dos Patos e o Canal de Taperoá, compreendida entre os paralelos 13 22 e 13 40 S e os meridianos 38 51 e 39 03 W. (CRA, 2003).



Fonte: Bahia, 2001.

Mapa 07: APA Tinharé Boipeba.

Escala: 1: 250.000.

O acesso ao povoado de Morro de São Paulo, especificamente, se dá por via área ou marítima e parte do percurso por terra. O acesso ao distrito, a partir de Salvador, pode ser feito tomando-se as estradas federais BR 324 e BR 101, e em seguida a estrada estadual BA 452 até Valença, - onde estão ancorados vários barcos com destino à localidade. Outra opção é utilizar o sistema ferry-boat que liga Salvador à ilha de Itaparica, seguindo-se no sentido BR-101, passando-se por

Nazaré, e daí para Valença pela BA-001, num percurso aproximado de 256 km. Já o acesso marítimo se faz diretamente do terminal em Salvador onde existe serviço de lanchas e catamarãs com duração aproximada de uma hora, dependendo também das condições favoráveis de navegação.

Mais recentemente passou a existir uma outra opção de transporte para aqueles que desejem dirigir-se a Morro de São Paulo. Vãos regulares de diversas companhias podem ser acessados diretamente do aeroporto de Salvador em aviões do tipo mono ou bimotor. Outra opção é o aeroporto de Valença, como se pode verificar no mapa seguinte, que dá destaque tanto para o aeroporto de Valença, quanto para a pista de pouso em Morro de São Paulo. (VER MAPA 08).

Em períodos da alta estação, ou seja, nos meses quentes de verão, representados nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro do ano de 2004/2005, foi incluída a ancoragem de navio em Morro de São Paulo que passou a fazer parte da rota de cruzeiros marítimos e trouxe consigo um fluxo maior de visitantes.



Fonte: Bahiatursa, 2003.

Mapa 08: Aeroportos da Bahia.

Escala: 1: 6.600.000.

Devido a sua localização estratégica (guarnece a entrada do canal de Tinharé e a entrada da Baía de Todos os Santos) e a sua topografia elevada, o povoado de Morro de São Paulo possui características importantes para um local

tido como fortificado e de referência para embarcações, já que possui em forte e um farol que funciona até os dias atuais. Para ter obter uma melhor idéia de como ocorre essa distribuição do espaço da localidade em destaque, foi inserido no corpo do trabalho, um mapa em desenho com detalhes de Morro de São Paulo e seu entorno.



Fonte: Viagem e Turismo, 2006.

Mapa 09: Desenho da Ilha de Morro de São Paulo.

4.2. CARACTERIZAÇÃO FÍSICA-AMBIENTAL

Morro de São Paulo possui características muito peculiares por ser uma ilha com topografia acidentada, cumes elevados, pouca planície e, como acontece em

terrenos desse tipo, uma quantidade insuficiente de água para abastecer a população local.

Necessário se torna estabelecer uma relação físico ambiental e caracterizadora da ilha para que assim se possa entender suas particularidades e potencialidades junto à comunidade.

O Clima é quente e úmido e apresenta, eventualmente, estações secas acentuadas. A região apresenta uniformidade de temperatura e umidade relativa, nuvens mais freqüentes e maior velocidade de ventos.

A média anual de temperatura é de 24,6°C. As médias mensais variam de 26°C (março) a 22,9°C (julho). As médias máximas giram em torno de 31,2°C (março) a 27,6°C (julho). As médias mínimas oscilam de 24,4°C (março) a 19,4°C (agosto). Não ocorrem diferenças apreciáveis de estação a estação, fato evidenciado na amplitude térmica anual que não ultrapassa 8,5°C. De maneira geral o mês de janeiro é um dos que apresenta maior número de horas de sol e os meses de julho e novembro os de menor densidade solar. (CONDER, 1998).

Como não possui grandes variações de temperatura, Morro de São Paulo acaba recebendo turistas o ano inteiro, mas e nos meses de dezembro a fevereiro, período das maiores temperaturas do ano, que ocorre uma maior incidência de turistas.

Por estar inserido na APA Tinharé Boipeba, tem sua área envolvida por um rico ecossistema estuarino, formado por pequenos canais e ilhotas, além de compor um sistema típico do litoral brasileiro, recortado com a presença de morros, barras e recifes.

Morro de São Paulo, especificamente, é um acidente geográfico de relevante valor paisagístico. Possui relevo do tipo planície costeira, revestido de solos, predominantemente areno-quartzosos. Seu recobrimento florístico é ornado de mangues de grande potencial pesqueiro, interiorizando com áreas de restinga,



Fonte: Bahia, 2001.

Fotografia 20: Vista aérea de Morro de São Paulo.

A Cobertura vegetal de Mata Atlântica é composta de palmeiras, utilizadas principalmente de forma extrativista, por meio da exploração de piaçava e extração do coco em quase toda extensão litorânea da ilha. (CONDER, 1998).

Não se pode deixar de destacar a presença do mangue no entorno da ilha, com as mais variadas espécies. O mangue está presente normalmente nas partes internas da área que envolve a ilha, margeando rios, riachos e canais. Na parte externa, às vezes, ocorre em locais protegidos da ação das ondas, entre os recifes.

Vale ressaltar que o mangue desenvolvem-se em regiões onde a velocidade das correntes marinhas são reduzidas, como nas reentrâncias da costa, baías e estuários, permitindo a sedimentação de material fino, como silte (material constituído de pequenas partículas de minerais) e argila (material sedimentário de grãos muito finos. Formado como produto de alteração de rochas), ricos em matéria orgânica. Também as altas temperaturas, típicas de países tropicais, e a amplitude das marés (diferença entre a altura de uma maré alta e uma maré baixa anterior), atuam de modo favorável na formação desse ambiente. (VER FOTO 21). (Natural Sul, 2006/CONAMA, 2006).

No mangue³⁵ típico, onde a maré é muito atuante desenvolve-se, o mangue vermelho³⁶, facilmente identificado pelas suas raízes aéreas (VER FOTO 22).

³⁵ Comunidade dominada por árvores ditas mangues, dos gêneros *Rhizophora*, *Laguncularia* e *Avicennia*, que se localiza, nos trópicos, em áreas justamarítimas sujeitas às marés. O solo é uma espécie de lama escura e mole. (Novo Dicionário Aurélio, 2004).

³⁶ Árvore da família das rizoforáceas (*Rhizophora mangle*), que vive nos mangues do litoral, cujo tronco é sustentado por grossas raízes – escoras basais, cujo embrião pode começar a crescer

Freqüentemente, distingue-se internamente uma faixa com mangue siriúba³⁷, caracterizando por um maior porte que o mangue vermelho e por não ter raízes aéreas. (CONDER, 1998).



Fonte: CRA, 2003.

Fotografia 21: Mangue.

dentro d
tanino, é
³⁷ Árvore
e de onc
/ Natura



em
nente,
, 1993

Fonte: CRA, 2003.

Fotografia 22: Mangue com raízes aéreas.

A pesca é uma atividade muito executada na região e serve, principalmente, para subsistência da população local devido à grande quantidade e variedade de peixes e mariscos. Hoje essa atividade se encontra em decadência, não só pela diminuição expressiva dos crustáceos devido à pesca predatória, como pelo surgimento de outras formas de remuneração e trabalho, vinculada ao turismo.

A ilha apresenta também uma exuberante paisagem natural, com praias de água translúcida, de temperatura amena e maré sem grandes oscilações. Morro de São Paulo tem, dentre as atividades econômicas, além do turismo, a cultura do coco, o extrativismo da piaçava e dendê e a agricultura de subsistência. É importante destacar que o cultivo da piaçava e do dendê é muito comum não só nesta localidade como também em Boipeba.

Em relação à cultura da palmeira *Attalea Funifera Martius*, conhecida por piaçava ou piaçaba, pode-se dizer que é uma palmeira genuína da flora brasileira e que o estado da Bahia responde por 95% da produção do país (VER FOTO 23).

O nome vulgar piaçava é de origem tupi e pode ser traduzido como *planta fibrosa* com a qual se faz utensílios caseiros. Como curiosidade há que se destacar que, durante o período colonial, as fibras eram procuradas por navegadores para fabricação de cordas utilizadas como amarra de navios (VER FOTO 24). (Bahia, Piaçaveira, 2005).



Fonte: Ceplac, 2005.

Fotografia 24: Piaçava.

Fotografia 23: Palmeira Attalea Funifera Martius. Fonte: Azevêdo, 2005.

Produtora de fibra longa, resistente, rígida, lisa, de textura impermeável e de alta flexibilidade, essa palmeira se desenvolve bem em solos de baixa fertilidade e com características físicas inadequadas para a exploração econômica de outros cultivos. A necessidade de poucos recursos financeiros para o plantio, a manutenção e exploração, tornam a piaçaveira uma opção agrícola atraente, pelos reduzidos riscos e altos rendimentos que proporciona. (CEPLAC, 2005).

A importância econômica da piaçaveira está na extração das suas fibras industriais que são utilizada na fabricação de vassouras, enchimento nos assentos de carros, cordoaria e escovões. O resíduo obtido de sua limpeza, o qual é conhecido como bagaço, fita ou borra, serve para cobertura de casas, inclusive de muitas pousadas em Morro, como visto na foto abaixo, sendo também muito utilizado na cobertura de quiosques (VER FOTOS 25 E 26). (CEPLAC, 2005).



Fotografia 25: Pousada com cobertura de Piaçava. **Fotografia 26:** Quiosque de Piaçava.
Fonte: Azevêdo, 2005. Fonte: Azevêdo, 2005.

Em toda a região da Costa do Dendê há também uma presença muito forte do dendezeiro, cultivo que deu nome ao pólo turístico em questão. Essa árvore conhecida cientificamente como *Elais guineensis* Jaquim produz o óleo do dendê, que é bastante utilizado na culinária de todo o estado.

O dendezeiro é uma palmeira originária da costa ocidental da África. O óleo originário – o azeite de dendê - foi introduzido no continente a partir do século XV, coincidindo com o início de tráficos de escravos entre a África e o Brasil. No contexto atual, o azeite de dendê é o segundo óleo mais produzido e consumido no mundo e representa 18,49% da produção e 20,40% do consumo mundial. (SEBRAE, 2005).

Segundo o SEBRAE (2005), a região sudeste da Bahia possui uma diversidade climática excepcional para o cultivo do dendezeiro. É uma palmeira que atinge até 15m de altura, tem o caule ereto, com cicatrizes das folhas antigas bem visíveis.

O dendezeiro começa a frutificar a partir do 4º ou 5º ano. Atinge o máximo de produção entre o 16º e o 20º ano e declina depois dos 40 anos, mas é capaz de frutificar até aproximadamente os 60 anos. Os cachos de frutos apresentam tamanhos variados, tendo normalmente de 30 a 40 cm de comprimento. Reúnem de 400 a 800 frutos e pesam de 20 a 30 kg, cada palmeira produz pelo menos quatro cachos por ano (VER FOTO 27). (PRODAM, 2005).

Os frutos são coquinhos ovóides amarelos ou cor de laranja de tamanho variável e contém sementes ou amêndoas (VER FOTO 28). Destas, extrai-se o óleo que tem grande importância econômica. O óleo é branco amarelado quase sem cheiro, sem sabor e pouco amargo. Sendo considerado bom para a alimentação,

ele foi incorporado a muitos pratos da culinária baiana (VER FOTO 29). É utilizado em larga escala na composição de margarinas, óleos fluidos e sabonetes. (PRODAM, 2005).



Fotografia 27: Dendezeiro.
Fonte: Azevêdo, 2005.



Fotografia 28: Dendê.
Fonte: Azevêdo, 2005.



Fotografia 29: Ambulante vendendo Óleo de Dendê em Morro de São Paulo.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Tanto Morro de São Paulo quanto Boipeba apresentam solos com baixa fertilidade natural e, conseqüentemente, fortes limitações ao uso agrícola, mas favorável para o cultivo do dendê e da piaçava que se adaptam bem a esse tipo de solo. Como são profundos e, geralmente, de textura arenosa e muito permeável, é freqüente a ocorrência de lençol freático próximo à superfície,

principalmente na estação chuvosa, o que o deixa suscetível à contaminação. (CONDER, 1998).

O volume dos resíduos sólidos e sua disposição precisam ser avaliados, inclusive a escolha de um local apropriado para depositá-lo, já que a tendência é aumentar o seu volume e o conseqüente incremento de sua atuação como agente contaminante dos mananciais, portanto o CONDER (1998), no Plano de Manejo da APA define que em toda área, quando não dispuser de água de superfície, basta perfurar um poço, para obter água de boa qualidade e com bastante quantidade. Análises químicas efetuadas mostram que a qualidade das águas subterrâneas da região é muito boa, atendendo às expectativas para qualquer finalidade, seja abastecimento humano, animal, industrial ou para irrigação.

A caracterização do solo, clima, relevo e atividades econômicas é importante porque servirá para entender as influências externas e internas causadoras do processo de ocupação da área objeto do estudo.

4.3 PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA

O processo de ocupação da ilha de Morro de São Paulo ocorreu em dois momentos. O primeiro, quando somente nativos³⁸ habitavam a ilha, houve uma ocupação colonial em que a agricultura era a principal atividade econômica. Num segundo momento, em decorrência da crise na agricultura, os habitantes locais voltaram-se para as atividades pesqueiras e, num terceiro momento, dedicaram-se ao turismo, atividade que perdura até os dias atuais.

A ocupação da área é bem antiga, havendo registros de acontecimentos datados do início da colonização do Brasil. A existência da Fortaleza do Morro de São Paulo é atribuída à defesa das invasões holandesas ocorridas junto à porção sul da entrada da cidade de Salvador no século XVIII. (CONDER, 1998).

³⁸ Que é natural da região. Nome dado aos moradores locais que nasceram e se criaram em uma determinada localidade. (Novo Dicionário Aurélio, 2004).

Com o passar dos anos, Morro de São Paulo assumiu o papel de povoamento estratégico com características essencialmente militares, tendo sido um importante atracadouro de embarcações que faziam escala em navegações pela costa brasileira. A atividade produtora de alimentos nunca foi o forte da economia da região. Sempre prevaleceu o extrativismo vegetal, com a retirada de madeira e piaçava. Esta característica pode ser entendida pela baixa produtividade dos solos que são estritamente arenosos, sem fertilidade natural. Como a agricultura primitiva era baseada apenas na queima e no posterior plantio, os solos arenosos não suportavam mais do que dois ciclos de produção, permanecendo na área apenas clareiras arenosas. (CONDER 1998).

Sem contar com solos produtivos, os antigos produtores da região, para compensar a baixa produtividade e rentabilidade, começaram a plantar a palmeira *Attalea Funifera Martius* e extrair madeira e a piaçava dois produtos de grande importância no período colonial. (CONDER, 1998).

A madeira da região da Mata Atlântica, por sua vez, era a matéria prima principal de tudo que se construía antigamente, tendo o seu mercado tão assegurado quanto a piaçava. As áreas cujo cultivo é baseado no coco verde são relativamente recentes e, ao contrario da lógica de ocupação atual, as áreas da costa atlântica eram consideradas como inferiores até o início do século XX, conforme relatam antigos produtores de piaçava que detinham praticamente todas as áreas interiores das duas ilhas, sobrando apenas as bordas do litoral atlântico, constantemente castigado pelo vento e de difícil acesso pela navegação. (CONDER, 1998).

A partir de meados do século XX, houve um aumento do afluxo de visitantes que freqüentavam o povoado de Morro de São Paulo não necessariamente para trabalhar na pesca ou na agricultura, mas, simplesmente, para visitar amigos e parentes. Os novos visitantes vinham apenas e tão somente para contemplar a natureza, estabelecendo a partir desse momento um novo tipo de atividade econômica na região: o turismo. (CONDER, 1998).

Em meados de 1960, Morro de São Paulo era freqüentado somente por veranistas e, depois, por amigos dos veranistas que compraram ou construíram

também casas e foram disseminando a beleza paradisíaca do lugar. Com o passar do tempo já eram milhares de pessoas, não só veranistas, mas turistas que durante muitas idas e vindas resolveram fixar residência na ilha, transformando-se em moradores do local. (CONDER,1998). Muitos desses visitantes resolveram estabelecer-se comercialmente e começaram a construir seus empreendimentos, desde bares e restaurantes até pousadas tendo como objetivo, principalmente, uma melhoria de qualidade de vida e estabilidade financeira.

A partir da década de 80, a atividade do turismo foi se desenvolvendo com muita força na região atraindo grande quantidade de veranistas e investidores, tanto para a localidade de Morro de São Paulo como para Boipeba.

O turismo, enquanto atividade econômica estruturada, é muito recente e só se estabeleceu como alternativa viável e lucrativa no início dos anos 90. Até então, o turismo era feito por aventureiros e mochileiros, com pouca ou quase nenhuma estrutura de apoio. Em Morro de São Paulo não havia bares e restaurantes voltados para o atendimento a turistas. O comércio era incipiente e carente de atrativos. Os visitantes eram, em sua maioria, veranistas e parentes de moradores que nos meses de verão praticamente mudavam para a ilha e exerciam alguma atividade lucrativa informal.

Atualmente, a atividade do turismo em Morro de São Paulo é evidenciada pelo número crescente de pessoas que nem sempre sabem que o local é uma APA, com grande biodiversidade, mas que procuram os povoados costeiros em busca de paz e diversão. Os visitantes são de toda parte do mundo, sendo que o índice de hóspedes estrangeiros no mês agosto (férias para muitos países) chega atingir a marca de 30% entre os principais hotéis e pousadas, mas a média durante todo o ano é de 17,6%. Os visitantes nacionais proporcionam uma frequência de 61,9% ficando apenas 20,5% para os turistas locais e regionais. (BAHIATURSA, 2002).

Com a chegada do turismo, iniciou-se um segundo processo de colonização da ilha, ocorrendo uma migração de novos habitantes em busca de trabalho e dinheiro. Boa parte desses novos moradores são de origem estrangeira, mas sem que haja, por parte do poder público local e regional, qualquer tipo de controle

sobre os mesmos. Aqueles que possuem um pequeno ou grande negócio, movimentam quantias volumosas e, segundo informações dos próprios habitantes e autoridades locais, sem que o poder público municipal ou estadual tenha controle sobre tais recursos. Mesmo os antigos habitantes dos povoados que conseguiram montar e manter um negócio, não sofrem nenhum tipo de controle ou normalização por parte do governo. (BAHIATURSA, 2002).

A atividade do turismo evidencia-se pela quantidade de meios de hospedagem estabelecidos na ilha, ou seja, 102 pousadas, 13 hotéis e 2 resorts, além das diversas atividades econômicas que alcançam um *boom* nos meses chamados de alta estação, quando a ilha fica muito povoada.

Não é possível estabelecer com exatidão qual o montante da receita proveniente do turismo em Morro de São Paulo, principalmente por que esta atividade está intimamente ligada a toda uma oferta de serviços que é iniciada no momento em que o visitante chega de Salvador, Valença ou em outra cidade vizinha, de carro ou de ônibus. Os gastos dos visitantes evidenciam-se desde o trocado pago no estacionamento ou ao garoto que fornece informações, até aos lanches consumidos.

Estima-se que esta atividade possa atingir uma renda anual de aproximadamente R\$ 2.050.000,00 (dois milhões e cinqüenta mil reais), para toda a APA de Tinharé e Boipeba, mas vale ressaltar que a maioria dos recursos vêm de Boipeba e principalmente de Morro de São Paulo. (CONDER, 1998).

É importante destacar que foi realizada uma pesquisa da demanda turística do Morro de São Paulo pela BAHIATURSA em 2002, juntamente com a Secretaria de Cultura e Turismo do Estado. Na pesquisa verificou-se que no Morro de São Paulo se encontram 102 pousadas cadastradas; representando, aproximadamente 90% do tipo de hospedagem, equipamento este escolhido por 80,2% dos turistas que vão à ilha. (BAHIATURSA, 2002).

A partir da análise do gasto médio diário individual, estima-se que os hospedados em pousadas gastam em média U\$ 22,20; enquanto os de hotéis gastam U\$ 54,10; sendo que os gastos com hospedagem superam as

expectativas, pois registram um percentual de 47,8%, na avaliação dos gastos gerais. (BAHIATURSA, 2002).

O turismo na ilha se caracteriza pela sazonalidade. Nos meses de alta estação (dezembro a fevereiro e julho) essa atividade é intensa, com grande fluxo de turistas e veranistas. Nos demais meses do ano, ou seja, durante a baixa estação, o afluxo de turistas diminui, porém não deixa de acontecer. A clientela de turistas é formada tanto por pessoas que residem em Salvador e de outras cidades da região como por pessoas de outros estados do país, principalmente do sul e sudeste e também por estrangeiros.

Até a década de 70 (do século passado), o povoado de Morro de São Paulo esteve mais ligado à pesca e ao veraneio e, atualmente, sofre mudanças significativas no que refere ao uso e ocupação do solo. A tipologia habitacional resultante de múltiplas transformações de uso, principalmente de uso residencial para uso comercial, é bastante atípica em relação a outras localidades da ilha de Tinharé, como em Boipeba, por exemplo. Essa ilha tem ocupação do solo ainda controlada, com poucas pousadas construídas e até outros tipos de equipamentos turísticos; mantém dessa forma a sensação de estar em uma pacata vila de pescadores.

Já em Morro de São Paulo, as casas de pescadores foram transformadas em bares, restaurantes, lojas e pousadas, assim como foram construídas novas casas de veraneio, hotéis e pousadas (VER FOTOS 30 E 31). Predomina a alvenaria de blocos e telha cerâmica com gabarito variando entre um, dois ou mais pavimentos.



Fotografia 30: Restaurante na Vila.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Fotografia 31: Loja de souvenir na Vila.
Fonte: Azevêdo, 2005.

As principais áreas de expansão do povoado são o Morro da Mangaba, em direção ao interior da ilha e a área a partir da segunda praia até a quarta praia, litoral marítimo (VER FOTOS 32 E 33).

No Morro da Mangaba o parcelamento do solo é intenso e apresenta muitas edificações em construção. Está ocorrendo um processo de expulsão e interiorização dos antigos moradores que tiveram de deixar suas residências próximas ao litoral devido à especulação imobiliária que se alastra como fogo pela outrora pacata e paradisíaca ilha.



Fotografia 32: Acesso ao Campo da Mangaba.
Fonte: Azevêdo, 2005.



Fotografia 33: Escada de acesso ao Campo da Mangaba.
Fonte: Azevêdo, 2005.

A área que compreende as praias está sendo ocupada basicamente por pousadas, barracas de praia, restaurantes e grandes hotéis e resorts. Na quarta

praia estão localizados o Hotel Fazenda Caieiras (provido, inclusive, de uma pista de pouso para aeronaves de pequeno porte), o Hotel Villegaignon, e o mais novo Resort Patachocas (VER FOTO 34), todos de padrão cinco estrelas. A tipologia desses hotéis e resorts destoa do conjunto das edificações do povoado pelo padrão de suas linhas arquitetônicas e sofisticação de sua ambientação.

Muitos bares e barracas de praia ocupam área de domínio da Marinha ou áreas das próprias fazendas que faziam limite com a praia. Supõe-se que, sobretudo no trecho da segunda e terceira praias, os proprietários de bares e barracas tenham obtido terrenos desmembrados das fazendas para explorar tais atividades (VER FOTO 35).



Fonte: Viagem e Turismo, 2006.

Fotografia 34: Patachocas Resort.



Fotografia 35: Barracas de Praia.
Fonte: Azevêdo, 2005.

A valorização das terras em áreas de expansão é intensa, segundo enquête realizada pela pesquisadora entre os habitantes do local. Apesar da inexistência de uma infra-estrutura básica, a procura de terrenos para investimentos visando o turismo/veraneio ainda é bastante acentuada. Os investidores, principalmente pessoas do sul e sudeste do país e estrangeiros, são atraídos pelas belezas naturais do Morro de São Paulo e pela possibilidade desses recursos gerarem empreendimentos rentáveis na linha do ecoturismo³⁹ (segundo declararam), principalmente, pousadas.

As pousadas representam hoje o principal elemento social e econômico do Morro de São Paulo, pois são responsáveis diretamente e indiretamente por mais da metade da mão de obra local, portanto fundamentais para o desenvolvimento da atividade turística na região.

As pousadas tiveram um crescimento considerável (representam 90% dos meios de hospedagem da ilha) por dois motivos: primeiramente porque Morro de São Paulo, no final da década de 60 e início de 70, foi “invadida” por jovens que, à época, acreditavam na filosofia hippie que pregava a paz e o amor e que buscavam a liberdade, o bucolismo difícil

³⁹ “Um seguimento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.” (GTI - ENBRATUR apud Brazil Nature, 2006) .

de ser encontrado nos grandes centros urbanos. Segundo relato dos próprios moradores da região, foram esses jovens os grandes incentivadores do turismo, pois traziam amigos e familiares para se hospedar nas casas dos moradores ou acampar na praia. O outro fator que promoveu o crescimento turístico da ilha está diretamente ligado às políticas públicas implementadas pelo governo estadual que, na tentativa de transformar a localidade em um grande potencial turístico, realizou mudanças desde a infra-estrutura com a instalação de água e luz, até incentivos para investimentos privados e marketing. O órgão oficial responsável pelo Turismo na Bahia, BAHIATURSA, desempenhou importante papel na divulgação das belezas da localidade, levando-a ao país e ao mundo através de feiras, congressos, TV, revistas, folders e até pela Internet. (BAHIATURSA, 2002/ CONDER 1998).

Morro de São Paulo é uma ilha reconhecida por todos que a visitam como possuidora de grande beleza natural e paisagística, mas que vem sofrendo um processo de modificações que estão alterando a paisagem do lugar, gerando, inclusive, alguns problemas sociais e principalmente os relacionados ao Meio Ambiente. A maioria dessas modificações está vinculada ao grande volume de construções para uma ilha de pequenas proporções, principalmente de meios de hospedagem, no qual se destacam as pousadas; daí a importância de entender como foi e como está sendo a relação dessas pousadas com a ilha e a comunidade local.

4.3.1 Desafios para a implementação de um Turismo Sustentável

O turismo em Morro de São Paulo enfrenta desafios semelhantes aos do turismo nos continentes em relação à sustentabilidade. O agravante no caso é o

isolamento geográfico pois as dificuldades de acesso e as políticas governamentais não permitem que a localidade se torne auto-suficiente.

Se tal não bastasse, outra dificuldade se configura na localidade visto que não há um ordenamento rígido de solo para as construções que se avolumam, sem qualquer ordem ou disposição regular. Misturam-se pousadas consideradas de alto e baixo padrão numa mesma área, sem delimitação. O resultado é um aglomerado de construções que descaracterizaram não só a vila, o interior, como também as praias que banham a ilha.

Ao mesmo tempo percebe-se que, por ser uma ilha, exerce um fascínio especial sobre os turistas. Talvez porque, para chegar até a Morro de São Paulo seja necessária uma viagem por terra e por mar, o que aumenta a excitação. Por outro lado seu isolamento geográfico assegura um “vôo” imaginário no inconsciente das pessoas que julgam que a cultura numa ilha seja mais homogênea e bem preservada que no continente. (Swarbrooke₃, 2000).

Existe ainda uma sensação latente de marginalização, pois, por não conseguir ser auto-suficiente, Morro de São Paulo vive apenas a Valença, cidade que é principal fornecedora de matéria prima. Assim, os moradores do distrito têm que arcar com os altos custos de transporte para a distribuição das mercadorias. O agravamento da situação se dá porque ocorre uma reação em cadeia que encarece os produtos e causa reflexos diretos no custo de vida dos locais.

Corroborando o acima descrito Swarbrooke₃, (2000), afirma que muitos ecossistemas e sociedades insulares são frágeis e suscetíveis às mudanças provocadas pelo turismo em grande escala; portanto fica claro que muitas ilhas precisam do turismo, desde que seja planejado. O mesmo autor ainda acrescenta que os impactos e problemas do turismo sustentável são similares tanto em ilhas como no continente, porém é nas ilhas que eles estão mais concentrados, já que existem diversos fatores influenciadores como: a falta d'água e energia, volume e destino do lixo entre outros.

A dificuldade de acesso, comum às ilhas, apresenta, ao lado das desvantagens já citadas, uma vantagem que a priori pode passar despercebida, mas que é de grande relevância. Os obstáculos de acesso, os preços cobrados nos meios de hospedagem, as dificuldades de transporte e até de alimentação filtram, de alguma forma, o turismo de massa, predatório ao meio ambiente, na maioria das vezes, muito embora, apesar de todas as dificuldades, não se tenha ainda conseguido fazer tal filtragem em Morro de São Paulo. Foi constatado ainda que, apesar de Boipeba pertencer ao mesmo arquipélago de Tinharé e apresentar algumas dificuldades inerentes a uma ilha, a depredação é menor e os danos causados ao meio ambiente infinitamente inferiores.

A ilha de Boipeba, por não ter facilidades de acesso, já que não possui vôos e lanchas diretas, não tem um perfil de turismo de massa, portanto se encontra mais preservada ambiental e culturalmente.

Boipeba possui a mesma diversidade natural e cultural de Morro de São Paulo. Um dos motivos é que pertencem ao mesmo município e estão inseridos na mesma APA. Apesar de serem localidades próximas, não se desencadeou o mesmo processo de ocupação e especulação imobiliária de Morro, até porque em Boipeba existe um movimento de união entre os empresários e a população local para proteger o meio ambiente e não haver um processo de ocupação desordenada que tanto agride a paisagem.

A importância de um estudo para se entender melhor a funcionalidade de uma ilha como Boipeba e, principalmente, Morro de São Paulo como exemplo para essa análise, pode ser verificada a partir de publicações que estão cada vez mais sendo veiculadas sobre o assunto. A Folha de Turismo (2005), inclusive, realizou uma reportagem bastante significativa voltada para as ilhas do Brasil, e a ilha Morro de São Paulo foi destacada como um local de grande valor turístico. Outra publicação de destaque foi a da Revista Viagem e Turismo (2006) em que classifica a ilha como “A Bahia da Hora”. Vale destacar que as publicações só fazem com que uma demanda cada vez maior de turistas se dirija a Morro de São Paulo.

4.4 DEMANDA TURÍSTICA

Morro de São Paulo recebe turistas o ano todo, mas é nos meses correspondentes ao verão brasileiro que esse fluxo aumenta. A ilha chega a receber mais de 1000 pessoas por dia e, por isso, tornou-se o principal destino turístico da Costa do Dendê. Para conhecer o perfil desse turista que visita o local, a BAHIATURSA, juntamente com a EMBRATUR, realizou uma pesquisa de Demanda Turística executada em fevereiro e julho de 2002.

Segue na página seguinte uma tabela com informações e dados correspondentes que vão elucidar questões importantes de Morro de São Paulo e seu respectivo fluxo turístico.

Tabela 05: Demanda Turística de Morro de São Paulo realizado pela BAHIATURSA em 2002.

DADOS	RESULTADOS DA PESQUISA
Residência Permanente	A maioria dos entrevistados que visitaram Morro de São Paulo é de brasileiros – 82,4% . A Bahia lidera em conjunto com São Paulo ambos com 20,5% . Em seguida aparece o Distrito Federal com 8,8% . Rio de Janeiro, Minas Gerais e participam com 8,5% e 8,1% respectivamente. O estrangeiros participam com 17,6% , cabendo a liderança ao mercado argentino, com 4,7% .
Sexo	56,4% dos entrevistados são homens , contra 43,6% de mulheres .
Faixa Etária	As faixas de 26 a 35 e 36 a 50 anos aparecem com percentuais de 40% e 35,9% cada. Em seguida aparece a faixa de 18 a 25 anos , com 17,6% . A idade média foi de 34 anos .
Escolaridade	Quanto à escolaridade, predominaram os turistas os portadores de diploma de nível superior e de 2º grau , com percentuais de 48,6% e 29,8% cada. Os pós-graduados aparecem com 12,2% .
Atividade Econômica	Destaque para os empregados do setor público e do setor privado , além dos profissionais liberais , com percentuais de 29,8% , 23,6% e 12,9% cada. Os empresários contribuíram com 7,5% .
Ocupação Principal	Quanto às ocupações, destacaram-se os funcionários públicos , os estudantes , os profissionais liberais e os bancários , com 26,4% , 17,3% , 17,3% e 4,6% , respectivamente.
GMDI - Gasto Médio Diário Individual	O gasto médio individual diário foi de US\$ 23,10 . Os turistas a passeio gastaram próximo da média, US\$ 23,30 . Quadro 74. Para os hospedados em hotel , o GMDI foi de US\$ 54,70 , para os hospedados em pousada , US\$ 22,20 . Quadro 75. O GMDI só com hospedagem foi de US\$ 12,70 . Os hospedados em hotel tiveram um dispêndio diário de US\$ 34,50 .
Estrutura de Gastos	Quanto aos gastos, a hospedagem teve maior relevância 47,8% . A alimentação ocupa o segundo lugar, com 28,4% , seguido de compras e diversão , com 11,5% e 9,2% respectivamente.
Avaliação dos	Entre os turistas entrevistados, 49,5% consideraram os preços normais .

<u>Preços</u>	Outros 47,5% dos visitantes consideraram elevados . Apenas 3,0% declararam que os preços eram baixos .
----------------------	--

Organizado por: Azevêdo, 2005.

Esses resultados são importantes no sentido de que complementam os dados obtidos na pesquisa de campo e que serão fundamentais para obtenção de um melhor entendimento da relação entre turistas x meios de hospedagem x localidade que serão analisados com detalhes na análise crítica.

Entender o perfil dos turistas - nacionalidade, faixa etária, sexo, escolaridade, atividade econômica -, e relaciona-los aos meios de hospedagem que utilizam, os aspectos que mais agradaram ou desagradaram, os motivos que os levaram a visitar a ilha, suas intenções em relação a um retorno, o meio de transporte utilizado para chegar ao destino, a renda e o montante gasto durante o período de

estadia, e o tempo de permanência na localidade, são fatores fundamentais para que se possa articular, organizadamente, em Morro de São Paulo, formas de acolhimento personalizadas de atendimento.

Apesar de toda a potencialidade existente num tipo de ação que vise o atendimento adequado ao turista, não se pode deixar de lado uma questão fundamental que são os impactos causados ao meio ambiente como consequência de medidas que deveriam ter sido tomadas previamente pela comunidade e empresários.

De acordo com a tabela, pode-se notar que a preocupação com o meio ambiente é um dado que não escapa aos turistas mais atentos e preocupados e que mostra que é possível, sim, coadunar diversão, lazer e responsabilidade ambiental.

No capítulo seguinte será mostrada uma análise criteriosa dos dados obtidos pela tabulação dos questionários respondidos pelos pousadeiros de Morro de São Paulo que é fundamental para se entender a relação entre o meio de hospedagem pousada e as consequências que podem advir das mudanças ocorridas na paisagem capazes de produzir impactos sócioambientais.

Capítulo V

5. ANÁLISE DESCRITIVA REALIZADA APÓS A TABULAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO EM MORRO DE SÃO PAULO.

Os dados obtidos na pesquisa de campo são importantes na medida que servirão como sustentáculo para a comprovação da tese de mestrado que ora se apresenta.

Foram realizadas visitas a diversas pousadas em Morro de São Paulo, sendo aplicados questionários a 61 pousadeiros (dos 102 existentes) dos respectivos estabelecimentos devidamente cadastrados, contendo perguntas dos mais variados assuntos que pudessem colher informações importantes para o embasamento da pesquisa.

A primeira pergunta que foi formulada para os pousadeiros diz respeito ao tempo de existência das pousadas, a fim de entender quando começaram as instalações desses equipamentos e o período de maior incidência dessas construções.

Quando questionados sobre o ano de fundação da primeira pousada foram obtidas diversas respostas, mas com período de tempo em comum: a década de 70 (do século XX) foi o marco inicial. Nessa época o turismo na ilha ainda não era difundido, mas já se encontrava em um processo de descoberta. A maior incidência de construção dessas pousadas ocorreu no período entre 1994 a 1998, (época de grande investimento público na divulgação das costas turísticas), o que representa 43% do total das pousadas instaladas, sendo que em 1996 foi registrado como o ano de maior número de construções, ou seja, 15% do total. Nesse período a ilha se encontrava em pleno auge com muitos turistas querendo conhecê-la e até muitos, querendo visitar novamente e redescobrir a beleza natural do lugar. Sendo assim, tornou-se necessário meios de hospedagem para acolher a demanda crescente. Ainda hoje é possível notar que novas pousadas

estão sendo construídas, como se fosse inexaurível o número de turistas que procuram a ilha.

Um outro fator importante que foi estabelecido dentro dos questionamentos é a identificação do perfil desses pousadeiros, para conhecer e caracterizar esse tipo de empreendedor.

Durante os questionamentos verificou-se que 61% dos pousadeiros são casados e apenas 23% são solteiros; isso demonstra que a maioria dos pousadeiros possui um companheiro ou companheira também como responsável pela pousada. Um dado bastante positivo no que toca à divisão de responsabilidades entre o homem e a mulher à frente desse tipo de empreendimento (VER GRÁFICO 04).

Já em relação ao quesito idade, constatou-se que 65% têm entre 36 a 50 anos e 24% mais de 50 anos, chegando-se a conclusão de que 89% dos pousadeiros têm mais de 35 anos, ou seja, uma grande representatividade de pessoas de faixa etária mais amadurecida e muitos com objetivos definidos de vida, pois já se consideravam prontos para esse tipo de decisão e mudança de vida. Não houve nenhum caso de pousadeiro com menos de 26 anos, o que demonstra que esse tipo de empreendimento é próprio para aqueles que já se encontram definidos financeiramente ou até emocionalmente. Mostra, também, que somente após adquirir uma certa estabilidade financeira e conseqüente poupança é que podem se aventurar em busca de uma nova posição social e econômica e assim partir para a realização de seus sonhos de independência financeira e “status” de empreendedor (VER GRÁFICO 05).

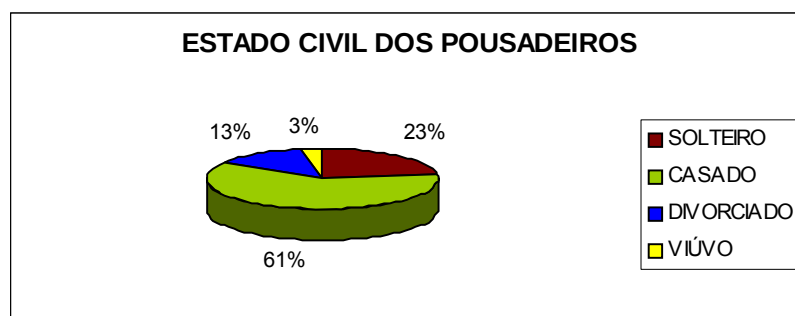


Gráfico 04: Estado Civil dos Pousadeiros.
Fonte: Azevêdo, 2005.

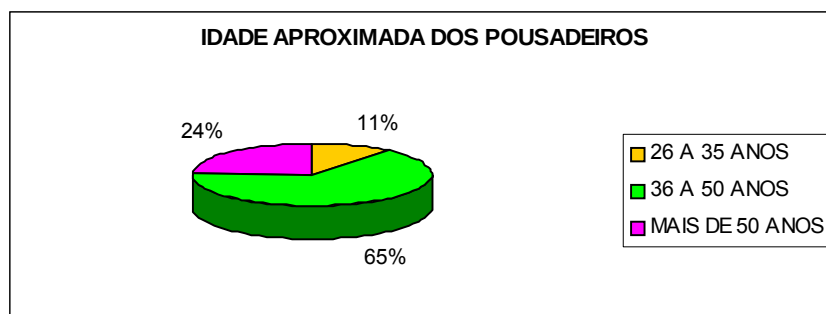


Gráfico 05: Idade aproximada dos Pousadeiros.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Na pesquisa de campo procurou-se também identificar esse meio de Hospedagem – Pousadas, tentando defini-las e diferenciá-las seguindo alguns padrões encontrados, caracterizados pela autora ao longo das visitas técnicas. Para melhor compreendê-las se definiu algumas características das sete tipologias.

Essas tipologias vão estar divididas em dois blocos, definidos pelas seguintes características: Localização e Arquitetura das Construções. A importância na criação desses blocos é justamente entender que num mesmo equipamento de hospedagem, é possível haver diferenças que variam desde o local onde foi construído até o estilo arquitetônico adotado.

No quesito **Localização**, foi possível identificar três diferentes estilos:

- 1) **Pousada Central** - são aquelas que se instalaram na praça, no centro do vilarejo, local em que se encontra a maioria do comércio da vila. Fica entre o cais e as praias. (VER FOTO 36).
- 2) **Pousada Praia** – são aquelas que são instaladas na praia, inclusive, algumas até ocupam espaços que antes eram destinadas aos banhistas e aqueles que gostavam de ficar tomando sol. Existem quatro praias na ilha e em todas elas existem pousadas. (VER FOTO 37).
- 3) **Pousada Melhor Vista** – são aquelas que tiveram crescimento vertical em suas construções para que seus hóspedes tivessem uma melhor visão da paisagem e que esse fosse o grande diferencial para atrair clientes. No

caso de Morro de São Paulo os terrenos que abrangem um melhor ponto de vista são aqueles voltados para o mar. (VER FOTOS 38 E 39).

Já no quesito **Arquitetura das Construções**, foi possível identificar quatro diferentes estilos:

- 1) **Histórico** – são aquelas que se estabeleceram em alguma edificação histórica. Em Morro de São Paulo, a edificação histórica existente é um sobrado do século XIX, que hospedou D. Pedro I e Domitila de Castro, a Marquesa de Santos e que se encontra hoje em excelente estado, bastante preservada. (VER FOTO 40).
- 2) **Luxuoso** – são aqueles equipamentos denominados de pousada, mas que por conta da sua estrutura física e serviços prestados, mais parecem um hotel. A estrutura física imponente é detentora de mais quartos que o habitual, inclusive piscinas e os serviços possuem diferenciais como bares, restaurantes, lojas de souvenir, equipamento para conexão em rede, entre outros. (VER FOTO 41).
- 3) **Puxadinho** – é mais conhecido como pousadas domiciliares, pois são casas de moradores locais e de veranistas que as transformam em uma pousada. O nome “puxadinho” origina-se do tipo de construção que representa uma extensão da casa, ou seja, um “puxado”, no linguajar típico dos locais. (VER FOTO 42).
- 4) **Estrangeiro** – são aquelas pousadas pertencentes a estrangeiros e que tem sua arquitetura e decoração diferenciadas, próprias, que remetem aos seus países de origem. Muitos inclusive oferecem refeições típicas da sua terra natal. (VER FOTOS 43 E 44).

Vale ressaltar que essas tipologias de pousadas podem sofrer cruzamentos, portanto, uma pousada pode ter um, dois ou até três características que as identificam. Uma pousada pode estar enquadrada tanto no estilo de Localização como no de Arquitetura das Construções ao mesmo tempo, ou seja, pode estar localizado na praia e ter arquitetura típica de um estrangeiro e até mesmo uma

pousada central pode ter sua arquitetura histórica e se encaixar perfeitamente em uma pousada de estilo luxuoso. São diversos cruzamentos que podem ser realizados, Todos esses cruzamentos podem ser verificados a seguir:

- Pousada Central X Pousada Histórica;
- Pousada Central X Pousada Luxuosa;
- Pousada Central X Pousada Puxadinho;
- Pousada Central X Pousada Estrangeiro;
- Pousada Central X Histórica X Luxuosa;
- Pousada Central X Luxuosa X Estrangeiro.

- Pousada Praia X Pousada Luxuosa;
- Pousada Praia X Pousada Puxadinho;
- Pousada Praia X Pousada Estrangeiro;
- Pousada Praia X Luxuosa X Estrangeiro.

- Pousada Melhor Vista X Pousada Luxuosa;
- Pousada Melhor Vista X Pousada Puxadinho;
- Pousada Melhor Vista X Pousada Estrangeiro;
- Pousada Melhor Vista X Luxuosa X Estrangeiro.

Em Morro de São Paulo foi possível identificar todos essas características relacionadas acima por meio de cruzamentos de dados realizados pela autora, mas o comum é encontrar uma tipologia que destaca a pousada por meio do estilo adotado por sua localização ou por conta de sua arquitetura. Essas diferenças podem ser notadas nas fotos mostradas a seguir:



Fotografia 36: Pousada Central.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 37: Pousada Praia.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 38: Pousada Melhor Vista.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 39: Vista panorâmica da Pousada “Melhor Vista”.
Fonte: Azevêdo, 2005.



Fotografia 40: Pousada Histórica.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 41: Pousada Luxuosa.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 42: Pousada “Puxadinho”.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 43: Pousada Estrangeiro.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 44: Pousada Estrangeiro.
Fonte: Azevêdo, 2004.

Dentro dessa classificação acima, definiu-se também, durante as entrevistas, como os pousadeiros construíram suas pousadas, sejam elas feitas em terrenos sem edificação adquiridos dos moradores locais ou construídas a partir de casas de veraneio e dos moradores da região.

Existem diversos casos de moradores locais que tomaram a decisão de transformar sua casa em uma pousada, e até casos de moradores que ao se estabilizarem financeiramente, se mudaram de sua antiga casa para uma nova, mas mantendo a anterior como pousada. Esse tipo de hospedagem, hoje, representa um total de 24%.

Outro tipo de ocupação é aquela que pode ocorrer de duas formas: uma pela compra regular do terreno e outras por invasão ou compra irregular - como foi dito por alguns pousadeiros. A maioria desse tipo de empreendimento está localizada na praia e representa um total de 26%. É relevante esse dado porque demonstra que esses pousadeiros reconhecem a preferência dos turistas pela proximidade da praia e muitos não se importam com a questão da legalidade ou ilegalidade.

O tipo que ocorre com maior incidência, ou seja, 32% é aquele em que o empreendedor compra uma casa de um morador local e ao reformá-la transforma-a em uma pousada. Nesse caso, a localização desses empreendimentos está dividida entre a vila e a primeira praia. As implicações para esse tipo de compra remetem ao passado, quando os moradores locais ainda não tinham referência sobre a valoração de seu bem. O resultado mais visível e causador de maiores problemas é a interiorização dos nativos que, ao venderem suas casas, acabam por marginalizar-se em locais distantes da vila. Há casos comprovados de algumas pessoas que retornam para trabalhar nas pousadas onde antes eram suas residências. Esse processo pode ser também notado em diversas pequenas localidades turísticas no Brasil.

Uma grande surpresa obtida foi o número de pousadas que são arrendadas, principalmente por estrangeiros, ou seja, são pousadas construídas por nativos que alugam esse empreendimento para ganhar uma renda fixa e vão morar em outra região; o que representa 13% das ocupações. O que pode se concluir deste dado é que, aparentemente, a maior preocupação daqueles que arrendam é com

o lucro que poderá ser obtido. Alguns dos arrendatários, por sua vez, são estrangeiros e pouco conhecem a região e que arrendam o empreendimento como uma forma de sustentar sua permanência na localidade. E a menor incidência de pousadas, apenas 5%, são aquelas onde os veranistas transformam sua casa em um meio de hospedagem, passando a morar na ilha, na maioria das vezes na própria pousada. (VER GRÁFICO 06).

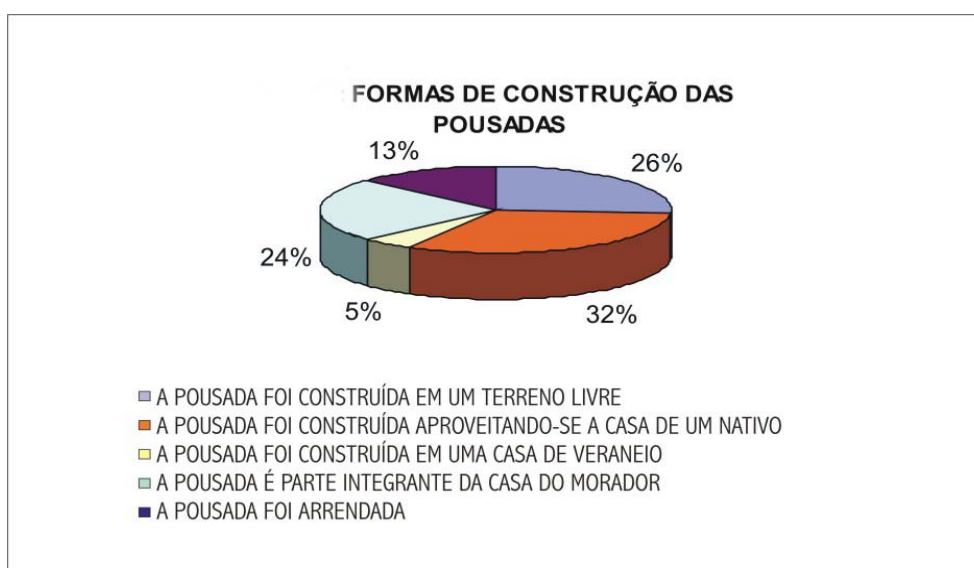


Gráfico 06: Formas de construção das pousadas.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Para a construção e reforma dessas pousadas é necessário material de construção e esse é um dos grandes problemas apontados pelos pousadeiros - o transporte desse material; seja para levá-lo até a ilha ou para locomovê-lo até a pousada é difícil, pois como diz o próprio nome, Morro de São Paulo é um morro, portanto íngreme, de acesso impróprio que só é conseguido através de animais como burros, carrinhos de mão e principalmente, mão-de-obra barata para execução do serviço, como pode ser observado nas fotos seguintes:



Fotografia: Burros transportando material de construção.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 46: Carrinho de mão levando mercadorias.
Fonte: Azevêdo, 2004.

Por ser uma ilha, as dificuldades se acentuam em função da modalidade de transporte que pode encarecer a construção. Em Morro de São Paulo não há acesso por automóveis, este só é possível através de barcos e estes nem sempre estão disponíveis, pois muitos, têm horários pré-estabelecidos. Dentre as localidades no entorno, a cidade de Valença é a mais próxima com estrutura para atender esses empreendimentos e assim tornou-se a principal fornecedora para a compra e transporte de mercadorias. Valença, inclusive, teve seu crescimento associado a essas pousadas, já que 100% delas a têm com principal fornecedora.

Há alguns pousadeiros, 18%, que afirmaram também trazer material de Salvador, principalmente aqueles não encontrados em Valença. E 12% citaram ter como fornecedora para a construção das pousadas, a própria ilha, que tiveram como principais materiais retirados: piaçava, areia, madeira e principalmente pedras. Vale ressaltar que essas pedras representam uma grande problemática para a ilha, já que são retiradas do mar, dos próprios arrecifes (VER FOTO 47).

O uso irregular e sem controle (dos órgãos responsáveis pela fiscalização como: IBAMA e o CRA), da madeira, areia, pedra e até retirada de arrecifes das praias para a construção de empreendimentos onde se incluem as pousadas, causaram impactos significativos ao meio ambiente.

Tudo isso gera prejuízos também aos próprios empresários. Um dos impactos mais sérios é a retirada dos arrecifes para utilizar as pedras nas construções, pois, ao retirá-las, extingue-se gradativamente a proteção natural do mar, o que facilita a entrada de água na ilha. Com a retirada dessas pedras, o mar começou a invadir Morro de São Paulo, ficando muito próximo às construções e, inclusive, causando erosões na passarela dos turistas, o que impossibilitou o acesso das pessoas às pousadas e restaurantes na praia quando a maré permanece cheia.



Fotografia 47: Arrecifes da Ilha.
Fonte: Azevêdo, 2004.

Devido à erosão causada pelo avanço do mar houve um movimento dos próprios pousadeiros da praia na tentativa de fazer uma ponte improvisada que foi embargada quando o IBAMA identificou o problema. Segundo o IBAMA, sua construção poderia gerar outros impactos maiores à ilha, já que seria construída no mar.

Os órgãos responsáveis - CRA E IBAMA - tomando conhecimento da situação, aproveitaram para vistoriar e multar algumas pousadas que estavam com construções irregulares. Muitas encontravam-se com suas edificações a menos de 60m além da preamar⁴⁰, o que não é permitido, podendo nesse caso serem multadas e/ou terem que remanejar essas edificações para que a mesmo fique dentro dos padrões necessários. Além de que, por ser uma ilha, é uma Área da Marinha e por isso se trata de uma Área de Segurança Nacional. (SEIA, 2006/SEMARH, 2006/ CONAMA, 2006).

É possível notar que existem uma série de regulamentações e restrições, principalmente por ser uma APA e elas podem ser encontradas na: Lei n 7.799 de 07 de fevereiro de 2001 que Institui a Política Administrativa dos Recursos Ambientais e dá outras Providências (ver anexo pág. 250); na Lei n 7.661 de 16 de maio de 1988 que Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiros e dá outras Providências. E por ser uma APA - Tinharé Boipeba possui seus próprios regimentos podendo ser encontrado tanto no Decreto n 1.240, de 5 de junho de 1992, que cria a APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba no município de Cairú e dá outras providencias, como na Resolução n 1.692 de 19 de junho de 1998 (ver anexo pág. 276), que aprova o Plano de Manejo da APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba no Estado da Bahia. (SEIA, 2006/SEMARH, 2006/ CONAMA, 2006).

As referidas pousadas tiveram de fazer reformas, recuando a parte da frente, para que no espaço aberto pudesse ser construída uma passarela (em terra, e não no mar, como os pousadeiros queriam). As multas aplicadas variaram de R\$ 6.000,00 a R\$ 30.000,00, segundo uma proprietária de uma pousada nessa área. Para ter uma melhor noção desse problema foram tiradas fotos de todo o período dos acontecimentos. E nesse espaço de tempo foi construída uma nova ponte de

⁴⁰ Altura máxima do nível do mar ao longo de um ciclo de maré, também chamada de maré cheia.

acesso para os turistas de alvenaria fiscalizada pelo CRA e IBAMA como pode ser vista nas fotos a seguir:



Fotografia 48: Antiga contenção para evitar erosão.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 49: Antigo acesso dos turistas – praia.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 50: Construção da nova ponte.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 51: Pousadas multadas e que tiveram que realizar o recuo legal.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 52: Pousadas multadas que realizaram, posteriormente, o recuo.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 53: Pousadas que fizeram o recuo exigido pelos órgãos fiscalizadores - Antes.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 54: Pousadas que fizeram o recuo exigido pelos órgãos fiscalizadores – Depois.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 55: Nova passarela de acesso às praias.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Nesse período em que os órgãos responsáveis pela fiscalização se fizeram presentes também notaram outras irregularidades tomando providência em algumas delas, como foi o caso de uma pousada localizada frente à praia que estava construindo pavimentos acima do nível permitido, que são de dois pisos e que foram embargadas. (Até o termino dessa pesquisa encontrava-se no mesmo estado) (VER FOTO 138).



Fotografia 56: Construção embargada.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Quanto ao transporte para se chegar à ilha, não se pode deixar de fazer referência aos impactos diretos e indiretos que essa atividade causa, principalmente em Morro de São Paulo que tem invariavelmente atracado em seus cais, na alta estação, uma média de trinta barcos e lanchas por dia, levando e trazendo turistas e mercadorias.

Os barcos, geralmente, não apresentam uma boa manutenção e assim deixam óleo no mar, poluindo-o e a todo o ecossistema em volta. Haja vista que o local perto do cais não é recomendável ao banho de mar devido à poluição aparente devido ao acúmulo de óleo e até mesmo, dejetos (VER FOTO 57).



Fotografia 57: Lanchas próximas ao caís.
Fonte: Azevêdo, 2005.

O sistema viário principal do povoado liga o largo da Igreja com a primeira praia chamada de “Broadway” que é bastante estreita e não apresenta pavimentação em quase sua totalidade, só com um trecho de cimento próximo à praia. A ocupação inapropriada do solo se deu porque não houve uma ordenação coerente na vila, praias ou interior, ou seja, casas, pousadas e empreendimentos comerciais foram construídos sem que se obedecesse a um critério. As vias não são servidas de passeios e algumas edificações simplesmente se apropriam de parte da via estreitando-a mais ainda, como pode se verificar nas fotos seguintes: (CONDER, 1998).



Fotografia 58: Broadway.
Fonte: Azevêdo, 2005.



Fotografia 59: Estreitamento das ruas pelas pousadas, restaurantes, comércios, em geral.
Fonte: Azevêdo, 2005.

O sistema viário secundário é bastante ramificado em pequenas ruas, vilas e becos, aproveitando a topografia bastante acidentada do povoado formada por vários morros. A área de praias é plana e desprovida de sistema viário. O acesso para essa área acontece pela própria praia e fica, por vezes, bastante dificultado durante a maré alta. Isso ocorre principalmente por causa das construções de pousadas e bares com suas respectivas mesas e cadeiras (VER FOTO 60).



Fonte: Bahiatursa, 2002.

Fotografia 60: Barracas, cadeiras e mesas na segunda praia.

Algumas pousadas tiveram o acompanhamento de engenheiros e arquitetos e representam um percentual de 54% do total de construções erguidas e 46% não tiveram auxílio desses profissionais. Tal fato gera preocupações sobre fragilidade técnica a que muitos empreendimentos são submetidos e pode acarretar tanto problemas de construção para a própria pousada e seus clientes como para a localidade, já que causam até em alguns momentos diversos impactos. Um deles é a utilização não autorizada de madeira, pedra e areia da ilha, além da poluição visual. O mais agravante, porém, é a edificação de pousadas que não respeitam o recuo obrigatório de 60 metros da preamar.

Com a informação de que 80% dos pousadeiros não são nativos de Morro de São Paulo e que descobriram a localidade por diversas formas, sendo que a mais citada com 52% foi por meio de amigos, chegou-se à conclusão que o melhor marketing é ainda a indicação daqueles que já visitaram a ilha e repassam informações, pois somando-se a indicação de parentes que foi 16%, chega-se a um total de que 68% dos que desembarcaram na ilha vieram através de indicações sendo elas através de parentes e amigos. Um percentual de 20% de pousadeiros já eram moradores da ilha e, aparentemente, conseguem identificar com facilidade os maiores problemas da ilha (VER GRÁFICO 07).

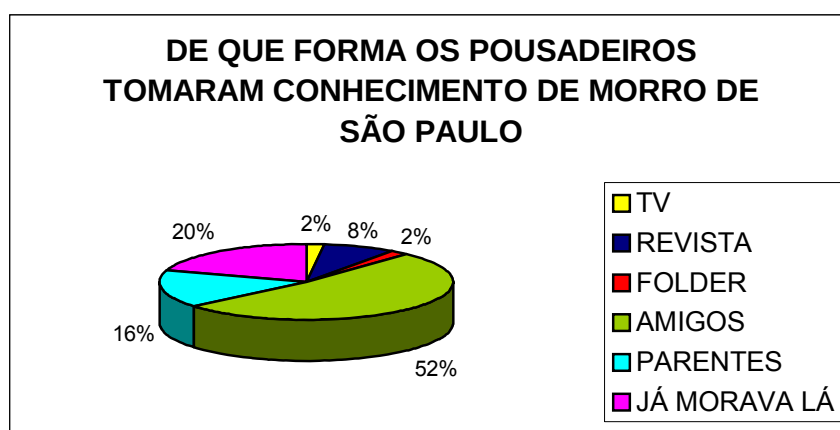


Gráfico 07: De que forma os Pousadeiros tomaram conhecimento de Morro de São Paulo.
Fonte: Azevêdo, 2005.

É interessante notar que apenas uma parcela de 12% descobriu a ilha por meio da mídia, seja ela pela TV, reportagens de revista e por folders, demonstrando que por mais que pareça ser uma pequena parcela no contexto geral é bastante significativo, pois é esse tipo de anúncio que atrai um investidor e acaba chamando no futuro diversos turistas para o local e seu empreendimento. Até porque, em muitos momentos, uma imagem vale mais do que mil palavras e a BAHIATURSA, tomando ao pé da letra o ditado, incorporou em suas propagandas imagens que são capazes de remeter ao lugar, principalmente aquelas vinculadas ao turismo de sol e praia, que são os destinos mais procurados pelos turistas brasileiros e estrangeiros no Brasil, segundo a EMBRATUR. Morro de São Paulo não é diferente, como pode ser notado na fotografia a seguir:



Fonte: Risério, 2001.

Fotografia 61: Vista aérea da entrada de Morro de São Paulo.

Sobre a atividade de trabalho desempenhada antes de montar a pousada, ou seja, de se tornar empresário do setor hoteleiro, 25% eram comerciantes, 16% bancários, 11% gerentes de outros hotéis e pousadas e 10% administradores de empresa. O que se observa é que a maioria dessas pessoas desempenhava atividades junto ao público e que hoje, como pousadeiros possuem maiores facilidades no exercício da nova profissão, relacionando-se com os turistas de uma forma mais desenvolvida. Os que se dedicam à nova profissão de pousadeiros são aqueles que têm bom-humor, possuem empatia e, principalmente, tenham prazer em estabelecer relações interpessoais.

As outras profissões citadas como de representante de vendas, policial, engenheiro, fazendeiro, funcionário público, professor, eletricitista, entre outros é de grande valia citar, pois através das profissões é possível identificar um pouco mais o perfil desse tipo de empreendedor, que não só muda de profissão e de cidade, mas o seu estilo de vida, principalmente quando esse destino é uma ilha, longe das grandes cidades, como é o caso de Morro de São Paulo. Vale lembrar que os antigos pescadores e artesãos foram apontados como nativos da ilha e portanto não tiveram que mudar de sítio para instalar uma pousada. (VER GRÁFICO 08).

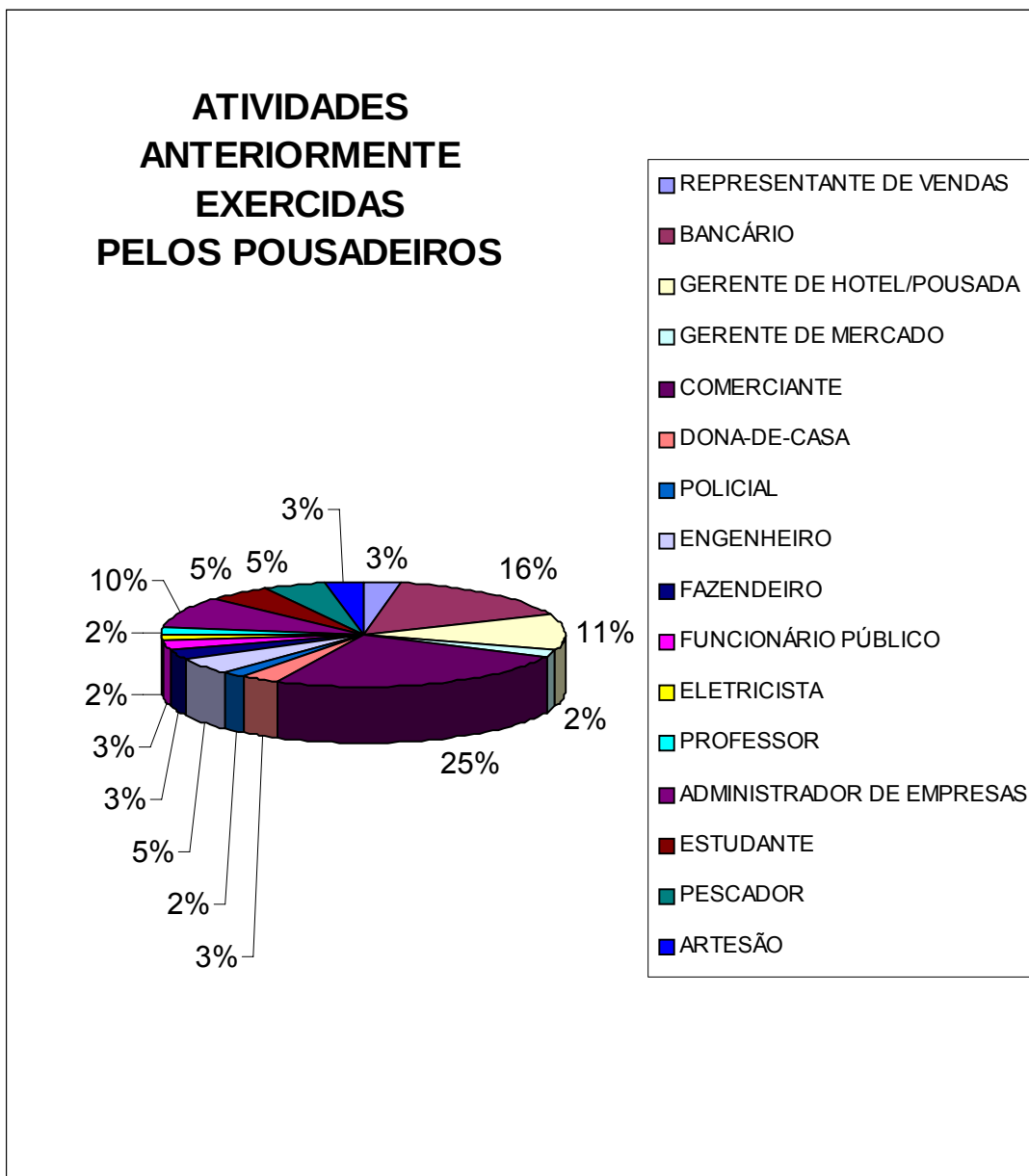


Gráfico 08: Atividade, anteriormente exercidas pelos Pousadeiros.
Fonte: Azevêdo, 2005.

A partir de algumas publicações sobre pousadas, como o livro de Miranda, (2004) e reportagens como a da revista Turismo – Brasil: um grande negócio (2003), constata-se que ela se tornou hoje um sonho de uma grande parcela de pessoas a fim de mudar de estilo de vida, em busca de uma melhor qualidade de vida.

Portanto, a maioria deles abandona suas antigas atividades para se dedicar exclusivamente ao empreendimento. Dentre eles, 66% se dedicam aos trabalhos da pousada para que no tempo livre possam curtir a localidade escolhida, juntamente com seu companheiro ou companheira, filhos e amigos. Dos 34% restantes que exercem outra atividade paralela ao da pousada, foi verificado que, além do comércio, as outras atividades exercidas são de pescadores, artesãos, empresários etc., ou seja, a maioria exerce outras profissões só que na própria ilha. (VER GRAFICO 09).

Muitos desses empresários e comerciantes ampliaram seus negócios na ilha, pois vêem em Morro de São Paulo não só uma chance de mudar seu estilo de vida, mas a oportunidade de ganhar dinheiro, pois não há como se dissociar o prazer de se ter uma boa qualidade de vida e as facilidades que uma independência financeira possa garantir para si e os membros de sua família.

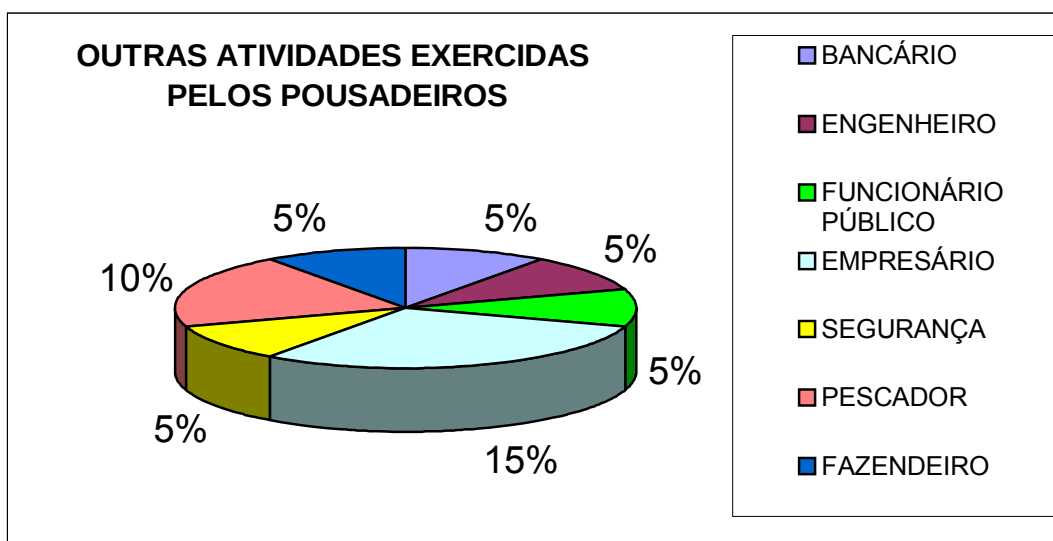


Gráfico 09: Outras atividades exercidas pelos pousadeiros.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Uma outra pergunta, que é particularmente delicada, já que muitos temiam responder, porém é de extrema importância, remete à participação do governo e dos órgãos competentes, como CRA, IBAMA e BAHIAATURSA e sua relação com o meio ambiente e os meios de hospedagem. Esse questionamento não tem o intuito de julgar ou criticar, mas tenta esclarecer como ocorre essa relação.

A primeira pergunta procurou relacionar a participação do governo e o auxílio às pousadas. Dos questionados, 95% responderam que não tiveram ajuda em nenhum momento. E 5% dos que tiveram algum tipo de ajuda por parte do governo, foram através do aporte de recursos financeiros oferecidos pelo Banco do Nordeste.

Foi questionado também se houve algum tipo de dificuldade por parte do governo, e 75% dos entrevistados disseram que não foi detectado nenhum problema. Porém, dos 25% que afirmaram terem tido algum tipo de dificuldade, foi destacada a demora na liberação do alvará, tal como a cobrança de impostos considerados por eles abusivos, a falta de auxílio de empréstimos e a perseguição municipal. Alguns declararam, inclusive, que a antiga prefeitura perseguia alguns pousadeiros na tentativa de não liberar a obra, pois segundo os futuros empresários, seria mais um concorrente para o hotel que o então prefeito possui. (VER GRÁFICO 10).

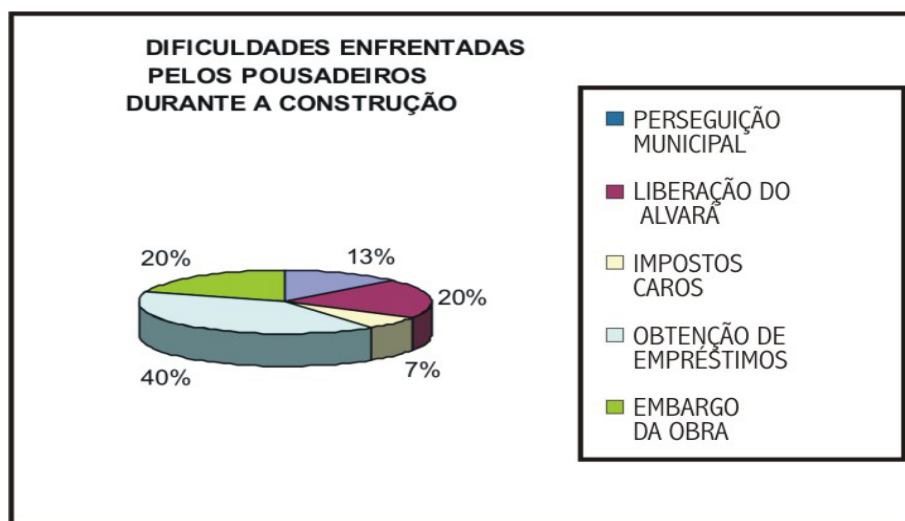


Gráfico 10: Dificuldades enfrentadas pelos Pousadeiros durante a construção.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Já sobre a fiscalização dos órgãos ambientais como CRA e do IBAMA, 58% disseram não terem presenciado visitas dos mesmos em suas pousadas. O que faz refletir bastante sobre as construções e existências das pousadas, já que as presenças desses órgãos são indispensáveis para salvaguardar as leis da APA e de proteção ao meio ambiente. Cabe ao CRA fiscalizar a construções das

pousadas verificando se elas seguem aos padrões fiscais e ambientais. E, em alguns casos, embargar a obra, fazer modificações e até multar. E ao IBAMA cabe fiscalizar, para minimizar os problemas ambientais e proteger o ecossistema dos possíveis impactos.

A presença dos órgãos de fiscalização em 42% das pousadas teve como objetivo um olhar mais atento e fiscalizador sobre as obras, liberando-as ou não. Em alguns casos se fez necessária a aplicação de multas (VER GRÁFICO 11).

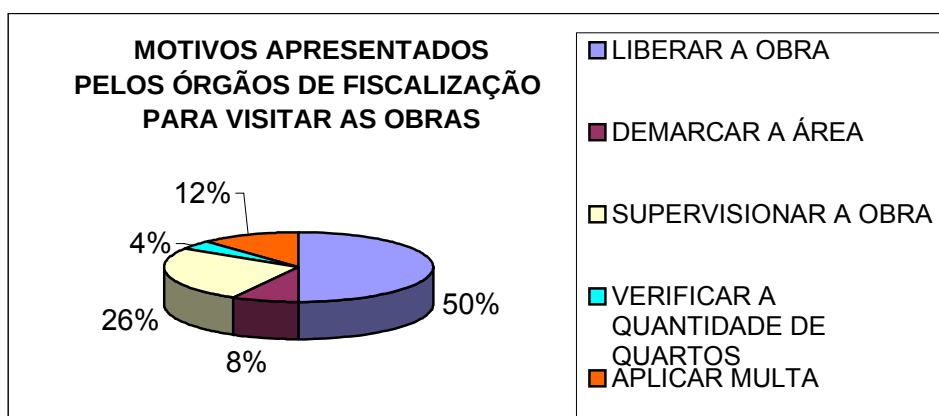


Gráfico 11: Motivos apresentados pelos órgãos de fiscalização para visitar as obras.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Nas quatro visitas técnicas realizadas, 80% das entrevistas, tiveram seus dados coletados após a posse do novo prefeito em 2004, portanto muitos procuraram não emitir opinião a respeito a fim de aguardar mais um pouco suas ações.

Quando questionados sobre a relação da prefeitura com as pousadas, a maioria - 60% (34% a espera da nova gestão e 26% não justificou) - respondeu não haver relação alguma e muitos colocaram, inclusive, que estariam aguardando a nova prefeitura para tomar alguma posição.

Apenas 13% apontaram haver uma boa relação da atual prefeitura com as pousadas; sendo que 7% alegaram haver parceria e 5% declararam que a nova prefeitura está melhor que a antiga. (VER GRÁFICO 12).

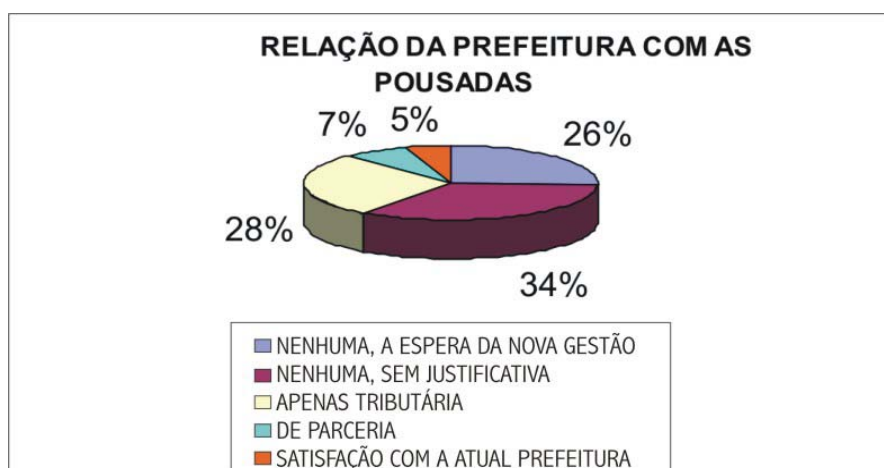


Gráfico 12: Relação da Prefeitura com as pousadas.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Uma vez ao ano, segundo a própria BAHIATURSA, é realizada uma visita de profissionais do órgão na ilha para a realização da Pesquisa de Demanda Turística. Nessa visita são realizadas inspeções nos meios de hospedagem, na localidade, com os turistas e moradores locais, a fim de identificar e caracterizar o turismo na região e suas vertentes.

Quando questionados os pousadeiros sobre as visitas da BAHIATURSA para inspeções e pesquisas, mais da metade, ou seja, 51% deles disseram terem recebido visitas do órgão sendo que 84% apontaram que pelo menos uma vez ao ano. Mas 49% alegam não terem recebido esse tipo de visita e até alguns relatam não saber qual a função da Bahiatursa. (VER GRÁFICO 13).

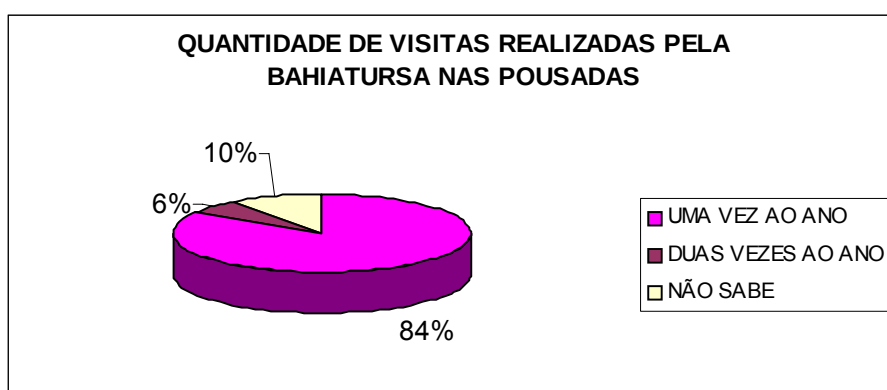


Gráfico 13: Quantidade de visitas realizadas pela BAHIATURSA nas pousadas.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Essa pesquisa se propõe não só em descrever o perfil, características e funções de uma pousada, mas entender como se dá a relação dela com a comunidade e o meio ambiente. Como já foi visto, Morro de São Paulo possui um ecossistema estuarino rico e de extrema sensibilidade; daí a importância da relação da ilha com a natureza.

Questionados (os pousadeiros) se tiveram algum tipo de preocupação com o meio ambiente ao construírem e ao administrarem as pousadas, 41%, afirmaram não ter nenhum tipo de atenção especial para com a natureza e seu entorno. Esse dado é alarmante, pois reflete um assunto delicado que é a natureza, e ficou demonstrado que grande parcela desses empreendedores não possuem nenhum tipo de atenção especial ao meio que circunda seu empreendimento. E assim, fica exposto, que não se atentam, o fato das pousadas dependerem diretamente do fluxo turístico e os turistas do meio ambiente, ou seja, com atrativos naturais degradados, há pouca chance das pousadas se manterem já que o caminho seria os turistas procurarem outros destinos mais conservados e essas pousadas ficarem sem demanda. (VER GRÁFICO 14).

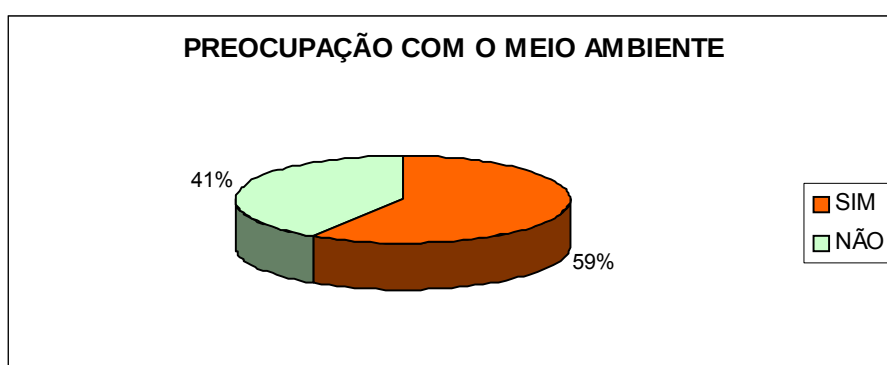


Gráfico 14: Preocupação com o Meio Ambiente.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Dos 59% que informaram terem tido algum tipo de cuidado, as principais ações podem assim ser descritas: 42% buscaram preservar a área verde no

entorno da sua pousada, 30% procuram reciclar sempre que possível seu lixo e 16% tiveram preocupação com a edificação, evitando assim a poluição visual. (VER GRÁFICO 15).

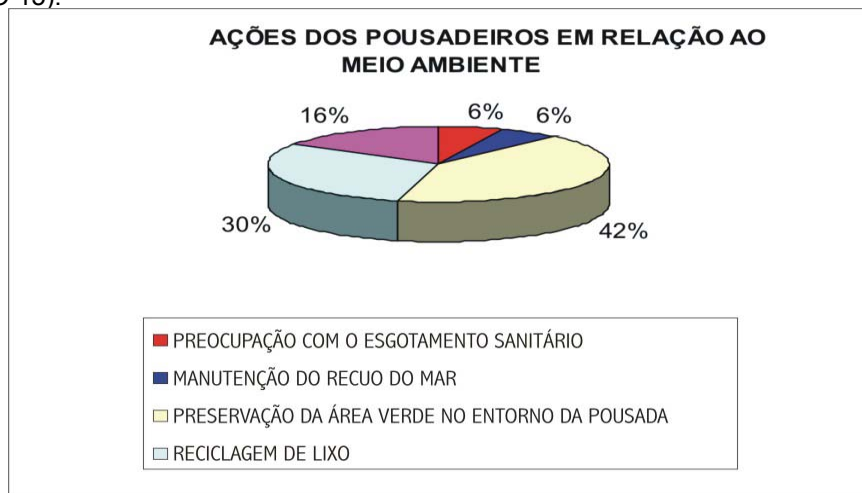


Gráfico 15: Ações dos Pousadeiros em relação ao meio ambiente.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Como já foi visto no capítulo anterior, Morro de São Paulo pertence a uma Área de Proteção Ambiental – APA (Decreto-Lei 1.240 de 5 de junho de 1992) e, por esse motivo, está subordinado a um sistema legal que visa sua sustentabilidade (SNUC Lei 9.985/2000). Questionadas se sabiam o que era uma APA, apenas 46% das pessoas responderam que sim. Uma grande parcela, ou seja, 54% não sabe o que é uma APA, sua importância e funcionalidade. Esse é um dado preocupante, pois o objetivo primordial da existência da APA, é não só a proteção da área, mas a conscientização das pessoas que vivem e visitam essa região que possui abundante vegetação e uma beleza natural.

Dentro do questionário apresentado aos pousadeiros foi questionado se alguns deles conheciam o significado da sigla APA e as implicações para a região. Após os devidos esclarecimentos 46% deles responderam que a existência de uma APA representa uma diferencial para a ilha, em relação a outros locais próximos. Por outro lado, 54% acreditam que não, ou seja, não vêem valor em ser uma unidade de conservação, o que é temeroso já que Morro de São Paulo está localizada em áreas remanescentes de mata atlântica e, hoje, recebe um fluxo constante de visitas. Dos que têm consciência do que é uma APA e acreditam ser

num diferencial para a ilha, 61% apontaram que ela ajuda a preservar o meio ambiente, 21% colocaram ser importante para a localidade e 18% estabeleceram que é fundamental para orientar as pessoas, fiscalizar e multar aqueles que não seguem as leis concernentes à área. (VER GRÁFICO 16).

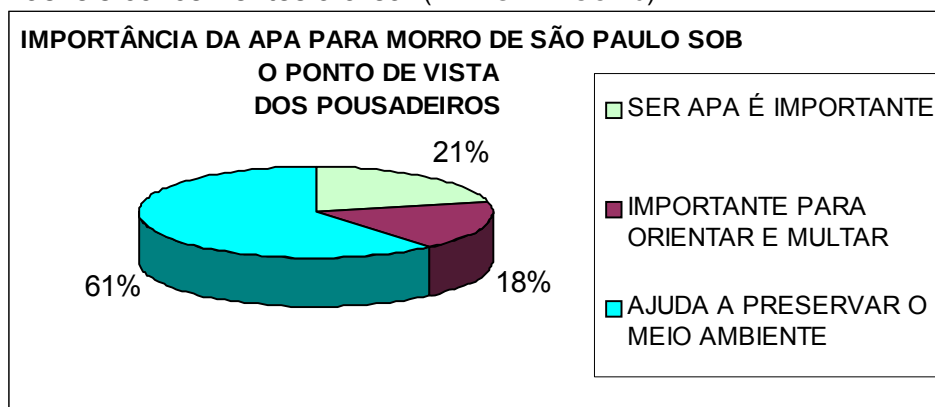


Gráfico 16: Importância da APA para Morro de São Paulo sob o ponto de vistas dos Pousadeiros.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Questionou-se, então, sobre a importância da relação do turismo com o Meio Ambiente, principalmente na busca turismo sustentável. Assim, 85% deles responderam que é possível conciliar harmoniosamente turismo e meio ambiente, desde que haja respeito à natureza que só pode se concretizar através de uma educação ambiental (VER GRÁFICO 17). Sendo que 39% dentre eles acreditam que só seria possível essa conciliação se empresários se conscientizassem da importância da preservação do meio ambiente. O percentual de 33% revela que deve existir uma consciência ambiental coletiva que abarque a comunidade, empresários e turistas. Se as leis vigentes da APA fossem respeitadas, 13% acreditam que a situação fosse mais harmoniosa entre o meio ambiente e o turismo. Já 15% demonstraram que se houvesse uma maior fiscalização dos órgãos competentes a fim de coagir certas ações predatórias comuns na ilha, seria possível um turismo sustentável.

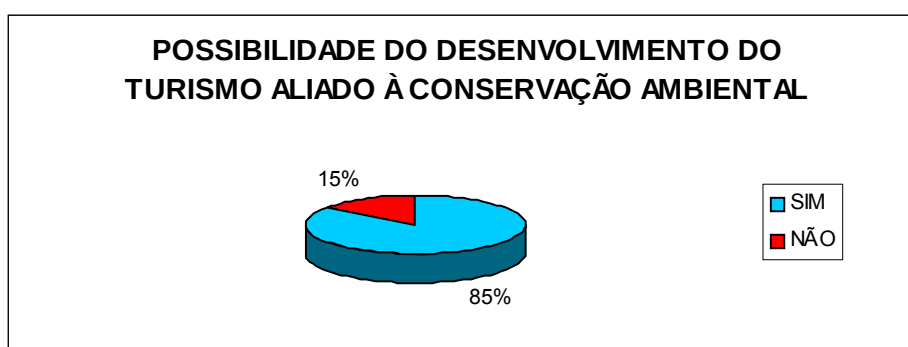


Gráfico 17: Possibilidade do desenvolvimento do turismo aliado à conservação ambiental.
Fonte: Azevêdo, 2005.

O atual estilo de vida das populações humanas é o principal responsável pela crescente degradação do meio ambiente. Enquanto a natureza é eficiente na reciclagem de seus resíduos, o homem continua acumulando lixo. No Brasil, nos últimos anos, a produção média diária de lixo aumentou de 0,5 para 1,2 kg por pessoa, e o consumo de embalagens de alimentos cresceu mais de 100%. (Araújo, 2003).

Ao se falar de meio ambiente não se pode dissociá-lo dos problemas sociais e urbanísticos existentes, tais como a relação entre o lixo e o ecossistema, principalmente numa ilha como Morro de São Paulo.

Os freqüentadores das praias também contribuem, às vezes, para a poluição no mar, uma vez que deixam os próprios resíduos na areia. A dinâmica costeira (ventos, ondas e marés) transfere o lixo para água, tornando sua coleta muito mais difícil. (Araújo, 2003).

A grande quantidade de lixo que é produzido em Morro não é retirada da ilha. Assim, ocorre a proliferação de insetos como moscas e muriçocas, de ratos e demais animais nocivos à saúde. As consequências dessa exposição podem ser vistas no único posto médico da vila que atende a muitos casos de infecções, alergias e demais doenças ligadas à exposição do material deixado ao relento e abundante de insetos.

Pousadeiros e empresários, preocupados com a situação, discutem e apresentam propostas que tem como objetivo minimizar esse problema que pode causar sérios danos à população. Um dos projetos apresentado é a reciclagem. Alguns habitantes, imbuídos de consciência coletiva promoveram um projeto de coleta seletiva para reutilizar os materiais passíveis de reciclagem. Porém 82% jogam seus resíduos sólidos diretamente no trator – transporte local oferecido pela prefeitura que recolhe o lixo em horários estabelecidos em função da maré e os levam para o lixão que se localiza num local chamado Zimbo, após a 4^a praia da ilha. Dos que realizam a coleta, 12% reciclam latas, garrafas e plásticos e 6%

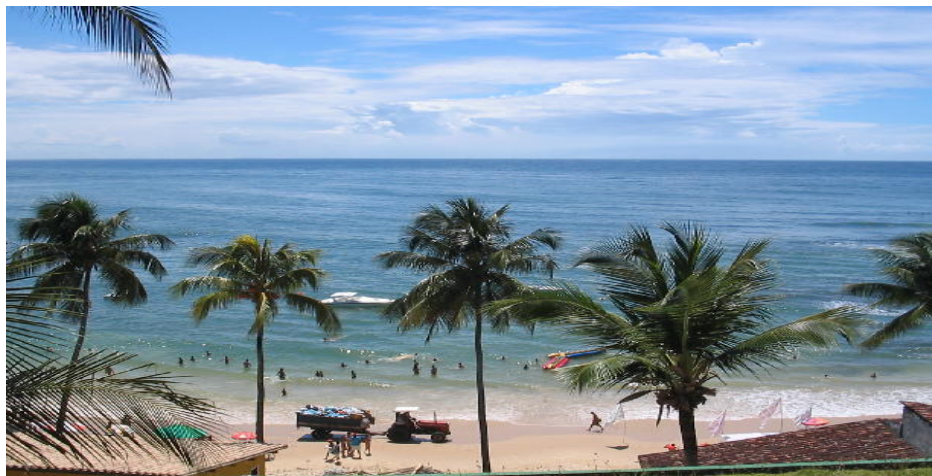
reciclam o lixo orgânico, transformando-o em adubo, ou seja, deixam macerar ao sol os resíduos orgânicos e os ensacam em sacos de farinha.

Uma vez que o recolhimento do lixo se faz nas vias de acesso dos turistas, o estado dessas pode-se dizer que é mal conservado. Nota-se em quase toda extensão muito barro e areia fofa e até excrementos de animais, pois muitos utilizam veículos de tração tais como jipe e trator, além dos animais de carga. Com relação ao trânsito de trator para coleta de lixo, transporte de material de construção ou de bagagens, feito por meio da via principal do povoado, devem ser considerados os seguintes aspectos: o trânsito constante do trator torna-se um incômodo para o pedestre que não conta com passeios ao longo da via; o mesmo acontece com o trânsito de trator nas praias, pois além do incômodo e perigo causado aos banhistas, o próprio movimento de areia deixado pelos pneus causa impacto visual, sem contar, ainda com a poluição sonora e do ar e o mau cheiro provocado pelo lixo.

A seguir, fotos desses tratores que recolhem o lixo e o gráfico acerca do assunto.



Fotografia 62: Trator de lixo na rua.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 63: Trator de lixo na praia.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Gráfico 18: Destino do lixo produzido em Morro de São Paulo.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Se não bastasse o problema causado pelo lixo numa ilha como Morro de São Paulo, turistas e moradores são assolados constantemente pela falta de água e energia.

Questionados sobre o problema de água e energia e se existem nas pousadas algum tipo de projeto ou planejamento dando instruções aos hóspedes, 57% afirmaram que não. Dos 43% que responderam sim, a maioria o realiza por meio de regulamentos internos que geralmente são afixados atrás da porta dos quartos. Dentro dos regulamentos existe um percentual de 30% que pede aos

hóspedes que economizem água e 30% energia. Quanto à troca de toalhas e roupa de cama, 8% deles pede que os hóspedes se solidarizem com o problema da falta d'água e que por esse motivo não será trocada diariamente. Caso seja necessário, os hóspedes terão atendidas suas exigências mesmo que seja contrário aos regulamentos.

Entre os pousadeiros que fazem algo para economizar energia, 8% instalaram placas solares em suas pousadas, outros 4% utilizam energia a cartão magnético, que funciona da seguinte forma: toda a energia do quarto só entra em funcionamento, quando o hóspede insere o cartão magnético que é anexado à chave da porta ou, em alguns casos, ele é a própria chave.

Em relação à economia de água, constatou-se que 8% usam torneira com aerador e 4% captam água de chuva. A captação se dá por meio de vigas colocadas no telhado das pousadas e que correm diretamente para tonéis ou cisternas que armazenam a água. (VER GRÁFICO 19).

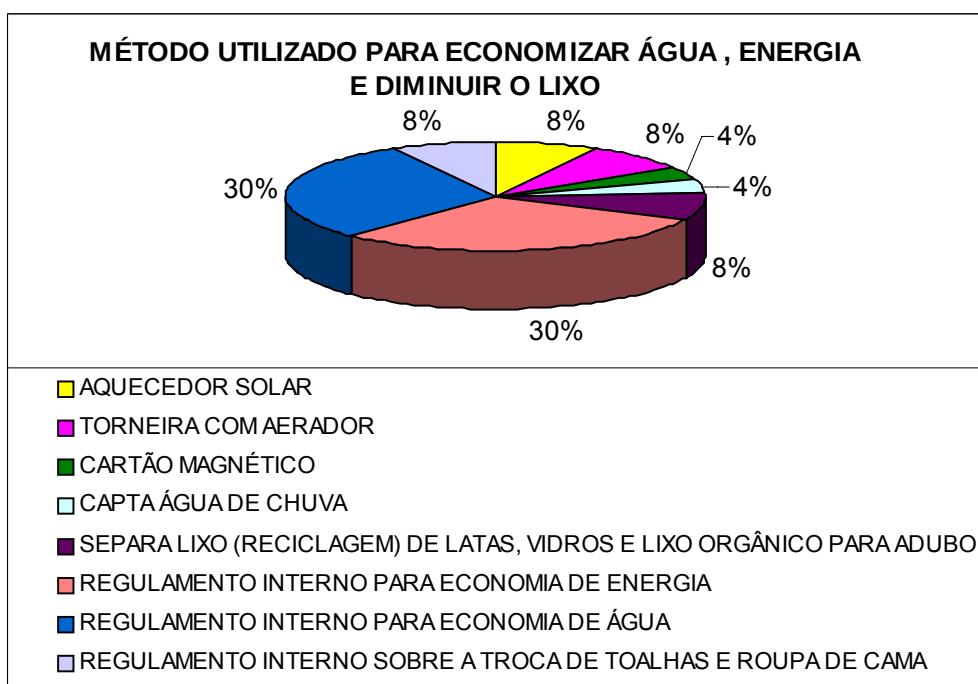


Gráfico 19: Método para economizar água, energia e diminuir o lixo.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Questionados separadamente sobre se existe alguma preocupação exclusiva com a água, 57% responderam que não.

Dos 43% que disseram sim, existe uma preocupação de 65% em relação à economia e 35% em relação à qualidade (VER GRÁFICO 20). Aqueles que buscam uma economia o fazem pelos próprios funcionários por meio de uma fiscalização mais rigorosa; já os que se mostraram preocupados com a qualidade o fazem através da instalação de filtros - 30% e de cloro - 5%.

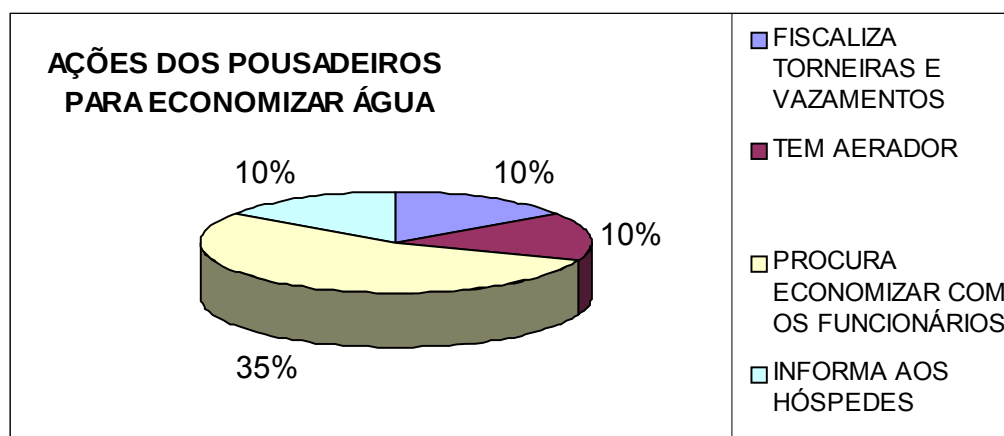


Gráfico 20: Ações dos Pousadeiros para economizar Água.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Em Morro de São Paulo, existe uma dificuldade natural de captação de água e principalmente do destino dos resíduos, muito embora o problema tenha sido minimizado após a instalação de uma estação captadora de água em 1998, pela EMBASA – Empresa Baiana de Águas e Saneamento.

As instalações para que propiciaram uma melhoria para a rede pública de esgotamento sanitário foram construídas somente em setembro de 2002, com duas redes de tratamento e emissário submarino com distância de aproximadamente 2km da ilha. O funcionamento dessa aparelhagem e os meios de gerenciamento e manutenção geram muitos gastos à ilha e esse valor é repassado aos usuários que pagam uma taxa de esgoto 80% sobre o valor da água.

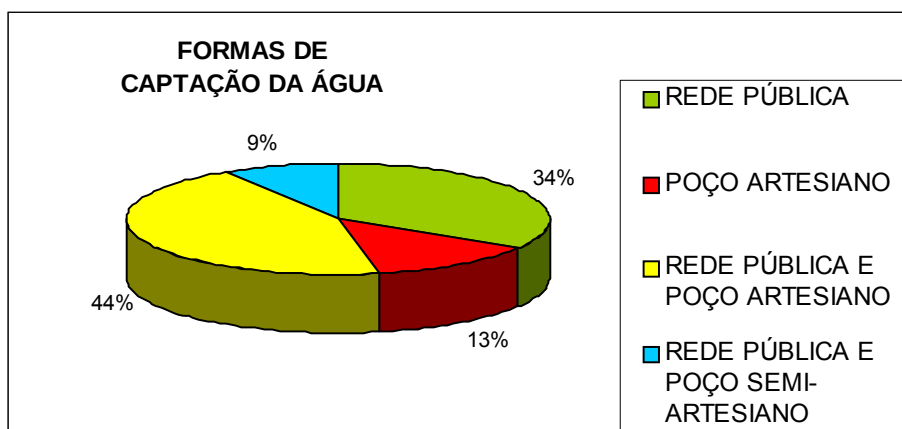


Gráfico 21: Formas de captação da água.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Segundo o responsável pela Embasa local e os próprios pousadeiros, a fim de não pagar o valor cobrado, considerado por muitos como abusivo, são feitos poços artesianos que canalizam a água para a pousada para assim diminuir seus custos. Uma prova disso é que 66% das pousadas têm algum tipo de poço artesianos ou semi-artesianos. É correto lembrar que todos possuem rede pública devidamente instalada.

A justificativa de outros pousadeiros para a construção de poços é diferente pois 59% deles o faz para evitar a falta d'água, principalmente na alta estação.

Questionados sobre as condições da qualidade da água, 63% classificaram-na como média e ruim (41% média e 22% ruim); (VER GRÁFICO 22), e dentre os maiores motivos de não ser boa é a sua coloração – acham-na muito amarela – 47% e 33% colocaram que a mesma possui muito cloro, 13% acham com um sabor amargo e 7% afirmaram possuir um cheiro desagradável. (VER GRÁFICO 23).

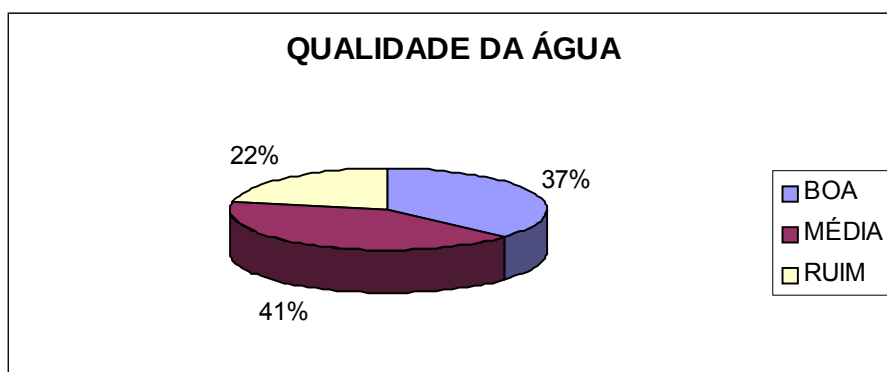


Gráfico 22: Qualidade da água.
Fonte: Azevêdo, 2005.

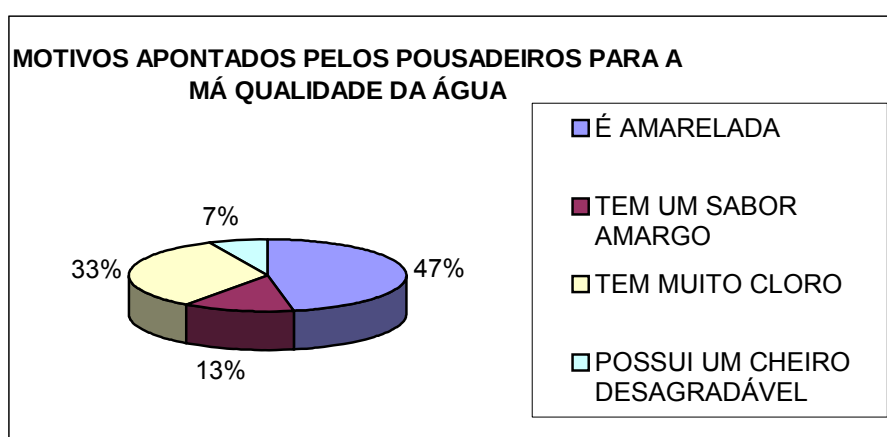


Gráfico 23: Motivos apontados pelos pousadeiros para a má qualidade da água.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Pela maioria ter respondido que há problemas de falta d'água, questionou-se se realizavam alguma ação especial na alta estação. Uma grande parcela das pousadas possui poços artesianos (portanto, não se preocupam com a possível falta de água) e apenas 9% dos demais questionados instalam tanques grandes para reservatório de água.

Além de a água ser escassa e cara, pode, em contato com alguns agentes químicos como o detergente, poluir o meio ambiente. Por conta disso perguntou-se sobre a rotatividade da lavagem das roupas de cama e banho na pousada. A maioria delas, representando um montante de 78%, declararam trocar em dias alternados, identificando uma certa consciência de economia desse bem raro em

ilhas - a água. Somente 15% das pousadas lavam todos os dias. E ainda existe uma parcela de pousadeiros de 7% que só lavam suas roupas de três em três dias.

Essa questão de troca de roupa de cama e toalhas gera muita polêmica, já que muitos acreditam que por estar pagando têm o direito de ter tudo lavado diariamente. A pousada que não realiza esse processo alega que caso o cliente deseje ele terá tudo trocado diariamente, mas aqueles que entenderem as razões por uma consciência ambiental estão contribuindo para uma nova relação mais consciente dos problemas enfrentados. Afirmam ainda que, em suas próprias casas, nada é lavado diariamente e que a pousada seria como uma extensão da sua própria residência.

Quando questionados onde são lavadas essas roupas, 37% delas são lavadas em lavanderia, 35% são lavadas na própria pousada e apenas 28% entregam-na para as lavadeiras locais. Isso demonstra uma certa distância dessas pousadas com a comunidade, o que poderia ser amenizado caso tivessem mais da metade das pousadas, entregado suas roupas a trabalhadores locais, gerando inclusive renda e emprego para os locais. (VER GRÁFICO 24).

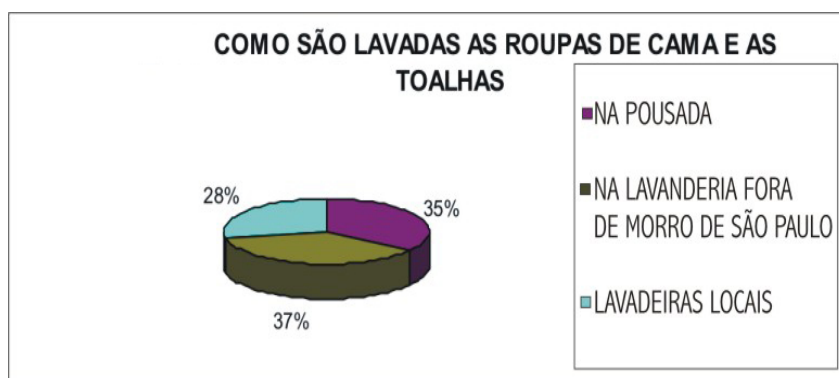


Gráfico 24: Formas de lavagem das roupas de cama e toalhas.
Fonte: Azevêdo, 2005.

E por fim, no quesito água-destino, buscou-se entender qual a destinação dos esgotos gerados nas pousadas. A resposta foi que 98% delas têm a sua destinação do esgoto para coleta central que depois sofrer dois tipos de tratamento - em maquinários localizados na segunda e na primeira paria – vai para

alto mar pela canalização do emissário submarino. Essa é a forma menos impactante para uma ilha com tanta sensibilidade ambiental e de grande fluxo de esgoto.

O povoado de Morro de São Paulo possui uma pequena extensão, tendo em vista a quantidade de habitantes e turistas que o visitam. Assim, a construção de um emissário submarino é de grande importância no que se refere ao tratamento dado ao esgoto. Se tal não fosse feito, os impactos ambientais causados seriam maiores e poderiam comprometer ainda mais o ecossistema.

Dando continuidade ao estudo resultante das respostas obtidas através de questionários, é possível estabelecer uma relação entre os pousadeiros e a comunidade local no tocante às responsabilidades que cabem a cada uma das partes com a localidade. Quando os pousadeiros foram questionados a respeito de sua participação na Associação de Pousadas, constatou-se que apenas 18% são filiados. (VER GRÁFICO 25).

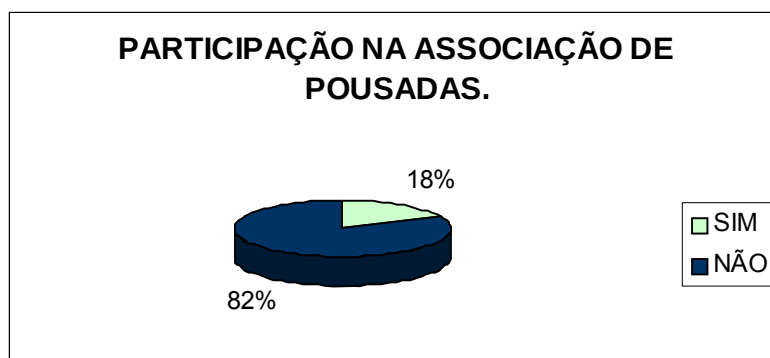


Gráfico 25: Participação na Associação de Pousadas.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Os 82% restantes não se filiaram por diversos motivos. Entre eles há que se destacar os já participaram, mas saíram - com 26%; com igual percentual, ou seja, 26% declararam que a existência dessa associação é somente uma questão de aparência e por isso não participam; 32% (16% +16%) deles colocaram que não participam por possuir poucos quartos e serem classificados como pousadas de pequeno porte e os outros 16% declararam não terem sido convidados a participar da associação em questão. (VER GRÁFICO 26).

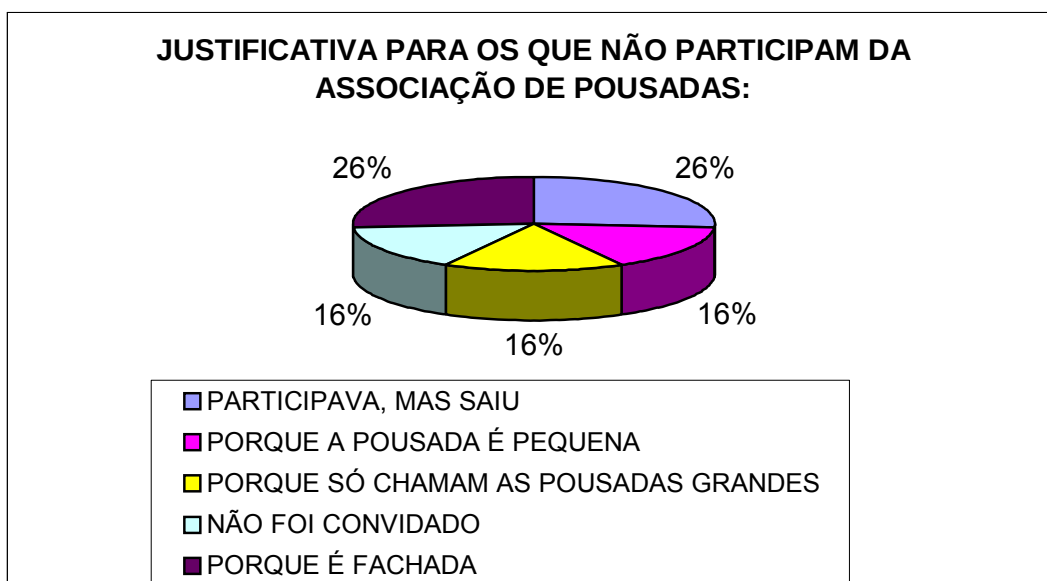


Gráfico 26: Justificativa para os que não participam da Associação de Pousadas.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Quando se fala em comunidade e na sua relação com o turismo, não se pode deixar de abordar questões relacionadas a alterações sociais e de identidade que afetam as mais diversas localidades turísticas.

Foi constatado que Morro de São Paulo sofre um processo bastante alarmante. Ficou comprovado que muitos nativos se mudaram da ilha por não se adaptar às mudanças ocorridas por conta da inserção do turismo em seu habitat ou por terem vendido suas terras e casas e ido para a capital e cidade próximas atrás de mudanças que o dinheiro pode proporcionar. Tais mudanças causam grande impacto social e econômico para a região.

Também há casos daqueles que, por não possuírem uma visão sobre os benefícios que essa atividade poderia gerar, venderam suas casas e terrenos próximos à praia e ao portal de Morro e foram se instalando na parte de trás da ilha, sofrendo um processo que se chamou de interiorização. O local hoje é conhecido como Campo da Mangaba e, pelo processo desordenado de ocupação do espaço, se transformou no que se pode definir usualmente como favela. Muitos dos moradores, com o tempo, passaram a trabalhar na pousada construída no

terreno que era sua antiga propriedade. A partir desses fatores, pode-se perceber que houve um empobrecimento da população local.

Por outro lado, com o advento do turismo, muitas pessoas resolveram mudar-se para Morro de São Paulo em busca de empregos, já que se espalhou entre a população que havia emprego e dinheiro fáceis, principalmente na alta estação. O resultado da fama alcançada pela ilha foi a chegada de famílias inteiras provenientes de cidades vizinhas, principalmente as comunidades rurais e até de outros países.

Para entender um pouco dessa relação com a comunidade e os empregos gerados pelas atividades turísticas procurou-se saber o percentual dos nativos nas pousadas. E verificou-se que a mão-de-obra das pousadas é composta da seguinte maneira: moradores locais, trabalhadores de fora e por familiares do próprio pousadeiro.

Dentre as pousadas pesquisadas, 45% delas empregam a mão-de-obra local, ou seja, moradores da ilha, 18% empregam trabalhadores oriundos de outras cidades, estados e países, 5% empregam pessoas da família que trabalham no intuito de acrescentar algo à renda familiar. Existem, porém, pousadas que mesclam o seu quadro de funcionários e estabelecem o seguinte percentual: 24% empregam mão-de-obra local e trabalhadores de fora; 5% empregam trabalhadores de fora e pessoas da família e 3% empregam moradores locais e pessoas da família. (VER GRÁFICO 27).

Todos esses percentuais dispostos acima refletem uma imagem positiva dos pousadeiros não só porque eles são responsáveis por gerarem empregos, dando oportunidade aos locais, mas também porque estabelecem uma relação comunitária. Há de se notar que grande parte das pousadas confirmam a presença de trabalhadores da ilha. Pela análise dos dados apresentados constata-se que existe um bom percentual de aproveitamento de mão-de-obra local, porém, difícil é fazer um juízo de valor no tocante à veracidade da afirmação de que existe uma preocupação desses empreendedores no sentido de inclusão social e de oportunidade de gerar renda e crescimento dentro da própria localidade.

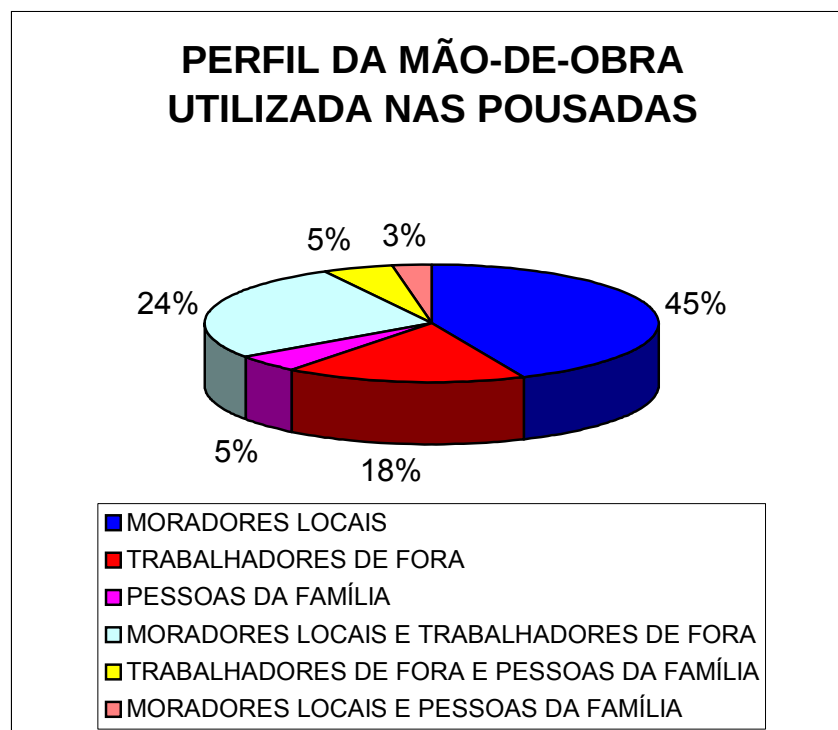


Gráfico 27: Perfil da Mão-de-Obra utilizada nas pousadas.
Fonte: Azevêdo, 2005.

É comum em pequenas localidades haver algumas reuniões da comunidade, onde há líderes e moradores engajados para a realização de benfeitorias, melhoramentos e discussão de políticas sociais e comunitárias. Em Morro de São Paulo, não é diferente, pois há quase sempre reuniões onde são discutidos diversos problemas existentes na ilha que necessitam de solução.

Nesses encontros é também permitida a entrada de empresários para que estes estejam cientes dos problemas colocados e possam, juntamente com autoridades e a população local, tentar resolvê-los. Para tanto, nas entrevistas foi questionado se os pousadeiros participam dessas reuniões, mas apenas 31% das pessoas as freqüentam. Disseram ainda que um dos assuntos mais discutidos nesses encontros é o problema do lixo e dos guias da ponte. (VER GRÁFICOS 28 E 29).

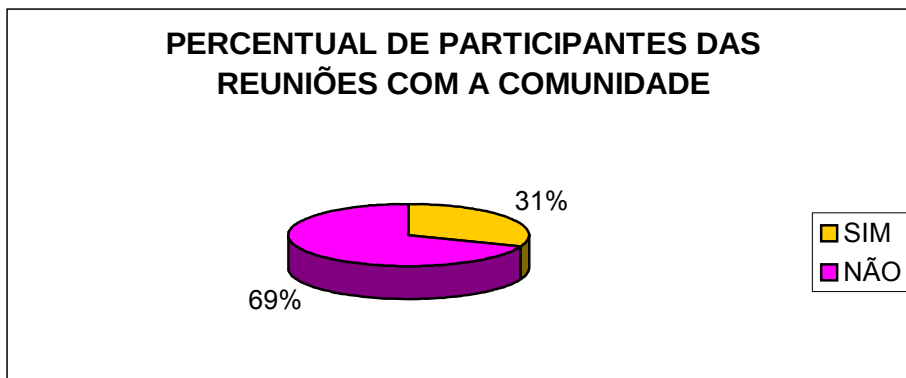


Gráfico 28: Percentual de participantes das reuniões com a comunidade.
Fonte: Azevêdo, 2005.

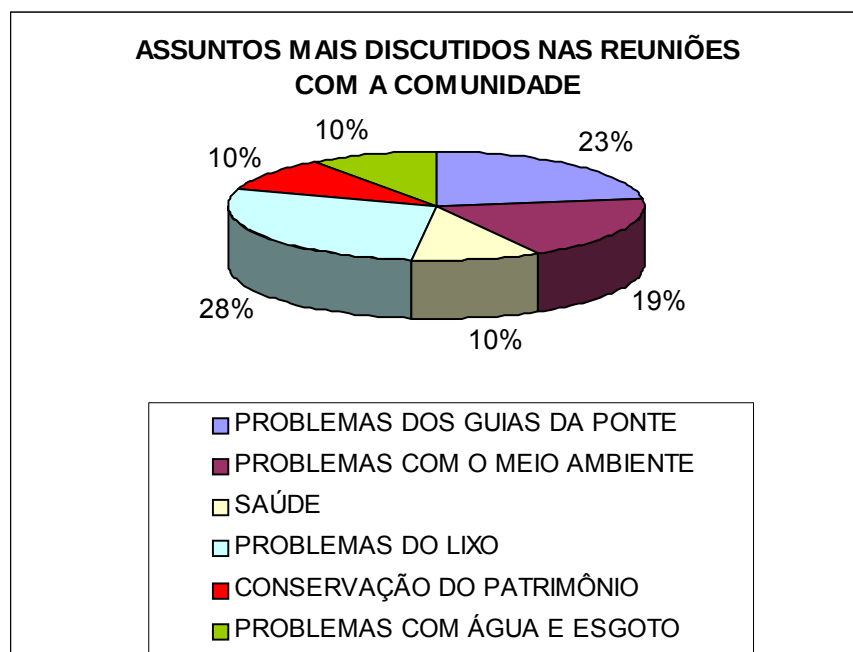


Gráfico 29: Assuntos mais discutidos nas reuniões com a comunidade.
Fonte: Azevêdo, 2005.

O lixo é um problema sempre presente na ilha, pois até hoje não se conseguiu chegar a uma solução. Já houve uma época em que havia uma coleta seletiva do lixo que era recolhido pela própria Prefeitura, mas alegando a pouca participação das próprias pessoas, a Prefeitura deixou de fazer esse tipo de

serviço e, hoje, aqueles que desejam fazer algum tipo de seleção têm que levá-lo ao destino por conta própria.

Já o problema dos guias da ponte⁴¹ vem a cada ano se agravando, sem vislumbrar-se nenhuma solução à vista. O turista que chega de barco ou de lancha obrigatoriamente desembarca na ponte. Logo na chegada é abordado pelos guias, que geralmente cobram 5 reais por mala para que, com carrinho de mão, possa ser levado até o meio de hospedagem escolhido. Mas há guias que se aproveitam, principalmente do estrangeiro, e cobram, às vezes, até cinco vezes mais. Esses guias acabam constrangendo os turistas, pois a abordagem é feita, muitas vezes, de forma deselegante e mal educada. Além de fazerem o papel de carregadores querem envolver-se na escolha da pousada em que o turista deverá alojar-se.

A relação dos guias com as pousadas é conflituosa, segundo os próprios pousadeiros. Ficou estabelecido que repassariam para o guia o equivalente a 10% da diária, independente do tempo de permanência, porém os guias reivindicam 10% da diária por cada dia que o turista permanece na referida pousada. Caso a pousada não queira sujeitar-se a essa forma de cobrança sua imagem é deturpada pelos próprios guias.

Muitos pousadeiros ainda colocaram que as pousadas maiores, principalmente as da praia, pagam aos guias um bônus para que estes levem os turistas da ponte somente aos seus estabelecimentos.

Essa relação se torna um problema ainda mais grave, pois envolve não somente os guias e os pousadeiros, mas os turistas e os órgãos competentes. A prefeitura alega que existe treinamento e que todos são cadastrados, mas o que na verdade se verificou é um descaso total que gera prejuízos não só aos pousadeiros, mas aos próprios turistas que por essas ações se sentem incomodados e deixam até de freqüentar a ilha - segundo relatos dos próprios turistas e moradores locais.

Uma outra parcela, ou seja, 69% dos pousadeiros que não freqüentam as reuniões com a comunidade, acabam por não participar das discussões

⁴¹ Jovens locais que esperam os turistas na ponte e servem tanto de guias como de carregadores de malas e mercadorias.

importantes no sentido de que ser um destino turístico consiste não só em ter uma pousada e receber seus turistas, mas estar ciente de que ele também é co-responsável pelo o que ocorre na localidade.

A geração de empregos é, sem dúvida, um dos fatores mais importantes da atividade turística. As pousadas, por exemplo, são vistas pelo governo e pela população de uma maneira positiva, no sentido de que são imprescindíveis para a diminuição das taxas de desemprego e melhoria nas condições de vida da população local. Daí a facilidade das construções e liberação das pousadas em localidades turísticas como Morro de São Paulo.

Existem pousadas que permanecem com seu quadro de funcionários imutável o ano inteiro. Mas a outra metade dos pousadeiros, na alta estação, quando o número de hóspedes chega a triplicar, contrata os chamados trabalhadores temporários. (VER GRÁFICO 30).

Dentre os cargos mais solicitados existe o de camareira - 35%, seguido dos serviços gerais - 26%, recepção e cozinha - 17% cada e por último o vigia - 4% .

Tirando uma média da quantidade desses profissionais contratados por um período, percebe-se que 24% das pousadas contratam normalmente dois funcionários e 15% apenas um e que 43% não contratam nenhum pois possuem um quadro de funcionários fixo. (VER GRÁFICO 31).

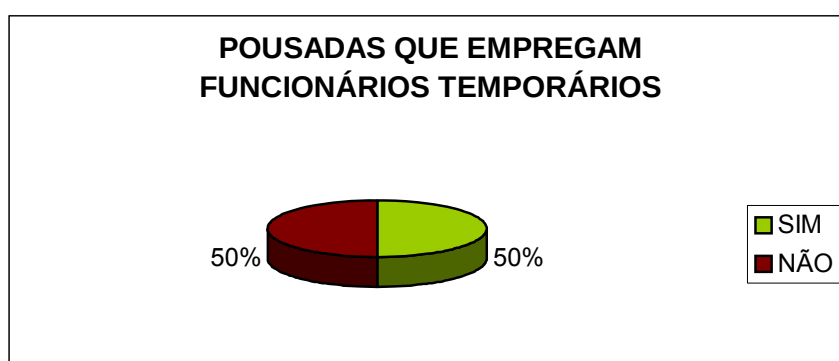


Gráfico 30: Pousadas que empregam funcionários temporários.
Fonte: Azevêdo, 2005.

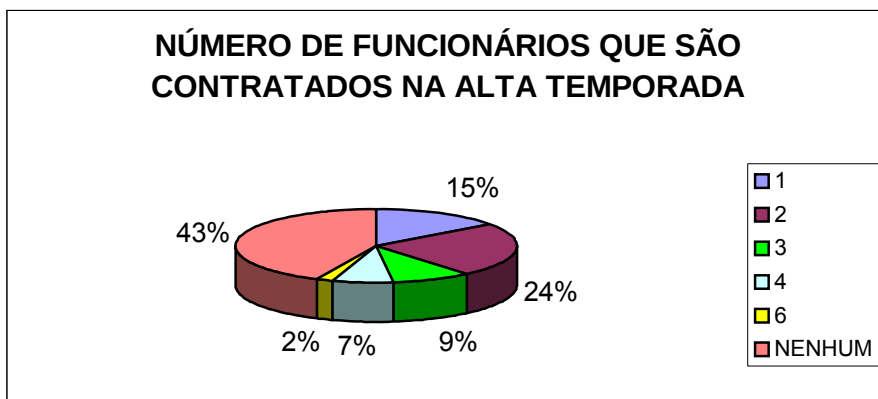


Gráfico 31: Número de funcionários que são contratados na alta temporada.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Sobre os funcionários fixos, questionou-se sobre a permanência deles nas pousadas. Dos entrevistados, 47% afirmaram ter em média um a três colaboradores em seu quadro (VER GRÁFICO 32). Perguntados em seguida se saberiam avaliar sobre quantas famílias a pousada beneficia com os empregos gerados, 78% afirmaram que saberiam informar, sendo que 49% afirmaram beneficiar em média de um a três famílias. (VER GRÁFICO 33).

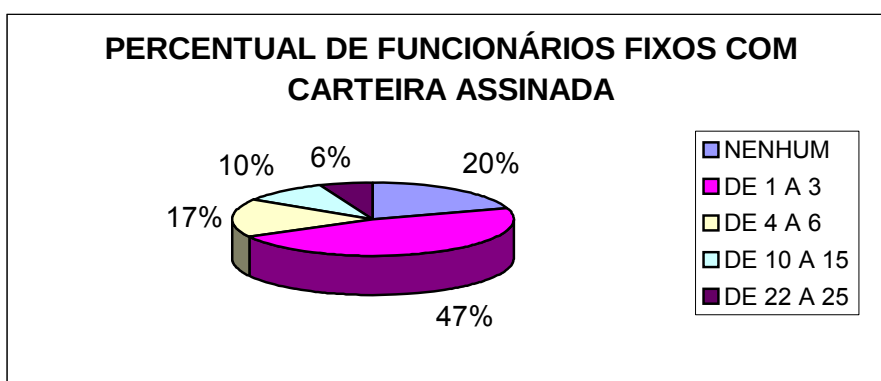


Gráfico 32: Percentual de funcionários fixos com carteira assinada.
Fonte: Azevêdo, 2005.

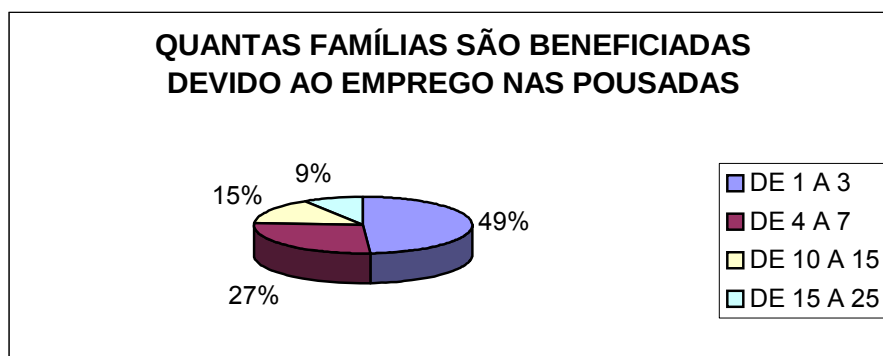


Gráfico 33: Quantas famílias são beneficiadas devido ao emprego nas pousadas.
Fonte: Azevêdo, 2005.

É difícil mensurar a importância de participações pessoais, principalmente dos empresários em projetos sociais e ONGs em localidades turísticas onde se têm problemas como falta de assistência médico-hospitalar, carências nutricionais, sociais e até físicas.

Esse tipo de dificuldade é vista não só em territórios turísticos como também em comunidades carentes da zona rural ou citadina, mas quando se trata de uma localidade com o potencial turístico de Morro de São Paulo, forçosamente vem à tona inúmeros questionamentos, pois os visitantes da ilha, em sua maioria, desejam apenas contemplar e usufruir dessa beleza rara e poucos querem e desejam se envolver em problemas sociais. Portanto cabe aos próprios empresários, juntamente com o governo, auxiliar na melhoria da qualidade de vida da população local, diminuindo inclusive as desigualdades sociais que existem na ilha.

Para entender melhor, a relação das pousadas, com os problemas comunitários, foi perguntado aos próprios pousadeiros se eles participavam ou teriam algum projeto social, mas apenas 11% responderam positivamente. (VER GRÁFICO 34 e 35).



Gráfico 34: Pousadeiros que participam de algum projeto social.
Fonte: Azevêdo, 2005.

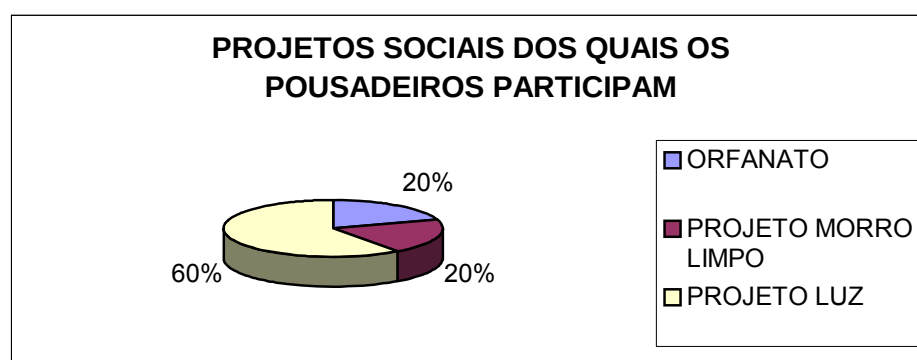
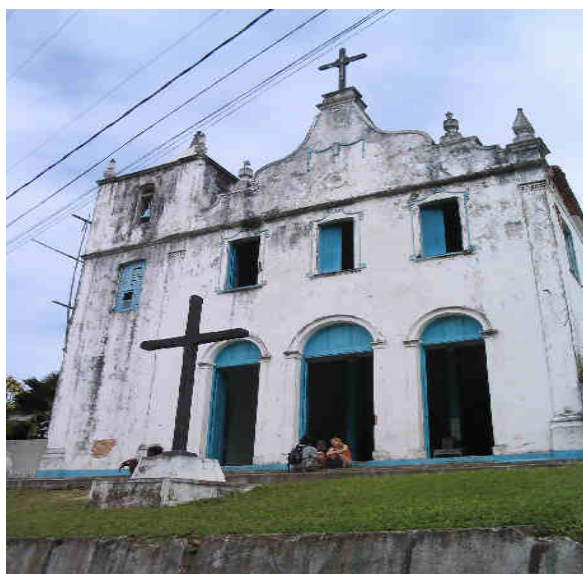


Gráfico 35: Projetos sociais dos quais os Pousadeiros participam.
Fonte: Azevêdo, 2005.

O projeto mais citado foi o Projeto Luz, nome em alusão à Igreja Nossa Senhora da Luz, como pode ser vista na foto abaixo:



Fotografia 64: Igreja Nossa Senhora da Luz.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Um empreendimento que é referência em projetos sociais é a Pousada O Casarão, que faz um trabalho comunitário com crianças da localidade. Toda tarde, depois do período escolar, as crianças e adolescentes se reúnem com professores de dança que realizam ensaios para as apresentações realizadas quase todas as noites em frente à pousada, para que não só os hóspedes as possam assistir, mas os demais turistas e a própria comunidade. As danças são executadas de frente para a praça, local este de maior movimentação no período da noite. Nessas apresentações são realizadas danças típicas da Bahia e da região, como Capoeira, Ilê Yiê, Maculelê, entre outros.

Nem todas as pousadas, porém, trabalham com projetos sociais. A preocupação maior parece ser com a lucratividade do negócio e o bem estar que o clima e as belezas naturais proporcionam.

Em entrevistas, diversas pessoas afirmaram existir em Morro mais de 200 pousadas, mas segundo dados oficiais dos próprios órgãos somente 102 são cadastradas pela Embratur e Bahiatursa. Prova cabal de que existe uma grande informalidade nesse meio de hospedagem, apesar do grande contingente de pousadas em uma ilha considerada de pequena dimensão. Foi questionado aos proprietários, inclusive, se achavam a quantidade delas suficiente.

Talvez por uma questão de concorrência ou receio de que venham a ser instalados mais equipamentos na ilha, 90% dos pousadeiros responderam que o número de pousadas existentes é suficiente, e que existe até demais, inclusive sem qualidade para atender a esses turistas.

A outra parcela dos pousadeiros - 10% deles, respondeu negativamente à questão e alegou que são necessárias mais pousadas a fim de atender os turistas que não conseguem hospedagem nas datas comemorativas, principalmente no Reveillon e na Ressaca do Carnaval. Pensamento este que se torna bastante preocupante, pois é nessa época de grande movimento, quando a ilha chega a receber mais de oito mil pessoas, quase cinco vezes mais a população local, que há falta água, energia e até comida, segundo relatos dos próprios turistas e pousadeiros. Mas esses problemas são pequenos se comparados aos impactos

sociais e principalmente ambientais que são gerados por esse contingente de pessoas sem nenhum controle ou planejamento para recebê-los. (VER GRÁFICO 36).

É com tristeza que se constatou que existem algumas pousadas que pensam somente na rentabilidade do negócio, sem se importar nos prejuízos que podem ser causados à localidade e aos próprios moradores.

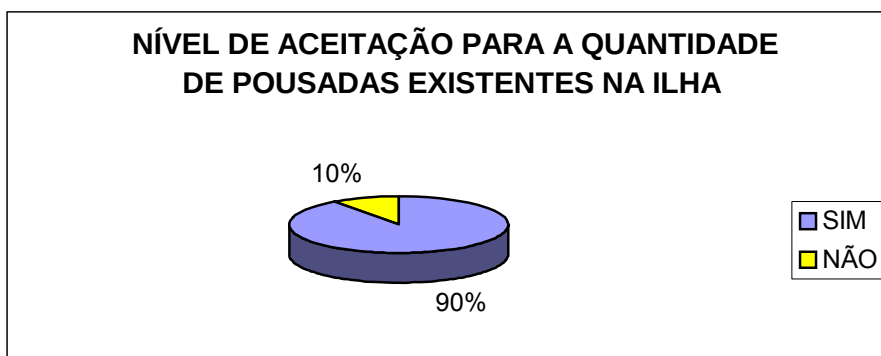


Gráfico 36: Nível de aceitação para a quantidade de pousadas existentes na ilha.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Aos proprietários foi dado responder quais os maiores problemas enfrentados em Morro de São Paulo, a fim de identificar e medir o seu grau de complexidade.

De todos, o que teve maior destaque, foi a questão do lixo, com 25%, sendo citado por 75% deles, com todas as implicações já relacionadas acima. O segundo maior problema refere-se à falta de controle de entrada e saída das pessoas, principalmente das imigrações constantes à ilha, pois como Morro de São Paulo é conhecido como um local de oportunidades, além da sua beleza natural e paisagística, um contingente cada vez maior de pessoas é atraído e tenta fixar e estabelecer seu *modus vivendi*.

As consequências de tal posição são problemáticas. Entre elas podemos citar o desordenamento do uso do solo, descaracterização da tipologia habitacional devido à mudança de uso das unidades para pousadas, bares e restaurantes, ocupação de sítios históricos e de áreas de risco, principalmente nas encostas, loteamentos clandestinos, invasões, surgimento de favelas, como o Campo da Mangaba, entre outros que ocasionam a chamada poluição visual, já

que não existe ainda um planejamento formal capaz de organizar a situação apresentada. (CONDER, 1998).

A própria conformação física da ilha influencia o modelo de uso e ocupação do solo existente. É uma ilha marítima dotada de longa faixa de litoral, o que a torna uma área privilegiada para ocupação devido à própria possibilidade de aproveitamento deste recurso natural para o desenvolvimento econômico-social; como a construção das pousadas. (CONDER, 1998).

A compra de terras na área litorânea vem ocorrendo, principalmente, por estrangeiros, em particular italianos, empresários baianos e de outros estados, pessoas interessadas em adquirir terras para investimentos futuros voltados principalmente para o turismo. (CONDER, 1998).

Segundo depoimentos dos pousadeiros, a questão migratória vai além dos problemas territoriais e econômicos, pois é notório o número de estrangeiros morando ilegalmente na ilha e nada é feito para regularizar a situação. A cada dia aportam mais e mais estrangeiros das mais variadas nacionalidades: chilenos, argentinos, alemães, italianos, dentre outros que, em sua maioria, chegam com o intuito de montar um empreendimento, principalmente, pousadas, seja construindo-as ou arrendando-as, o que é mais comum atualmente.

Outro ponto que preocupa a comunidade é o relativo aos guias da ponte que, além de não terem treinamento adequado para atender os turistas, cobram, de forma arbitrária, os pousadeiros. Destaque também foi dado à falta de um hospital ou posto médico que funcione 24 horas com médicos fixos para atender não só aos turistas, mas à própria comunidade. Existe um posto médico, mas este não funciona tempo integral com médico, apenas com atendentes e enfermeiros. (VER FOTO 65).

Há diversos casos de pessoas que passaram mal e pela falta dessa infraestrutura foram forçadas a fretar uma lancha para serem levadas até um hospital mais próximo, no caso, na cidade de Valença. Mas nem sempre isso é possível, pois um fretamento pode sair em média por R\$ 200,00 (duzentos reais), pois esses barqueiros, como são chamados, se aproveitam da necessidade e da urgência da ocasião e cobram valores arbitrários. Segundo relatos dos próprios

pousadeiros, existem dois médicos na ilha que fornecem serviço de atendimento a domicílio, porém quem quiser utilizar-se desse serviço terá que desembolsar em média R\$ 200,00 (duzentos reais) por consulta. Quem mais sofre é a população local, pois a maioria não tem condições de arcar com esse tipo de despesa.



Fotografia 65: Posto médico da ilha.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Também foram citados outros problemas, com menor incidência, mas não por isso de somenos importância.

Casos como a quantidade de cachorros de rua que ao deixarem fezes pelas vias e pela praia podem transmitir várias doenças (VER FOTO 66), a poluição sonora dos bares nas praias (VER FOTO 67), que incomodam muitos turistas que se hospedam nas pousadas próximas, o abandono do patrimônio histórico (VER FOTOS 68, 69 E 70), prostituição e drogas, além de gerar uma imagem negativa, acabam afugentando os turistas.

Deve-se destacar que houve uma mudança substancial na rotina da comunidade devido ao receio de ir de contra a essas ações. Aumentou também o custo de vida, aquecido pelas dificuldades do transporte de mercadorias e o grande fluxo de turistas. Má qualidade de serviços prestados, pela inexistência de treinamento, e escola com um melhor nível ensino-aprendizagem, para atender à demanda crescente, são alguns dos problemas apontados e que merecem o devido destaque e estão no gráfico a seguir.

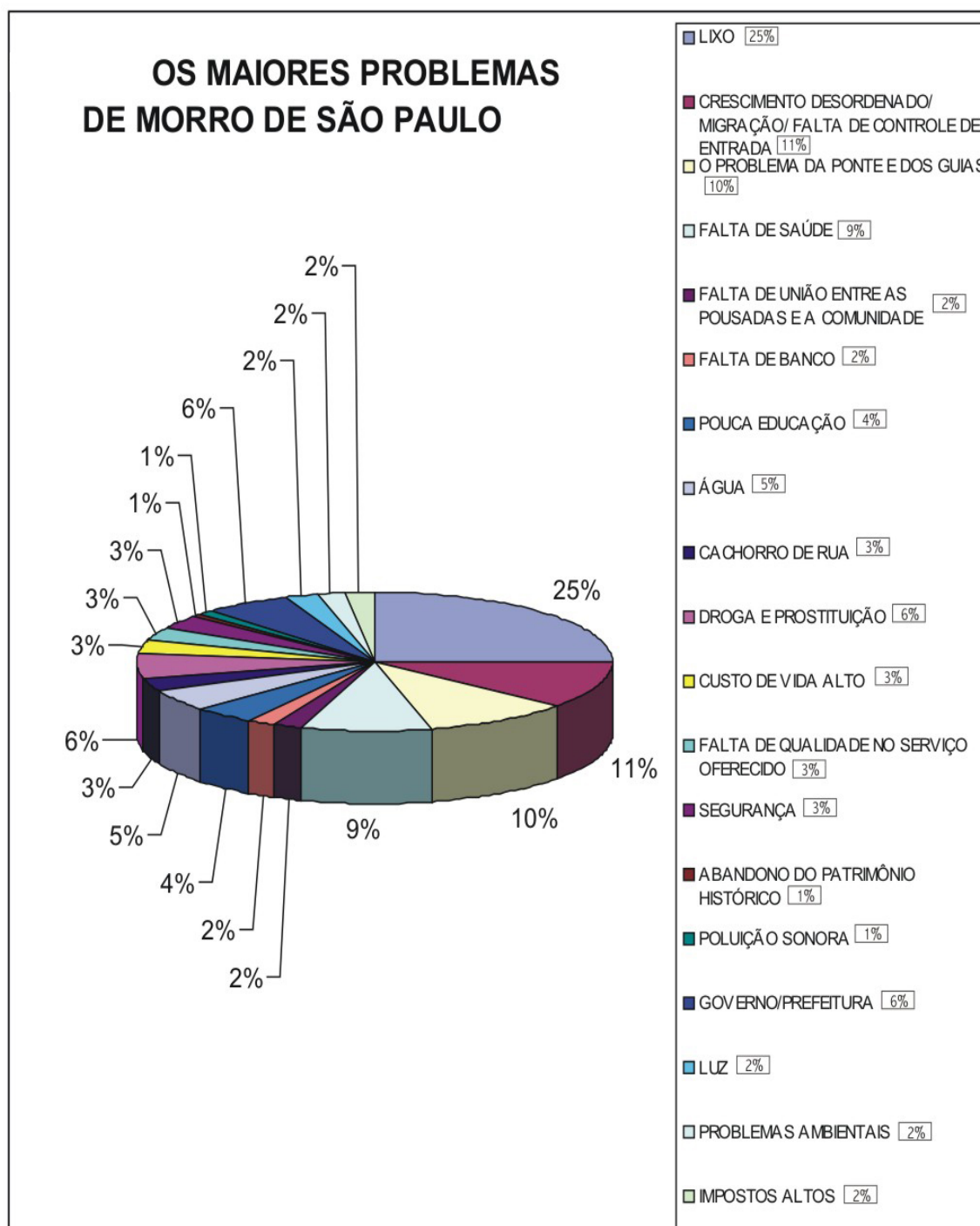


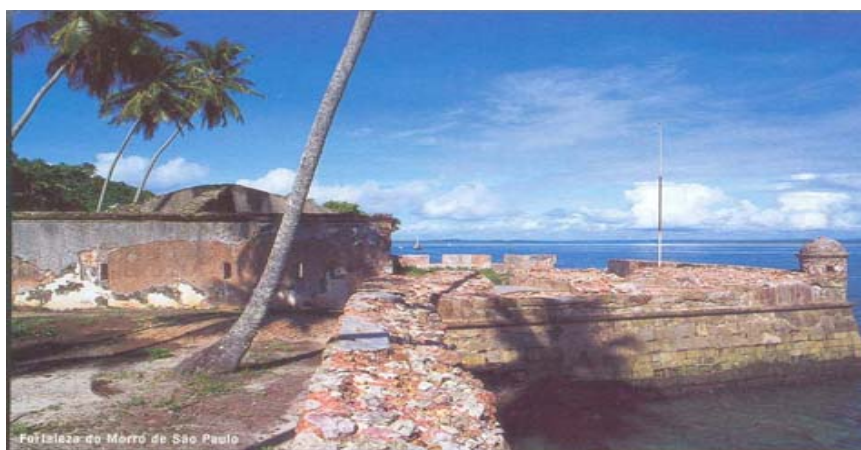
Gráfico 37: Os maiores problemas de Morro de São Paulo.
 Fonte: Azevêdo, 2005.



Fotografia 66: Cachorros de rua.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fotografia 67: Bares na praia.
Fonte: Azevêdo, 2004.



Fonte: Bahiatursa, 2002.
Fotografia 68: Forte Morro de São Paulo.



Fotografia 69: Patrimônio em ruína.
Fonte: Azevêdo, 2005.



Fotografia 70: Retirada ilegal de madeira – lenha.
Fonte: Azevêdo, 2005.

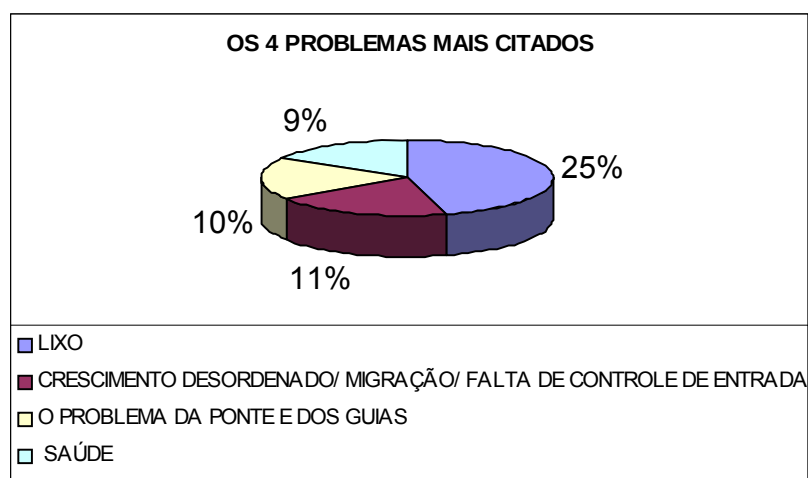


Gráfico 38: Os quatro problemas mais citados.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Morro de São Paulo recebe milhares de turistas o ano todo, mas é na alta estação, de dezembro a março, que essa quantidade chega a triplicar e a ocupação dos meios de hospedagem chega a 100%.

Por esse motivo foi levantada a questão para os pousadeiros e feita a seguinte avaliação sobre a infra-estrutura da ilha no que se refere ao bom atendimento aos turistas: 49% deles responderam que a localidade possui uma boa infra-estrutura para atender a demanda de visitantes e justificaram sua resposta pelo fato de Morro de São Paulo ter excelentes pousadas com qualidade para atender bem a esses turistas. (VER GRÁFICO 39), No entanto 51% afirmaram não existir infra-estrutura que fosse condizente, sendo que a falta de um hospital é o principal motivo.

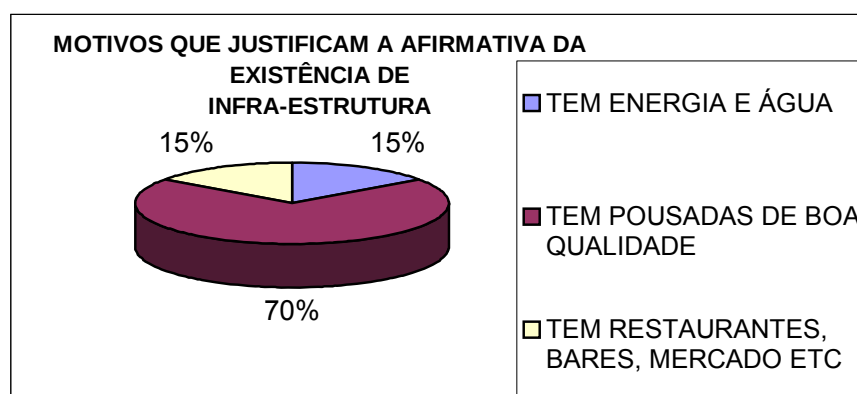


Gráfico 39: Motivos que justificam a afirmativa da existência de infra-estrutura.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Para entender melhor a relação da atividade turística com a comunidade e a visão dos donos das pousadas sobre esse assunto, perguntou-se aos mesmos se o turismo trouxe benefícios à comunidade e de uma forma quase unânime 95% responderam de forma positiva, destacando ainda que além da própria população local quem mais obteve benefícios com o turismo foram os empresários - 38%, principalmente os donos de restaurantes e pousadas e que de uma forma geral, todos se beneficiaram com 34%. (VER GRÁFICO 40).

Aqueles pousadeiros que apontaram a prefeitura como a mais beneficiada com a atividade turística, destacaram como causa o recebimento de impostos e taxas fornecidas pela população, empresários e turistas. Já aqueles que apontaram como maiores beneficiados os turistas alegaram que eles usufruem do bem mais precioso de Morro que são as belezas naturais.

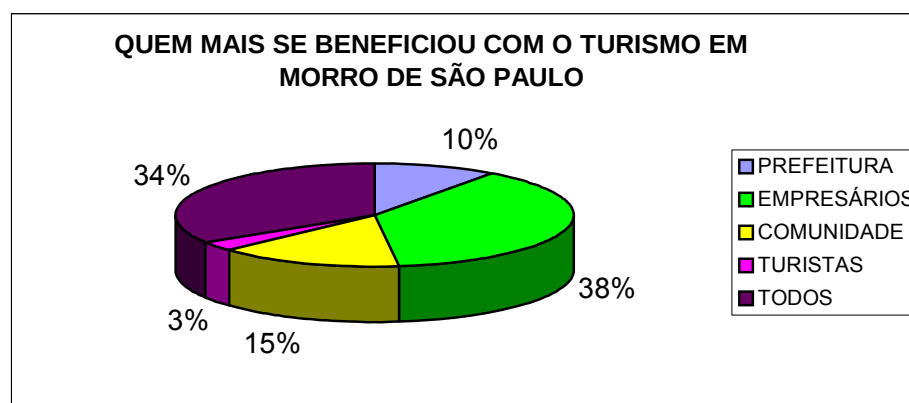


Gráfico 40: Quem mais se beneficiou com o turismo em Morro de São Paulo.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Outro tema abordado foi a atividade pesqueira na ilha. É sabido que o litoral de Morro de São Paulo possui um rico ecossistema, tendo inclusive uma grande variedade de peixes e mariscos. Por esse motivo a ilha, além de outras atividades, desenvolveu uma rede de atividades pesqueiras que, porém, infelizmente tende a desaparecer. O que antes era uma pacata vila de pescadores, com o advento do turismo, transformou-se num imenso aglomerado de comércio legal e ilegal de bens e serviços.

Aos poucos, os pescadores abandonaram suas atividades pesqueiras a fim de trabalhar e investir no turismo. Muitos barcos pesqueiros foram transformados

em barcos de passeio e até de transporte para atender aos turistas. Alguns pescadores resolveram trabalhar em restaurantes, bares e pousadas. Uns como proprietários do negócio, outros apenas como funcionários. (VER FOTOS 71 E 72).

Hoje, existem aqueles que abandonaram a atividade pesqueira porque passaram a dedicar-se às atividades turísticas que são mais rentáveis. Outros destacam a insuficiência de cardumes, por conta da pesca ilegal com bomba⁴² que tornou-se usual em grande parte da região; além da rede de arrasto e pescaria predatória (peixes recolhidos na época de desova ou que não chegaram ao peso ideal).

Foi perguntado aos pousadeiros se os pescadores da ilha, hoje, exercem ainda a profissão e 52% deles afirmam que os pescadores abandonaram sua antiga profissão se dedicando hoje ao turismo, mas afirmam que 36% deles ainda pescam e 12% se dedicam às duas atividades: turismo e pesca. (VER GRÁFICO 41).



Fotografia 71: Pescador.
Fonte: Azevêdo, 2005.



Fotografia 72: Barco de pesca - hoje transporta mercadorias.
Fonte: Azevêdo, 2005.

⁴² Pesca ilegal que utiliza explosivos e está prevista na lei 9.655 de crimes ambientais, a prática pode gerar multas de R\$ 700 a R\$ 100 mil e mais R\$ 10 por quilo de pescado apreendido e de um a cinco anos de prisão. (Borges, 2006).

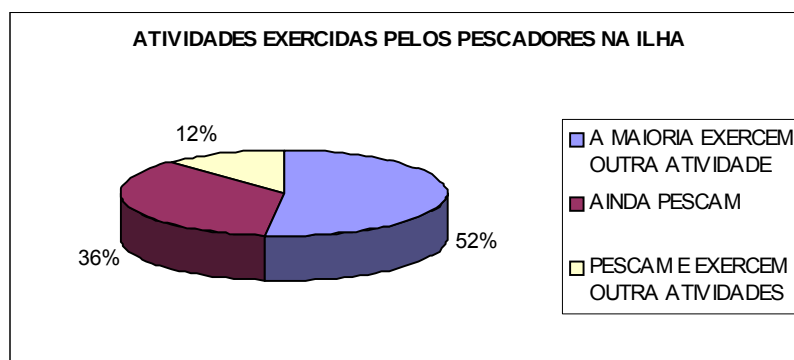


Gráfico 41: Atividades exercidas pelos pescadores na ilha.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Desde a descoberta de Morro de São Paulo como um grande potencial para o turismo e diversos incentivos para a sua inclusão nas rotas turística, por volta de 1980, a ilha passou por diversas transformações, sejam elas paisagísticas ou decorrentes do fluxo de turistas. Para melhor entender essa relação, procurou-se saber através dos próprios pousadeiros, como o fluxo da atividade se encontrava nos dias de hoje e 46% dos pousadeiros acreditam que o fluxo turístico em Morro de São Paulo está em alta. (VER GRÁFICO 42).

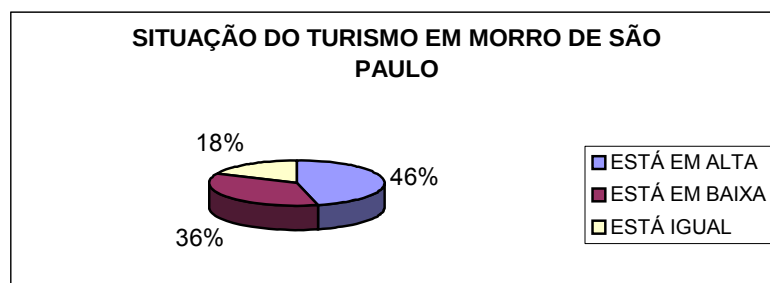


Gráfico 42: Situação do turismo em Morro de São Paulo.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Por fim, questionou-se a relação do próprio dono com seu empreendimento - pousada. Como a pousada hoje se tornou um empreendimento bastante comum nas pequenas localidades, símbolo de uma mudança representativa no estilo de vida, achou-se fundamental identificar como se encontrava agora essa relação, depois do sonho realizado e o grau de felicidade alcançado. A resposta de 89% foi positiva, afirmando estar feliz com a atividade que desenvolve como pousadeiro e dos 11% restantes que se mostraram insatisfeitos. (VER GRÁFICO 43).

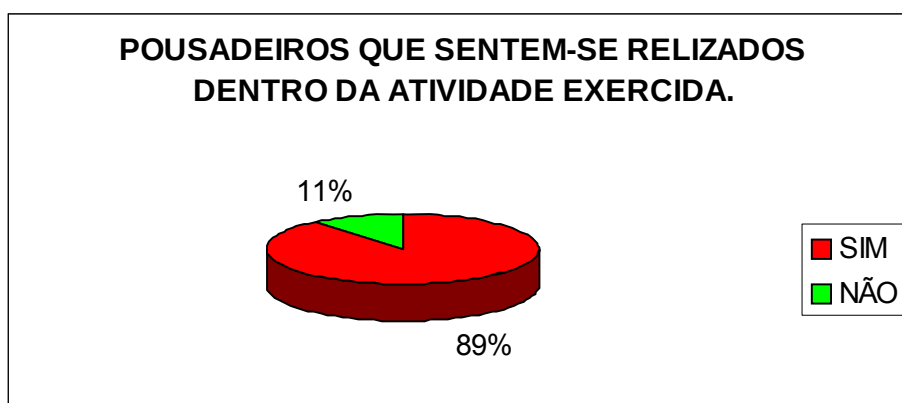


Gráfico 43: Pousadeiros que sentem-se realizados dentro da atividade exercida.
Fonte: Azevêdo, 2005.

A justificativa desses 11% que se mostraram insatisfeitos, é de que gostariam de não ter mais esse tipo de empreendimento e, sim, exercer outra atividade ou até não “*fazer nada*” e apenas viajar. (VER GRÁFICO 44).

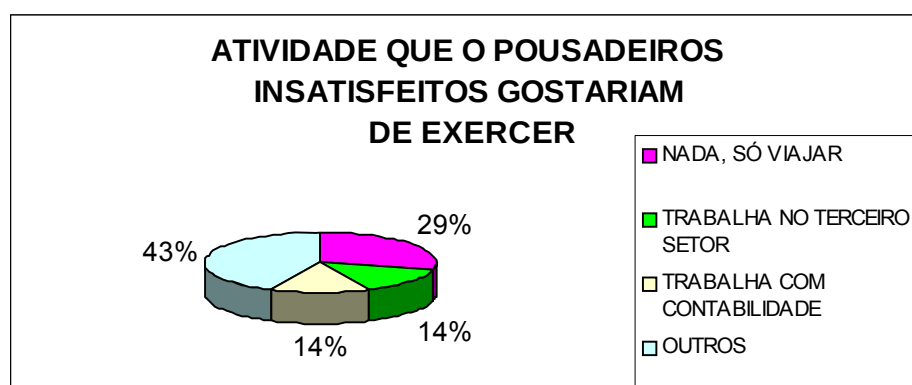


Gráfico 44: Atividade que os pousadeiros insatisfeitos gostariam de exercer.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Nesse trabalho de campo buscou-se identificar e caracterizar essa grande parcela de empreendedores comuns hoje nas localidades turísticas – os pousadeiros. E como foi escolhido Morro de São Paulo para estudo de caso, pode-se também entender a funcionalidade da ilha e suas problemáticas comuns em tantas outras e como elas se relacionam direta e indiretamente com as pousadas e com a comunidade local.

Foi importante entender que a frágil infra-estrutura da ilha favorece a ocorrência dos impactos, associado ainda a um agravante: a falta de um envolvimento coletivo dos pousadeiros que deveriam tentar preservar o meio ambiente e a cultura local, o que evitaria não só os impactos ambientais, mas também os sociais.

É necessário fazer-se uma análise das ações e problemas citados acima, e também realizar reflexões importantes no sentido de perceber que o turismo não significa somente a caracterização de uma localidade turística, a identificação dos seus pontos turísticos ou a exaltação das suas belezas naturais, mas também o apontamento para uma análise dos fatores que giram em torno da atividade turística, da localidade e das pousadas. Somente através desses dados é que se poderá realizar mais à frente uma análise crítica com argumentações importantes na busca de uma sustentabilidade ambiental que é fundamental para a permanência do turismo como atividade econômica em Morro de São Paulo.

CAPITULO VI

6. ANÁLISE DESCRITIVA E COMPARATIVA REALIZADA APÓS A TABULAÇÃO DOS DADOS OBTIDOS NA PESQUISA DE CAMPO EM BOIPEBA.

Boipeba é uma das ilhas do extremo sul do Arquipélago de Tinharé e do qual faz parte também a ilha do Morro de São Paulo, ao norte. Cercada de um lado pelo oceano e de outro pelo estuário do Rio do Inferno, a ilha se destaca por uma grande beleza natural e diversidade em seu ecossistema. (VER MAPA 10).



Escala: 1: 560.000.

Fonte: www.amabo.org.br, 2005.

Mapa 10: Arquipélago Tinharé Boipeba.

Boipeba, segundo o censo tem, 208 residências e uma população de 699 habitantes (IBGE, 2000). Pertence à APA Tinharé Boipeba, e possui as mesmas características físicas e ambientais de Morro de São Paulo. É regida pelo mesmo decreto e resolução, que visa proteger a área de possíveis impactos que prejudiquem o ecossistema em que está inserido.

A explicação etimológica para o nome da ilha de Boipeba remete à palavra tupi **Mboi pewa** que quer dizer "cobra chata", em referência à grande quantidade de tartarugas marinhas existentes no local.

A ilha de Boipeba possui uma vegetação densa de Mata Atlântica, restinga, dunas, extensos manguezais e praias com coqueirais e recifes de grande valor ecológico e paisagístico. Os recifes se estendem pela costa e tornam as praias abrigadas das ondas e correntes. Estes recifes são muitos largos e cortados por canais e poças, como pode ser notado na foto abaixo:



Fonte: Risério, 2003.

Fotografia 74: Vista aérea da Praia de Boipeba.

A flora e fauna são ricas e detentoras de uma grande variedade de corais, algas, peixes, moluscos, ouriços, estrelas-do-mar e um elevado percentual de tartarugas marinhas que desovam em diversas praias da ilha. As áreas florestais encontradas na ilha servem como abrigo para diversas espécies da fauna, destacando-se uma grande variedade de aves e colibris, tatus, raposas e répteis. (AMABO, 2005).



Fonte: www.amabo.org.br, 2005.

Fotografia 74: Vista aérea de Boipeba.

Segundo declarações dos moradores locais, a atividade econômica predominante na ilha é a pesca. Existem cerca quarenta embarcações com motorização à diesel, desprovidas de equipamentos de navegação o que mostra a coragem, habilidade e conhecimento local dos pescadores. Além dos peixes são capturados caranguejos, siris, lambretas, guaiamuns e, principalmente, camarões.



Fotografia 75: Barcos de Pesca.

Fonte: Azevêdo, 2005.

O turismo, enquanto atividade econômica é recente na Ilha. Existem, aproximadamente, trinta estabelecimentos turísticos formados, na sua maioria, por pequenas pousadas, sendo elas de grande importância, já que representa a única tipologia de meio de hospedagem presente, pois não existem registros em Boipeba de hotéis, resorts, albergues, etc. (BAHIATURSA, 2000). (VER FOTOS 76, 77 E 78).



Fotografia 76: Pousada Central em Boipeba.
Fonte: Azevêdo, 2005.



Fotografia: 77: Pousada Central em Boipeba.
Fonte: Azevêdo, 2005.



O cultivo agrícola que mais se destaca na Ilha de Boipeba são o coco e o dendê, mas pode-se verificar que existe também o cultivo de algumas frutas como a manga, o caju e a mangaba. (AMABO, 2005). (VER FOTOS 79, 80 E 81).



Fonte: www.amabo.org.br, 2005.
Fotografia 79: Coco Verde.



Fonte: www.globo.com, 2005.
Fotografia 80: Mangaba.



Fotografia 81: Dendê.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Para a ilha não passam automóveis. Todos os percursos são feitos a pé ou de trator. Esta característica desempenha um papel importante na conservação

ambiental da área e provoca a motivação do turismo ecológico. O acesso entre as fazendas e povoados é realizado por embarcações ou por meio de estradas vicinais. (AMABO, 2005).

Interessados na realização das ações propostas pelo Plano de Manejo, moradores de Boipeba, reunidos na AMABO (Associação dos Moradores e Amigos de Boipeba), conceberam a proposta de Desenvolvimento Sustentável da Ilha de Boipeba. Com esta proposta, a AMABO quer contribuir para a melhoria de vida da população da ilha e criar um exemplo de como desenvolver as atividades econômicas, especialmente o turismo, sem degradar o meio ambiente.

A realização da pesquisa em Boipeba baseia-se justamente na importância dessa localidade estratégica como elo de comparação com Morro de São Paulo, pois além de ambas serem ilhas localizadas na mesma região e pólo turístico, pertencendo à APA Tinharé, Boipeba, são vilas de pescadores que se tornaram destinos turísticos em potencial. Hoje, porém, se encontram em situações diferenciadas quanto à atividade turística e sua relação com o meio ambiente e a população local.

Como já foi citado anteriormente no estudo de caso da ilha de Morro de São Paulo, a ilha de Boipeba, por apresentar dificuldades de acesso – se comparado a Morro - possui um turismo mais brando, seletivo, ou seja, acesso restrito que configura o oposto ao que se convencionou chamar de turismo de massa. Em Morro de São Paulo existe um turismo intenso, com um afluxo maior de visitantes, em média mil pessoas por dia. O que denota um diferencial e chama atenção fica por conta não só das distinções de estilo turístico de cada um, mas das ações e posições tomadas pelos empresários e pela população local na questão do desenvolvimento da atividade turística. Esse envolvimento acontece para salvaguardar a ilha tanto no tocante à preservação do meio natural como cultural. Para tanto foram realizadas associações fortes que possuem poder de união na busca de um turismo sustentável.

Existem algumas associações na ilha, mas as de maior destaque são a Associação de Pescadores de Boipeba e a Associação de Moradores e Amigos de Boipeba – AMABO, sendo que essa última possui um projeto organizado e

promissor voltado para as questões sociais e principalmente ambientais. Nas duas existem regulamentos, presidentes e associados, enfim, uma estrutura organizacional. É dessa forma articulada que os moradores conseguem com maior destaque discutir com o município os maiores problemas e suas respectivas soluções.

Não é possível generalizar a participação e a aprovação de todos nas respectivas associações, mas é possível perceber uma certa satisfação em morar em uma ilha que sempre é comparada, pelos moradores e empresários, a Morro de São Paulo. Mesmo porque ambas possuem ações para melhoria coletiva, de integração social e principalmente voltadas para a preservação do meio ambiente. Se nada for feito, o turismo, que é apontado não só como fonte do sustento e crescimento para grande maioria da população, poderá sofrer alterações e colocar em risco tudo o que já foi conseguido pelas associações até agora.

Para obter maiores informações e dados confirmadores que embasassem o desenvolvimento desse raciocínio de preservação da ilha de Boipeba, foi realizada uma pesquisa dentro da mesma linha desenvolvida em Morro, por meio de questionários entre alguns pousadeiros e entrevistas com representantes das associações de maior destaque, dentre eles o fiscal ambiental, responsável pela atenta vigilância ao meio ambiente.

Antes de realizar uma análise comparativa da tabulação dos dados dos questionários dos pousadeiros, é importante salientar ações ocorrentes nas duas ilhas, mas que têm retornos e implicações diferenciadas.

Morro de São Paulo está geograficamente muito próxima à ilha de Boipeba, porém a preservação e a forma como o turismo acontece nas lhas é diferenciada. Pode-se notar que muitos turistas instalados em Morro estão indo visitar Boipeba como um ponto turístico. Isso ocorre porque, sentindo que as praias de Morro de São Paulo estão saturadas e bastante concorridas, muitos turistas preferem comprar um pacote de passeio para passar o dia na ilha de Boipeba, já que as praias são menos freqüentadas e ainda preservados seus corais e arrecifes, o que possibilita, inclusive, o mergulho para contemplar a diversidade aquática. Esse tipo de lazer era possível de ser realizado em Morro, mas pelos impactos ocasionados,

a única opção para aqueles que gostam de apreciar a vida aquática ficou restrita a Boipeba.

A beleza que cerca Boipeba é diferenciada, composta por piscinas naturais formadas entre os recifes nas marés baixas, possui um ambiente rico na fauna e flora com muitos peixes, lagostas, estrelas do mar e polvos, além de diversos corais e plantas subaquáticas. As piscinas são o lugar mais visitado da ilha de Boipeba e, por isso, sofrem diversos impactos (AMABO, 2005). (VER FOTOS 82 E 83).



Fonte: www.amabo.org.br, 2005.
Fotografia 82: Piscinas Naturais.



Fonte: www.amabo.org.br, 2005.
Fotografia 83: Corais.

Por falta de ordenamento e fiscalização constatou-se que, no passado, era comum ver lanchas ancoradas em cima de recifes e dentro da área das piscinas; os marinheiros não respeitavam os limites de velocidade e colocavam, inclusive, a vida dos visitantes em risco. Por outro, por falta de consciência ecológica, os próprios visitantes pisavam nos corais, danificando-os.

Em 2003, moradores de Boipeba tomaram a iniciativa para ordenar o fluxo de turismo nas piscinas naturais e assim evitar que os impactos ambientais se tornassem tão intensos como os ocorridos em Morro. Numa reunião da AMABO, foi decidido colocar bóias de marcação com o objetivo de demarcar uma área exclusiva para os banhistas, deixando as lanchas e barcos de lado de fora. Com recursos da AMABO, os moradores confeccionaram 12 bóias com o aviso APA,

fundeadas no mar através de placas de cimento. (VER FOTOS 84 E 85). Também foi solicitado aos visitantes das piscinas que tomassem três cuidados fundamentais:

- Não pisar nos corais – pois, trata-se de vidas marinhas extremamente sensíveis a ação do homem e levam milhares de anos para se concretizar, portanto deve-se ter muito cuidado.
- Não jogar lixo no mar – O lixo além de poluir o mar pode ser ingerido por algum animal e causar sérios problemas a ele e ao ecossistema. Na tabela seguinte é possível mostrar exemplo de alguns tipos de lixo encontrados no mar e o tempo que ele leva para se decompor. (VER TABELA 06)
- Não alimentar os peixes com pão – já que o fermento contido nesse alimento causa problemas digestivos ao animal. Na vida marinha o alimento dos peixes se encontra na própria natureza, portanto é indevida a interferência do homem na cadeia alimentar marinha.

TABELA 06: Duração do Lixo no Mar

LIXO	DURAÇÃO NO MAR
Pacote de leite	3 meses
Pedaço de madeira pintada	13 anos
Lata e copo de plástico	50 anos
Lata de alumínio	200 anos
Porta latas de plástico	400 anos
Fralda descartável comum	450 anos
Garrafa plástica	450 anos
Linha de nylon	650 anos
Vidro	Tempo Indeterminado

Fonte: Cetáceos Madeira, 2006.

Tudo isso foi conseguido graças à intervenção de um profissional especializado em corais marinhos que criou regulamentos para a visita à área.

Os regulamentos dizem respeito não só ao número de visitantes permitido como também a delimitação do número de barcos e local de mergulho (AMABO, 2005).



Fonte: www.amabo.org.br, 2005.

Fotografia 84: Colocação das Bóias.



Fonte: www.amabo.org.br, 2005.

Fotografia 85: Bóia de Sinalização.

Em Boipeba ainda é possível encontrar objetos, hábitos e costumes locais sem que as transformações turísticas pudessem ter alterado dramaticamente a localidade, como ocorreu em Morro de São Paulo. Paisagens como praias desertas, coqueirais, dendezeiros, casas de moradores locais frente à praia e vila de pescadores ainda podem ser vistas. Existem ainda pescadores que passam o final da tarde tecendo suas redes e aproveitando para bater um dedo de prosa (como dizem os mais antigos moradores da região), vêem-se também senhoras sentadas em cadeiras na frente de suas casas observando o movimento das pequenas ruas e crianças que brincam livremente pela vila são fotografias comuns e que denotam a existência de uma verdadeira vila de pescadores. (VER FOTOS 86 E 87)



Fotografia 86: Moradores conversando.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Fotografia 87: Pescadores consertando redes.
Fonte: Azevêdo, 2005.

Não se pode deixar de ressaltar que, em se tratando de extensão, o povoado de Morro de São Paulo é maior que Boipeba, mas essa não é a justificativa para as mudanças ocasionadas na ilha. A responsabilidade pela situação por que passa a ilha é a falta de organização tanto do poder federal como municipal e principalmente de uma ação conjunta que una os empresários e a população local.

Diferentemente de Boipeba, o povoado de Morro de São Paulo é hoje conhecido internacionalmente e se tornou a localidade âncora da Costa do Dendê. Em agências de viagem é a localidade mais procurada por quem visita Salvador, seja para passar um final de semana, seja para só passar o dia, já que o acesso por meio de lanchas é contínuo com saídas diárias de Salvador em diversos horários.

Em Boipeba, a visitação é direcionada, não existindo facilidades de meios de transporte. O caminho é tortuoso e incômodo devido à inexistência de embarcações diretas saindo de Salvador. Há somente um barco que sai de Valença para Boipeba numa viagem que dura cerca de 4 horas ou ônibus regulares que saem de Valença para o povoado de Torrinhas. Para continuar a viagem, é necessário utilizar-se de uma embarcação até Boipeba. Existe ainda a opção de embarcar numa lancha que sai de Morro de São Paulo, mas o preço é alto se comparado com os outros meios.

Em Boipeba ainda é possível encontrar empresários unidos, engajados na sustentação da localidade turística que propõem ações positivas em um meio a muita concorrência entre pousadas, restaurantes, mercadinhos, embarcações e o comércio em geral. Existem associações que passaram a existir para que a união dessas pessoas fosse a força necessária pela luta de seus direitos e principalmente no ideal de preservação e educação ambiental, sempre tendo em vista uma visão sustentável e coletiva.

Apesar de todos os esforços empreendidos, a grande maioria dos empresários vêem o turismo em Boipeba tímido, seletivo que só se destaca na alta estação. Inclusive, há casos de algumas pousadas que fecham na baixa temporada e só reabrem nos meses de novembro até março.

Outro fato interessante sobre as pousadas na ilha é a incidência de meios de hospedagem com poucas unidades habitacionais. A maioria dos pousadeiros alega a timidez do turismo e os custos para manter a pousada nos períodos da baixa estação e até porque Boipeba não suporta equipamentos de maiores proporções. Notou-se ainda que existem poucas pousadas: apenas 25 cadastradas na BAHIATURSA e quase que a maioria delas tem como proprietários os moradores locais.

Foi possível realizar entrevista com 40% dos pousadeiros e assim comparar os dados obtidos em Morro de São Paulo e tirar desse cruzamento de informações as prováveis diferenças e possíveis similaridades. Dessa forma foram reiteradas conclusões acerca da administração do meio de hospedagem – pousada e da sua relação com o meio ambiente e a comunidade local.

Há fatos interessantes a serem analisados e relacionados aos meios de hospedagem. Existem semelhanças e diferenças entre os equipamentos, principalmente nos localizados na praia. Isso se dá devido as diferentes origens e perfis desses pousadeiros.

6.1 - ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS

Para um melhor entendimento das questões ambientais e sua relação com a construção de pousadas, foi realizada uma entrevista com a pessoa responsável pela fiscalização do meio ambiente em Boipeba. Além de apontar soluções, o fiscal fez comparações com Morro de São Paulo, os impactos e os problemas recorrentes em ambas as ilhas.

O referido fiscal fixou residência na ilha e declarou estar sempre presente não só na fiscalização das construções de casas, pousadas e restaurantes, mas em algumas reuniões da AMABO e nas convocações da prefeitura para discutir os problemas de Boipeba. Isso o torna uma pessoa de grande importância dentro de uma ótica da preservação ambiental e social.

Questionado sobre os maiores problemas ambientais vistos na ilha, discorreu sobre os impactos nos corais das piscinas naturais, que há cerca de 10 anos recebia visitantes sem nenhuma restrição e cuidados.

Os barcos que faziam a visitação nos corais, antes da implementação das novas regras de proteção, não eram cuidadosos e jogavam suas âncoras nos corais. Na alta estação, cerca de cem barcos por dia ancoravam nos recifes, sendo que cada um com dez pessoas, o que perfazia um montante de 1000 pessoas/ dia mergulhando nas piscinas. Existem relatos, inclusive, de turistas que até levavam a areia branca e límpida dos arrecifes para colocarem em seus aquários. Os barqueiros, sem conhecimento acerca do assunto, não chamavam a atenção desses turistas. Se nenhuma providência fosse tomada, as piscinas naturais poderiam se transformar num lamaçal e gerar impactos junto ao ecossistema.

Logo que foram identificados tais problemas, foi realizado um projeto de lei, assinado por um biólogo e tomadas as devidas providências, como a limitação de entrada de barcos e visitantes, delimitação da área e a reconstituição dos corais. Todas essas ações foram executadas em conjunto com a AMABO, Prefeitura, Ministério Público e a Secretaria do Meio Ambiente de Cairu.

Segundo o fiscal, uma situação que merece destaque é a diminuição de várias espécies da Mata Atlântica na área em que o lixão construído a 60m do rio Arituba – rio principal de Boipeba e que corta toda a ilha. O CONDER,

infelizmente, não tomou providência alguma. Hoje estão estudando uma maneira para reduzir o lixo. O principal ponto seria a criação de um aterro sanitário e um programa de reciclagem do lixo. Foram marcadas reuniões com a prefeitura de Cairu para se discutir essa questão e assim superar a problemática já no verão de 2006 -2007.

Outra dificuldade apresentada diz respeito à mão de obra inconstante, já que muitos, visando maior rentabilidade financeira na alta estação, preferem trabalhar somente com o turismo e dão pouco importância ao lixo. Assim, a AMABO em conjunto com a Prefeitura, idealizou uma cooperativa, para que as pessoas trabalhem o ano inteiro junto à retirada dos resíduos sólidos, sem que no verão deixem o emprego para trabalhar com o turismo.

O entrevistado ainda demonstrou que existe uma fiscalização ostensiva nas construções de pousadas, principalmente aquelas situadas próximas às praias. É estritamente proibido construir fora do limite de 60 metros da linha do mar. Essas observações foram realizadas tanto pelo fiscal quanto pelo diretor de Infra-estrutura.

Uma observação relevante do fiscal diz respeito à antiga atividade econômica. No passado existiam muitas plantações de dendê, mas muitas árvores foram derrubadas por conta da expansão urbana. De Boipeba saíam muitos barcos carregados de dendê e piaçava para Taperoá. Hoje, essa quantidade diminuiu significativamente, pois com o advento do turismo, no verão, há muito trabalho e dinheiro circulando com maior facilidade e isso fez com que as pessoas mudassem de atividade e se dedicassem ao turismo.

Todos os problemas citados acima são importantes, mas o que demanda maiores cuidados é o relacionado ao esgotamento sanitário, pois 85% das casas têm fossas, mas só 10% são corretas, profundas, padronizadas de acordo com as exigências ambientais. O restante possui fossas rasas, o que polui o lençol freático. Já existe um projeto de saneamento básico, mas falta dinheiro para

realizá-lo. Na verdade, estão aguardando a liberação dos royalties⁴³ prometidos pela Petrobrás em 2006 quando se implementar a exploração de gás na região.

Em relação à natureza, ele afirma que ela se encontra bastante preservada e que as maiores mudanças que aconteceram com o Meio Ambiente estão vinculadas à falta do esgotamento sanitário e aos impactos nos corais nas piscinas naturais.

Quando questionado se existe a possibilidade de uma convivência harmônica entre a atividade turística e a preservação ambiental, a resposta foi incisiva e positiva. Citou como exemplo as praias de Coeira, Castelhana e Parte de Moreré, quase desertas, freqüentadas por turistas e bastante preservadas. (VER FOTOS 88 E 89).



Fonte: www.amabo.org.br, 2005.
Fotografia 88: Praia Coeira.



Fonte: www.amabo.org.br, 2005.
Fotografia 89: Ponta dos Castelhanos

⁴³ Importância cobrada pelo proprietário de uma patente de produto, processo de produção, marca, etc., ou pelo autor de uma obra, para permitir seu uso ou comercialização. (Dicionário Aurélio, 2004).

Quanto às maiores diferenças entre Boipeba e Morro de São Paulo ele estabeleceu que os boipebanos têm mais consciência ambiental do que os de Morro porque eles viram o que o mau exemplo dos conterrâneos pode causar ao meio ambiente e à comunidade. Muitos viram seus amigos em Morro vender em suas terras na vila em frente à praia para construir sua residência em uma favela chamada de Buraco do Cachorro. Em Boipeba as pessoas não vendem suas terras com facilidade, são bem mais seguras. Elas não entendem quase nada de turismo, não são pessoas estudadas, mas compreenderam muito bem o que ocorreu em Morro de São Paulo e não querem ver sua ilha sofrer os mesmos problemas. Se fizer-se uma comparação no tocante ao ritmo de construções nas duas ilhas, ver-se-á que em Boipeba as pessoas constroem pouco e isso é justificado tanto pelo fluxo menor de turistas, quanto pela dificuldade de acesso.

Em 2002, houve um derramamento de parafina, derivado da limpeza de porão de um navio, que poluiu toda a ilha e seu entorno. O desastre não assumiu proporções danosas para o meio ambiente porque, segundo o fiscal, a parafina não é um produto que cause danos ou impactos ao meio ambiente. Porém não se pode esquecer que houve repercussões negativas em relação ao turismo em si, já que boa parte das belezas naturais, nessa época, ficou prejudicada. (VER FOTO 90).



Fonte: www.amabo.org.br, 2005.

Fotografia 90: Derramamento de Parafina.

A Petrobrás, por ter estreita relação com o ocorrido, resolveu que deveria ressarcir de algum modo os habitantes locais. Assim pagou diárias aos pescadores pelos dias que não puderam trabalhar na pesca, pela utilização de seus barcos e também pela mão de obra que recolheu toda a parafina na ilha. Outrossim, vale lembrar que toda a parafina recolhida pôde ainda ser vendida pela Petrobrás que obteve lucro de sua iniciativa.

Os moradores, apesar de terem passado por uma situação desastrosa, acabaram por se beneficiar, pois conseguiram construir, com a soma de dinheiro recebido a título de indenização, casas, restaurantes e até pousadas, como foi o caso do Presidente da Associação de Pescadores.

O fiscal ressalta, ainda, que o Governo e a Prefeitura atual ajudam de alguma forma a preservar a ilha e que hoje existe até uma Secretaria do Meio Ambiente e do Turismo em Cairu.

Quanto à APA e sua gestão, o fiscal ratifica que a CEMAR - Centro de Recursos Hídricos do Estado da Bahia, CRA, IBAMA, Prefeitura, além do Ministério Público, são os gestores da APA. Uma das suas principais normas diz respeito à necessidade de existir em uma área de 1000 metros de terreno, apenas 40% edificado. Toda construção com alguma irregularidade ocorrida no período de 2(dois) anos, pode ser derrubada, depois desse prazo a edificação é considerada fixa e só uma liminar propugnada pelos órgãos competentes poderá dirimir a questão.

Moreré, uma praia da ilha de Boipeba, é a única área APP – Área de Proteção Permanente. Nessa área só se pode construir até um pavimento. Todos aqueles que levantaram dois pavimentos tiveram a obra embargada.

Por ser uma APA, o fiscal afirma que Boipeba é diferenciada, tendo suas belezas naturais mais ressaltadas, porque a preservação (às vezes) se faz mais presente e a legislação é mais rígida. Existe um conselho gestor da APA, cujo presidente é conhecido como Francisco e é o mesmo responsável pelo CEMAR. A importância de ser uma APA reflete-se até em projetos como o de implantação nas escolas de incentivo à educação ambiental. Isso mostra o quão é relevante

para a população local o entendimento do que é ser uma APA e suas responsabilidades.

Uma outra entrevista foi realizada com o intuito de conhecer a relação existente entre a Associação de Pescadores, o turismo e o meio ambiente. O Presidente da Associação de Pescadores discorreu sobre os mais diversos assuntos que circundam a ilha e fez uma análise sobre os fatos ocorrentes.

A Associação de Pescadores de Boipeba surgiu há dois anos e seu principal mote é a defesa dos direitos dos pescadores, que é considerada pelo presidente uma classe abandonada. A associação é bastante ativa e possui, inclusive, um estatuto e aproximadamente sessenta filiados.

Nas reuniões, atualmente, o que mais se tem discutido é a exploração de gás pela Petrobrás que pode extinguir alguns pesqueiros da região. Desde o ano de 2000, algumas empresas da indústria de petróleo desenvolvem atividades no litoral do Baixo Sul da Bahia, num ambiente de ecossistema frágil e de alta relevância ecológica e econômica. Para compensar a perda desses locais, os associados reivindicam uma compensação monetária que se reverterá em investimentos dentro da comunidade para a preservação do meio ambiente.

Na entrevista também foi abordada a questão relativa à escassez de peixes devido ao desastre ocorrido em março de 2003 quando morreram toneladas de peixes no mar em frente às praias Guaibim, Morro de São Paulo, Garapuí, Boipeba, Pratigi e Maraú. Tratava-se de grandes peixes que vivem no fundo do mar, como Dentão, Cioba, Mero, Agulhão e outros. Suspeitou-se que as culpadas pelo ocorrido tenham sido as empresas El Paso, contratada pela Petrobrás, que perfurava em uma plataforma em frente à Ilha de Boipeba e a empresa PGS que levantava dados sísmicos na região entre Itacaré e Ilhéus. As duas empresas foram responsabilizadas por terem causado a mortandade dos peixes e investigadas pela Promotoria Pública, sob o Procedimento Administrativo - P.A. Nº 05/03. (VER FOTOS 91 E 92).



Fonte: www.amabo.org.br, 2005.

Fotografia 91: Plataforma da Petrobrás.



Fonte: www.amabo.org.br, 2005.

Fotografia 92: Mortandade de Peixes.

Após a investigação promovida pela Promotoria, levantou-se entre moradores da região a dúvida sobre o real impacto das atividades petrolíferas e a abrangência do monitoramento. Durante as audiências públicas para o licenciamento das empresas Grant e PGS, associações e colônias de pescadores começaram a reivindicar a participação de representantes das comunidades, na forma de um monitoramento e acompanhamento comunitário – MAC. Os representantes do Escritório de Licenciamento de Petróleo e Nuclear – ELPN/IBAMA acataram as solicitações das comunidades e condicionaram as licenças a esse monitoramento.

Segundo o Presidente da Associação, 90% dos pescadores estão com medo de acontecer um derramamento que traga novos problemas. Um dos receios do presidente é que a exploração da Petrobrás na ilha não seria bom para o desenvolvimento turístico porque, se houver algum acidente, a possibilidade de afastamento dos turistas é muito grande. Por outro lado, apesar de todo receio que cerca a situação, os moradores sentem-se divididos porque, como se trata de um município pobre, a entrada da Petrobrás na comunidade vai gerar divisas para o município e é importante para a instalação de uma infra-estrutura turística.

Um direito que a associação está reivindicando diz respeito ao pagamento do defeso, que é o período em que os pescadores estão impedidos de exercer algumas práticas pesqueiras por conta da época de desova e acasalamento. Os pescadores têm que estar cadastrados na associação para que na época do defeso (camarão, robalo e lagosta) eles possam receber um subsídio. Porém esse

benefício não se estende a todos. Ele só é concedido àqueles que possuem dois anos de carteira profissional regulamentada. Os pescadores querem que esse prazo diminua para um ano.

Quando é aberta uma discussão nas reuniões sobre a diminuição da pescaria o argumento é de que a pescaria diminuiu em quantidade, mas não por conta dos impactos e, sim, porque, nos dias atuais, existem mais barcos e mais pessoas exercendo essa atividade, com mais tecnologia. Não se pode deixar de falar ainda da pesca de arrasto, da motorização que substituiu o remo e a vela e da ignorância das pessoas que acreditam que a prática da pesca com bombas é mais fácil, rápida e rentável.

A respeito da pesca com bomba há de se ressaltar que é difícil o controle, uma vez que os verdadeiros culpados nunca são achados e existe uma verdadeira lei do silêncio que acoberta o criminoso.

Questionado se considera que o meio ambiente ainda está preservado, ele acredita que algo ainda está sendo feito no sentido de uma consciência ecológica, mas não sabe até quando isso terá força implementadora. Por isso todos lutam pela criação do Conselho Gestor da APA, formado por Associações, sociedade organizada, Prefeitura, IBAMA, CRA e Câmara de Vereadores. O objetivo primordial desse conselho é a preservação do meio ambiente, já que a fiscalização dos órgãos competentes é inócua. IBAMA e CRA só aparecem na ilha quando são requisitados.

Ao ser inquirido sobre o que a associação faz para preservar o meio ambiente, respondeu que ela se dedica à explanação sobre educação ambiental junto aos moradores locais. Segundo Francisco, o turismo causa alguns impactos, já que muitas pessoas retiram areia, pedras e madeira da ilha para a construção de suas moradias, pousadas e restaurantes, mas, graças à conscientização ambiental e o exemplo de Morro de São Paulo essas práticas diminuíram e se tornaram raras na ilha.

No tocante à relação dos moradores/pescadores com os pousadeiros, ele cita que há um entrosamento bom, pois existe a necessidade de trocas. Um exemplo claro é que 70% do peixe apanhado nas praias e litoral circunvizinho, hoje, é

consumido dentro da própria ilha e 30% tem como destino Valença e Salvador. Algo que não se pode deixar de notar é que os proprietários das pousadas geraram emprego e até mudaram o estilo de vida de alguns que deixaram de pescar para se tornarem empregados cadastrados e beneficiários do sistema de previdência social.

Ao fazer uma possível comparação com Morro de São Paulo, ele afirmou que a comunidade vai fazer tudo para que Boipeba fique preservada e que não se repita a história de Morro, principalmente no que diz respeito ao crescimento turístico desordenado e ao atendimento às leis da APA.

Para complementar a análise comparativa entre a ilha de Boipeba e a ilha de Morro de São Paulo foi realizada uma entrevista com o suplente do Presidente da Associação de Moradores e Amigos de Boipeba – AMABO, fundada no dia 02 de abril de 1995. Sua área de atuação é a ilha de Boipeba e sua sede está localizada no povoado Velha Boipeba. A missão da AMABO é contribuir para o desenvolvimento ordenado e sustentável da Ilha de Boipeba, busca, também, uma melhoria de qualidade de vida da população local e a preservação do meio ambiente. Com esse objetivo, a AMABO vem mobilizando a comunidade e denunciando acontecimentos que perturbam moradores, visitantes e o meio ambiente de Boipeba.

De acordo com a fonte pesquisada, a AMABO tem como objetivos:

- Contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico da comunidade, no sentido de melhorar a qualidade de vida desta, sem degradar o meio ambiente;
- Colaborar para a gestão (administração) da Área de Proteção Ambiental das Ilhas Tinharé Boipeba;
- Promover a Educação Ambiental e educação em geral;
- Buscar soluções para os problemas de saneamento básico (água, esgoto, lixo);
- Promover o ecoturismo e ordenar o fluxo de turismo na Ilha de Boipeba;

- Promover a educação para e pelo trabalho através de um modelo de parcerias;
 - Contribuir para a preservação e valorização do meio ambiente, cultura, costumes e folclore dos seus habitantes;
 - Promover a produção artística e artesanal e eventos de cunho cultural.
- (AMABO, 2005).

Em 1999 a AMABO elaborou uma proposta de Desenvolvimento Sustentável da Ilha de Boipeba - DESIBO, com qual participou do Segundo Congresso e Exposição Internacional de Ecoturismo - WORLD ECOTUR 2000, em Salvador. Essa proposta visa a melhorar a vida da população da ilha e desenvolver as atividades econômicas, especialmente o turismo, sem degradar o meio ambiente.

A partir da proposta DESIBO, a Ilha de Boipeba foi escolhida como área de espelho no Programa de Desenvolvimento Local do SEBRAE, o que resultou numa parceria importante no processo de desenvolvimento de Boipeba.

Em parceria com o Centro de Recursos Ambientais – CRA, a AMABO elaborou uma síntese do Plano de Manejo com o objetivo de preparar o material para a conscientização da população residente e os visitantes da ilha de Boipeba.

Segundo o referido suplente, bem informados, os moradores têm melhores condições de entender o objetivo da APA, podendo colaborar na realização das ações que visam a equacionar os principais problemas encontrados na ilha. Quando informados sobre a fragilidade dos ecossistemas, os visitantes podem colaborar com a preservação do meio ambiente, bem como receber uma aprendizagem direta sobre a cultura, fauna e flora de Boipeba.

Disse ainda o suplente que a AMABO realizou vários projetos voltados para a sua missão social com o objetivo de melhorar a vida da população e proteger o meio ambiente de Boipeba. Os primeiros projetos realizados foram o programa de Assistência Cívico-Social da Marinha do Brasil, doações de medicamentos para o posto de saúde de Boipeba e cursos de mecânica de motores marítimos, defumação de pescado e meios de navegação em parceria com o Centro Federal de Educação Tecnológica - CETET de Valença.

O suplente mostrou ainda que, nos últimos anos, a educação ambiental vem se destacando como um instrumento de mobilização e participação da sociedade em ações que visam a tomada de consciência das causas e conseqüências da problemática ambiental. A AMABO quer colaborar para o aumento das informações ambientais da população na Ilha de Boipeba e do conhecimento sobre as causas e conseqüências da destruição do Meio Ambiente. A concepção segue as diretrizes já elaboradas pelo Poder Público: considerar o meio ambiente em sua totalidade e entender a Educação Ambiental com um processo de melhoramento contínuo. Só assim poder-se-á promover um pensamento crítico e a necessidade de cooperação, além de estimular habilidades e de integrar às iniciativas gerais a solução dos problemas relacionadas com o meio ambiente.

Durante a pesquisa realizada na AMABO (2005) foi possível detectar ações sociais que, sobremaneira, configuram um suporte para o expressivo número de mulheres economicamente ativas. Elas assumem um papel importante no sustento do lar, além do seu tradicional trabalho doméstico. Nos meses de verão, as atividades intensificam-se em diversas áreas, principalmente no setor do turismo, e nele representam a maioria absoluta da mão-de-obra. Encarregadas de tarefas múltiplas, enfrentam várias dificuldades decorrentes da necessidade de trabalhar, cuidar do lar e, ainda, assumir a maior parte da educação dos filhos.

A falta de creches onde possam deixar seus filhos pequenos é um entrave para que essas mulheres consigam uma melhoria de conhecimentos através de cursos técnicos. Também não têm condições de obter uma ajuda no que diz respeito ao planejamento familiar e onde receber um tratamento específico em questões de saúde da mulher. Receber uma orientação que as ajude a organizar o lar e criar os filhos de forma compartilhada com seus maridos são alguns dos desafios impostos no dia-a-dia das mulheres da ilha. Dessa forma a AMABO visa promover um programa específico de melhoria de condições de vida das mulheres da ilha. Este programa tem importância ainda maior para a situação das mulheres que sustentam suas famílias sem ajuda do marido. (AMABO, 2005).

Além das ações sociais acima descritas, foi desenvolvido um pesqueiro sustentável que tem como objetivo diminuir os impactos causados à população pelo decréscimo da atividade pesqueira.

O funcionamento do pesqueiro sustentável baseia-se na premissa de que para cada tonelada de camarão pescado há a equivalência de cinco toneladas de peixes e outros frutos do mar rejeitados e desperdiçados. Em vez de simplesmente extrair os frutos do mar, o pescador tem de aprender a conservar as fontes, respeitar os ciclos de reprodução e desova. (AMABO, 2005).

Nos anos 70 (século XX), bilhões de dólares foram investidos em países pobres, inclusive no Brasil, para a constituição de enormes fazendas de produção de camarões, cujo cultivo chama-se carcinicultura. Vale lembrar que a carcinicultura não diz respeito somente à criação de camarões como também de crustáceos em geral. Milhares de hectares de manguezais foram aterrados e transformados em tanques rasos com resultados fantásticos em termos de produção de biomassa de alta qualidade e de retornos financeiros. Entretanto, em pouco tempo, o acúmulo de rações não aproveitadas, fezes e urina no fundo dos tanques, criou um ambiente letal ao cultivo de camarões. (AMABO, 2005).

Em busca de tecnologias limpas, foram desenvolvidas novas formas de produzir camarão marinho em viveiros flutuantes e de assim criá-lo em seu habitat natural. Nas gaiolas, os camarões podem conviver com todas as condições naturais existentes. Ao requisitar mão-de-obra intensiva, o modelo de criatório em gaiolas se mostra apropriado para um trabalho em regime de cooperativa. O sistema ocupa apenas parte do tempo destinado ao trabalho produtivo dos pescadores e seus familiares, contribuindo para melhorar as suas condições materiais e também morais. Ajuda, ainda, a fixar o homem na própria região, desestimulando a sua saída em busca de centros urbanos mais adiantados. (AMABO, 2005).

Este é o modelo de criatório de camarões proposto pela AMABO. Através deste projeto, busca-se uma alternativa para os pescadores que vêm sofrendo perdas econômicas por causa da escassez de peixes e demais frutos do mar. (VER FOTO 93).



Fonte: www.amabo.com.br, 2005.

Fotografia 93: Criatório de Camarões.

De acordo com o suplente da AMABO, foi também possível destacar que um dos assuntos mais discutidos atualmente se refere à coleta seletiva do lixo. Existe um projeto cujo financiamento deve ficar a cargo da Petrobrás, já que, a partir de janeiro de 2006, ela vai explorar o gás na ilha e os royalties obtidos servirão para pôr em prática o projeto de reciclagem do lixo.

Disse ainda o suplente que uma questão sempre presente nas discussões é a referência às festas, como as que ocorrem em Morro de São Paulo. A Associação de Moradores se uniu e proibiu a realização de uma rave, porque chegaram à conclusão de que a ilha não tem tido condições de acolher o número de pessoas proposto, além dos impactos ambientais que causaria. Assim, a festa foi transferida para Pratigi.

Um outro elemento analisado é o atracadouro, que foi construído pela própria AMABO, mas a que não está se dando a devida manutenção, portanto estão querendo passar essa responsabilidade para a prefeitura, para que haja inclusive um maior controle de entrada e saída de turistas e visitantes.

Atualmente, o que mais se discute é a exploração de gás natural da Petrobrás. Foi feita uma análise sobre os impactos sociais e ambientais e os royalties oriundos da Petrobrás como uma compensação pela exploração na localidade. Esse dinheiro será investido na própria localidade para que a mesma

possa ter uma melhor saúde, educação, saneamento básico, transporte e principalmente cuidados para o recebimento de turistas.

O suplente da associação, ao ser questionado se existia algum projeto social em Boipeba, respondeu que não, mas que a associação tem um plano para realizar um centro de informações ao turista e uma biblioteca comunitária, onde também funcionaria um centro de reciclagem cuja maior beneficiada seria a própria comunidade. Os recursos seriam oriundos da Petrobrás.

Em relação à necessidade de infra-estrutura mais urgente na ilha, respondeu que o esgotamento sanitário é precário, pois 90% das pessoas tem fossa, mas 10% canalizam seu esgoto para o rio e mar. Tanto o governo como a Prefeitura ajudam a associação de alguma forma.

Um fato importante que deve ser destacado é uma reflexão séria a respeito do preconceito. Conversando não somente com o suplente da AMABO, mas com outros moradores foi possível perceber que existem alguns problemas que giram em torno da nacionalidade e naturalidade das pessoas. A AMABO já foi presidida por diversos moradores locais, mas nenhum obteve sucesso em sua gestão. Apenas um presidente estrangeiro, de ascendência alemã, engajado nas causas culturais e ambientais, conseguiu levar a cabo reformulações e ações mais urgentes e necessárias para a população local. Em sua prolongada gestão foram realizados vários pleitos e reuniões com a comunidade e com o município. Hoje existe até um site da Associação com informações gerais sobre a ilha que dá maior destaque aos fatores naturais.

Sem dúvida, segundo a maioria, está sendo a melhor gestão da Associação e foi por meio dela que se conseguiu os melhores avanços para as causas populares em busca da melhoria de saúde, educação e moradia.

Infelizmente, ainda existem pessoas que acreditam que a Associação de Moradores tem que ser presidida por um morador local e não por um empresário que segundo eles só visa melhoria para si próprio. Isso para a ótica de um pesquisador, parece algo preconceituoso, já que para a realização de uma associação cujo ideal seja de melhorias coletiva não se busca nada individualizado, mas sim generalizado.

6.2 - INFERÊNCIAS E APONTAMENTO DE DADOS COMPARATIVOS ENTRE AS ILHAS DE BOIPEBA E MORRO DE SÃO PAULO.

Os maiores problemas de Boipeba também estão relacionados às questões ambientais e culturais. O lixo, por exemplo, é algo também que não se pode deixar de destacar; pois na ilha também existem tratores para recolher o lixo que é levado para aterros e posteriormente queimados. Por ser uma ilha, também há problemas no transporte de material de construção e mercadorias, para isso são utilizados carrinhos de mão e tratores.

Como em Boipeba não existem morros, não há necessidade de carrinhos de mão para transportar bagagem dos turistas. Mas uma grande similaridade observada no cais da ilha é a existência os chamados guias que oferecem para levar a mala e oferecer pousadas e passeios na busca de comissões, que chegam a 10%, oferecidas pelos pousadeiros para aqueles que levam o turista até sua pousada. Muitas vezes os pousadeiros não gostam dessa troca, mas sentem se obrigados a compactuar com ela para que sua pousada não sofra retaliação por parte dos guias e tenham suas pousadas difamadas como ocorre em Morro, já há muito tempo.

A abordagem em Boipeba não chega a ser tão ostensiva como ocorre em Morro de São Paulo, mas é algo que não deixa o turista à vontade e preocupa os empresários. afugente os visitantes que vão à ilha em busca de paz, descanso e sossego. Boipeba permaneceu, até agora, à margem do “*agito*” que aconteceu em Morro de São Paulo, com suas praias lotadas e seus problemas.

Os moradores e empresários de Boipeba fazem o que podem para não permitir que a massificação tome conta do lugar. “Aqui nós tomamos muito cuidado com a natureza local e ninguém quer permitir o que foi feito em Morro. O perfil de turista que nos visita é aquele que busca a contemplação da natureza. Não temos carnaval nem vida noturna agitada, fato que afasta as pessoas que gostam de agitação. Se Boipeba se transformar em *point de verão*⁴⁴, muita dessa

⁴⁴ Gíria utilizada para caracterizar um local que é freqüentado por muitos turistas, especialmente no verão.

beleza vai se perder, pois a vila é muito pequena e não suportaria a massificação”, afirma Kenner Gierra, proprietário da Pousada Pouso da Maré. (PRATTI, 2001).

Felizmente, a ilha de Boipeba permanece em alguns pontos aparentemente intocada, protegida da ação do homem e sua biodiversidade, constitui um lugar comum para a região, mas com diferenciais paisagísticos. No entanto, tudo isso pode mudar graças à mídia que divulga em revistas de grande circulação nacional as praias de Boipeba como as mais belas do país, exortando assim a criação de fluxos turísticos em direção às suas belezas naturais. (VER FOTOS 95 E 96).

O aumento considerável do número de visitantes em Boipeba poderá alterar significativamente a paisagem, a cultura, fauna e flora existentes e, com isso, descaracterizar esse verdadeiro paraíso. É o que vem acontecendo com Morro de São Paulo, invadido pelo turismo de massa na última década (VER FOTO 94). Não dá para imaginar uma grande quantidade de turistas num local bucólico como o existente junto ao casario da praia na Moreré, que não comporta receber mais de que cem pessoas por vez. O mesmo acontece na calma Vila de Boipeba que não está estruturada para receber mais de mil visitantes.



Fotografia 94: Morro de São Paulo, construções no entorno da praia.
Fonte: Azevêdo, 2005.



Fotografia 95: Boipeba - poucas construções na praia.
Fonte: Azevêdo, 2005.



Fotografia 96: Boipeba - praias praticamente desertas.
Fonte: Azevêdo, 2005.

6.3 - ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DOS DADOS COMPARATIVOS ENTRE AS ILHAS DE BOIPEBA E MORRO DE SÃO PAULO.

Em grande parte desse capítulo foram abordadas questões relativas à ilha de Morro de São Paulo que é o foco principal do trabalho e foram destacados dados

e informações pertinentes que fazem refletir sobre todas as problemáticas da ilha e o perfil do pousadeiro. Esses dados serviram não só de análise sobre o tema da dissertação como comprovam as abordagens diferenciadas que geralmente não são vistas quando se discute turismo x destino. O estudo serviu também de exemplo para que profissionais e estudiosos do assunto vejam o outro lado do turismo, pois realiza críticas embasadas nos depoimentos de pousadeiros e relatos de moradores e turistas que, em sua maioria, por não serem unidos e engajados em causas sociais e ambientais, não percebem o tamanho dos impactos e as conseqüências atuais e futuras. Se tal não bastasse, a dissertação buscou, ainda, reafirmar e comprovar o que já existia de publicações especializadas sobre turismo e impactos sócio-ambientais.

Na tentativa de perceber o grau dos problemas identificados em Morro de São Paulo, desde a conjuntura social, cultural, ambiental e até administrativa no que se refere às pousadas, realizou-se um quadro comparativo de Morro de São Paulo e Boipeba, onde foram feitas perguntas que facilitaram análises dos dados obtidos, percebendo a similaridade existente no perfil do pousadeiro e ratificam as suas diferenças no tocante à realização de ações apesar de serem vizinhas e apresentarem, em alguns casos, problemas semelhantes. Tudo isso sem deixar de levar em conta os prejuízos para a localidade e o fluxo turístico tão necessário à comunidade. (VER TABELA 07).

Tabela 05: Dados comparativos de Morro de São Paulo e Boipeba

Dados	Pousadeiros em Morro de São Paulo	Pousadeiros em Boipeba	Diferença de porcentagem entre Morro e Boipeba
Preocupação com o meio ambiente.	Sim – 59% Não – 41%	Sim – 100% Não – 0%	41%
Sabem o que é uma APA.	Sim – 46% Não – 54%	Sim – 89% Não – 11%	43%
Acha que ser uma APA é um diferencial.	Sim – 46% Não – 54%	Sim – 67% Não – 33%	21%

O que fazem com o lixo produzido da pousada.	Trator - 82% Reciclagem – 18%	Trator – 56% Reciclagem -44%	26%
Tem algum planejamento ou projeto na pousada dando instruções aos hóspedes a cerca da água, energia ou lixo.	Sim – 43% Não – 57%	Sim – 77% Não – 23%	34%
Há problemas de falta de Água.	Sim – 59% Não – 41%	Sim – 11% Não – 89%	48%
Os Pescadores ainda pescam ou exercem outra atividade.	Pescam – 36% Outra atividade – 64%	Pescam – 67% Outra Atividade – 33%	31%
É possível ter atividade turística com a preservação ambiental.	Sim – 85% Não – 15%	Sim – 100% Não - 0%	15%
Qual a relação da Prefeitura com a pousada.	Boa – 33% Nenhuma -67%	Boa – 67% Nenhuma – 33%	34%

Pesquisado e Organizado por: Azevêdo, 2006.

Ao analisar pontualmente cada dado colhido durante a aplicação de questionários é possível perceber que existem diferenças significativas no que se refere ao pensamento, construção de pousadas e sua gestão. Ao serem questionados, os pousadeiros apresentaram uma diferença de ações bastante acentuada - em média de 40%, o que denota uma “cultura” diferenciada das duas localidades na identificação do sítio onde cada um vive e trabalha e na preocupação com a sustentabilidade, já que se tratam de áreas de Proteção ambiental.

Examinando a questões relativas à utilização sustentável dos recursos naturais e da administração empregada para economizar a água e energia e diminuir o impacto do lixo no ambiente, verificou-se uma diferença também expressiva que faz refletir ideais importantes na gestão de um meio de hospedagem e principalmente por se tratarem de ilhas.

Na questão relativa à atividade da pesca é vista uma diferença de 31% entre as localidades e percebe-se que Boipeba ainda detém um aspecto de uma vila de pescadores, o que não é possível ter esse sensação de forma tão intensa em Morro de São Paulo.

Por outro lado, analisando as questões relativas à possibilidade de se desenvolver uma relação harmoniosa entre a atividade turística e o meio ambiente , foi detectada uma diferença de apenas 15%, que mostra por meio de

porcentagens que pode acontecer desde que haja uma consciência coletiva da importância da preservação da natureza pelo homem e de que o turismo nas localidades depende, diretamente do meio ambiente.

Por fim, percebeu-se que existe uma diferença de 34% na relação entre as comunidades e a prefeitura de Cairu. Foi notado que Boipeba possui uma ligação com a prefeitura mais intenso do que Morro de São Paulo. Em Boipeba é notado que a população e seus representantes realizam projetos em parceria com a prefeitura no desenvolvimento da atividade turística e principalmente na preservação ambiental. O que não é notado em Morro que por não se organizar em Associações não possui esse tipo de relação mais próximo.

Esse quadro comparativo serviu como uma comprovação para perceber que as ações realizadas pela comunidade e empresários fazem toda a diferença. Se Boipeba consegue, hoje, obter uma compreensão mais preservacionista e respeitosa para com meio ambiente, deve muito a Morro de São Paulo que serviu de exemplo. É também Morro de São Paulo que precisa rever seus atos e conceitos não ambientalistas que impactaram a ilha, transformaram sua paisagem e que pode diminuir o fluxo turístico, gerando desemprego e outros problemas sociais.

Infelizmente, aqueles que desconhecem as ações relativas ao turismo, talvez vejam essa dissertação como algo depreciativo para um local que é reconhecido nacional e internacionalmente pela mídia e agências de viagem como um paraíso para turistas em busca de lazer. Na verdade, o objetivo é discutir e levar a uma reflexão sobre os diversos problemas pelos quais não só o povoado de Morro de São Paulo passa, como também outros destinos turísticos no país que ainda não obtiveram um olhar mais cuidadoso das autoridades, órgãos pertinentes e da própria comunidade e empresários do setor.

Não se pode dissociar turismo do meio ambiente, assim também foi estabelecida nesse estudo a importância dos órgãos regentes e responsáveis pela

preservação do meio ambiente e sua estreita ligação com os pousadeiros, suas construções e relações impactantes.

Algo que não pode deixar de ser estabelecido e é reiteradamente focado nessa pesquisa é a estreita relação existente entre o turismo, os meios de hospedagem - mais propriamente a pousada - e o meio ambiente. A importância dessa relação e a interdependência entre os fatores apontados são cruciais para o entendimento do que seja o turismo em sua forma mais ampla.

É de fundamental importância também a responsabilidade dos pousadeiros no tocante à escolha do sítio em que será construída a pousada, sua estrutura física e sua competente administração. Essas ações serão cruciais para o meio ambiente, já que ele é sensível e com o tempo responderá positivamente a tudo que for feito a seu favor, seja como um ambiente valorado pela localidade para um turismo solidificado, como um destino turístico de destaque pelos investidores e como sítio que oferece qualidade de vida para a população local.

A análise feita destaca a importância que a atividade turística tem para uma localidade, mas é essencial que ela esteja vinculada ao interesse do poder público em realizar um planejamento adequado. Tal planejamento vai desde a sua estruturação urbanística até o entendimento ambiental, cultural e social da população e dos empresários para que se possa obter um turismo sustentável, tão necessário e almejado pelas comunidades em destaque.

Sem sombra de dúvida o turismo gera impactos ambientais, econômicos e sociais e o turismo sustentável cuida da maximização dos impactos que são positivos e da minimização dos negativos. Assim, para que haja uma relação mais intensa de troca com o lugar é necessária a vivência de um aprendizado de respeito e solidariedade com a comunidade para que as populações futuras não sofram os efeitos causados pela negligência dos atos, por vezes, impensados de empresários. Essa análise de preservação do meio em que se vive é vista na Constituição Federal do Brasil no Artigo 225 em que é descrito que: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum ao povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à

coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

Finalmente, não é possível estabelecer a pesquisa sem que esta venha acompanhada de uma análise crítica, em que se deseja um desenvolvimento turístico sustentável e que o patrimônio natural como Morro de São Paulo e Boipeba, receba uma atenção especial do poder público e seja preservado, atendendo não só os anseios dos turistas, mas da própria comunidade e dos empresários engajados na gestão ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Escrever acerca de uma localidade e mostrar sua potencialidade para o turismo, destacando sua beleza natural e diversidade cultural, além de caracterizar o sítio e entender o perfil do turismo e do turista é algo bastante corriqueiro nos trabalhos de turismo, para não só identificar e caracterizar a localidade, mas entender a sua funcionalidade. E esse tipo de caracterização é bastante comum nos trabalhos acadêmicos, porém foge do pensamento crítico que deveria ser inerente a todos aqueles que apresentam suas teses para apreciação de seus mestres.

A análise feita não se limitou apenas à descrição de questões teóricas sobre o turismo e meio ambiente, mas procurou discutir questões atuais, como os impactos ambientais, sociais e culturais a que estão expostos os territórios turísticos. Portanto, vale ressaltar que esse trabalho não teve o intuito de denegrir ou realizar julgamentos, mas de fazer críticas importantes que visam a uma discussão não pontual e que levantasse realidades de diversas localidades turísticas e não somente uma realidade de Morro de São Paulo. Tais fatores englobam não só o equipamento **pousada**, mas sua relação com o meio ambiente, a comunidade local, o poder público e seu entorno.

O turismo está se convertendo em uma importante fonte de riqueza e contribui para o desenvolvimento de países e regiões, portanto não pode estar longe a este processo sobre tudo se tratando de um setor que tem como um dos seus principais recursos, o meio ambiente.

Ao escolher o estudo e a pesquisa sobre Boipeba e, principalmente, Morro de São Paulo, buscou-se entender como e porque localidades turísticas com um turismo já consolidado e grande sensibilidade ambiental não só desrespeitavam as leis da APA, como também não possuíam um planejamento capaz de organizar seu crescimento.

O maior problema da ausência do planejamento em localidades turísticas reside no seu crescimento descontrolado, que leva à descaracterização e à perda

da originalidade das destinações que motiva o fluxo de turistas, e o empreendimento de ações isoladas, esporádicas, eleitoreiras e desvinculadas de uma visão ampla do fenômeno turístico. Esses e outros fatores têm levado ao desenvolvimento de obras sem prioridade, relegando as mais urgentes, que disciplinariam a evolução da atividade e evitariam situações caóticas nas épocas de alta estação. (Ruschmann, 2002).

Apenas um planejamento de longo prazo determinará medidas quantitativas que conduzirão à qualidade ideal do produto turístico, que interessa tanto à população residente como aos turistas. Um crescimento desordenado agride e descaracteriza o meio natural e urbano, fazendo com que os turistas busquem outras localidades, nas quais a originalidade das paisagens e a autenticidade das tradições ainda não foram afetadas pela sua adequação aos interesses comerciais da atividade. Os maiores problemas da falta de planejamento se apresentam em núcleos turísticos saturados, isto é, onde o excesso de demanda criou uma oferta desordenada e imediatista, causando danos praticamente irreversíveis à natureza e ao traçado urbano. (Ruschmann, 2002).

Atualmente, o planejamento da evolução do turismo, pela determinação da capacidade de carga nas localidades, apresenta-se como a forma preventiva para um desenvolvimento que conserve a natureza, ofereça conforto e satisfação ao turista e não agrida a originalidade das comunidades receptoras. (Ruschmann, 2002).

O crescimento, em Morro de São Paulo, que deveria ser de categoria sustentável, se deu de forma desordenada, sem padrões, causando diversos impactos. Esses impactos, ao longo do tempo, foram identificados e mostraram que o aumento dos meios de hospedagem, principalmente, das pousadas, foi o principal fator do acelerado desenvolvimento da localidade.

Na verdade, não se quis mostrar que as pousadas se tornaram as grandes vilãs dos acontecimentos, mas retratar que estabelecimentos e pessoas são responsáveis pelo espaço, inclusive turistas e moradores. A construção indiscriminada de pousadas foi notável e causou uma reflexão sobre a importância desse meio de hospedagem no crescimento da ilha enquanto destino, mas

também como propulsora de alguns impactos que tomaram proporções maiores com o tempo.

Esses impactos foram percebidos não só na construção em grande escala de pousadas, sem controle de quantidade e qualidade que aferiram mudanças na ocupação da terra, mas através de muitos moradores que, por terem vendido suas residências para a construção desses equipamentos foram responsáveis por outros desdobramentos no que se refere à oportunidade de trabalho, ao desmatamento sem controle e à falta de esgotamento sanitário. E é nesse contexto que percebe-se as maiores mudanças da paisagem que preocupam, principalmente, pessoas possuidoras de uma ligação emotiva com a ilha e que se sentem descontentes com esses impactos sócio-ambientais produtores de mudanças na paisagem desse local paradisíaco.

Esses impactos aconteceram aos poucos, perceptíveis aos olhos não só de críticos e estudiosos, mas também de turistas e moradores. Eles tornaram a ilha vulnerável não só quanto aos problemas sociais rotineiros das grandes cidades, como a pobreza, prostituição e drogas, mas também quanto aos problemas ambientais preocupantes que podem ser notados na mudança da paisagem.

A comparação com Boipeba serviu como exemplo de que uma maior organização e interação entre as circunstâncias atuais e antigas foram fundamentais para a reflexão da sociedade e dos empresários de que o meio em sua volta bem conservado é de extrema importância.

Vale ressaltar que a pesquisa não teve intuito de levantar a questão de que pousadas agredem mais ou menos ao meio ambiente relacionado-o com resort, hotel ou outro meio de hospedagem construído em Morro. Até porque o que vai definir o nível de impacto que cada meio de hospedagem gera ao meio ambiente vai estar diretamente relacionado na forma de como foi instalado, os cuidados obtidos antes, durante e depois e o tipo de gestão utilizada. É importante ressaltar que o responsável pelo empreendimento, sua filosofia de trabalho, a relação que ele

possui com a localidade e o entendimento acerca das questões ambientais é que vai definir se existe alguma sustentabilidade. Uma pousada, por menor que seja, pode causar maior impacto que um resort. Isso seria possível, mesmo com diferença significativa na ocupação do território porque o que define não é o tamanho do empreendimento, mas todos os cuidados necessários para com o meio ambiente, principalmente em localidades, como Morro de São Paulo e Boipeba que são Áreas Protegidas.

A pesquisa buscou a objetividade, sem enaltecer esta ou aquela comunidade turística. Assim a análise feita procurou comparar duas localidades próximas, com características físicos-ambientais parecidas que padecem problemas afins, mas procuram soluções diferenciadas que reduzam os impactos causados pelo próprio homem na transformação do meio em que vive.

Deve ficar ainda claro que, infelizmente, o que rege os fatos apresentados ainda é o imediatismo das operações realizadas. Tanto empresários, como políticos e membros da comunidade procuram beneficiar-se e apenas propõem medidas paliativas que, estruturalmente, sugam todas as potencialidades do local sem se preocupar com o futuro e a inconveniência dos problemas impactantes para o meio ambiente.

Para tanto, o turismo sustentável representa para esse caso um grande desafio para os órgãos responsáveis pela preservação ambiental e pelo turismo, principalmente, em um lugar com tantos recursos naturais. Em Morro de São Paulo a atividade turística é intensa e dependente do fluxo de turistas, portanto a consciência ambiental dos pousadeiros e as medidas implantadas no setor poderão, inclusive, tornar-se uma força para o marketing, demonstrando a preocupação da pousada com o bem-estar do turista aliada à preservação dos recursos naturais e culturais e responsabilidade social.

REFERÊNCIAS

ABIH Nacional. **Associação Brasileira da Indústria de Hotéis**. São Paulo. Disponível em <<http://www.abih.com.br/site.php>>. Acesso em: 20 set. 2004.

AEROSTAR. **Vôos regulares para Morro de São Paulo**. Salvador. Disponível em: <http://www.aerostar.com.br>>. Acesso em: 03 nov. 2005.

AMABO. **Associação dos Moradores e Amigos de Boipeba**. Salvador. Disponível em <<http://www.amabo.gov.br.htm>>. Acesso em 10 nov. 2005.

AMBIENTE Brasil. **Ecologia**. Salvador. Disponível em: <http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=./educacao/index.php3&conteúdo=./educacao/artigos/diaeco.html>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

ANDRADE, José Vicente de. **Turismo: fundamentos e dimensões**. São Paulo: Ática, 1999.

ANDRADE, Nelson et al. **Hotel: planejamento e projeto**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001.

APA Tinharé / Boipeba. **Área de Proteção Ambiental**. Salvador. Disponível em: <<http://www.apatinhareboipeba.hpg>>. Acesso em: 08 set. 2003.

_____. **Ecologia**. Salvador: Bahiasol. Disponível em: <<http://www.Bahiacol.com/ecologia/apatinboi.htm>>. Acesso em: 28 set. 2003.

ARAUJO, Maria Christina. **Lixo no ambiente marinho: resíduos gerados pelo homem degradam a paisagem costeira e ameaçam a vida no mar**. Salvador. Disponível em: <<http://www.ich.unito.com.br/materia/resources/files/chmais/pass/ch191/primeira.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2006.

BAHIA, Secretaria da Cultura e Turismo. Superintendência de Desenvolvimento do Turismo. **Roteiros ecoturísticos da Bahia: Costa do Dendê**. Salvador: A Secretaria, 2001.

BAHIA, Governo do Estado. Secretaria da Cultura e Turismo. **Século XXI – Consolidação do turismo**: estratégia turística da Bahia 2003-2020. Salvador: A Secretaria, 2005.

BAHIAINVEST. **Seguimentos turístico**. Salvador. Disponível em: <http://www.bahiainvest.com.br/port/seguimentos/turistico_analise.asp.htm>. Acesso em: 20 jun. 2005.

BAHIATURSA. **A Estratégia turística da Bahia**: 1991-2005. Salvador: Bahiatursa, 2000.

_____. **Bahia**: Bom para fazer turismo; melhor para fazer negócio com o turismo, Bahia, 2003.

_____. **Empresa de Turismo da Bahia**. Bahia-Brasil, 2001.

_____. **Pesquisa de demanda turística**: Morro de São Paulo. Bahia, 2002.

BARRETO, Margarita. **Redescobrimo a ecologia no turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2003.

BORGES, Clarissa. A tarde on line. **Farra dos bombistas**: Polícia e população trocam acusações. A tarde on line. Salvador. Disponível em: <<http://C/www.atarde.com.br>>. Acesso em: 24 mar. 2006.

BOULLÓN, Roberto C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

BNDES, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **PRODETUR**. Salvador. Disponível em: <<http://www.bnds.gov.br/conhecimento/setorial/get4is06.pdf.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2005.

BRAZIL NATURE. **Ecoturismo** – EMBRATUR. Salvador. Disponível em: <<http://www.brazilnature.com/altoitajai/turismo.html>>. Acesso em: 26 mar. 2006.

BUENO, Francisco da Silveira. **Grande dicionário etimológico prosódico da língua portuguesa**. São Paulo: Saraiva, 1968.

BURNS, Peter M. **Turismo e antropologia**: uma introdução. São Paulo: Chronos, 2002.

CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. **Hospitalidade**. São Paulo: Aleph, 2004.

CAMPOS, Luis. **Introdução ao turismo e hotelaria**. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 1998.

CEPLAC. **A Piaçaveira desponta como cultura de destaque na economia da região do sul da Bahia**. Salvador. Disponível em: <<http://www.ceplac.gov.br/radar/piaçava.htm>>. Acesso em: 15 jul. 2005.

CETÁCEOS MADEIRA. Projecto para conservação. **Duração do lixo no mar**. Salvador. Disponível em: <<http://www.cetaceos-madeira.com/conservação.html>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

CIMM, Centro de Informação Metal Mecânica. **Impacto Ambiental** - Material Didático. Salvador. Disponível em: <<http://www.cimm.com.br/construtordepaginas/hm/3245206.htm#licenciamento>>. Acesso em: 06 mar. 2006.

CNM, **Confederação Nacional de Municípios**. Salvador. Disponível em: <<http://www.cnm.org.br/documento.asp?ild=27736.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2006.

CRA, Centro de Recursos Ambientais. **Áreas de Proteção Ambiental da Bahia** Vol. 5. Salvador: CRA, 2003.

CHON, Kye-Sung. **Hospitalidade: Conceitos e Aplicações**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

CODETUR, Coordenação de Desenvolvimento do Turismo. **Oportunidades de Investimento**. Salvador: Governo do Estado da Bahia, 1995.

CONAMA, Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Mangue**. Resolução n^o 10 de 1^o de outubro de 1993. Salvador. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res1093.html>>. Acesso em 20 de jan. de 2006.

CONDER. Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. **APA das Ilhas Tinharé e Boipeba** - Plano de Manejo. Salvador: CONDER, 1998.

COOPER, Chris. **Educando os educadores em turismo**: manual de educação em turismo e hospitalidade. São Paulo: Roca, 2001.

COSTA, Silvia de Souza. **Lixo mínimo**: uma proposta ecológica para hotelaria. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2004.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. São Paulo: Futura, 1998.

_____ et al. **Hospitalidade:** cenários e oportunidades. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DIAS, Célia Maria de Moraes. **Hospitalidade:** Reflexões e Perspectivas. Barueri, São Paulo: Manole, 2002.

DUARTE, Vládir Vieira. **Administração de sistemas hoteleiros:** conceitos básicos. São Paulo: SENAC São Paulo, 1996.

EMBRATUR, **Empresa Brasileira de Turismo.** Salvador. Disponível em: < <http://www.institucional.turismo.gov.br.htm> >. Acesso em: 20 jun 2005.

FOLHA DE TURISMO. **Ilhas no Brasil:** Morro de São Paulo. Fev. 2005.

GLOBO RURAL. **Mangaba.** Salvador. Disponível em <<http://globorural.globo.com/barra.asp?d=/edic/179/fichaplanta1.htm>>. Acesso em: 18 dez 2005.

GOELDNER, Charles R. **Turismo:** princípios, práticas e filosofias. Porto Alegre: Bookman, 2002.

GONÇALVES, Luis Cláudio. **Gestão ambiental em meios de hospedagem.** São Paulo: Aleph, 2004.

GONÇALVES, Maria Helena Barreto et al. **Introdução a turismo e hotelaria.** Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 1998.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Morro de São Paulo:** Coração de Tinharé. Produção: IRDEB/TVE-Bahia. Direção e Edição: Robson do Val. Fotografia: Otto Terra. Salvador: IRDEB/TVE – Bahia; 1999. 1 fita de vídeo (39 min), VHS, son, color.

HALL, Stuart. **A Identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LAGE, Beatriz Helena Gelas et al. **Turismo:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura:** um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

LASHLEY, Conrad et al. **Em busca da hospitalidade:** perspectivas para um mundo globalizado. Barueri, SP: Manole, 2004.

LEMONS, Amália Inês. **Turismo:** impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 2001.

LOMBARDO, João Alexandre. Turismo Brasil - um grande negócio. **Pousada**: o que você precisa saber para montar a sua. Via Brasil.

LUCHIARI, Maria Tereza D. P. **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. Campinas, SP: Papirus, 2000.

_____. Urbanização turística um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: LIMA, Luiz Cruz. **Da cidade ao campo**: a diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998.

JORNAL DO BRASIL. **Paraíso Arretado**: Cruzando o Rio do Inferno, chega-se a edêmica Boipeba, novo xodó do litoral baiano. Editora Turismo:17 de nov, 2002.

KNAFOU, Remy. Turismo e Território. Para enfoque científico do turismo. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e geografia**: reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001.

MASCARENHAS, Gilmar. Caderno virtual de turismo. **Cenários contemporâneos da urbanização turística**. Salvador. Disponível em:<[http:// www. ivt-rj.net/caderno /anteriores/14/mascarenhas/mascarenhas1.htm](http://www.ivt-rj.net/caderno/anteriores/14/mascarenhas/mascarenhas1.htm)>. Acesso em: 15 de jan. em 2006.

MESQUITA, Érika. **Artigo de turismo e território**. Salvador. Disponível em: <[http://www. anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT15/érika mesquita.pdf](http://www.anppas.org.br/encontro/segundo/Papers/GT/GT15/erika_mesquita.pdf) >. Acesso em: 15 de jan. em 2006.

MIRANDA, Roberto Lira et al. **Como montar e gerir uma pousada**: o livro. São Paulo: Bookmidia, 2004.

MOCHILEIRO.COM. **Mochileiro**: o mundo em suas mãos. Salvador. Disponível em: <[http://www. mochileiro.com](http://www.mochileiro.com). Acesso em: 15 jan. em 2006.

NATURAL SUL. **As formações vegetais do Vale do Ribeira**. Salvador. Disponível em: [http:// www. naturalsul.com.br/vegetais1.htm](http://www.naturalsul.com.br/vegetais1.htm)>. Acesso em: 20 de jan. em 2006.

NOVO DICIONÁRIO AURÉLIO. **Dicionário eletrônico**. Versão 5.0 – Edição Revista e atualizada. Curitiba: Positivo Informática, 2004.

OLIVEIRA₁, Adones de. **Pousadas de Portugal**: uma maneira de hospedar-se com estilo e requinte. Brasilturis Jornal, São Paulo, n. 474, p. 6, jan. 2002.

OLIVEIRA₂, Antônio Pereira. **Turismo e desenvolvimento**: planejamento e organização. São Paulo: Atlas, 2002.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1993.

PEPEU, Fabiana Freire. **Pousadas de Noronha serão reclassificadas**. Recife: Jornal do Commercio, 2000. Salvador. Disponível em: <http://www2.uol.com.br/JC/_2000/1302/cd1302n.htm> . Acesso em: 26 set. 2003.

PETROCCHI, Mário. **Gestão de pólos turísticos**. São Paulo: Futura, 2001.

PIRES, Mário Jorge. **Turismo no Brasil**. Barueri, SP: Manole, 2001.

POUSADAS Portugal. **Pousadas de Portugal desde 1942**. Salvador. Disponível em <http://www.pousadas.pt/pls/wse/wsewhom0.home?p_lingua=pt>. Acesso em: 15 de Jul. 2005.

Revista Turismo. **Brasil: um grande negócio**, 2003.

PRATTI, Fernando. **A vida como era antigamente**: Boipeba. Revista Trilhas: Turismo & Ecologia, dez. 2001.

PRODAM. **Dendezeiro**. Salvador. Disponível em: <<http://www.prodam.sp.gov.br.htm>> Acesso em: 15 nov. 2005.

PRODETUR. Programa Nacional de Turismo. **Prodetur/NE e Prodetur/BA**. Salvador. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicação/prodetur>. http> Acesso em: 06 mar. 2005.

REVISTA TURISMO. **Pousada: um grande negócio**. Fev. 2003.

RISÉRIO, Antonio. **Tinharé: história e cultura no litoral do sul da Bahia**. Salvador: BYI Projetos Culturais Ltda, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e ambiente**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **Turismo; modernidade; globalização**. São Paulo: Hucitec, 2002.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RUSCHIMANN, Doris van de Meene. **Turismo no Brasil: análise e tendências**. São Paulo: Manole, 2002.

SANTOS, Ednalva Maria Marinho dos. **O Texto científico:** diretrizes para elaboração e apresentação. Salvador: UNYAHNA / QUARTETO, 2002.

_____. **O Trabalho de conclusão de curso:** planejamento, execução e redação da monografia. Salvador: UNYAHNA / QUARTETO, 2002.

SEAGRE, Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária. **Dendê.** Salvador. Disponível em: <<http://www.seagre.ba.gov.br.htm>>. Acesso em: 15 nov. 2005.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Dendê.** São Paulo: Disponível em: [http:// www.SEBRAE.gov.br.htm](http://www.SEBRAE.gov.br.htm)>. Acesso em: 18 set. 2005.

SEMANA DO MEIO AMBIENTE. **Meio ambiente, cuide e tenha:** subsídio para discussão da parada ambiental. Salvador. Disponível em: [http:// www.sejusp.ac.gov.br/secom/noticias/jun2004/n01_02jun2004.htm](http://www.sejusp.ac.gov.br/secom/noticias/jun2004/n01_02jun2004.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2006.

SENAC, DN. **Pousada:** como montar e administrar. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2002.

SILVA, Sylvio Bandeira de Melo. **Geografia, turismo e crescimento:** o exemplo do estado da Bahia. In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 2001.

SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS (SEIA). **Fiscalização ambiental.** Salvador. Disponível em: <[http:// www.seia.ba.gov.br / CRA_SEIA / CONTEUDO / FISCALIZAÇÃO _ AMBIENTAL / fiscalização.asp](http://www.seia.ba.gov.br/CRA_SEIA/CONTEUDO/FISCALIZAÇÃO_AMBIENTAL/fiscalização.asp)>. Acesso em: 28 set. 2003.

SISTEMA ESTADUAL DE INFORMAÇÕES AMBIENTAIS (SEIA). **Licenciamento ambiental.** Salvador. Disponível em: <[http:// www.seia.ba.gov.Br / CRA_SEIA / CONTEUDO / LICENCIAMENTO _ AMBIENTAL / licenciamento.asp](http://www.seia.ba.gov.Br/CRA_SEIA/CONTEUDO/LICENCIAMENTO_AMBIENTAL/licenciamento.asp)>. Acesso em: 28 set. 2003.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável:** Conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 2000.

SWARBROOKE₁, John. **Turismo sustentável:** meio ambiente e economia. São Paulo: Aleph, 2000.

SWARBROOKE₂, John. **Turismo sustentável:** turismo cultural, ecoturismo e ética. São Paulo: Aleph, 2000.

SWARBROOKE₃, John. **Turismo sustentável:** setor público e cenários geográficos. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **Turismo e qualidade:** tendências contemporâneas. Campinas, SP: Papirus, 1993.

URRY, John. **O olhar do turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1999.

VEIGA, José Eli da. Cidades Imaginárias: **O Brasil é menos urbano que se imagina.** Salvador. Disponível em: <[http://www.Econ.fea.usp.br/zeeli/textos/disciplinas/Cid image artigo jusp livro.htm](http://www.Econ.fea.usp.br/zeeli/textos/disciplinas/Cid%20image%20artigo%20jusp%20livro.htm)>. Acesso em: 15 de jan. 2006.

VIAGEM E TURISMO. **A Bahia da hora:** Morro de São Paulo. São Paulo: Abril, ano 12, n.1, jan 2006.

YÁZIGI, Eduardo et al. **Turismo:** espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____. **A pequena hotelaria e o entorno municipal:** guia de montagem e administração. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Turismo:** uma esperança condicional. São Paulo: Global, 1999.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO – PESQUISA – MORRO DE SÃO PAULO

- 1) Nome da pousada: _____
- 2) Ano de fundação: _____
- 3) Nome do proprietário: _____
- 4) Estado civil:
 - a) Solteiro b) Casado c) Divorciado d) Outros. Qual? _____
- 5) Idade aproximada:
 - a) 18 a 25 b) 26 a 35 c) 35 a 50 d) 50 pra cima
- 6) Nacionalidade: _____
- 7) Naturalidade: _____
- 8) Porque resolveu construir uma pousada em Morro de São Paulo?

- 9) Como ocorreu?
 - a) A casa foi construída b) Comprada de algum morador e reformada
 - c) O Próprio morador é o dona da pousada d) Outros. Como? _____

- 10) Ao construírem a pousada trouxeram o material de onde? _____
- 11) Houve algum responsável técnico? a) Sim b) Não c) Quem Construiu? _____

- 12) Como descobriu Morro de São Paulo?
 - a) TV b) Revista c) Amigos d) Folder e) Mora lá f) Parentes
 - g) Outros. _____
- 13) O que fazia anteriormente?

- 14) De onde surgiu a idéia de montar uma pousada?

- 15) Exerce outra atividade juntamente com administração da pousada? / (Além de trabalhar na pousada o que gosta de fazer?).
 - a) Sim b) Não c) Qual? _____

16) Teve algum tipo de ajuda por parte do governo?

a) Sim b) Não c) Qual? _____

17) Teve alguma dificuldade por parte do governo?

a) Sim b) Não c) Qual? _____

18) Quais os tipos de burocracia que vocês tiveram para instalar a pousada?

19) O CRA (Centro de Recursos Ambientais) e o IBAMA vieram supervisionar a obra?

a) Sim b) Não c) O que? _____

20) Vocês tiveram algum tipo de preocupação com o meio ambiente, em especial?

a) Sim b) Não c) Qual? _____

21) Você sabe o que é APA (Área de Proteção Ambiental)? _____

22) Você acha que ser uma APA faz diferença para Morro de São Paulo?

a) Sim b) Não c) Por que? _____

23) Vocês tem algum planejamento ou projeto na pousada dando instruções aos hóspedes para água, energia e lixo?

a) Sim b) Não c) Qual? _____

24) Com relação à água, como é a captação?

a) Rede pública (Embasa) b) Poço artesiano c) Outro _____

25) Há problemas de falta de água? a) Sim b) Não c) Quando? _____

26) Como é a qualidade da água (para beber e tomar banho)?

a) Boa b) Média c) Ruim Por que? _____

27) Existe alguma preocupação da pousada na questão da água?

a) Sim b) Não a) Economia b) Qualidade c) Outro

O Que faz? _____

a) Informações aos hóspedes b) uso de redutores de pressão

c) Torneiras temporais d) Outra _____

28) Realiza alguma ação especial na alta estação? a) Sim b) Não Qual? _____

29) Como lavam as roupas de cama e as toalhas? _____

a) Lavam na pousada b) Lavam fora (lavanderia) c) Lavadeiras locais d) Outro

30) Qual o destino do esgoto da pousada?

a) Coleta central b) Fossa séptica c) Vala negra d) Outra _____

31) Como vocês fazem com o lixo produzido na pousada? _____

32) Como você poderia avaliar a relação da prefeitura com as pousadas? _____

33) Qual a atuação da BAHIATURSA em Morro de São Paulo? Vêm inspecionar?

a) Sim b) Não Quanto em quanto tempo? _____

34) Você tem reunião com a comunidade?

a) Sim b) Não c) O que discutem lá? _____

35) Você participa da Associação de Pousadas?

a) Sim b) Não Por que? _____

36) A mão-de-obra de sua pousada (arrumadeira, cozinheira, recepcionista. etc) é composta por moradores locais ou vieram de fora?

a) Moradores locais b) Trabalhadores de fora

c) Meio a meio d) Só pessoas da família

37) Tem funcionários temporários?

a) Sim b) Não Quais os cargos? _____

38) Quantos funcionários aumentam na alta temporada? _____

39) Quantos funcionários fixos trabalham com carteira assinada? _____

Quais os cargos? _____

40) Você sabe quantas famílias a pousada beneficia? a) Sim b) Não

Quantas? _____

41) Tem algum projeto social em Morro de São Paulo ou participa de algum?

a) Sim b) Não Qual? _____

42) Você acha o número de pousadas suficiente?

a) Sim b) Não Por que? _____

43) Quais são os (3) maiores problemas de Morro de São Paulo.

a) O Primeiro _____

b) O Segundo _____

c) O Terceiro _____

OBS😊 _____

44) Que ações podem ser feitas para melhorar? _____

45) Qual a necessidade mais urgente de Infra-estrutura em Morro de São Paulo?

46) Você acha que a localidade tem estrutura para receber um número cada vez maior de turistas? (até 1.000 pessoas por dia)?

a) Sim b) Não c) Por que? _____

47) O que você acha que o turismo beneficiou a comunidade? a) Sim b) Não

Quem se beneficiou? _____

48) As pessoas que antes viviam da pesca ainda pescam ou exercem outra atividade? _____

49) Como o turismo se encontra em Morro de São Paulo?

a) Está em alta b) Está em baixa c) Está igual

50) Na sua opinião, é possível o desenvolvimento do turismo com a conservação ambiental? a) Sim b) Não Como? _____

51) Você é feliz com a pousada ou gostaria de exercer outra atividade?

a) Sim b) Não c) Qual atividade? _____

Se o dono da Pousada for morador nativo da localidade:

- 52) Quando foi que Morro de São Paulo ficou conhecido como destino turístico?
 a) 1980 a 1985 b) 1986 a 1991 c) 1992 a 1997 d) 1998 a 2003
- 53) Na época das primeiras visitas a ilha por turistas, como as pessoas pernoitavam? Existia algum tipo de meio de hospedagem? _____ Qual? _____
 Quantos? _____
- 54) Quem foi o principal responsável pelo desenvolvimento do turismo em Morro?
 a) Turista b) Governo c) Dono da Pousada d) outro _____
- 55) Quais foram as maiores modificações que ocorreram em Morro dessa época para cá?
 a) Positiva _____
 b) Negativa _____
- 56) O que você sentiu com a inserção do turismo como atividade?
 A) Se sentiu “invadido”, pois modificou minha rotina.
 B) Gostou, pois é uma forma diferente de ganhar dinheiro.
 C) Outros. Qual? _____
- 57) Se você como voltar atrás que modificações faria para proteger a natureza, a praia e a cultura local (como as danças, a comida, a religiosidade).
 a) A natureza _____
 b) A praia _____
 c) A cultura local _____

Se o dono da Pousada não for morador local

- 58) Por que escolheu Morro de São Paulo como destino? _____
- 59) O que tem de especial em Morro que outras localidades não tem? _____

- 60) Você, sofre algum tipo de preconceito e/ou dificuldade por não ser morador?
 a) Sim b) Não Qual? _____
- 61) Você, por não fazer parte da população local, teve algum tipo de preocupação em não invadir o meio ambiente e a comunidade local? _____
- 62) Se você tivesse como voltar atrás que modificações faria para proteger a natureza, a praia e a cultura local (como as danças, a comida, a religiosidade, etc.).
 a) A natureza _____
 b) A praia _____
 c) A cultura local _____

OBS: No verso coloquei observações realizadas durante a entrevista: das pessoas, da infra-estrutura da pousada, dos quartos, dos atrativos, da vulnerabilidade, dos equipamentos, da conservação, do potencial de degradação, dos cuidados com o meio ambiente no qual está inserido e da relação com a comunidade local. Etc.

QUESTIONÁRIO – PESQUISA – BOIPEBA

63) Nome da pousada: _____

64) Ano de fundação: _____

65) Nome do proprietário: _____

66) Estado civil:

a) Solteiro b) Casado c) Divorciado d) Outros. Qual? _____

67) Idade aproximada:

a) 18 a 25 b) 26 a 35 c) 35 a 50 d) 50 pra cima

68) Nacionalidade: _____

69) Naturalidade: _____

70) Porque resolveu construir uma pousada em Boipeba? _____

71) Como ocorreu?

a) A casa foi construída b) Comprada de algum morador e reformada

d) O Próprio morador é o dona da pousada d) Outros. Como? _____

72) Ao construírem a pousada trouxeram o material de onde? _____

73) Houve algum responsável técnico? a) Sim b) Não c) Quem Construiu? _____

74) Como descobriu Boipeba?

a) TV b) Revista c) Amigos d) Folder e) Mora lá f) Parentes

h) Outros. _____

75) O que fazia anteriormente?

76) De onde surgiu a idéia de montar uma pousada?

77) Exerce outra atividade juntamente com administração da pousada? / (Alem de trabalhar na pousada o que gosta de fazer?).

a) Sim b) Não c) Qual? _____

78) Teve algum tipo de ajuda por parte do governo?

a) Sim b) Não c) Qual? _____

79) Teve alguma dificuldade por parte do governo?

a) Sim b) Não c) Qual? _____

80) Quais os tipos de burocracia que vocês tiveram para instalar a pousada?

81) O CRA (Centro de Recursos Ambientais) e o IBAMA vieram supervisionar a obra?

a) Sim b) Não c) O que? _____

82) Vocês tiveram algum tipo de preocupação com o meio ambiente, em especial?

a) Sim b) Não c) Qual? _____

83) Você sabe o que é uma APA (Área de Proteção Ambiental)? _____

84) Você acha que ser uma APA faz diferença para Boipeba?

a) Sim b) Não Por que? _____

85) Vocês tem algum planejamento ou projeto na pousada dando instruções aos hóspedes para água, energia e lixo?

a) Sim b) Não c) Qual? _____

86) Com relação água, como é a captação?

a) Rede pública (Embasa) b) Poço artesiano c) Outro _____

87) Há problemas de falta de água? a) Sim b) Não c) Quando? _____

88) Como é a qualidade da água (para beber e tomar banho)?

a) Boa b) Média c) Ruim Por que? _____

89) Existe alguma preocupação da pousada na questão da água?

a) Sim b) Não a) Economia b) Qualidade c) Outro

O Que faz? _____

a) Informações aos hóspedes b) uso de redutores de pressão

c) Torneiras temporais d) Outra _____

90) Realiza alguma ação especial na alta estação? a) Sim b) Não Qual? _____

91) Como lavam as roupas de cama e as toalhas? _____

a) Lavam na pousada b) Lavam fora (lavanderia) c) Lavadeiras locais d) Outro

92) Qual o destino do esgoto da pousada?

a) Coleta central b) Fossa séptica c) Vala negra d) Outra _____

93) Como vocês fazem com o lixo produzido na pousada? _____

94) Como você poderia avaliar a relação da prefeitura com as pousadas? _____

95) Qual a atuação da BAHIA TURSA em Boipeba? _____

Vêm inspecionar? a) Sim b) Não Quanto em quanto tempo? _____

96) Você tem reunião com a comunidade?

a) Sim b) Não c) O que discutem lá? _____

97) Você participa da Associação de Pousadas?

a) Sim b) Não Por que? _____

98) A mão-de-obra de sua pousada (arrumadeira, cozinheira, recepcionista. etc) é composta por moradores locais ou vieram de fora?

a) Moradores locais b) Trabalhadores de fora

c) Meio a meio d) Só pessoas da família

99) Tem funcionários temporários?

a) Sim b) Não Quais os cargos? _____

100) Quantos funcionários aumentam na alta temporada? _____

101) Quantos funcionários fixos trabalham com carteira assinada? _____

Quais os cargos? _____

102) Você sabe quantas famílias a pousada beneficia? a) Sim b) Não

Quantas? _____

103) Tem algum projeto social em Boipeba ou participa de algum?

a) Sim b) Não Qual? _____

104) Você acha o número de pousadas suficientes?

a) Sim b) Não Por que? _____

43) Quais são os (3) maiores problemas de Boipeba.

a) O Primeiro _____

b) O Segundo _____

c) O Terceiro _____

OBS😊 _____

44) Que ações podem ser feitas para melhorar? _____

45) Qual a necessidade mais urgente de Infra-estrutura em Boipeba?

46) Você acha que a localidade tem estrutura para receber um número cada vez maior de turistas? (até 1.000 pessoas por dia)?

d) Sim b) Não c) Por que? _____

47) O que você acha que o turismo beneficiou a comunidade? a) Sim b) Não

Quem se beneficiou? _____

48) As pessoas que antes viviam da pesca ainda pescam ou exercem outra atividade? _____

49) Como o Turismo se encontra em Boipeba?

e) Está em alta b) Está em baixa c) Está igual

50) Na sua opinião, é possível o desenvolvimento do turismo com a conservação ambiental? a) Sim b) Não Como? _____

51) Você é feliz com a Pousada ou gostaria de exercer outra atividade?

a) Sim b) Não c) Qual atividade? _____

Se o dono da Pousada for morador legítimo da localidade:

- 52) Quando foi que Boipeba ficou conhecido como destino Turístico?
 a) 1980 a 1985 b) 1986 a 1991 c) 1992 a 1997 d) 1998 a 2003
- 53) Na época das primeiras visitas a ilha por turistas, como as pessoas pernoitavam? Existia algum tipo de meios de Hospedagem? _____ Qual? _____
 _____ Quantos? _____
- 54) Quem foi o principal responsável pelo desenvolvimento do turismo em Boipeba?
 a) Turista b) Governo c) Dono da pousada d) outro _____
- 55) Quais foram as maiores modificações que ocorreram em Boipeba dessa época para cá?
 f) Positiva _____
 g) Negativa _____
- 56) O que você sentiu com a inserção do turismo como atividade?
 A) Se sentiu “invadido”, pois modificou minha rotina.
 B) Gostou, pois é uma forma diferente de ganhar dinheiro.
 C) Outros. Qual? _____
- 57) Se você Tivesse como voltar atrás que modificações faria para proteger a natureza, a praia e a cultura local (como as danças, a comida, a religiosidade).
 h) A natureza _____
 i) A praia _____
 j) A cultura local _____

Se o dono da Pousada não for morador local

- 58) Por que escolheu Boipeba como destino? _____
 O que tem de especial em Boipeba que outras localidades não tem? _____

- 59) Você, sofre algum tipo de preconceito e/ou dificuldade por não ser morador?
 a) Sim b) Não Qual? _____
- 60) Você, por não fazer parte da população local, teve algum tipo de preocupação em não invadir o meio ambiente e a comunidade local? _____

- 61) Se você tivesse como voltar atrás que modificações faria para proteger a natureza, a praia e a cultura local (como as danças, a comida, a religiosidade etc.).
 k) A natureza _____
 l) A praia _____
 m) A cultura local _____

OBS: No verso coloquei observações realizadas na entrevista, das pessoas, da infra-estrutura da pousada, dos quartos, dos atrativos, da vulnerabilidade, dos equipamentos, da conservação, do potencial de degradação, dos cuidados com o meio ambiente no qual está inserido e da relação com a comunidade local. Etc.

PESQUISA EM BOIPEBA

ENTREVISTA AO FISCAL DO MEIO AMBIENTE

Entrevistado _____

- 1) Quais os maiores problemas ambientais de Boipeba?
- 2) Há uma união entre os moradores, pescadores e os pousadeiros?
- 3) Existe fiscalização nas construções?
- 4) Existe uma fiscalização maior nas construções próxima a praia?
- 5) A natureza ainda se encontra preservada?
- 6) Quais as maiores mudanças que ocorreram com o meio ambiente com o turismo?
- 7) Você acha que o turismo pode existir com a preservação ambiental?
- 8) A natureza em Boipeba, ainda se encontra preservada?
- 9) Quais são as maiores diferenças entre Boipeba e Morro de São Paulo?
- 10) O governo e a prefeitura ajudaram de alguma forma a preservar o meio ambiente?
- 11) A pesca e a mariscada, ainda continuam em alta?
- 12) Tem algum projeto ou plano de preservação do meio ambiente na ilha?
- 13) O fato de ser uma APA (Área de Proteção Ambiental), é um diferencial para Boipeba?
- 14) Há problemas de falta de água na alta estação?
- 15) Há algum programa de reciclagem?

ENTREVISTA COM A ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DE BOIPEBA

Entrevistado: _____

- 1) Quando surgiu essa Associação?
- 2) Qual o motivo? (o que motivou a criação?)
- 3) Quem foi o responsável pela criação?
- 4) Tem normas, regras ou leis?
- 5) Quantos participam?
- 6) E os que não participam, qual o motivo?
- 7) O que vocês discutem nas reuniões?
- 1) Você acha que o turismo trouxe mudanças?
Quais?
Positivas –
Negativas –
- 2) E o meio ambiente? Você acha que ainda está preservada? O que mudou?
- 3) O que vocês fazem para preservar o meio ambiente?
- 4) O que você acha da Petrobrás explorar gás natural na região?
- 5) Qual a relação de vocês com os turistas e pousadeiros?
- 11) Você acha que os pousadeiros trouxeram mudanças a Boipeba? Quais?
- 12) Você acha que o turismo destrói o meio ambiente?
- 13) O que poderia ser feito para que o turismo não destruísse a natureza?
- 14) Você acha que o turismo beneficiou a comunidade?
- 15) Acha o número de pousadas suficiente?
- 17) Existe algum projeto social em Boipeba?
- 23) Que tipo de comparações você faria entre Boipeba e Morro de São Paulo?
- 24) O fato de ser uma APA (Área de Proteção Ambiental), é um diferencial para Boipeba?

ENTREVISTA COM ASSOCIAÇÃO DE MORADORES A AMIGOS DE BOIPEBA AMABO

Entrevistado: _____

- 1) Quando surgiu a AMABO?
- 2) O que motivou a criação da Associação?
- 3) Quem foi o responsável pela criação?
- 4) Tem normas, regras ou leis?
- 5) Quantos participam?
- 6) E os que não participam, qual o motivo?
- 7) O que vocês discutem lá?
- 8) Tem reunião de quanto em quanto tempo?
- 9) Você acha que o turismo trouxe mudanças?
Quais?
Positivas -
Negativas -
- 10) E o meio ambiente, você acha que ainda está preservada? O que mudou?
- 11) O que vocês fazem para preservar o meio ambiente?
- 12) Qual a relação de vocês com os turistas?
- 13) Qual a relação de vocês com os pousadeiros?
- 14) Você acha que as pousadas trouxeram mudanças a Boipeba? Quais?
boas/ ruins?
- 15) Você acha que o turismo destrói o meio ambiente?
- 16) O que poderia ser feito para que o turismo não destruísse a natureza?
- 17) Você acha que o turismo beneficiou a comunidade? Que mais se beneficiou?
- 18) Você acha o numero de pousadas suficiente em Boipeba?
- 19) Existe algum projeto social em Boipeba?
- 20) Qual a necessidade de infra-estrutura mais urgente em Boipeba?
- 21) O governo e a prefeitura ajudam vocês de alguma forma?

- 22) Há algum tipo de curso ou treinamento para as pessoas que trabalham com o turismo?
- 23) Que comparações você faria entre Boipeba e Morro de São Paulo?
- 24) Como o turismo se encontra em Boipeba? (Está em alta, está em baixa, ou está igual?).
- 25) O fato de ser uma APA (Área de Proteção Ambiental), é um diferencial para Boipeba?

ANEXO 1

ÁREA DE OPERAÇÕES INDUSTRIAIS 2 - AO2

GERÊNCIA SETORIAL DE TURISMO

Data: Junho/99 N^o 06

PRODETUR

Infra-estrutura e seus reflexos no turismo

INTRODUÇÃO

Em 1995, o nordeste foi visitado por 1,8 milhão de turistas, conforme dados da Embratur. A receita bruta gerada pela atividade na região Nordeste, no ano de 97, foi de US\$ 3 bilhões. Para 1999, são esperados cerca de 3,6 milhões de visitantes nos estados do Nordeste, paralelamente à criação de aproximadamente 80 mil novos empregos diretos.

Ainda segundo a Embratur, o Brasil recebeu 1,99 milhão de turistas estrangeiros em 1995. No ano de 1997, este número foi ampliado, chegando a 2,75 milhões.

A participação do Brasil no mercado de turismo internacional permanece muito pequena, estimada em 0,3% do movimento mundial.

No Brasil, cerca de 6 milhões de postos de trabalho correspondem ao setor de turismo. Em todo o mundo, o setor de turismo é responsável pela geração de 204 milhões de empregos e seu faturamento chega a 10% do PIB mundial.

A Bahia e o Ceará, em 1997, foram os maiores estados receptores, com a participação de 7,3% e 6,9% do total nacional, respectivamente.

Consta na publicação A Indústria do Turismo no Brasil, Perfil & Tendências - EMBRATUR e ABRESI, de 1995, que o nordeste dispunha de 4.784 meios de hospedagem, com 117.421 unidades habitacionais, das quais 36%, o que corresponde a aproximadamente 1.800 estabelecimentos, localizados na Bahia.

Os meios de hospedagem do nordeste, em 1995, arrecadaram uma receita de R\$ 967.643 mil, sendo que o total brasileiro foi de R\$ 5.734.735. Anualmente, são recolhidos pelo setor, aos cofres públicos, mais de R\$ 500 milhões de impostos diretos, fora os encargos sociais, imposto de renda e outros tributos.

O setor de hospedagem emprega diretamente na região 67.800 trabalhadores especializados e semi-especializados, isto é, 24% do total brasileiro.

A região nordeste conta também com outros modernos equipamentos turísticos compatíveis com os melhores existentes no mundo. Entre esses, podem ser mencionados o Beach Park, localizado em Fortaleza, e o Wet'n Wild de Salvador, Bahia.

Atualmente, a atividade turística no Nordeste representa 5% do PIB da região. Os investimentos neste segmento têm representado uma excepcional oportunidade para aplicação de recursos com segurança e garantia de retorno.

Adicionalmente, o incremento da atividade turística nordestina é importante objetivo das políticas governamentais, uma vez que possibilita a redução das diferenças regionais, atuando como fonte geradora de empregos e valorização dos patrimônios ambiental e cultural.

PRODETUR

O Programa de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR, iniciado em 1995 e inserido no plano governamental “Brasil em Ação”, tem como principal objetivo permitir a expansão da atividade turística de

C:\Areatrab\PDF\conhecimento_setorial\GET4\IS06.DOC - 08/02/02 - 2 -

forma planejada e sistêmica, a partir da definição de macro estratégias de atuação previamente definidas, com o claro sentido de integrar a mão-de-obra local nesse processo de desenvolvimento.

A área de interesse do PRODETUR está direcionada ao desenvolvimento do turismo na região da SUDENE, isto é, aos nove estados nordestinos e à região norte do Estado de Minas Gerais.

O programa reúne cerca de 500 projetos. Para a sua execução, estão disponíveis recursos totais de US\$ 800 milhões. Destes, US\$ 400 milhões são provenientes do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, sendo o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) seu agente repassador. A regulamentação dessa linha de financiamento previu em sua concepção original uma contrapartida de recursos próprios ao nível de 50%. O contrato entre o BID e o BNB foi firmado em 12 de dezembro de 1994, pelo prazo de 25 anos.

O programa, até o primeiro semestre de 1996, vinha encontrando sérias dificuldades de ordem financeira e de apresentação de projetos técnicos por parte dos estados. A partir de agosto de 1996, ganhou maior dinamismo pois passou a integrar o elenco de projetos prioritários do Governo Federal.

Outro fator relevante para o sucesso do programa foi a participação financeira do BNDES, aportando recursos para a contrapartida dos estados e municípios nos financiamentos.

Os recursos do programa estão direcionados a projetos de infra-estrutura em obras múltiplas, que compreendem saneamento, administração de resíduos sólidos, transportes em seus diversos módulos, reforma ou construção de aeroportos, desenvolvimento institucional dos órgãos estaduais e municipais responsáveis localmente pela execução do programa e preservação e, finalmente, recuperação do patrimônio histórico e ambiental. É também um importante instrumento para a criação de quase quatro milhões de novos empregos, sendo um 1,6 milhão de empregos diretos.

As metas globais do PRODETUR e seu acompanhamento constam da Tabela 1 a seguir: **Tabela 1: Metas Globais**

Para a ampliação e modernização de oito aeroportos serão destinados US\$ 220 milhões, o restante dos recursos tem em vista a realização de obras múltiplas e o desenvolvimento institucional dos governos locais.

O valor total dos projetos apresentados pelos estados ao Banco do Nordeste supera a casa dos US\$ 757 milhões. Até março de 1999, foram realizados investimentos da ordem de US\$ 506 milhões, correspondentes a 52 projetos integralmente concluídos e 130 em fase de conclusão.

De acordo como o Banco do Nordeste, as obras concluídas/em andamento contemplam:

- ♦ a expansão/modernização de 08 aeroportos, 46 trechos rodoviários (totalizando 555 km), 02 atracadouros e 01 terminal hidroviário;
- ♦ 34 projetos de saneamento (beneficiando 462 mil habitantes);
- ♦ a preservação de 20.549 ha de meio ambiente;

Descrição	Unidade	de	Medida	Metas	Globais	Realizado (até mar/99)	Execução (%)	Empregos
diretos	Unid.	1.687.000	806.666	47,8	Empregos			
indiretos	Unid.	2.183.000	1.046.424	47,9	Esgoto sanitário e abast. d'água			
hab.	681,246	2,267,9	Implantação/melhoria de rodoviário	km	625,355	4,888,7	Recup. de	
patrimônio	histórico	2166.213	4144.530	487,0	Preservação do meio			
ambiente	ha	24.679	20.549	83,3	Ampl. e modern. de			
aeroportos	%	100,056	156,1	Estrut/capac. de órgãos do Governo	Projeto	1726	940,1	Fonte: BNB, Março/1999

C:\Areatrab\PDF\conhecimento_setorial\GET4IS06.DOC - 08/02/02 - 3 -

- ♦ a recuperação de 144.530 m² de patrimônio histórico; e
- ♦ a estruturação/capacitação de 69 órgãos.

Paraíba

As obras beneficiam 113 municípios da Região, com cerca de 806.666 oportunidades de ocupação direta e 1,046 mil indireta – aqui consideradas as expectativas de investimentos complementares, que já somam mais de US\$ 5 bilhões.

INVESTIMENTOS PRODETUR E ALAVANCADOS

Bahia

Para a Bahia, os projetos contemplados no PRODETUR, identificados como prioritários a partir da macro estratégia de turismo do estado, representam investimentos em montante superior a R\$ 300 milhões.

O mais importante projeto alavancado para a Bahia é o Complexo Turístico de Sauípe, que consiste em cinco hotéis, de categorias cinco e quatro estrelas, e seis pousadas. Os estabelecimentos oferecerão 1.650 quartos, que contarão com opções de esporte e lazer, tais como uma pista de golfe de padrão internacional, uma academia de tênis, pistas para passeio de bicicleta, um centro equestre e uma área de preservação da flora e da fauna. O projeto compreenderá um investimento de US\$ 200 milhões. As vias de acesso e as obras de infraestrutura do empreendimento foram concluídas em 1996.

Sergipe

Para o estado de Sergipe, os projetos a serem realizados no âmbito do PRODETUR alcançam investimentos de aproximadamente R\$ 76 milhões.

O projeto estadual foi dividido em três etapas:

- ♦ Polo Turístico com ação em Cristóvão, com orçamento de investimento de US\$ 60.981 mil;
- ♦ Polo Turístico do Litoral Sul, com orçamento de US\$ 22 milhões; e
- ♦ Polo Turístico do Litoral Norte, com US\$ 20 milhões.

Alagoas

Alagoas tem projetos no âmbito do programa com investimentos em torno de R\$ 71 milhões.

O Estado ainda aguarda a aprovação de limite de endividamento pelo Banco Central. Informa o BNB que, mesmo sob este condicionamento, já foram aprovados 10 projetos junto ao Banco do Nordeste.

A estratégia a ser utilizada pelo Município de Maceió é direcionar os projetos alavancados pelo PRODETUR para o turismo de lazer, turismo histórico-cultural, fazendas e engenhos, turismo ecológico, náutico e como sede de eventos. Posição dos Investimentos do PRODETUR março/99

Em Fase de Contratação 18% Em Fase de Aprovação 15% Concluído 25% Em Fase de Execução 42%

No Estado da Paraíba, o PRODETUR conta com recursos totais de aproximadamente R\$ 54 milhões.

O Estado da Paraíba direciona sua atividade turística segundo dois eixos distintos: o litorâneo e o interiorano. O eixo interiorano tem como âncora a cidade de Campina Grande, que já possui adequada oferta hoteleira.

O principal investimento alavancado é o Complexo Turístico Cabo Branco, integrado por 19 hotéis com 3.150 unidades habitacionais e diversos outros equipamentos turísticos.

C:\Areatrab\PDF\conhecimento_setorial\GET4IS06.DOC - 08/02/02 - 4 -

O setor público deverá investir US\$ 88 milhões e o setor privado US\$ 207 milhões. Dos recursos particulares, 55% se destinam à construção de hotéis.

Rio Grande do Norte

O Estado apoia seu projeto para o desenvolvimento do turismo nos aspectos de natureza ambiental e cultural da região, onde a principal atração consiste na exploração dos sistemas de dunas, lagoas e praias.

Centrado no município de Natal, o projeto “Rota do Sol” tem sua abrangência ao norte, com o município de Ceará–Mirim, e ao sul, com Tibau do Sul.

O programa aprovado para o Rio Grande do Norte conta com investimentos da ordem de R\$ 47 milhões.

Segundo o BNB, o Estado elegeu dois projetos como âncoras para a atração de outros novos projetos: o Pitangui Center e o Pitangui Village.

O Pitangui Center terá um complexo turístico com hotéis de quatro e cinco estrelas, vizinho a 230 acres da floresta atlântica; a oeste, um hotel com estrutura para recreações e prática de golfe; e, ao sul, haverá hotéis de três e quatro estrelas e um parque aquático.

O Pitangui Village localiza-se a 25 km ao norte de Natal, próximo à vila pesqueira de Pitangui. O projeto reúne vocação para o desenvolvimento de atrações culturais e artes folclóricas, além do espaço adequado à localização de restaurantes e outros equipamentos.

Pernambuco

O programa de Pernambuco objetiva a exploração do potencial turístico de seu litoral, integrando esse balneário tropical turístico aos grandes roteiros do mercado turístico internacional.

O PRODETUR, em Pernambuco, contempla projetos previamente selecionados, com investimentos totais de R\$ 64 milhões.

O principal investimento selecionado pelo programa está localizado na Zona Turística de Guadalupe. O empreendimento já conta com obra de acesso, a Via Litorânea Guadalupe, construída com recursos do PRODETUR no valor de US\$ 4,1 milhões.

O projeto compreende entre outros o Complexo Turístico de Guadalupe, composto por três hotéis de lazer com um total de 1.200 unidades e investimentos estimados em US\$ 96 milhões. É previsto que gere receita da ordem de US\$ 56 milhões por ano, com o breakeven point estimado em 38%.

Outro projeto que se destaca-se na Zona Turística de Guadalupe é o Complexo Turístico de Gamela, com 1.650 apartamentos. **Tabela 2:** Distribuição do valor dos projetos por estado

UF	UFUS\$	UFUS\$	BA	40.353	BA	177.843	CE	102.328	CE	9.901	MA	7.210	AL	23.122	AL	1.103
MA	4.835	PE	4.816	PE	24.473	RN	2.279	RN	26.369	SE	26.643	SE	10.832	Total	158.089	
Total	277.375	Fonte:	BNB, Março/99	Projetos concluídos	Projetos em conclusão											

Ceará

O PRODETUR Ceará reúne um conjunto de projetos que contam com investimentos da ordem de R\$ 160 milhões.

C:\Areatrab\PDF\conhecimento_setorial\GET4IS06.DOC - 08/02/02 - 5 -

O projeto âncora está localizado na Praia do Cumbuco, ocupará uma área de 208 acres e contará com infra-estrutura de esporte e lazer .

O investimento hoteleiro previsto para o complexo será constituído por 5 hotéis todos de categoria cinco estrelas abrangendo 3.000 unidades habitacionais e 1 apart hotel com 375 quartos.

O governo já investiu US\$ 81 milhões em obras de infra-estrutura. O projeto necessita de US\$ 200 milhões para ser concluído.

Maranhão

O objetivo primordial do Estado, com o desenvolvimento do turismo, é o aumento dos postos de trabalho e da renda como forma de alcançar o melhor bem-estar de sua população. A ação governamental se dará no sentido do estímulo do turismo cultural e da valorização da natureza ali presente. A estratégia utilizada pelo Estado para o seu desenvolvimento turístico privilegia o Pólo São Luís – Alcântara

O PRODETUR, no estado do Maranhão, reúne um conjunto de projetos que contam com investimento de aproximadamente R\$ 74 milhões.

O projeto como um todo está dividido em 4 etapas: a primeira é composta por São Luís/Alcântara, a segunda pelo Parque Nacional dos Lençóis/Barreirinha, a terceira por Açailândia/Imperatriz/Carolina e, finalmente, a quarta por Cururupu/Parcel Manoel Luís.

Piauí

O programa do Estado do Piauí privilegiou o desenvolvimento turístico no sentido Norte Sul, concentrando as ações nas áreas urbanas já consolidadas e com apelo turístico já consagrado. O estado buscará complementar as atividades já existentes em centros turísticos mais desenvolvidos. Dará ênfase às obras e ações que colaborem para a melhoria das condições de vida da população, em termos de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, etc.

Duas etapas compõem o programa: a primeira, situada no litoral piauiense, compreendendo os municípios de Parnaíba e Luís Correia, e a segunda, voltada para o interior do estado, compreendendo os Municípios de Pedro II, Piripiri e Piracuruca.

O PRODETUR, no estado do Piauí, é composto por projetos que contam com investimentos da ordem de R\$ 54 milhões. **Tabela 3:** Percentual das Metas Atingido em cada Estado **Bahia Sergipe Alagoas Paraíba R.G. Norte Pernambuco Ceará Maranhão** Empregos 485951648 428420 Esgotamento/abastecimento d'água 58100-1006510041-Implantação/melhoria de rodovias 100-100996963100-Recuperação patrimônio histórico 75-59--100--Preservação Ambiental 100-1-10010094-Amplia./ modern. de aeroportos 21100--65-100100 Estrut./capac. Órgãos do Governo 21-35-932066-**Fonte:** BNB, Março/99

PARTICIPAÇÃO DO BNDES

Inserido no PRODETUR, em 1996, como agente de viabilização desse programa, o BNDES atua em estreita parceria com o BNB, suprimindo os necessários recursos de contrapartida exigidos àqueles liberados pelo BID.

A participação prevista pelo BNDES no apoio ao Programa é da ordem de US\$ 108.53 milhões.

CONSIDERAÇÕES

O PRODETUR constitui uma forte ferramenta para o desenvolvimento sócio-econômico do Nordeste. Sua implementação tem atraído diversos investimentos turísticos privados para os estados nordestinos uma vez atende à antiga reivindicação dos empresários que atuam nesse segmento. O programa até março de 1999 contribuiu para a criação de 1.853.090 novos empregos, sendo 806 mil empregos diretos e 1 milhão indiretos.

A previsão é de que, considerando todos os projetos do programa e investimentos de terceiros, estimados em US\$ 10,9 bilhões, o número de novas oportunidades de trabalho na região chegue a 3,8 milhões.

O sucesso do programa estimulou a continuidade do processo através da assinatura de novo contrato com o BID. O programa, será denominado PRODETUR II e terá o mesmo investimento e fonte que o anterior, US\$ 800 milhões, dos quais US\$ 400 milhões são provenientes do BID. Os projetos do PRODETUR II deverão ser definidos a partir da identificação das necessidades ou da vocação das comunidades/localidades.

Cada uma das áreas de abrangência do PRODETUR terá um agente local que atuará como facilitador junto às instituições governamentais, órgãos técnicos e à sociedade civil, superando e entendendo melhor os problemas específicos do local/comunidade.

Os principais objetivos a serem alcançados com a metodologia adotada para a definição dos projetos do PRODETUR II, são: estimular as vocações econômicas locais, contribuir para a criação e fortalecimento dos empreendimentos empresariais e gerar novas oportunidades de emprego e renda sustentáveis.

A vocação natural do Nordeste - o turismo - será objeto também de programas/políticas como os pólos turísticos do Nordeste e o Programa de Municipalização do Turismo, além de constar do PRODETUR II.

Os visitantes do nordeste são, em sua maioria, turistas domésticos (95%), sendo 51,7% destes oriundos da própria região e o objetivo da viagem em geral é lazer.

Adicionalmente, na alta temporada, é verificado um aumento de utilização da casa de parentes/amigos como forma de alojamento (apenas 35,6% dos turistas se hospedam em hotéis). Este fato pode indicar uma escassez de hotéis e pousadas ou a prática de preços inadequados ao mercado.

Para estimular o crescimento do turismo, é necessário que o custo de transporte e hospedagem seja compatível com o poder aquisitivo do público-alvo do programa. No caso do nosso país, devido à distância continental, é nítida a vantagem do transporte aéreo para o deslocamento dos visitantes.

Equipe Responsável:

Mary Lessa Alvim Ayres – Gerente

Ilka Gonçalves Daemon – Administradora

Paulo Cesar Siruffo Fernandes – Engenheiro

Roberta Junqueira de A. Oliveira – Estagiária

ANEXO 2

LEI Nº 7.799 de 07 de fevereiro de 2001.

Institui a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**DA POLÍTICA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS****CAPÍTULO I****Dos Objetivos e Princípios**

Art. 1º - Fica instituída a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais, visando assegurar o desenvolvimento sustentável e a manutenção do ambiente propício à vida, em todas as suas formas, observados os seguintes princípios:

I - o Poder Público e a coletividade têm o dever de defender o meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida, a ser necessariamente assegurado e protegido, mediante o planejamento, administração, medidas de precaução, prevenção, controle e uso racional dos recursos ambientais;

II – a qualidade ambiental deve ser assegurada para uso das gerações presentes e futuras, devendo ser observadas e adotadas medidas no sentido de garantir seu aproveitamento e uso continuado, mediante a adoção de práticas que aumentem a eficiência do uso da água, do solo, da fauna e da flora e de outros recursos naturais;

III – o meio ambiente deve ser protegido, visando à garantia da qualidade de vida, que se traduz na segurança, saúde, igualdade, dignidade da pessoa humana e bem estar social, considerando-se os recursos ambientais como bens indivisíveis, que devem ser acessíveis a todos, importando, o seu dano irreversível, na inviabilidade do exercício dos direitos constitucionalmente garantidos;

IV – a coletividade deve ter acesso à informação ambiental, para propiciar sua participação no processo de tomada de decisões, devendo ser capacitada para o fortalecimento de uma consciência crítica e inovadora, voltada para a preservação, conservação e recuperação ambiental, de modo a possibilitar o exercício pleno da cidadania;

V – os custos das medidas de proteção ao meio ambiente devem ser assumidos pelo usuário, sendo a ele também imputado o ônus decorrente do uso dos recursos naturais e/ou da degradação ambiental por ele promovida, visando à reposição,

no caso de flora, ao ressarcimento, à prevenção e à racionalização do uso desses recursos;

VI – os usuários dos recursos naturais deverão otimizar o uso das matérias-primas e fontes de energia, adotando mecanismos de redução, reutilização e reciclagem dos materiais de modo a evitar o desperdício destes recursos, cabendo ao Poder Público

a instituição de mecanismos de incentivo à adoção dessas práticas.

VII – o direito ao ambiente saudável inclui todas as facetas ambientais, de forma a contemplar, de maneira mais ampla possível, a tutela do meio ambiente natural, cultural, urbano e do trabalho.

CAPITULO II

Das Diretrizes

Art. 2º - São diretrizes para a proteção e melhoria da qualidade ambiental no Estado:

I - o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas, tecnologias e ações orientadas para o uso sustentável dos recursos ambientais, da minimização, reciclagem e reuso de resíduos e materiais, bem como à implantação de instalações que a elas se dedicam;

II - o incentivo à realização de atividades conjuntas pelos órgãos estaduais e municipais para a elevação da qualidade ambiental, prevenção e controle de sua degradação, respeitadas as diferenças e as peculiaridades locais;

III - a formação de uma consciência pública voltada para a necessidade de melhoria e proteção da qualidade ambiental;

IV - a orientação do processo de ordenamento territorial, respeitando as formas tradicionais de organização social, as formas de organização dos povos indígenas, bem como as áreas de interesse ambiental e a necessidade de racionalização do uso dos recursos naturais;

V - a incorporação da dimensão ambiental nas políticas, planos, programas, projetos e atos da administração pública;

VI - a integração e a articulação entre os diversos níveis de governo de modo a garantir a eficiência, economicidade, agilidade e qualidade dos serviços ambientais prestados à população e a harmonia das ações setoriais;

VII - a adoção de mecanismos de autocontrole pelos empreendimentos ou atividades com potencial de impacto, como forma de compartilhar a gestão ambiental com o Poder Público ;

VIII - a adoção da bacia hidrográfica, bem como de outras unidades geoambientais relevantes, como unidade física de planejamento;

IX - a promoção de programas sistemáticos de educação ambiental, em caráter formal e informal, e de meios de conscientização pública, visando a proteção do

meio ambiente.

CAPÍTULO III

Das Definições

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - **meio ambiente**: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, sócio-econômicas e culturais que permitem, abrigam e

regem a vida em todas as suas formas;

II - **recursos ambientais**: os recursos naturais como o ar e a atmosfera, o clima, o solo e subsolo; as águas interiores e costeiras, superficiais e subterrâneas, os estuários e o mar territorial; a paisagem, a fauna, a flora, bem como o patrimônio histórico-cultural e outros fatores condicionantes da salubridade física e psicossocial da população;

III - **degradação ambiental**: alteração adversa das características do meio ambiente, resultante de atividades que, direta ou indiretamente:

a) causem prejuízos à saúde, à segurança e ao bem estar da população;

b) causem danos aos recursos ambientais e aos materiais;

c) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

d) afetem as condições estéticas, de imagem urbana, de paisagem, ou sanitárias do meio ambiente;

e) infrinjam normas e padrões ambientais estabelecidos;

IV - **fonte degradante**: toda e qualquer atividade, processo, operação ou dispositivo, móvel ou não, que induza, produza ou possa produzir a degradação do ambiente;

V - **degradador**: a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

VI - **poluição**: degradação ambiental provocada pelo lançamento, liberação ou disposição de qualquer forma de matéria ou energia nas águas, no ar, no solo ou no subsolo;

VII – **poluente**: toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause ou possa causar a poluição do meio ambiente;

VIII – **poluidor**: qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de poluição.

TÍTULO II

DO SISTEMA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS

Art. 4º - Fica instituído o Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais - SEARA, destinado a promover, dentro da política de desenvolvimento

integral do Estado, a conservação, preservação, defesa e melhoria do meio ambiente.

Art. 5º - O Sistema de Administração dos Recursos Ambientais - SEARA compõe-se de:

I - **Órgão Central:** Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC;

II - **Órgão Superior:** Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM, conselho de caráter consultivo, normativo, deliberativo e recursal;

III - **Órgão Coordenador, Executor e Secretaria Executiva do CEPRAM:** Centro de Recursos Ambientais - CRA, com a competência de coordenar e executar a

Política Estadual de Meio Ambiente, integrando as atividades do poder público e da

iniciativa privada, visando a preservação e a conservação ambiental, com vistas à garantia da melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável do Estado;

IV - **Órgãos Executores:** são os órgãos da administração estadual que executam a política ambiental e que detêm o poder de polícia administrativa, no que

concerne ao controle, disciplina e fiscalização das atividades modificadoras do meio

ambiente e da saúde humana, dentro das suas respectivas esferas de competência;

V - **Órgãos Setoriais:** são todos os órgãos centralizados e entidades descentralizadas da administração estadual, responsáveis pelo planejamento, aprovação,

execução, coordenação ou implementação de políticas, planos, programas e projetos,

total ou parcialmente associados ao uso dos recursos naturais ou à conservação, defesa

e melhoria do ambiente;

VI - **Órgãos Locais:** são os órgãos do Poder Público Municipal responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades efetiva ou potencialmente causadoras de

impacto ambiental, dentro do seu âmbito de competência e jurisdição;

VII - **Colaboradores:** são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, assim definidas em legislação específica, bem como as demais organizações da

sociedade civil que desenvolvam ou possam desenvolver ações na área ambiental.

Art. 6º - A Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC, na condição de Órgão Central do SEARA, tem por finalidade planejar e supervisionar a

execução da política ambiental do Estado, presidir o Conselho Estadual de Meio Ambiente e promover a publicação e a divulgação dos atos do CEPRAM.

Art. 7º - O Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM, criado pela Lei nº 3.163, de 04 de outubro de 1973, órgão consultivo, normativo, deliberativo e recursal

do SEARA, tem por finalidade deliberar sobre diretrizes, políticas, normas e padrões para a preservação e conservação dos recursos naturais, competindo-lhe, dentre outras atribuições, a serem definidas em regulamento:

- I - formular, acompanhar e avaliar a política estadual de meio ambiente e sua execução, promovendo as medidas necessárias à sua atualização e eficácia;
- II - apreciar o Plano Estadual de Meio Ambiente, a ser encaminhado ao Governador do Estado para aprovação pelo Poder Legislativo;
- III - estabelecer as diretrizes, normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais;
- IV - estabelecer normas, diretrizes e critérios para o licenciamento e para a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental e demais estudos ambientais;
- V - estabelecer sistemas e procedimentos para o autocontrole ambiental;
- VI - exercer o poder de polícia preventivo e corretivo inerente à defesa, conservação, preservação e melhoria do ambiente;
- VII - expedir licença para localização de empreendimentos ou atividades efetiva ou potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, podendo delegar ao CRA este licenciamento, na forma do disposto em Regulamento;
- VIII - expedir as licenças de implantação ou de operação, quando se tratar da primeira licença solicitada por fonte degradante irregularmente instalada ou não sujeita ao licenciamento ambiental pela legislação anterior a esta Lei e normas dela decorrentes;
- IX - avocar, quando julgar necessário e nos termos do regulamento desta Lei, processos de licenciamento e de autorização ambiental, para apreciação e deliberação, bem como manifestar-se nos processos de licenciamento e autorização encaminhados pelo CRA;
- X - aprovar os Termos de Referência para a realização do Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EIA;
- XI - manifestar-se, conforme dispuser o regulamento, sobre os planos, programas, políticas e projetos dos órgãos executores e dos órgãos setoriais que interfiram na conservação, defesa e melhoria do ambiente;
- XII - estabelecer, em colaboração com os órgãos executores, setoriais e locais, a uniformização de procedimentos e fluxos de documentos e aprovações, com vistas à racionalização e agilização da administração ambiental do Estado;
- XIII - estabelecer normas relativas aos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, instituídos pelo Estado, bem como aprovar o zoneamento econômicoecológico do Estado, das Áreas de Proteção Ambiental e os planos de manejo das demais unidades de conservação;
- XIV - impor as penalidades de interdição e embargo definitivos, de demolição e de destruição ou inutilização de produto;

- XV - determinar a relocação de atividades e/ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente degradadores, quando localizados em desconformidade com os critérios estabelecidos para áreas zoneadas;
- XVI - decidir, como última instância administrativa, em grau de recurso, sobre o licenciamento ambiental e sobre as penalidades administrativas impostas pelo CRA;
- XVII - atribuir, através de convênios, aos órgãos do SEARA, a execução de atividades previstas nesta Lei e normas dela decorrentes;
- XVIII - criar ou extinguir câmaras técnicas e grupos de trabalho;
- XIX - elaborar seu regimento interno.
- § 1º** - O CEPRAM tem a seguinte composição:
- I - Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia, que o presidirá;
 - II - Secretário da Infra-Estrutura;
 - III - Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária;
 - IV - Secretário da Indústria, Comércio e Mineração;
 - V - Secretário da Saúde;
 - VI - (05) cinco representantes de diferentes entidades ambientalistas, legalmente constituídas há mais de um ano, registradas no Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas e com atuação em todo o Estado, cujo objetivo estatutário seja a proteção do meio ambiente, indicados, cada um, em lista tríplice, elaborada em Assembléia Geral conjunta, especialmente convocada com tal finalidade;
 - VII - um representante da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB;
 - VIII - um representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Bahia;
 - IX - um representante da Federação dos Agricultores do Estado da Bahia;
 - X - um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia - FETAG;
 - XI - um representante de categorias profissionais com atuação na área ambiental, a ser escolhido diretamente pelo Governador do Estado, consultadas as entidades profissionais representativas;
- § 2º** - O Governador do Estado nomeará os membros titulares e suplentes do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM, cabendo-lhe escolher os representantes referidos nos incisos VI, deste artigo, dentre os integrantes de cada uma das listas tríplexes organizadas pelas entidades.
- § 3º** - O período de mandato de qualquer dos membros titulares e suplentes, referidos nos incisos VI a XI, não excederá ao do Governador do Estado que os nomear.
- § 4º** - Os membros do CEPRAM deverão manter conduta adequada à natureza técnica do colegiado, segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa fé,

vedada, em qualquer hipótese, a utilização da sua condição para fins de promoção pessoal.

§ 5º- Participará das sessões do CEPRAM um representante da Procuradoria Geral do Estado, sem direito a voto.

§ 6º- A estrutura do CEPRAM compreende a Presidência , o Colegiado e a Secretaria Executiva, cujas atividades e funcionamento serão definidos no seu Regimento

Interno, aprovado em resolução homologada pelo Governador.

§ 7º- A Secretaria Executiva do CEPRAM será exercida pelo Centro de Recursos Ambientais – CRA.

§ 8º- Aos membros do CEPRAM, representantes de entidades sediadas no interior, será assegurada uma indenização de despesa de deslocamento para o comparecimento às reuniões constantes no calendário ou de convocação extraordinária, na forma como dispuser seu Regimento.

Art. 8º- Ao Centro de Recursos Ambientais - CRA, órgão Coordenador e Executor do SEARA e Secretaria Executiva do CEPRAM, compete, dentre outras atribuições estabelecidas em regulamento:

I - coordenar a execução da política estadual de administração dos recursos ambientais;

II - elaborar, em articulação com a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, o Plano Estadual de Meio Ambiente a ser incorporado ao Plano Plurianual do Estado;

III - propor ao CEPRAM o estabelecimento de normas para conservação, defesa e melhoria do meio ambiente;

IV - propor ao CEPRAM normas e critérios para o licenciamento ambiental e para a exigência e elaboração de estudo prévio de impacto ambiental e demais estudos ambientais;

V - emitir parecer, com base em análise prévia de projetos específicos e laudos técnicos, para concessão das licenças de competência do CEPRAM, dos processos que este avocar, ou daqueles que lhe forem submetidos;

VI - conceder autorizações, anuências prévias, manifestação prévia e licenças ambientais de empreendimentos ou atividades efetiva ou potencialmente causadoras de impactos ambientais, excetuados os casos de competência do CEPRAM;

VII - submeter ao CEPRAM, quando for o caso, processos de licenciamento que não se enquadrem no disposto nos incisos VII e VIII, do art. 7º, desta Lei;

VIII - exercer o poder de polícia administrativa, preventiva ou corretiva, no que concerne ao controle, disciplina e fiscalização das atividades efetiva ou potencialmente degradadoras;

IX - manter sistema de informação relativo ao meio ambiente, bem como sobre as fontes, causas e níveis da poluição e degradação ambiental;

X - assessorar o CEPRAM na regulamentação de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

XI - administrar os espaços territoriais especialmente protegidos que lhe

forem atribuídos, expedindo as licenças, autorizações ou anuências prévias para execução de obras ou atividades em seu interior ou áreas circundantes, conforme disciplinado em Regulamento;

XII - exercer a gestão do Fundo de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA;

XIII- aplicar as penalidades administrativas de advertência, multa simples ou diária, apreensão, embargo e interdição temporários, na forma prevista em regulamento;

XIV- emitir certidão relativa ao cumprimento das obrigações da legislação ambiental;

XV - promover e estimular a celebração de convênios e acordos entre entidades públicas, privadas e organizações não governamentais, nacionais e estrangeiras, tendo em vista a articulação e otimização do SEARA.

Art. 9º - Compete aos Órgãos Executores, sem prejuízo das competências previstas em suas respectivas leis de criação:

I - executar a política estadual de administração dos recursos ambientais, através dos planos, programas, projetos e atividades, e participar de seu processo de

revisão e atualização;

II - exercer o poder de polícia administrativa e dar cumprimento a esta Lei e normas dela decorrentes, em sua esfera de competência;

III - realizar as análises técnicas de impactos ambientais para o licenciamento, pelo CEPRAM ou pelo CRA, de empreendimentos ou atividades que se

enquadrem em sua esfera de competência;

IV - realizar inventários de recursos naturais e outros estudos em seu âmbito de atuação;

V - propor ao CEPRAM, através do CRA, o estabelecimento de normas necessárias à execução da Política Ambiental do Estado;

VI – fornecer dados para o Sistema Estadual de Informações Ambientais - SEIA, oriundos de estudos e projetos em sua área de atuação;

VII - promover e estimular a celebração de convênios e acordos entre entidades públicas, privadas e organizações não governamentais, nacionais e estrangeiras, tendo em vista a articulação e otimização do SEARA.

Art. 10 - Compete aos órgãos Setoriais:

I - contribuir para a execução da política estadual de administração dos recursos ambientais, através dos planos, programas, projetos e atividades, realização de

inventários de recursos naturais e outros estudos de sua esfera de competência, que

tenham repercussão no ambiente;

II - promover a incorporação dos aspectos ambientais em seus planos, políticas, programas e projetos, identificando as consequências ambientais a eles associadas;

III - implantar e manter a Comissão Técnica de Garantia Ambiental - CTGA, que se articulará permanentemente com os órgãos executores do SEARA;

IV - realizar as análises técnicas preliminares de impactos ambientais para o

licenciamento, pelo CRA ou pelo CEPRAM, de empreendimentos ou atividades de sua responsabilidade ou da responsabilidade de terceiros que envolvam matéria de sua competência;

V - propor ao CEPRAM, através do CRA, o estabelecimento de normas necessárias à execução da Política Ambiental do Estado em sua área de atuação;

VI – fornecer dados para o Sistema Estadual de Informações Ambientais - SEIA, oriundos de estudos e projetos em sua área de atuação.

Art. 11 - Caberá aos Órgãos Locais executar as atividades de licenciamento e fiscalização das atividades efetiva ou potencialmente degradadoras com impacto direto

ambiental local, nos termos do disposto na legislação federal pertinente, ou das atividades

com impacto que extrapole o território municipal mediante celebração de convênio com o

CRA, observadas as exigências e condições estabelecidas em regulamento.

Art. 12 - Compete aos Órgãos Colaboradores o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de

turismo ecológico e, mediante instrumento a ser firmado com o Estado, o monitoramento,

manutenção, vigilância e outras atividades de gestão de unidades de conservação.

Art. 13 - Os órgãos executores, setoriais e locais, deverão garantir o acesso da comunidade às informações sobre as fontes e causas da degradação ambiental, bem

como informar à população a qualidade do meio ambiente, os níveis de poluição, a presença de substâncias e condições potencialmente danosas à saúde nos alimentos,

água, ar e solo e as situações de riscos de acidente.

Art. 14 - Os órgãos integrantes do SEARA poderão firmar acordos, contratos ou convênios, com a finalidade de apoiar, técnica ou financeiramente, a execução do Plano Estadual de Meio Ambiente.

TÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS

CAPÍTULO I

Dos Instrumentos da Política

Art. 15 - São instrumentos da Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais:

I - Plano Estadual de Meio Ambiente;

II - Sistema Estadual de Informações Ambientais;

III - Educação Ambiental;

IV - Zoneamento Ambiental;

V - Criação de Espaços Especialmente Protegidos;

VI - Avaliação da qualidade ambiental;

VII - Normas e padrões de emissão e de qualidade ambiental;

VIII - Avaliação de impacto ambiental;

IX - Licenciamento ambiental;

X - Autocontrole ambiental;

XI - Fiscalização e penalidades.

Seção I

Do Plano Estadual de Meio Ambiente

Art. 16 - O Plano Estadual de Meio Ambiente será elaborado em consonância com os princípios e as diretrizes da Política Estadual de Administração dos

Recursos Ambientais e incorporado ao Plano Plurianual do Estado.

Art. 17 - Do Plano Estadual de Meio Ambiente deverão constar, dentre outros, os seguintes elementos:

I - objetivos, metas e diretrizes gerais visando o aperfeiçoamento do sistema de planejamento estadual e inter-regional de recursos ambientais, bem como a integração

de planos setoriais;

II - identificação das áreas prioritárias de atuação;

III - programas anuais e plurianuais de preservação, recuperação, restauração, conservação, proteção e utilização dos recursos ambientais;

IV - identificação das instituições públicas e privadas responsáveis por sua execução;

V - previsão de custos, forma de aplicação e respectivas fontes de recursos;

VI - programas destinados à capacitação profissional e às campanhas educativas, visando formar e conscientizar a sociedade para a utilização dos recursos

ambientais do Estado.

Art. 18 - Os recursos financeiros para a execução do Plano Estadual de Meio Ambiente serão provenientes dos orçamentos dos órgãos da Administração Pública

Estadual, direta e indireta, do FERFA e de órgãos de outras esferas da administração

pública, podendo contar, dentre outros recursos, com doações e com a cooperação da

iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais.

Seção II

Do Sistema Estadual de Informações Ambientais

Art. 19 - Fica criado o Sistema Estadual de Informações Ambientais - SEIA, a ser gerido pelo CRA, de forma compartilhada com os demais órgãos executores e com

os órgãos setoriais do SEARA, tendo por objetivo oferecer à comunidade amplo acesso

às informações sobre a qualidade do meio ambiente, o uso dos recursos naturais, as

fontes degradadoras, a presença de substâncias potencialmente danosas à saúde nos

alimentos, na água, no ar e no solo, e as situações de riscos de acidente.

§ 1º - O sistema a que se refere este artigo será alimentado com dados e informações produzidos pelos órgãos executores e pelos órgãos setoriais do SEARA, bem como com informações disponíveis em outros órgãos da administração federal, estadual e municipal, em organizações não governamentais, além dos dados gerados pelas empresas através do automonitoramento das atividades efetiva ou potencialmente degradadoras, após verificação e validação.

§ 2º - A disponibilização dos dados e informações do SEIA será de responsabilidade do CRA, respeitado o sigilo industrial, assim demonstrado e comprovado pelos interessados.

Seção III

Da Educação Ambiental

Art. 20 - A educação ambiental é um direito de todos, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos do art. 214, da Constituição Estadual, definir políticas públicas que incorporem a temática ambiental, estabelecer programas sistemáticos de educação ambiental em todos os níveis de ensino e nos meios de comunicação de massa e promover a participação dos diversos setores da sociedade na

construção, recuperação e melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente;

II - aos órgãos integrantes do Sistema Estadual Ambiental – SEARA promover ações de educação ambiental integradas aos programas de desenvolvimento

sustentável, incluindo a preservação, conservação, recuperação e melhoria do ambiente

de vida;

III - às unidades escolares promover a educação ambiental de forma integrada e transversal aos programas educacionais que desenvolvem;

IV - aos meios de comunicação de massa colaborar com os interesses de todos os setores da sociedade, tornando-se um canal privilegiado de educação, disseminando informações ambientais e estimulando a transmissão de programas e

experiências educativas sobre o meio ambiente;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas promover programas sistemáticos de capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e

o controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como as repercussões do processo

educativo no meio ambiente;

VI - às universidades estaduais promover o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação de núcleos interdisciplinares voltados para a

questão ambiental;

VII - à sociedade, como um todo, garantir a formação de atitudes, valores e

habilidades que propiciem posturas individuais e coletivas voltadas para a identificação e solução dos problemas ambientais como parte do exercício da cidadania.

Seção IV

Do Zoneamento Ambiental

Art. 21 - O Zoneamento Ambiental, elaborado pelo Poder Público Estadual e Municipal, nos respectivos âmbitos de competência, com a necessária participação da sociedade civil, tem por objetivo harmonizar as políticas públicas com a política ambiental, orientando o desenvolvimento sócio-econômico de modo a garantir a qualidade ambiental e a distribuição dos benefícios sociais.

Parágrafo único - O Zoneamento Ambiental deverá levar em conta os seguintes aspectos:

- I - a compatibilização do uso do solo, considerando a necessidade de preservação e conservação dos recursos naturais, e do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arqueológico, com as demandas das atividades sócio-econômicas;
- II - a consideração das potencialidades e das limitações ambientais, visando a compatibilização do uso e ocupação do solo, a nível local, com o planejamento regional;
- III - a recuperação de áreas degradadas e a proteção de áreas ameaçadas de degradação.

Seção V

Da Criação e Implantação dos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos

Art. 22 - Ao Estado e aos Municípios compete instituir, implantar e administrar, na forma da legislação ambiental pertinente, espaços territoriais e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais a serem protegidos, com vistas a manter e utilizar racionalmente o patrimônio biofísico e cultural de seu território, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

§ 1º - O Poder Executivo deverá destinar os recursos específicos que se fizerem necessários para a implantação e gestão dos espaços territoriais especialmente protegidos.

§ 2º - O Estado adotará formas de incentivos e estímulos para promover a constituição voluntária de áreas protegidas de domínio privado.

Art. 23 - Os objetivos que justificam a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, envolvendo o ambiente natural e/ou o patrimônio históricocultural, são de caráter científico, educacional ou turístico, destacando-se:

- I - preservação do patrimônio genético e conservação de amostras de ecossistemas em estado natural;
- II - proteção de espécies raras em perigo ou ameaçadas de extinção;
- III - proteção de mananciais para conservação da sua produção hídrica;
- IV - criação de espaços para atividades educacionais, turísticas e recreativas;
- V - proteção de locais de herança cultural, histórica, geológica, arqueológica, espeleológica e paleontológica;
- VI - proteção de belezas cênicas;
- VII - estudos e pesquisas científicas para divulgação do conhecimento sobre a dinâmica dos ecossistemas e dos recursos naturais;
- VIII - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados.

Art. 24 - As áreas de proteção de mananciais deverão ser declaradas, delimitadas pelo Poder Público e ter o seu disciplinamento do uso e ocupação do solo.

Sub-Seção I

Das Áreas de Proteção Ambiental

Art. 25 - As APAs serão criadas por ato do Poder Público Estadual, em área urbana ou rural, de domínio público ou privado.

§ 1º - O ato que declarar a Área de Proteção Ambiental mencionará a sua denominação, limites geográficos, restrições de uso e principais objetivos.

§ 2º - Em cada Área de Proteção Ambiental, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Público estabelecerá zoneamento ecológico-econômico, disciplinando o uso dos recursos naturais

e o uso e ocupação do solo, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, econômicas, culturais e outras.

Art. 26 - Nenhuma atividade considerada efetiva ou potencialmente degradadora poderá ser implantada em Área de Proteção Ambiental - APA, sem a Anuência Prévia de sua entidade gestora.

Art. 27 - A participação da comunidade na gestão da APA dar-se-á através da criação de um Conselho Gestor ou do estabelecimento de convênio do órgão gestor da

APA com entidades locais e órgãos colaboradores do SEARA, com o objetivo, dentre

outros, de promover ações de vigilância, monitoramento, educação ambiental, realização

de estudos, projetos e orientação à população quanto ao cumprimento do zoneamento

ecológico-econômico.

Seção VI

Das Normas e padrões de emissão e de qualidade ambiental

Art. 28 - Ficam proibidos o lançamento, a liberação e a disposição de poluentes no ar, no solo, no subsolo e nas águas, interiores ou costeiras, superficiais ou subterrâneas, ou no mar territorial, bem como qualquer outra forma de degradação

ambiental.

§ 1º - O exercício de atividades impactantes, bem como o lançamento ou liberação de matéria ou energia no ambiente, deverão atender ao disposto nesta Lei e em

suas normas regulamentares.

§ 2º - As fontes degradantes do ambiente ficam obrigadas a possuir equipamentos ou sistemas de controle da degradação ambiental e a adotar medidas de

segurança para evitar os riscos ou a efetiva degradação do meio ambiente e outros

efeitos indesejáveis ao bem estar dos trabalhadores e da comunidade.

Art. 29 - O órgão ambiental competente adotará medidas de emergência visando a reduzir ou impedir quaisquer atividades, em casos de grave e iminente risco

para as vidas humanas e para os recursos ambientais.

Art. 30 - As empresas instaladas ou que venham a se instalar no Estado são responsáveis pelo acondicionamento, estocagem, transporte, tratamento e disposição

final de seus resíduos, respondendo pelos danos que estes causem ou possam causar ao

meio ambiente, mesmo após sua transferência a terceiros.

§ 1º - A responsabilidade do gerador não exime a do transportador e do receptor do resíduo pelos incidentes que causem degradação ambiental ocorridos, respectivamente, durante o transporte ou em suas instalações.

§ 2º - A responsabilidade administrativa do gerador pelos incidentes ocorridos nas instalações de tratamento, recuperação, reciclagem ou disposição dos

resíduos somente cessará nos casos em que a transferência dos resíduos, àqueles

terceiros, tenha sido previamente autorizada pelo órgão coordenador do SEARA e realizada na forma e condições pré-estabelecidas.

Art. 31 - As indústrias produtoras, montadoras ou manipuladoras, bem como os importadores, serão responsáveis, na forma do disposto no regulamento desta Lei,

pela destinação final das embalagens e de seus produtos pós-consumo, quando comprovadamente perigosos, destinando-os à reutilização, reciclagem ou inutilização,

obedecidas as normas legais vigentes.

Seção VII

Da Avaliação de Impacto Ambiental

Art. 32 - As obras, atividades e empreendimentos, públicos ou privados, bem como planos, programas, projetos e políticas públicas setoriais, suscetíveis de

causar impacto no meio ambiente, devem ser objeto de avaliação de impactos ambientais.

Art. 33 - O licenciamento ou autorização de obras, atividades e

empreendimentos suscetíveis de causar impacto no meio ambiente deve ser instruído

com a realização de Estudos Ambientais.

Parágrafo único - Consideram-se Estudos Ambientais todos aqueles apresentados como subsídio para a análise de licença ou autorização requerida, tais

como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental

preliminar, estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental, diagnóstico

ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

Art. 34 - A licença ambiental para empreendimentos e atividades considerados efetiva ou potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de

impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade.

Parágrafo único - Quando a atividade ou empreendimento não for potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente serão definidos

pelo órgão Coordenador do SEARA outros Estudos Ambientais necessários à informação

e instrução do processo de licenciamento.

Art. 35 - A avaliação de impacto ambiental dos planos, programas, projetos e políticas públicas setoriais, bem como a realização de Audiências Públicas para sua

discussão far-se-ão na forma do disposto nas normas regulamentares desta Lei.

Art. 36 - Nos casos e condições estabelecidos em regulamento, serão realizadas audiências prévias para a definição do Termo de Referência e audiências

públicas para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo

Relatório de Impacto Ambiental.

Parágrafo único - Poderão ainda ser realizadas audiências públicas para informação e discussão sobre o licenciamento objeto de outros Estudos Ambientais.

Art. 37 - Quando a localização ou natureza dos projetos a serem licenciados assim o recomendarem, e na forma a ser disciplinada em regulamento, os Estudos Ambientais deverão contemplar, dentre outros aspectos, os impactos cumulativos da

implantação e operação de várias atividades e empreendimentos em uma bacia hidrográfica, segmento dela ou região, prevendo condicionantes e medidas mitigadoras

ou compensatórias a serem adotadas conjuntamente por todas as atividades e empreendimentos envolvidos.

§ 1º - As condicionantes e medidas mitigadoras ou compensatórias, de que

trata este artigo, poderão ser exigidas tanto dos empreendimentos em processo de licenciamento como daqueles já existentes, levando em conta, ainda, o potencial de instalação de novos empreendimentos no local.

§ 2º - No caso de atividades regularmente existentes, as novas condicionantes, bem como as medidas mitigadoras ou compensatórias serão incorporadas às exigências quando da renovação da Licença de Operação ou antes, mediante acordo com os responsáveis pelo empreendimento, sem prejuízo do disposto no art. 43, desta Lei.

§ 3º - Para o estabelecimento das condicionantes e exigências de que trata o parágrafo anterior deverão ser considerados, dentre outros aspectos, as medidas mitigadoras e compensatórias já adotadas quando de seu licenciamento ambiental, seus resultados, o impacto da atividade sobre o meio ambiente, o cumprimento das normas e exigências ambientais e a viabilidade técnica e econômica de seu cumprimento, objetivando a distribuição eqüitativa dos ônus e obrigações ambientais.

Seção VIII

Das Licenças e Autorizações Ambientais

Art. 38 - A localização, implantação, alteração e operação de empreendimentos, obras, atividades e serviços utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento, autorização do órgão ambiental competente, na forma do disposto no regulamento e normas decorrentes desta Lei.

Art. 39 - O órgão ambiental competente expedirá as seguintes licenças:

- I - Licença de Localização (LL): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
- II - Licença de Implantação (LI): concedida para a implantação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionamentos;
- III - Licença de Operação (LO): concedida para a operação da atividade ou

empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das exigências constantes

das licenças anteriores e estabelecimento das condições e procedimentos a serem

observados para essa operação;

IV - Licença para Alteração (LA): concedida para a ampliação ou modificação de empreendimento, atividade ou processo regularmente existentes.

Art. 40 - Será expedida Autorização Ambiental para a realização ou operação de empreendimentos, atividades e serviços de caráter temporário ou para a

execução de obras que não impliquem em instalações permanentes, nos casos e situações definidos em regulamento.

Art. 41 - As normas regulamentares desta Lei poderão definir procedimentos especiais para o licenciamento ambiental, de acordo com a localização, natureza, porte e

características da obra ou atividade, prevendo, dentre outros:

I - procedimentos simplificados, para empreendimentos e atividades de pequeno potencial degradador, conforme definido no regulamento desta Lei.

II - expedição isolada ou sucessiva das licenças, podendo ser concedida uma única licença com os efeitos de localização, de implantação e de operação;

III - expedição de licenças conjuntas para empreendimentos similares, vizinhos ou integrantes de pólos industriais, agrícolas, projetos urbanísticos ou planos de

desenvolvimento já aprovados pelo órgão governamental competente, desde que definida

a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades;

IV - critérios para agilizar e simplificar os procedimentos para concessão da licença de alteração e renovação da licença de operação das atividades e empreendimentos que implementem planos e programas voluntários de gestão ambiental,

visando a melhoria contínua e o aprimoramento do desempenho ambiental.

Art. 42 - As licenças e autorizações de que trata esta Lei serão concedidas com base em análise prévia de projetos específicos e levarão em conta os objetivos,

critérios e normas para conservação, preservação, defesa e melhoria do ambiente, os

possíveis impactos cumulativos e as diretrizes de planejamento e ordenamento territorial

do Estado.

Art. 43 - As autorizações e as licenças de localização, de implantação, de operação e de alteração serão expedidas por prazo determinado, considerando a natureza da atividade ou empreendimento.

Art. 44 - O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a

expedição da Licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Art. 45 - Deverá ser dada publicidade aos pedidos e concessões das licenças e autorizações ambientais, correndo as despesas por conta do interessado.

Seção IX

Do Autocontrole Ambiental

Art. 46 - As instituições públicas ou privadas, utilizadoras de recursos ambientais ou consideradas efetiva ou potencialmente degradadoras, deverão adotar o

autocontrole ambiental, através de práticas e mecanismos que minimizem, controlem e

monitorem os impactos da atividade e adotem práticas que visem a melhoria contínua de

seu desempenho ambiental, incluindo o ambiente de trabalho, como forma de compartilhar a gestão ambiental com o Poder Público.

§ 1º - Para a implementação do autocontrole ambiental deverá ser constituída, nas instituições públicas e privadas definidas no regulamento desta Lei, a

Comissão Técnica de Garantia Ambiental – CTGA, que tem por objetivo coordenar,

executar, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre os planos, programas, projetos e

atividades potencialmente degradadoras desenvolvidos no âmbito de sua atividade.

§ 2º - A CTGA encaminhará periodicamente ao CRA relatórios de seu trabalho, conforme disposto em regulamento.

§ 3º - As atividades efetiva ou potencialmente degradadoras sujeitas à obtenção da licença de operação ficam obrigadas a apresentar ao CRA, para sua aprovação e acompanhamento, o Programa de Automonitoragem Ambiental da Empresa.

§ 4º - As atividades efetiva ou potencialmente degradadoras, listadas nas normas decorrentes desta Lei, ficam obrigadas a elaborar e apresentar ao CRA, para

análise, a auto-avaliação para o licenciamento ambiental - ALA, como parte integrante do

processo de renovação ou alteração do licenciamento da atividade.

Seção X

Das infrações e imposição de penalidades

Art. 47 - Sem prejuízo das sanções penais e civis, aos infratores das disposições desta Lei e normas dela decorrentes serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 01 a 1.250.000 vezes o valor nominal da Unidade Padrão Fiscal do Estado (UPF/BA), ou outro índice que vier a substituí-lo, à data de seu pagamento;

III - apreensão de equipamentos, instrumentos, produtos, apetrechos,

veículos e máquinas;

IV - interdição temporária ou definitiva;

V - embargo temporário ou definitivo;

VI - demolição;

VII- destruição ou inutilização do produto;

VIII- perda ou restrição de benefícios e incentivos fiscais e linhas de crédito em estabelecimentos oficiais de crédito do Estado.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo poderão ser impostas isoladas ou cumulativamente.

§ 2º - Caso o infrator venha a cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações de natureza diferente, poderão ser-lhe aplicadas, cumulativamente, as sanções

a elas correspondentes.

Art. 48 - A multa simples poderá ser convertida na prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, quando o infrator

for pessoa física ou jurídica financeiramente hipossuficiente.

Art. 49 - Nos casos de infração continuada, poderá ser aplicada multa diária de 01 a 500 vezes o valor nominal da UPF/BA.

Parágrafo único - A multa diária será devida até que o infrator adote medidas eficazes para a cessação das irregularidades constatadas ou dos efeitos da ação

prejudicial, podendo ser suspensa, a critério da autoridade competente, nos casos previstos no regulamento.

Art. 50 - Para gradação e aplicação das penalidades previstas nesta Lei serão observados os seguintes critérios:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista suas conseqüências para o meio ambiente;

III - os antecedentes do infrator;

IV - o porte do empreendimento;

V - grau de compreensão e escolaridade do infrator.

Art. 51 - Nos casos de reincidência, a multa será aplicada pelo equivalente ao dobro da multa correspondente à infração cometida.

§ 1º - Constitui reincidência a prática de nova infração da mesma natureza.

§ 2º - Não será considerada reincidência se, entre a infração cometida e a anterior houver decorrido o prazo de 3 anos.

Art. 52 - Responderá pela infração quem, de qualquer modo, a cometer, contribuir para sua prática ou dela se beneficiar.

Parágrafo único - Quando a infração for cometida por menores ou incapazes, responderá quem for juridicamente responsável pelos mesmos.

Art 53 - O infrator será o único responsável pelas conseqüências da aplicação das penalidades previstas nesta Lei, não cabendo aos órgãos executores

ambientais qualquer pagamento ou indenização.

Parágrafo único - Todos os custos e despesas decorrentes da aplicação das penalidades correrão por conta do infrator.

Art. 54 - No exercício da ação fiscalizadora, ficam assegurados aos agentes credenciados a entrada, a qualquer dia ou hora, e a permanência pelo tempo que se

tornar necessário, em instalações públicas ou privadas.

Parágrafo único - No caso de resistência, a execução da fiscalização e a imposição das penalidades previstas nesta Lei serão efetuadas com a requisição de força policial.

Art. 55 - Poderão os órgãos executores do SEARA celebrar Termo de Compromisso com os responsáveis pelas fontes de degradação ambiental visando a

adoção das medidas específicas para fazer cessar ou corrigir as irregularidades constatadas.

Parágrafo único - O Termo de Compromisso terá efeito de título executivo extrajudicial e deverá conter, obrigatoriamente, a descrição de seu objeto, as medidas a

serem adotadas, o cronograma físico estabelecido para o cumprimento das obrigações e

as multas a serem impostas, no caso de inadimplência.

Art. 56 - Nos casos e situações mencionadas no regulamento desta Lei, a assinatura do Termo de Compromisso poderá implicar na suspensão da penalidade imposta.

Parágrafo único - Quando se tratar da imposição de penalidade de multa e cumpridas todas as obrigações assumidas pelo infrator, nos prazos estabelecidos, a multa

poderá ter redução de até 50% do seu valor.

Art. 57 - É assegurado o direito de recurso, contra a aplicação das penalidades previstas nesta Lei, na forma como dispuser o regulamento.

Parágrafo único - Os recursos, que não terão efeito suspensivo, somente serão conhecidos quando acompanhados, no caso de multa, da cópia autêntica da guia

de recolhimento ou fiança bancária.

Art. 58 - O pagamento das multas previstas nesta Lei poderá ser parcelado, na forma prevista em regulamento.

Art. 59 - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas nesta Lei, é o degradador obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar e/ou reparar

os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

Art. 60 - Sem prejuízo das penalidades aplicáveis poderá o órgão coordenador do SEARA determinar a redução das atividades geradoras de degradação

ambiental, a fim de que as mesmas se enquadrem nas condições e limites estipulados na

Autorização ou Licença Ambiental concedidas.

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

CAPÍTULO I

DA CONCESSÃO DE INCENTIVOS

Art. 61 - A concessão de incentivos governamentais de qualquer natureza, bem como a participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de

crédito para implantação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos

ambientais, considerados efetiva ou potencialmente degradadores, ficam condicionados à

apresentação da licença ou autorização ambiental acompanhada de certidão de cumprimento de seus condicionantes, bem como das prescrições desta Lei e normas dela decorrentes.

Art. 62 - As instituições ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, que promovam ações complementares às obrigatórias, em consonância com

os objetivos, princípios, fundamentos e diretrizes desta Lei, ou que comprovadamente

utilizem tecnologias mais limpas, terão prioridade na obtenção de financiamento pelos

estabelecimentos oficiais de crédito e fomento.

Parágrafo único - As normas tributárias do Estado deverão prever a concessão de isenções, benefícios e incentivos fiscais específicos para as instituições e

empreendimentos que se enquadrem nas condições deste artigo.

CAPÍTULO II

Do Fundo de Recursos para o Meio Ambiente

Art. 63 - O Fundo de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA, criado pela Lei nº 3.858, de 3 de novembro de 1980, destinado a custear a execução da Política

Ambiental do Estado, será constituído de recursos provenientes de:

I - dotações orçamentárias próprias;

II - multas administrativas, aplicadas na forma desta Lei;

III - remuneração decorrente da análise de projetos, expedição de licenças e autorizações ambientais, manifestações e anuências prévias;

IV - indenização de custos de serviços técnicos;

V - receitas provenientes de convênios celebrados com entidades públicas ou privadas;

VI - receitas provenientes de venda de publicações ou outros materiais educativos;

VII - receitas provenientes da venda de editais;

VIII - doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais;

IX - outros recursos eventuais.

Parágrafo único - O FERFA será gerido pelo CRA.

Art. 64 - Os recursos do FERFA destinados a custear a Política Ambiental do Estado, deverão ser aplicados em:

- I - estudos e pesquisas;
- II - realização de serviços e inspeções técnicas, inclusive em ações conjuntas dos órgãos executores;
- III - contratação de serviços de consultoria;
- IV - reaparelhamento, reequipamento e melhoria das instalações dos órgãos estaduais executores do SEARA;
- V - capacitação de recursos humanos;
- VI - custeio do Plano Estadual de Meio Ambiente.

§ 1º - Poderão ser dispendidos até 20% (vinte por cento) dos recursos do FERFA com despesas de custeio e manutenção do órgão gestor.

§ 2º - O Gestor do FERFA apresentará ao Conselho de Administração do CRA relatório anual das aplicações efetuadas, disponibilizando-o para o CEPRAM.

Art. 65 - Os recursos do FERFA serão movimentados através de instituição oficial do sistema de crédito, indicada pelo Governo do Estado.

Art. 66 - O FERFA será auditado pelo órgão de controle interno da Administração Pública Estadual e pelo Tribunal de Contas do Estado.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 67 - As despesas correspondentes às etapas de vistoria e análise dos requerimentos das licenças, autorizações, manifestação prévia e anuências prévias,

laudos e vistorias, serão pagas pelos interessados, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento.

Parágrafo único - As micro-empresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado, nos termos do regulamento.

Art. 68 - O encerramento de empresa ou de firma individual, utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente degradadoras, dependerá da apresentação, ao órgão coordenador do SEARA, do plano de encerramento de atividades que deverá contemplar as medidas de controle ambiental aplicáveis ao caso.

Parágrafo único - O cumprimento das medidas de que trata este artigo será objeto de expedição de certidão a ser apresentada à Secretaria da Fazenda e à Junta

Comercial como requisito para a baixa da empresa.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 69 - Os empreendimentos e atividades regularmente existentes nos termos da Lei nº 3.858, de 3 de novembro de 1980, ficam obrigados a adaptar-se às

exigências desta Lei e das normas dela decorrentes, no prazo e condições estabelecidos

em regulamento, respeitados os prazos de validade das licenças.

Art. 70 - Os cargos de provimento temporário do Centro de Recursos Ambientais - CRA, passam a ser os constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 71 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Art. 72 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 73 - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.858, de 3 de novembro de 1980.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE CARGOS TEMPORÁRIOS DO CENTRO DE RECURSOS
AMBIENTAIS -

CRA

CARGO SÍMBOLO QT

Diretor Geral DAS – 2 A 1

Diretor Adjunto DAS – 2B 1

Diretor DAS – 2B 2

Coordenador Técnico DAS – 2D 6

Procurador Chefe DAS – 2C 1

Coordenador I DAS – 2C 13

Coordenador II DAS – 3 10

Assessor de Comunicação Social I DAS – 3 1

Coordenador III DAI – 4 20

Assessor Administrativo DAI – 4 13

Assistente IV DAI – 5 15

TOTAL 83

ANEXO 3

LEI Nº 7.799 de 07 de fevereiro de 2001.

Institui a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I**DA POLÍTICA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS****CAPÍTULO I****Dos Objetivos e Princípios**

Art. 1º - Fica instituída a Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais, visando assegurar o desenvolvimento sustentável e a manutenção do ambiente propício à vida, em todas as suas formas, observados os seguintes princípios:

I - o Poder Público e a coletividade têm o dever de defender o meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida, a ser necessariamente assegurado e protegido, mediante o planejamento, administração, medidas de precaução, prevenção, controle e uso racional dos recursos ambientais;

II – a qualidade ambiental deve ser assegurada para uso das gerações presentes e futuras, devendo ser observadas e adotadas medidas no sentido de garantir seu aproveitamento e uso continuado, mediante a adoção de práticas que aumentem a eficiência do uso da água, do solo, da fauna e da flora e de outros recursos naturais;

III – o meio ambiente deve ser protegido, visando à garantia da qualidade de vida, que se traduz na segurança, saúde, igualdade, dignidade da pessoa humana e bem estar social, considerando-se os recursos ambientais como bens indivisíveis, que devem ser acessíveis a todos, importando, o seu dano irreversível, na inviabilidade do exercício dos direitos constitucionalmente garantidos;

IV – a coletividade deve ter acesso à informação ambiental, para propiciar sua participação no processo de tomada de decisões, devendo ser capacitada para o fortalecimento de uma consciência crítica e inovadora, voltada para a preservação, conservação e recuperação ambiental, de modo a possibilitar o exercício pleno da cidadania;

V – os custos das medidas de proteção ao meio ambiente devem ser assumidos pelo usuário, sendo a ele também imputado o ônus decorrente do uso dos recursos naturais e/ou da degradação ambiental por ele promovida, visando à reposição,

no caso de flora, ao ressarcimento, à prevenção e à racionalização do uso desses recursos;

VI – os usuários dos recursos naturais deverão otimizar o uso das matérias-primas e fontes de energia, adotando mecanismos de redução, reutilização e reciclagem dos materiais de modo a evitar o desperdício destes recursos, cabendo ao Poder Público

a instituição de mecanismos de incentivo à adoção dessas práticas.

VII – o direito ao ambiente saudável inclui todas as facetas ambientais, de forma a contemplar, de maneira mais ampla possível, a tutela do meio ambiente natural, cultural, urbano e do trabalho.

CAPITULO II

Das Diretrizes

Art. 2º - São diretrizes para a proteção e melhoria da qualidade ambiental no Estado:

I - o incentivo ao desenvolvimento de pesquisas, tecnologias e ações orientadas para o uso sustentável dos recursos ambientais, da minimização, reciclagem e reuso de resíduos e materiais, bem como à implantação de instalações que a elas se dedicam;

II - o incentivo à realização de atividades conjuntas pelos órgãos estaduais e municipais para a elevação da qualidade ambiental, prevenção e controle de sua degradação, respeitadas as diferenças e as peculiaridades locais;

III - a formação de uma consciência pública voltada para a necessidade de melhoria e proteção da qualidade ambiental;

IV - a orientação do processo de ordenamento territorial, respeitando as formas tradicionais de organização social, as formas de organização dos povos indígenas,

bem como as áreas de interesse ambiental e a necessidade de racionalização do uso dos recursos naturais;

V - a incorporação da dimensão ambiental nas políticas, planos, programas, projetos e atos da administração pública;

VI - a integração e a articulação entre os diversos níveis de governo de modo a garantir a eficiência, economicidade, agilidade e qualidade dos serviços ambientais prestados à população e a harmonia das ações setoriais;

VII - a adoção de mecanismos de autocontrole pelos empreendimentos ou atividades com potencial de impacto, como forma de compartilhar a gestão ambiental com o Poder Público ;

VIII - a adoção da bacia hidrográfica, bem como de outras unidades geoambientais relevantes, como unidade física de planejamento;

IX - a promoção de programas sistemáticos de educação ambiental, em caráter formal e informal, e de meios de conscientização pública, visando a proteção do

meio ambiente.

CAPÍTULO III

Das Definições

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se:

I - **meio ambiente**: o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química, biológica, sócio-econômicas e culturais que permitem, abrigam e

regem a vida em todas as suas formas;

II - **recursos ambientais**: os recursos naturais como o ar e a atmosfera, o clima, o solo e subsolo; as águas interiores e costeiras, superficiais e subterrâneas, os estuários e o mar territorial; a paisagem, a fauna, a flora, bem como o patrimônio histórico-cultural e outros fatores condicionantes da salubridade física e psicossocial da população;

III - **degradação ambiental**: alteração adversa das características do meio ambiente, resultante de atividades que, direta ou indiretamente:

a) causem prejuízos à saúde, à segurança e ao bem estar da população;

b) causem danos aos recursos ambientais e aos materiais;

c) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

d) afetem as condições estéticas, de imagem urbana, de paisagem, ou sanitárias do meio ambiente;

e) infrinjam normas e padrões ambientais estabelecidos;

IV - **fonte degradante**: toda e qualquer atividade, processo, operação ou dispositivo, móvel ou não, que induza, produza ou possa produzir a degradação do ambiente;

V - **degradador**: a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

VI - **poluição**: degradação ambiental provocada pelo lançamento, liberação ou disposição de qualquer forma de matéria ou energia nas águas, no ar, no solo ou no subsolo;

VII – **poluente**: toda e qualquer forma de matéria ou energia que, direta ou indiretamente, cause ou possa causar a poluição do meio ambiente;

VIII – **poluidor**: qualquer pessoa, física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de poluição.

TÍTULO II

DO SISTEMA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS

Art. 4º - Fica instituído o Sistema Estadual de Administração dos Recursos Ambientais - SEARA, destinado a promover, dentro da política de desenvolvimento

integral do Estado, a conservação, preservação, defesa e melhoria do meio ambiente.

Art. 5º - O Sistema de Administração dos Recursos Ambientais - SEARA compõe-se de:

I - **Órgão Central:** Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC;

II - **Órgão Superior:** Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM, conselho de caráter consultivo, normativo, deliberativo e recursal;

III - **Órgão Coordenador, Executor e Secretaria Executiva do CEPRAM:** Centro de Recursos Ambientais - CRA, com a competência de coordenar e executar a

Política Estadual de Meio Ambiente, integrando as atividades do poder público e da

iniciativa privada, visando a preservação e a conservação ambiental, com vistas à garantia da melhoria da qualidade de vida e ao desenvolvimento sustentável do Estado;

IV - **Órgãos Executores:** são os órgãos da administração estadual que executam a política ambiental e que detêm o poder de polícia administrativa, no que

concerne ao controle, disciplina e fiscalização das atividades modificadoras do meio

ambiente e da saúde humana, dentro das suas respectivas esferas de competência;

V - **Órgãos Setoriais:** são todos os órgãos centralizados e entidades descentralizadas da administração estadual, responsáveis pelo planejamento, aprovação,

execução, coordenação ou implementação de políticas, planos, programas e projetos,

total ou parcialmente associados ao uso dos recursos naturais ou à conservação, defesa

e melhoria do ambiente;

VI - **Órgãos Locais:** são os órgãos do Poder Público Municipal responsáveis pelo controle e fiscalização das atividades efetiva ou potencialmente causadoras de

impacto ambiental, dentro do seu âmbito de competência e jurisdição;

VII - **Colaboradores:** são Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, assim definidas em legislação específica, bem como as demais organizações da

sociedade civil que desenvolvam ou possam desenvolver ações na área ambiental.

Art. 6º - A Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC, na condição de Órgão Central do SEARA, tem por finalidade planejar e supervisionar a

execução da política ambiental do Estado, presidir o Conselho Estadual de Meio Ambiente e promover a publicação e a divulgação dos atos do CEPRAM.

Art. 7º - O Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM, criado pela Lei nº 3.163, de 04 de outubro de 1973, órgão consultivo, normativo, deliberativo e recursal

do SEARA, tem por finalidade deliberar sobre diretrizes, políticas, normas e padrões para a preservação e conservação dos recursos naturais, competindo-lhe, dentre outras atribuições, a serem definidas em regulamento:

- I - formular, acompanhar e avaliar a política estadual de meio ambiente e sua execução, promovendo as medidas necessárias à sua atualização e eficácia;
- II - apreciar o Plano Estadual de Meio Ambiente, a ser encaminhado ao Governador do Estado para aprovação pelo Poder Legislativo;
- III - estabelecer as diretrizes, normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais;
- IV - estabelecer normas, diretrizes e critérios para o licenciamento e para a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental e demais estudos ambientais;
- V - estabelecer sistemas e procedimentos para o autocontrole ambiental;
- VI - exercer o poder de polícia preventivo e corretivo inerente à defesa, conservação, preservação e melhoria do ambiente;
- VII - expedir licença para localização de empreendimentos ou atividades efetiva ou potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, podendo delegar ao CRA este licenciamento, na forma do disposto em Regulamento;
- VIII - expedir as licenças de implantação ou de operação, quando se tratar da primeira licença solicitada por fonte degradante irregularmente instalada ou não sujeita ao licenciamento ambiental pela legislação anterior a esta Lei e normas dela decorrentes;
- IX - avocar, quando julgar necessário e nos termos do regulamento desta Lei, processos de licenciamento e de autorização ambiental, para apreciação e deliberação, bem como manifestar-se nos processos de licenciamento e autorização encaminhados pelo CRA;
- X - aprovar os Termos de Referência para a realização do Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EIA;
- XI - manifestar-se, conforme dispuser o regulamento, sobre os planos, programas, políticas e projetos dos órgãos executores e dos órgãos setoriais que interfiram na conservação, defesa e melhoria do ambiente;
- XII - estabelecer, em colaboração com os órgãos executores, setoriais e locais, a uniformização de procedimentos e fluxos de documentos e aprovações, com vistas à racionalização e agilização da administração ambiental do Estado;
- XIII - estabelecer normas relativas aos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos, instituídos pelo Estado, bem como aprovar o zoneamento econômicoecológico do Estado, das Áreas de Proteção Ambiental e os planos de manejo das demais unidades de conservação;
- XIV - impor as penalidades de interdição e embargo definitivos, de demolição e de destruição ou inutilização de produto;

- XV - determinar a relocação de atividades e/ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente degradadores, quando localizados em desconformidade com os critérios estabelecidos para áreas zoneadas;
- XVI - decidir, como última instância administrativa, em grau de recurso, sobre o licenciamento ambiental e sobre as penalidades administrativas impostas pelo CRA;
- XVII - atribuir, através de convênios, aos órgãos do SEARA, a execução de atividades previstas nesta Lei e normas dela decorrentes;
- XVIII - criar ou extinguir câmaras técnicas e grupos de trabalho;
- XIX - elaborar seu regimento interno.
- § 1º** - O CEPRAM tem a seguinte composição:
- I - Secretário do Planejamento, Ciência e Tecnologia, que o presidirá;
 - II - Secretário da Infra-Estrutura;
 - III - Secretário da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária;
 - IV - Secretário da Indústria, Comércio e Mineração;
 - V - Secretário da Saúde;
 - VI - (05) cinco representantes de diferentes entidades ambientalistas, legalmente constituídas há mais de um ano, registradas no Cadastro Estadual de Entidades Ambientalistas e com atuação em todo o Estado, cujo objetivo estatutário seja a proteção do meio ambiente, indicados, cada um, em lista tríplice, elaborada em Assembléia Geral conjunta, especialmente convocada com tal finalidade;
 - VII - um representante da Federação das Indústrias do Estado da Bahia – FIEB;
 - VIII - um representante da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias do Estado da Bahia;
 - IX - um representante da Federação dos Agricultores do Estado da Bahia;
 - X - um representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia - FETAG;
 - XI - um representante de categorias profissionais com atuação na área ambiental, a ser escolhido diretamente pelo Governador do Estado, consultadas as entidades profissionais representativas;
- § 2º** - O Governador do Estado nomeará os membros titulares e suplentes do Conselho Estadual do Meio Ambiente – CEPRAM, cabendo-lhe escolher os representantes referidos nos incisos VI, deste artigo, dentre os integrantes de cada uma das listas tríplices organizadas pelas entidades.
- § 3º** - O período de mandato de qualquer dos membros titulares e suplentes, referidos nos incisos VI a XI, não excederá ao do Governador do Estado que os nomear.
- § 4º** - Os membros do CEPRAM deverão manter conduta adequada à natureza técnica do colegiado, segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa fé,

vedada, em qualquer hipótese, a utilização da sua condição para fins de promoção pessoal.

§ 5º- Participará das sessões do CEPRAM um representante da Procuradoria Geral do Estado, sem direito a voto.

§ 6º- A estrutura do CEPRAM compreende a Presidência , o Colegiado e a Secretaria Executiva, cujas atividades e funcionamento serão definidos no seu Regimento

Interno, aprovado em resolução homologada pelo Governador.

§ 7º- A Secretaria Executiva do CEPRAM será exercida pelo Centro de Recursos Ambientais – CRA.

§ 8º- Aos membros do CEPRAM, representantes de entidades sediadas no interior, será assegurada uma indenização de despesa de deslocamento para o comparecimento às reuniões constantes no calendário ou de convocação extraordinária, na forma como dispuser seu Regimento.

Art. 8º- Ao Centro de Recursos Ambientais - CRA, órgão Coordenador e Executor do SEARA e Secretaria Executiva do CEPRAM, compete, dentre outras atribuições estabelecidas em regulamento:

I - coordenar a execução da política estadual de administração dos recursos ambientais;

II - elaborar, em articulação com a Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, o Plano Estadual de Meio Ambiente a ser incorporado ao Plano Plurianual do Estado;

III - propor ao CEPRAM o estabelecimento de normas para conservação, defesa e melhoria do meio ambiente;

IV - propor ao CEPRAM normas e critérios para o licenciamento ambiental e para a exigência e elaboração de estudo prévio de impacto ambiental e demais estudos ambientais;

V - emitir parecer, com base em análise prévia de projetos específicos e laudos técnicos, para concessão das licenças de competência do CEPRAM, dos processos que este avocar, ou daqueles que lhe forem submetidos;

VI - conceder autorizações, anuências prévias, manifestação prévia e licenças ambientais de empreendimentos ou atividades efetiva ou potencialmente causadoras de impactos ambientais, excetuados os casos de competência do CEPRAM;

VII - submeter ao CEPRAM, quando for o caso, processos de licenciamento que não se enquadrem no disposto nos incisos VII e VIII, do art. 7º, desta Lei;

VIII - exercer o poder de polícia administrativa, preventiva ou corretiva, no que concerne ao controle, disciplina e fiscalização das atividades efetiva ou potencialmente degradadoras;

IX - manter sistema de informação relativo ao meio ambiente, bem como sobre as fontes, causas e níveis da poluição e degradação ambiental;

X - assessorar o CEPRAM na regulamentação de espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

XI - administrar os espaços territoriais especialmente protegidos que lhe

forem atribuídos, expedindo as licenças, autorizações ou anuências prévias para execução de obras ou atividades em seu interior ou áreas circundantes, conforme disciplinado em Regulamento;

XII - exercer a gestão do Fundo de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA;

XIII- aplicar as penalidades administrativas de advertência, multa simples ou diária, apreensão, embargo e interdição temporários, na forma prevista em regulamento;

XIV- emitir certidão relativa ao cumprimento das obrigações da legislação ambiental;

XV - promover e estimular a celebração de convênios e acordos entre entidades públicas, privadas e organizações não governamentais, nacionais e estrangeiras, tendo em vista a articulação e otimização do SEARA.

Art. 9º - Compete aos Órgãos Executores, sem prejuízo das competências previstas em suas respectivas leis de criação:

I - executar a política estadual de administração dos recursos ambientais, através dos planos, programas, projetos e atividades, e participar de seu processo de

revisão e atualização;

II - exercer o poder de polícia administrativa e dar cumprimento a esta Lei e normas dela decorrentes, em sua esfera de competência;

III - realizar as análises técnicas de impactos ambientais para o licenciamento, pelo CEPRAM ou pelo CRA, de empreendimentos ou atividades que se

enquadrem em sua esfera de competência;

IV - realizar inventários de recursos naturais e outros estudos em seu âmbito de atuação;

V - propor ao CEPRAM, através do CRA, o estabelecimento de normas necessárias à execução da Política Ambiental do Estado;

VI – fornecer dados para o Sistema Estadual de Informações Ambientais - SEIA, oriundos de estudos e projetos em sua área de atuação;

VII - promover e estimular a celebração de convênios e acordos entre entidades públicas, privadas e organizações não governamentais, nacionais e estrangeiras, tendo em vista a articulação e otimização do SEARA.

Art. 10 - Compete aos órgãos Setoriais:

I - contribuir para a execução da política estadual de administração dos recursos ambientais, através dos planos, programas, projetos e atividades, realização de

inventários de recursos naturais e outros estudos de sua esfera de competência, que

tenham repercussão no ambiente;

II - promover a incorporação dos aspectos ambientais em seus planos, políticas, programas e projetos, identificando as consequências ambientais a eles associadas;

III - implantar e manter a Comissão Técnica de Garantia Ambiental - CTGA, que se articulará permanentemente com os órgãos executores do SEARA;

IV - realizar as análises técnicas preliminares de impactos ambientais para o

licenciamento, pelo CRA ou pelo CEPRAM, de empreendimentos ou atividades de sua responsabilidade ou da responsabilidade de terceiros que envolvam matéria de sua competência;

V - propor ao CEPRAM, através do CRA, o estabelecimento de normas necessárias à execução da Política Ambiental do Estado em sua área de atuação;

VI – fornecer dados para o Sistema Estadual de Informações Ambientais - SEIA, oriundos de estudos e projetos em sua área de atuação.

Art. 11 - Caberá aos Órgãos Locais executar as atividades de licenciamento e fiscalização das atividades efetiva ou potencialmente degradadoras com impacto direto

ambiental local, nos termos do disposto na legislação federal pertinente, ou das atividades

com impacto que extrapole o território municipal mediante celebração de convênio com o

CRA, observadas as exigências e condições estabelecidas em regulamento.

Art. 12 - Compete aos Órgãos Colaboradores o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de

turismo ecológico e, mediante instrumento a ser firmado com o Estado, o monitoramento,

manutenção, vigilância e outras atividades de gestão de unidades de conservação.

Art. 13 - Os órgãos executores, setoriais e locais, deverão garantir o acesso da comunidade às informações sobre as fontes e causas da degradação ambiental, bem

como informar à população a qualidade do meio ambiente, os níveis de poluição, a presença de substâncias e condições potencialmente danosas à saúde nos alimentos,

água, ar e solo e as situações de riscos de acidente.

Art. 14 - Os órgãos integrantes do SEARA poderão firmar acordos, contratos ou convênios, com a finalidade de apoiar, técnica ou financeiramente, a execução do Plano Estadual de Meio Ambiente.

TÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS DA POLÍTICA ESTADUAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS AMBIENTAIS

CAPÍTULO I

Dos Instrumentos da Política

Art. 15 - São instrumentos da Política Estadual de Administração dos Recursos Ambientais:

I - Plano Estadual de Meio Ambiente;

II - Sistema Estadual de Informações Ambientais;

III - Educação Ambiental;

IV - Zoneamento Ambiental;

V - Criação de Espaços Especialmente Protegidos;

VI - Avaliação da qualidade ambiental;

VII - Normas e padrões de emissão e de qualidade ambiental;

VIII - Avaliação de impacto ambiental;

IX - Licenciamento ambiental;

X - Autocontrole ambiental;

XI - Fiscalização e penalidades.

Seção I

Do Plano Estadual de Meio Ambiente

Art. 16 - O Plano Estadual de Meio Ambiente será elaborado em consonância com os princípios e as diretrizes da Política Estadual de Administração dos

Recursos Ambientais e incorporado ao Plano Plurianual do Estado.

Art. 17 - Do Plano Estadual de Meio Ambiente deverão constar, dentre outros, os seguintes elementos:

I - objetivos, metas e diretrizes gerais visando o aperfeiçoamento do sistema de planejamento estadual e inter-regional de recursos ambientais, bem como a integração

de planos setoriais;

II - identificação das áreas prioritárias de atuação;

III - programas anuais e plurianuais de preservação, recuperação, restauração, conservação, proteção e utilização dos recursos ambientais;

IV - identificação das instituições públicas e privadas responsáveis por sua execução;

V - previsão de custos, forma de aplicação e respectivas fontes de recursos;

VI - programas destinados à capacitação profissional e às campanhas educativas, visando formar e conscientizar a sociedade para a utilização dos recursos

ambientais do Estado.

Art. 18 - Os recursos financeiros para a execução do Plano Estadual de Meio Ambiente serão provenientes dos orçamentos dos órgãos da Administração Pública

Estadual, direta e indireta, do FERFA e de órgãos de outras esferas da administração

pública, podendo contar, dentre outros recursos, com doações e com a cooperação da

iniciativa privada, de agências de financiamento nacionais ou internacionais.

Seção II

Do Sistema Estadual de Informações Ambientais

Art. 19 - Fica criado o Sistema Estadual de Informações Ambientais - SEIA, a ser gerido pelo CRA, de forma compartilhada com os demais órgãos executores e com

os órgãos setoriais do SEARA, tendo por objetivo oferecer à comunidade amplo acesso

às informações sobre a qualidade do meio ambiente, o uso dos recursos naturais, as

fontes degradadoras, a presença de substâncias potencialmente danosas à saúde nos

alimentos, na água, no ar e no solo, e as situações de riscos de acidente.

§ 1º - O sistema a que se refere este artigo será alimentado com dados e informações produzidos pelos órgãos executores e pelos órgãos setoriais do SEARA, bem como com informações disponíveis em outros órgãos da administração federal, estadual e municipal, em organizações não governamentais, além dos dados gerados pelas empresas através do automonitoramento das atividades efetiva ou potencialmente degradadoras, após verificação e validação.

§ 2º - A disponibilização dos dados e informações do SEIA será de responsabilidade do CRA, respeitado o sigilo industrial, assim demonstrado e comprovado pelos interessados.

Seção III

Da Educação Ambiental

Art. 20 - A educação ambiental é um direito de todos, incumbindo:

I - ao Poder Público, nos termos do art. 214, da Constituição Estadual, definir políticas públicas que incorporem a temática ambiental, estabelecer programas sistemáticos de educação ambiental em todos os níveis de ensino e nos meios de comunicação de massa e promover a participação dos diversos setores da sociedade na

construção, recuperação e melhoria da qualidade de vida e do meio ambiente;

II - aos órgãos integrantes do Sistema Estadual Ambiental – SEARA promover ações de educação ambiental integradas aos programas de desenvolvimento

sustentável, incluindo a preservação, conservação, recuperação e melhoria do ambiente

de vida;

III - às unidades escolares promover a educação ambiental de forma integrada e transversal aos programas educacionais que desenvolvem;

IV - aos meios de comunicação de massa colaborar com os interesses de todos os setores da sociedade, tornando-se um canal privilegiado de educação, disseminando informações ambientais e estimulando a transmissão de programas e

experiências educativas sobre o meio ambiente;

V - às empresas, entidades de classe, instituições públicas e privadas promover programas sistemáticos de capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e

o controle efetivo sobre o ambiente de trabalho, bem como as repercussões do processo

educativo no meio ambiente;

VI - às universidades estaduais promover o apoio ao ensino, pesquisa e extensão em educação ambiental e a criação de núcleos interdisciplinares voltados para a

questão ambiental;

VII - à sociedade, como um todo, garantir a formação de atitudes, valores e

habilidades que propiciem posturas individuais e coletivas voltadas para a identificação e solução dos problemas ambientais como parte do exercício da cidadania.

Seção IV

Do Zoneamento Ambiental

Art. 21 - O Zoneamento Ambiental, elaborado pelo Poder Público Estadual e Municipal, nos respectivos âmbitos de competência, com a necessária participação da sociedade civil, tem por objetivo harmonizar as políticas públicas com a política ambiental, orientando o desenvolvimento sócio-econômico de modo a garantir a qualidade ambiental e a distribuição dos benefícios sociais.

Parágrafo único - O Zoneamento Ambiental deverá levar em conta os seguintes aspectos:

- I - a compatibilização do uso do solo, considerando a necessidade de preservação e conservação dos recursos naturais, e do patrimônio histórico, cultural, paisagístico e arqueológico, com as demandas das atividades sócio-econômicas;
- II - a consideração das potencialidades e das limitações ambientais, visando a compatibilização do uso e ocupação do solo, a nível local, com o planejamento regional;
- III - a recuperação de áreas degradadas e a proteção de áreas ameaçadas de degradação.

Seção V

Da Criação e Implantação dos Espaços Territoriais Especialmente Protegidos

Art. 22 - Ao Estado e aos Municípios compete instituir, implantar e administrar, na forma da legislação ambiental pertinente, espaços territoriais e seus componentes representativos de todos os ecossistemas originais a serem protegidos, com vistas a manter e utilizar racionalmente o patrimônio biofísico e cultural de seu território, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

§ 1º - O Poder Executivo deverá destinar os recursos específicos que se fizerem necessários para a implantação e gestão dos espaços territoriais especialmente protegidos.

§ 2º - O Estado adotará formas de incentivos e estímulos para promover a constituição voluntária de áreas protegidas de domínio privado.

Art. 23 - Os objetivos que justificam a criação de espaços territoriais especialmente protegidos, envolvendo o ambiente natural e/ou o patrimônio históricocultural, são de caráter científico, educacional ou turístico, destacando-se:

- I - preservação do patrimônio genético e conservação de amostras de ecossistemas em estado natural;
- II - proteção de espécies raras em perigo ou ameaçadas de extinção;
- III - proteção de mananciais para conservação da sua produção hídrica;
- IV - criação de espaços para atividades educacionais, turísticas e recreativas;
- V - proteção de locais de herança cultural, histórica, geológica, arqueológica, espeleológica e paleontológica;
- VI - proteção de belezas cênicas;
- VII - estudos e pesquisas científicas para divulgação do conhecimento sobre a dinâmica dos ecossistemas e dos recursos naturais;
- VIII - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados.

Art. 24 - As áreas de proteção de mananciais deverão ser declaradas, delimitadas pelo Poder Público e ter o seu disciplinamento do uso e ocupação do solo.

Sub-Seção I

Das Áreas de Proteção Ambiental

Art. 25 - As APAs serão criadas por ato do Poder Público Estadual, em área urbana ou rural, de domínio público ou privado.

§ 1º - O ato que declarar a Área de Proteção Ambiental mencionará a sua denominação, limites geográficos, restrições de uso e principais objetivos.

§ 2º - Em cada Área de Proteção Ambiental, dentro dos princípios constitucionais que regem o exercício do direito de propriedade, o Poder Público estabelecerá zoneamento ecológico-econômico, disciplinando o uso dos recursos naturais

e o uso e ocupação do solo, de acordo com as condições locais bióticas, geológicas, urbanísticas, econômicas, culturais e outras.

Art. 26 - Nenhuma atividade considerada efetiva ou potencialmente degradadora poderá ser implantada em Área de Proteção Ambiental - APA, sem a Anuência Prévia de sua entidade gestora.

Art. 27 - A participação da comunidade na gestão da APA dar-se-á através da criação de um Conselho Gestor ou do estabelecimento de convênio do órgão gestor da

APA com entidades locais e órgãos colaboradores do SEARA, com o objetivo, dentre

outros, de promover ações de vigilância, monitoramento, educação ambiental, realização

de estudos, projetos e orientação à população quanto ao cumprimento do zoneamento

ecológico-econômico.

Seção VI

Das Normas e padrões de emissão e de qualidade ambiental

Art. 28 - Ficam proibidos o lançamento, a liberação e a disposição de poluentes no ar, no solo, no subsolo e nas águas, interiores ou costeiras, superficiais ou subterrâneas, ou no mar territorial, bem como qualquer outra forma de degradação

ambiental.

§ 1º - O exercício de atividades impactantes, bem como o lançamento ou liberação de matéria ou energia no ambiente, deverão atender ao disposto nesta Lei e em

suas normas regulamentares.

§ 2º - As fontes degradantes do ambiente ficam obrigadas a possuir equipamentos ou sistemas de controle da degradação ambiental e a adotar medidas de

segurança para evitar os riscos ou a efetiva degradação do meio ambiente e outros

efeitos indesejáveis ao bem estar dos trabalhadores e da comunidade.

Art. 29 - O órgão ambiental competente adotará medidas de emergência visando a reduzir ou impedir quaisquer atividades, em casos de grave e iminente risco

para as vidas humanas e para os recursos ambientais.

Art. 30 - As empresas instaladas ou que venham a se instalar no Estado são responsáveis pelo acondicionamento, estocagem, transporte, tratamento e disposição

final de seus resíduos, respondendo pelos danos que estes causem ou possam causar ao

meio ambiente, mesmo após sua transferência a terceiros.

§ 1º - A responsabilidade do gerador não exime a do transportador e do receptor do resíduo pelos incidentes que causem degradação ambiental ocorridos, respectivamente, durante o transporte ou em suas instalações.

§ 2º - A responsabilidade administrativa do gerador pelos incidentes ocorridos nas instalações de tratamento, recuperação, reciclagem ou disposição dos

resíduos somente cessará nos casos em que a transferência dos resíduos, àqueles

terceiros, tenha sido previamente autorizada pelo órgão coordenador do SEARA e realizada na forma e condições pré-estabelecidas.

Art. 31 - As indústrias produtoras, montadoras ou manipuladoras, bem como os importadores, serão responsáveis, na forma do disposto no regulamento desta Lei,

pela destinação final das embalagens e de seus produtos pós-consumo, quando comprovadamente perigosos, destinando-os à reutilização, reciclagem ou inutilização,

obedecidas as normas legais vigentes.

Seção VII

Da Avaliação de Impacto Ambiental

Art. 32 - As obras, atividades e empreendimentos, públicos ou privados, bem como planos, programas, projetos e políticas públicas setoriais, suscetíveis de

causar impacto no meio ambiente, devem ser objeto de avaliação de impactos ambientais.

Art. 33 - O licenciamento ou autorização de obras, atividades e

empreendimentos suscetíveis de causar impacto no meio ambiente deve ser instruído

com a realização de Estudos Ambientais.

Parágrafo único - Consideram-se Estudos Ambientais todos aqueles apresentados como subsídio para a análise de licença ou autorização requerida, tais

como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental

preliminar, estudo de impacto ambiental e relatório de impacto ambiental, diagnóstico

ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco.

Art. 34 - A licença ambiental para empreendimentos e atividades considerados efetiva ou potencialmente causadores de significativa degradação do meio ambiente dependerá de prévio estudo de impacto ambiental e respectivo relatório de

impacto sobre o meio ambiente (EIA/RIMA), ao qual dar-se-á publicidade.

Parágrafo único - Quando a atividade ou empreendimento não for potencialmente causador de significativa degradação do meio ambiente serão definidos

pelo órgão Coordenador do SEARA outros Estudos Ambientais necessários à informação

e instrução do processo de licenciamento.

Art. 35 - A avaliação de impacto ambiental dos planos, programas, projetos e políticas públicas setoriais, bem como a realização de Audiências Públicas para sua

discussão far-se-ão na forma do disposto nas normas regulamentares desta Lei.

Art. 36 - Nos casos e condições estabelecidos em regulamento, serão realizadas audiências prévias para a definição do Termo de Referência e audiências

públicas para apresentação e discussão do Estudo de Impacto Ambiental e respectivo

Relatório de Impacto Ambiental.

Parágrafo único - Poderão ainda ser realizadas audiências públicas para informação e discussão sobre o licenciamento objeto de outros Estudos Ambientais.

Art. 37 - Quando a localização ou natureza dos projetos a serem licenciados assim o recomendarem, e na forma a ser disciplinada em regulamento, os Estudos Ambientais deverão contemplar, dentre outros aspectos, os impactos cumulativos da

implantação e operação de várias atividades e empreendimentos em uma bacia hidrográfica, segmento dela ou região, prevendo condicionantes e medidas mitigadoras

ou compensatórias a serem adotadas conjuntamente por todas as atividades e empreendimentos envolvidos.

§ 1º - As condicionantes e medidas mitigadoras ou compensatórias, de que

trata este artigo, poderão ser exigidas tanto dos empreendimentos em processo de licenciamento como daqueles já existentes, levando em conta, ainda, o potencial de instalação de novos empreendimentos no local.

§ 2º - No caso de atividades regularmente existentes, as novas condicionantes, bem como as medidas mitigadoras ou compensatórias serão incorporadas às exigências quando da renovação da Licença de Operação ou antes, mediante acordo com os responsáveis pelo empreendimento, sem prejuízo do disposto no art. 43, desta Lei.

§ 3º - Para o estabelecimento das condicionantes e exigências de que trata o parágrafo anterior deverão ser considerados, dentre outros aspectos, as medidas mitigadoras e compensatórias já adotadas quando de seu licenciamento ambiental, seus resultados, o impacto da atividade sobre o meio ambiente, o cumprimento das normas e exigências ambientais e a viabilidade técnica e econômica de seu cumprimento, objetivando a distribuição eqüitativa dos ônus e obrigações ambientais.

Seção VIII

Das Licenças e Autorizações Ambientais

Art. 38 - A localização, implantação, alteração e operação de empreendimentos, obras, atividades e serviços utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento, autorização do órgão ambiental competente, na forma do disposto no regulamento e normas decorrentes desta Lei.

Art. 39 - O órgão ambiental competente expedirá as seguintes licenças:

- I - Licença de Localização (LL): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação;
- II - Licença de Implantação (LI): concedida para a implantação do empreendimento ou atividade, de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionamentos;
- III - Licença de Operação (LO): concedida para a operação da atividade ou

empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das exigências constantes

das licenças anteriores e estabelecimento das condições e procedimentos a serem

observados para essa operação;

IV - Licença para Alteração (LA): concedida para a ampliação ou modificação de empreendimento, atividade ou processo regularmente existentes.

Art. 40 - Será expedida Autorização Ambiental para a realização ou operação de empreendimentos, atividades e serviços de caráter temporário ou para a

execução de obras que não impliquem em instalações permanentes, nos casos e situações definidos em regulamento.

Art. 41 - As normas regulamentares desta Lei poderão definir procedimentos especiais para o licenciamento ambiental, de acordo com a localização, natureza, porte e

características da obra ou atividade, prevendo, dentre outros:

I - procedimentos simplificados, para empreendimentos e atividades de pequeno potencial degradador, conforme definido no regulamento desta Lei.

II - expedição isolada ou sucessiva das licenças, podendo ser concedida uma única licença com os efeitos de localização, de implantação e de operação;

III - expedição de licenças conjuntas para empreendimentos similares, vizinhos ou integrantes de pólos industriais, agrícolas, projetos urbanísticos ou planos de

desenvolvimento já aprovados pelo órgão governamental competente, desde que definida

a responsabilidade legal pelo conjunto de empreendimentos ou atividades;

IV - critérios para agilizar e simplificar os procedimentos para concessão da licença de alteração e renovação da licença de operação das atividades e empreendimentos que implementem planos e programas voluntários de gestão ambiental,

visando a melhoria contínua e o aprimoramento do desempenho ambiental.

Art. 42 - As licenças e autorizações de que trata esta Lei serão concedidas com base em análise prévia de projetos específicos e levarão em conta os objetivos,

critérios e normas para conservação, preservação, defesa e melhoria do ambiente, os

possíveis impactos cumulativos e as diretrizes de planejamento e ordenamento territorial

do Estado.

Art. 43 - As autorizações e as licenças de localização, de implantação, de operação e de alteração serão expedidas por prazo determinado, considerando a natureza da atividade ou empreendimento.

Art. 44 - O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer:

I - violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II - omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a

expedição da Licença;

III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde.

Art. 45 - Deverá ser dada publicidade aos pedidos e concessões das licenças e autorizações ambientais, correndo as despesas por conta do interessado.

Seção IX

Do Autocontrole Ambiental

Art. 46 - As instituições públicas ou privadas, utilizadoras de recursos ambientais ou consideradas efetiva ou potencialmente degradadoras, deverão adotar o

autocontrole ambiental, através de práticas e mecanismos que minimizem, controlem e

monitorem os impactos da atividade e adotem práticas que visem a melhoria contínua de

seu desempenho ambiental, incluindo o ambiente de trabalho, como forma de compartilhar a gestão ambiental com o Poder Público.

§ 1º - Para a implementação do autocontrole ambiental deverá ser constituída, nas instituições públicas e privadas definidas no regulamento desta Lei, a

Comissão Técnica de Garantia Ambiental – CTGA, que tem por objetivo coordenar,

executar, acompanhar, avaliar e pronunciar-se sobre os planos, programas, projetos e

atividades potencialmente degradadoras desenvolvidos no âmbito de sua atividade.

§ 2º - A CTGA encaminhará periodicamente ao CRA relatórios de seu trabalho, conforme disposto em regulamento.

§ 3º - As atividades efetiva ou potencialmente degradadoras sujeitas à obtenção da licença de operação ficam obrigadas a apresentar ao CRA, para sua aprovação e acompanhamento, o Programa de Automonitoragem Ambiental da Empresa.

§ 4º - As atividades efetiva ou potencialmente degradadoras, listadas nas normas decorrentes desta Lei, ficam obrigadas a elaborar e apresentar ao CRA, para

análise, a auto-avaliação para o licenciamento ambiental - ALA, como parte integrante do

processo de renovação ou alteração do licenciamento da atividade.

Seção X

Das infrações e imposição de penalidades

Art. 47 - Sem prejuízo das sanções penais e civis, aos infratores das disposições desta Lei e normas dela decorrentes serão aplicadas as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de 01 a 1.250.000 vezes o valor nominal da Unidade Padrão Fiscal do Estado (UPF/BA), ou outro índice que vier a substituí-lo, à data de seu pagamento;

III - apreensão de equipamentos, instrumentos, produtos, apetrechos,

veículos e máquinas;

IV - interdição temporária ou definitiva;

V - embargo temporário ou definitivo;

VI - demolição;

VII- destruição ou inutilização do produto;

VIII- perda ou restrição de benefícios e incentivos fiscais e linhas de crédito em estabelecimentos oficiais de crédito do Estado.

§ 1º - As penalidades previstas neste artigo poderão ser impostas isoladas ou cumulativamente.

§ 2º - Caso o infrator venha a cometer, simultaneamente, duas ou mais infrações de natureza diferente, poderão ser-lhe aplicadas, cumulativamente, as sanções

a elas correspondentes.

Art. 48 - A multa simples poderá ser convertida na prestação de serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, quando o infrator

for pessoa física ou jurídica financeiramente hipossuficiente.

Art. 49 - Nos casos de infração continuada, poderá ser aplicada multa diária de 01 a 500 vezes o valor nominal da UPF/BA.

Parágrafo único - A multa diária será devida até que o infrator adote medidas eficazes para a cessação das irregularidades constatadas ou dos efeitos da ação

prejudicial, podendo ser suspensa, a critério da autoridade competente, nos casos previstos no regulamento.

Art. 50 - Para gradação e aplicação das penalidades previstas nesta Lei serão observados os seguintes critérios:

I - as circunstâncias atenuantes e agravantes;

II - a gravidade do fato, tendo em vista suas conseqüências para o meio ambiente;

III - os antecedentes do infrator;

IV - o porte do empreendimento;

V - grau de compreensão e escolaridade do infrator.

Art. 51 - Nos casos de reincidência, a multa será aplicada pelo equivalente ao dobro da multa correspondente à infração cometida.

§ 1º - Constitui reincidência a prática de nova infração da mesma natureza.

§ 2º - Não será considerada reincidência se, entre a infração cometida e a anterior houver decorrido o prazo de 3 anos.

Art. 52 - Responderá pela infração quem, de qualquer modo, a cometer, contribuir para sua prática ou dela se beneficiar.

Parágrafo único - Quando a infração for cometida por menores ou incapazes, responderá quem for juridicamente responsável pelos mesmos.

Art 53 - O infrator será o único responsável pelas conseqüências da aplicação das penalidades previstas nesta Lei, não cabendo aos órgãos executores

ambientais qualquer pagamento ou indenização.

Parágrafo único - Todos os custos e despesas decorrentes da aplicação das penalidades correrão por conta do infrator.

Art. 54 - No exercício da ação fiscalizadora, ficam assegurados aos agentes credenciados a entrada, a qualquer dia ou hora, e a permanência pelo tempo que se

tornar necessário, em instalações públicas ou privadas.

Parágrafo único - No caso de resistência, a execução da fiscalização e a imposição das penalidades previstas nesta Lei serão efetuadas com a requisição de força policial.

Art. 55 - Poderão os órgãos executores do SEARA celebrar Termo de Compromisso com os responsáveis pelas fontes de degradação ambiental visando a

adoção das medidas específicas para fazer cessar ou corrigir as irregularidades constatadas.

Parágrafo único - O Termo de Compromisso terá efeito de título executivo extrajudicial e deverá conter, obrigatoriamente, a descrição de seu objeto, as medidas a

serem adotadas, o cronograma físico estabelecido para o cumprimento das obrigações e

as multas a serem impostas, no caso de inadimplência.

Art. 56 - Nos casos e situações mencionadas no regulamento desta Lei, a assinatura do Termo de Compromisso poderá implicar na suspensão da penalidade imposta.

Parágrafo único - Quando se tratar da imposição de penalidade de multa e cumpridas todas as obrigações assumidas pelo infrator, nos prazos estabelecidos, a multa

poderá ter redução de até 50% do seu valor.

Art. 57 - É assegurado o direito de recurso, contra a aplicação das penalidades previstas nesta Lei, na forma como dispuser o regulamento.

Parágrafo único - Os recursos, que não terão efeito suspensivo, somente serão conhecidos quando acompanhados, no caso de multa, da cópia autêntica da guia

de recolhimento ou fiança bancária.

Art. 58 - O pagamento das multas previstas nesta Lei poderá ser parcelado, na forma prevista em regulamento.

Art. 59 - Sem obstar a aplicação das penalidades previstas nesta Lei, é o degradador obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar e/ou reparar

os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade.

Art. 60 - Sem prejuízo das penalidades aplicáveis poderá o órgão coordenador do SEARA determinar a redução das atividades geradoras de degradação

ambiental, a fim de que as mesmas se enquadrem nas condições e limites estipulados na

Autorização ou Licença Ambiental concedidas.

TÍTULO IV

DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS

CAPÍTULO I

DA CONCESSÃO DE INCENTIVOS

Art. 61 - A concessão de incentivos governamentais de qualquer natureza, bem como a participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de

crédito para implantação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos

ambientais, considerados efetiva ou potencialmente degradadores, ficam condicionados à

apresentação da licença ou autorização ambiental acompanhada de certidão de cumprimento de seus condicionantes, bem como das prescrições desta Lei e normas dela decorrentes.

Art. 62 - As instituições ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, que promovam ações complementares às obrigatórias, em consonância com

os objetivos, princípios, fundamentos e diretrizes desta Lei, ou que comprovadamente

utilizem tecnologias mais limpas, terão prioridade na obtenção de financiamento pelos

estabelecimentos oficiais de crédito e fomento.

Parágrafo único - As normas tributárias do Estado deverão prever a concessão de isenções, benefícios e incentivos fiscais específicos para as instituições e

empreendimentos que se enquadrem nas condições deste artigo.

CAPÍTULO II

Do Fundo de Recursos para o Meio Ambiente

Art. 63 - O Fundo de Recursos para o Meio Ambiente – FERFA, criado pela Lei nº 3.858, de 3 de novembro de 1980, destinado a custear a execução da Política

Ambiental do Estado, será constituído de recursos provenientes de:

I - dotações orçamentárias próprias;

II - multas administrativas, aplicadas na forma desta Lei;

III - remuneração decorrente da análise de projetos, expedição de licenças e autorizações ambientais, manifestações e anuências prévias;

IV - indenização de custos de serviços técnicos;

V - receitas provenientes de convênios celebrados com entidades públicas ou privadas;

VI - receitas provenientes de venda de publicações ou outros materiais educativos;

VII - receitas provenientes da venda de editais;

VIII - doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais, estrangeiras ou multinacionais;

IX - outros recursos eventuais.

Parágrafo único - O FERFA será gerido pelo CRA.

Art. 64 - Os recursos do FERFA destinados a custear a Política Ambiental do Estado, deverão ser aplicados em:

- I - estudos e pesquisas;
- II - realização de serviços e inspeções técnicas, inclusive em ações conjuntas dos órgãos executores;
- III - contratação de serviços de consultoria;
- IV - reaparelhamento, reequipamento e melhoria das instalações dos órgãos estaduais executores do SEARA;
- V - capacitação de recursos humanos;
- VI - custeio do Plano Estadual de Meio Ambiente.

§ 1º - Poderão ser dispendidos até 20% (vinte por cento) dos recursos do FERFA com despesas de custeio e manutenção do órgão gestor.

§ 2º - O Gestor do FERFA apresentará ao Conselho de Administração do CRA relatório anual das aplicações efetuadas, disponibilizando-o para o CEPRAM.

Art. 65 - Os recursos do FERFA serão movimentados através de instituição oficial do sistema de crédito, indicada pelo Governo do Estado.

Art. 66 - O FERFA será auditado pelo órgão de controle interno da Administração Pública Estadual e pelo Tribunal de Contas do Estado.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 67 - As despesas correspondentes às etapas de vistoria e análise dos requerimentos das licenças, autorizações, manifestação prévia e anuências prévias,

laudos e vistorias, serão pagas pelos interessados, de acordo com os critérios estabelecidos em Regulamento.

Parágrafo único - As micro-empresas e as empresas de pequeno porte terão tratamento diferenciado, nos termos do regulamento.

Art. 68 - O encerramento de empresa ou de firma individual, utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente degradadoras, dependerá da apresentação, ao órgão coordenador do SEARA, do plano de encerramento de atividades que deverá contemplar as medidas de controle ambiental aplicáveis ao caso.

Parágrafo único - O cumprimento das medidas de que trata este artigo será objeto de expedição de certidão a ser apresentada à Secretaria da Fazenda e à Junta

Comercial como requisito para a baixa da empresa.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 69 - Os empreendimentos e atividades regularmente existentes nos termos da Lei nº 3.858, de 3 de novembro de 1980, ficam obrigados a adaptar-se às

exigências desta Lei e das normas dela decorrentes, no prazo e condições estabelecidos

em regulamento, respeitados os prazos de validade das licenças.

Art. 70 - Os cargos de provimento temporário do Centro de Recursos Ambientais - CRA, passam a ser os constantes do Anexo Único desta Lei.

Art. 71 - O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

Art. 72 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 73 - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.858, de 3 de novembro de 1980.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE CARGOS TEMPORÁRIOS DO CENTRO DE RECURSOS
AMBIENTAIS -

CRA

CARGO SÍMBOLO QT

Diretor Geral DAS – 2 A 1

Diretor Adjunto DAS – 2B 1

Diretor DAS – 2B 2

Coordenador Técnico DAS – 2D 6

Procurador Chefe DAS – 2C 1

Coordenador I DAS – 2C 13

Coordenador II DAS – 3 10

Assessor de Comunicação Social I DAS – 3 1

Coordenador III DAI – 4 20

Assessor Administrativo DAI – 4 13

Assistente IV DAI – 5 15

TOTAL 83